



LICENCIATURA INTERCULTURAL
INDÍGENA
UFBA

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA
Modalidade Presencial**

**SALVADOR/BA
2024**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

REITOR(A)

Prof. Dr. Paulo Cezar Miguez de Oliveira

PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Profª Dra. Nancy Rita Ferreira Vieira

SUPERINTENDENTE ACADÊMICA

Profª. Dra Karina Moreira Menezes

COORDENADORA DO NÚCLEO DE CURRÍCULOS E PROGRAMAS

Mª. Carolina Silva Cunha de Mendonça

DIRETOR DA FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Prof. Marcelo Moura Mello

VICE-DIRETORA DA FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Profª. Mariana Thorstensen Possas

**COORDENAÇÃO DO COLEGIADO DO CURSO DE LICENCIATURA INTERCULTURAL
INDÍGENA**

Prof. Felipe Bruno Martins Fernandes

Profª. Suzane Lima Costa

DOCENTES DO CURSO

Ana Virgínia Alves de Santana

Antônia Santana Braz

Catherine Prost

Charbel Niño El-Hani

Cíntia Beatriz Müller

Débora Abdalla Santos

Felipe Bruno Martins Fernandes

Felipe Milanez Pereira

Felipe Sotto Maior Cruz (Felipe Tuxá)

Gabriel Swahili Sales de Almeida

Gilsamara Moura
Gustavo Velloso
Ivan Cláudio Pereira Siqueira
Ivana Aparecida Borges Lins
Ivana Pereira Ivo
Antônia Santana Braz (Japira Pataxó)
Márcia de Fátima Rabello Lovisi de Freitas
Maria Rosário Gonçalves de Carvalho
Mauricio Caviedes
Rafael Xucuru-Kariri
Rejâne Maria Lira da Silva
Suzane Lima Costa
Ygor Jessé Ramos dos Santos

MEMBROS DA COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

Amiel Ernenek Mejía Lara
Ana Virgínia Alves de Santana
Débora Abdalla Santos
Felipe Bruno Martins Fernandes
Felipe Sotto Maior Cruz
Gustavo Velloso
Ivana Pereira Ivo
Maria Rosário Gonçalves de Carvalho
Marcelo Moura Mello
Mauricio Caviedes
Noemi Pereira de Santana
Rejâne Maria Lira da Silva
Suzane Lima Costa

Sumário

- 1 APRESENTAÇÃO**
- 2 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO**
- 3 CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES**
 - 3.1 INSTITUIÇÃO
 - 3.2 REALIDADE REGIONAL
 - 3.3 INFRAESTRUTURA FÍSICA (RECURSOS MATERIAIS)
- 4 BASE LEGAL**
- 5 PRINCÍPIOS NORTEADORES DO PPC**
 - 5.1 HISTÓRICO E DIAGNÓSTICO
 - 5.2 JUSTIFICATIVA
 - 5.3 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS
 - 5.4 OBJETIVOS
 - 5.4.1 GERAL
 - 5.4.2 ESPECÍFICOS
 - 5.5 PERFIL DO EGRESSO
 - 5.6 CONHECIMENTOS, COMPETÊNCIAS E HABILIDADES A SEREM DESENVOLVIDOS
 - 5.7 METODOLOGIA DE ENSINO E APRENDIZAGEM
 - 5.8 INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE
 - 5.9 AVALIAÇÃO
 - 5.9.1 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO
 - 5.9.2 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DE ENSINO E APRENDIZAGEM
 - 5.9.3 AVALIAÇÃO E AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO
 - 5.9.4 AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO
 - 5.10 DA ORIENTAÇÃO ACADÊMICA
 - 5.11 DO REPERCURSO
- 6 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR**

6.1 PROPOSTA DE FORMAÇÃO INCLUINDO CONTEÚDOS OBRIGATÓRIOS E OPTATIVOS

6.2 ATENDIMENTO À RESOLUÇÃO NO 01/2004-CNE/CP, LEI N° 10.639/2003, LEI N° 11.645/2008

6.3 ATENDIMENTO À LEI N° 9.795/1999, DECRETO N° 4.281/2002 E DECRETO N° 7.747/2012

6.4 ATENDIMENTO À RESOLUÇÃO N° 01/2012-CNE/CP

6.5 ATENDIMENTO AO ESTATUTO DO IDOSO (LEI 14.423/2022) E À LEI MARIA DA PENHA (LEI 11.340/2006)

6.6 ESTRUTURAÇÃO DA MATRIZ CURRICULAR

6.6.1 ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS

6.6.2 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

6.6.3 TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO (TFG)

6.6.4 CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

6.6.5 GRUPOS DE PESQUISA

6.3.6.1 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

6.6.6 CURSOS LIVRES

7. INTEGRAÇÃO DA LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA COM AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO

8 CORPO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

8.1 COMISSÃO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR INDÍGENA DA FFCH

8.2 CORPO DOCENTE

8.3 COLEGIADO DO CURSO E NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

8.3.1 ATENDIMENTO AOS DISCENTES

8.3.2 FUNCIONAMENTO DO COLEGIADO DE CURSO

REFERÊNCIAS

APÊNDICE I – CARACTERIZAÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES

1 APRESENTAÇÃO

O curso de Licenciatura Intercultural Indígena da Universidade Federal da Bahia (UFBA) tem como objetivo o fortalecimento da educação escolar indígena, a partir das reivindicações dos povos indígenas da Bahia, em um contexto de alta demanda de formação de professores indígenas na região. Ao mesmo tempo em que os povos indígenas da Bahia ocupam espaços de visibilidade acadêmica, artística, intelectual e profissional, o IBGE registra um aumento demográfico do autorreconhecimento indígena neste Estado e no Brasil em geral. A abertura de novos espaços para a participação democrática, profissional, artística e intelectual indígena requer uma base de formação mais ampla para as escolas indígenas da Bahia. O curso de Licenciatura Intercultural Indígena da UFBA busca apoiar essa transformação.

A construção da proposta pedagógica do curso se iniciou durante o ano de 2023, a partir do chamado das organizações indígenas da Bahia e com o apoio do Fórum de Educação Indígena da Bahia (FORUMEIBA), do Programa de Educação Tutorial - Conexões de Saberes - Comunidades Indígenas da UFBA e do Programa de Pesquisas sobre Povos Indígenas do Nordeste Brasileiro (PINEB). O chamado então foi prontamente respondido pelo Departamento de Antropologia e Etnologia, Departamento de História, Departamento de Computação Interdisciplinar e Instituto de Letras da UFBA. Em 2023, essas organizações indígenas do estado da Bahia, departamentos e instituto constituíram a Comissão de Educação Superior Indígena, com o objetivo de contribuir na construção do projeto para a implementação de uma Licenciatura Intercultural Indígena na UFBA. Aos Departamentos e Institutos que contribuem com o curso somam-se: Ciência Política, Coordenação Acadêmica de Biologia, Dança, Documentação e Informação, Educação I, Educação II, Educação III (Educação Física), Engenharia Ambiental, Escola de Música, Estudos de Gênero e Feminismos, Expressão Gráfica Tridimensional, Faculdade de Arquitetura, Física da Terra e do Meio Ambiente, Física Geral, Geografia, Geologia, História da Arte e Pintura, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Matemática, Medicamento, Museologia e Química Geral e Inorgânica.

2 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Curso de Graduação em Licenciatura Intercultural Indígena, com habilitação em três áreas do conhecimento, a saber: (01) Humanidades (Antropologia, Geografia, História, Sociologia), (02) Artes, Linguagens e Literaturas (Linguística Aplicada, Línguas Indígenas, Letramentos em Língua Portuguesa, Oralidade, Literaturas e Artes) ou (03) Matemática e Ciências da Natureza (Matemática, Física, Química e Biologia), para atuar na rede de ensino escolar indígena.

Ano de início do funcionamento: 2024.2

Modalidade de ensino: Presencial (em regime de alternância - tempo-universidade e tempo-comunidade).

Grau acadêmico/Titulação conferida: Licenciado em Educação Intercultural com habilitação em Humanidades; Licenciado em Educação Intercultural com habilitação em Artes, Linguagens e Literaturas; e Licenciado em Educação Intercultural com habilitação em Matemática e Ciências da Natureza.

Carga horária total:

- 1) Habilitação em **Humanidades**: 3.690 horas
- 2) Habilitação em **Artes, Linguagens e Literaturas**: 3.690 horas
- 3) Habilitação em **Matemática e Ciências da Natureza**: 3.690 horas

Duração:

Tempo mínimo: 04 anos	Tempo médio: 04 anos	Tempo máximo: 04 anos
--------------------------	-------------------------	--------------------------

Regime Acadêmico: Semestral

Turno de Oferta: Integral

Número de vagas oferecidas: 40 vagas (até 15 vagas por habilitação).

Local de funcionamento:

Campus Universitário: Campus Federação/Ondina (São Lázaro)

Unidade: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Condições de ingresso: A Licenciatura Intercultural Indígena da UFBA adotará um processo seletivo próprio e simplificado, com critérios de ingresso delineados por um edital específico de cunho intercultural. Destinada a graduar professores(as) já atuantes em escolas indígenas e formar futuros(as) professores(as) para essas escolas, a seleção contempla os povos indígenas aldeados no Estado da Bahia. Podem participar professores indígenas em atividade nas escolas das comunidades, gestores e técnicos da educação que atuem em escolas indígenas no território baiano, egressos do magistério indígena, além de indígenas egressos do Ensino Médio, preferencialmente de escolas indígenas. As etapas do processo seletivo incluem análise do histórico escolar do Ensino Médio e avaliação de um Memorial Descritivo, destacando-se a importância da interculturalidade na formação. A distribuição de vagas contempla 50% para professores e corpo técnico-pedagógico da rede pública de Educação Indígena (com vínculo profissional) e egressos do magistério indígena, mediante comprovação de vínculo e atuação, e os outros 50% para indígenas egressos do ensino médio.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES

3.1 INSTITUIÇÃO

A Universidade Federal da Bahia (UFBA) foi criada e credenciada através do Decreto-Lei nº 9.155, de 8 de abril de 1946, publicada no D.O.U. em 17 de abril de 1946, e reestruturada pelo Decreto nº 62.241, de 8 de fevereiro de 1968, publicado no D.O.U. de 13 de fevereiro de 1968. A UFBA é uma autarquia, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira e didático-pedagógica mantida pelo Ministério da Educação, Pessoa Jurídica de Direito Público Federal, inscrita no CNPJ sob nº, 00394445/0188-17, localizada na Esplanada dos Ministérios, s/n, Bloco L, Plano Piloto, Brasília, Distrito Federal, CEP 70047900. A UFBA está situada na Rua Augusto Viana, s/n - Canela - CEP 40.110-060 - Salvador - BA, inscrita no CNPJ sob nº 15.180.714/0001-04. Recredenciada pelo MEC em 16 de setembro de 2011 através da Portaria nº 1266 (DO de 12/09/11). A missão da IES é “produzir e disseminar ciência,

tecnologia, arte e cultura, base para a formação sólida de profissionais, docentes e pesquisadores que atuem dentro de elevados padrões de desempenho técnico e ético e sejam cidadãos comprometidos com a democracia e a promoção da justiça social.” (UFBA, PDI, 2018-2022).

A UFBA apresenta uma estrutura multicampi, com instalações concentradas em três bairros de Salvador (Federação, Canela e Ondina). Existem ainda dois campi nos municípios do interior (Vitória da Conquista e Barreiras), nos quais são ofertados cursos em nível de graduação e pós-graduação lato e stricto sensu. Instituída oficialmente como Universidade da Bahia, em 1946, sua formação foi resultado da articulação de diversas faculdades isoladas já existentes, como as Faculdades de Medicina, de Farmácia, de Odontologia, de Belas Artes, dentre outras.

A reforma universitária de 1968 possibilitou a criação de novos cursos nas mais diversas áreas do conhecimento, como também dos Institutos de Matemática, Física, Química, Biologia, Geociências e Ciências da Saúde; na década de 1970, foram implantados os primeiros cursos de pós-graduação. De acordo com o Relatório de Avaliação Institucional UFBA 2021 – Comissão Própria de Avaliação (2022), a UFBA conta atualmente com 34 unidades de ensino e oferece 101 cursos de Graduação e 140 de Pós-Graduação. A comunicação entre os campi ocorre através do SIEX (Sistema Nacional de Informações sobre a Extensão Universitária), correspondências inter-campi, internet, dentre outras. A UFBA oferece também cursos a distância (EaD).

A UFBA, reconhecida por sua diversidade e compromisso com a inclusão, mobilizou diversos departamentos e unidades para colaborar com essa iniciativa da criação do primeiro curso de Licenciatura Intercultural Indígena da instituição. Além da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, que sediará o curso, outros departamentos e institutos envolvidos incluem: Instituto de Letras,, Instituto de Biologia, Escola de Dança, Faculdade de Educação, Escola Politécnica, Escola de Música,, Faculdade de Arquitetura, Instituto de Geociências, Escola de Belas Artes, Instituto de Matemática, Instituto de Computação, entre outros. Essa integração multidisciplinar reflete o compromisso da UFBA em promover uma educação escolar indígena realmente interdisciplinar e intercultural.

Após esta apresentação inicial da UFBA, detalharemos a participação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, seguida de uma breve exposição sobre cada unidade e departamento envolvido com a oferta de disciplinas para o curso.

A Licenciatura Intercultural Indígena está alocada no Departamento de Antropologia e Etnologia, um dos departamentos da FFCH/UFBA. A FFCH conta também com os cursos de graduação em Filosofia, Licenciatura e Bacharelado em História, Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais (habilitação em Ciência Política, Antropologia e Sociologia), Bacharelado em Museologia e Bacharelado em Estudos de Gênero e Feminismo. Além dos cursos de graduação, a FFCH conta também com os Programas de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) (Mestrado Acadêmico e Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) - (Mestrado Acadêmico e Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) - (Mestrado Acadêmico), Programa de Pós-Graduação Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos (POSAFRO) - (Mestrado Acadêmico e Doutorado - com alto potencial para oferecimento de formação para os professores), o Programa de Pós-Graduação em Filosofia (PPGF) - (Mestrado Acadêmico e Doutorado), o Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) - (Mestrado Acadêmico e Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Museologia (PPGMUSEU) - (Mestrado Acadêmico), Programa De Pós-Graduação Em Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM) - (Mestrado Acadêmico e Doutorado). Além dos cursos anteriores, a FFCH conta com 26 ACCS com apoio da Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT) da UFBA. Dentro da FFCH-UFBA, o Departamento de Antropologia e Etnologia conta com uma equipe docente de 14 professores e professoras atuantes no ensino e pesquisa e está articulado aos 27 grupos de pesquisa da FFCH.

A seguir, serão descritas as características das demais Unidades que contribuirão para a oferta dos componentes curriculares do curso.

O Instituto de Computação (IC) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) é uma instituição de destaque no cenário acadêmico nacional, estabelecendo-se como um marco importante na história da computação no Brasil. Fundado em 18 de junho de 2021, por meio da Resolução 05/2021 do Conselho Universitário da UFBA, o IC é composto por dois departamentos: o Departamento de Ciência da Computação (DCC)

e o Departamento de Computação Interdisciplinar (DCI), este último participante ativo do curso de Licenciatura Intercultural Indígena com o oferecimento de três disciplinas, duas do Núcleo Comum de Formação e uma da Habilitação em Matemática e Ciências da Natureza. A trajetória do IC remonta a 1968, quando o Departamento de Ciência da Computação foi estabelecido no Instituto de Matemática e Estatística (IME) da UFBA. Desde então, o IC tem desempenhado um papel fundamental na formação de profissionais e na promoção de pesquisas em diversas áreas da computação. No âmbito da graduação, o IC oferece cursos de bacharelado em Ciência da Computação, Sistemas de Informação, Licenciatura em Computação e Engenharia da Computação, este último em parceria com o Departamento de Engenharia Elétrica e de Computação da UFBA. Além disso, o IC atende a uma demanda significativa de disciplinas de graduação por semestre, refletindo seu compromisso com a excelência acadêmica e a formação de profissionais capacitados para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo. No campo da pesquisa e pós-graduação, o IC abriga dois programas de pós-graduação, com mestrado e doutorado em Ciência da Computação e Mecatrônica, este último em parceria com o Departamento de Engenharia Mecânica da UFBA. As atividades de pesquisa realizadas no IC abrangem uma ampla gama de áreas, incluindo algoritmos distribuídos, engenharia de software, redes de computadores, entre outras, demonstrando o compromisso contínuo da instituição com a produção de conhecimento e a inovação tecnológica.

O Instituto de Biologia (IBIO) da UFBA desempenha um papel fundamental no apoio e desenvolvimento do curso de Licenciatura Intercultural Indígena, oferecendo componentes tanto no Núcleo Comum de Formação quanto nas Habilitações em Humanidades e Matemática e Ciências da Natureza. O IBIO foi criado como Unidade Universitária da UFBA em 8 de fevereiro de 1968, com a missão de gerar, aprimorar e disseminar conhecimentos na área de ciências biológicas e suas diversas vertentes, visando melhorar os serviços prestados à comunidade interna e externa. Além disso, o IBIO tem como visão ser reconhecido pela sociedade como um órgão de primazia na aplicabilidade de novos conhecimentos e no aprimoramento de técnicas para uma melhor prestação de serviço às comunidades interna e externa. O Instituto mantém o Museu de História Natural da UFBA, que inclui as Coleções Botânicas (Herbário

Alexandre Leal Costa) e as Coleções Zoológicas, que contribuem para a formação de biossistemas para o Nordeste brasileiro; o Núcleo de Ofiologia e Animais Peçonhentos da Bahia (NOAP/UFBA), museu universitário de ciência itinerante que contribui para a pesquisa e educação e comunicação pública sobre animais peçonhentos para a sociedade e é referência para o Ministério da Saúde na pesquisa sobre os acidentes, especialmente o ofidismo, considerada doença tropical negligenciada pela OMS; o Jardim Didático, um laboratório Vivo de Extensão que envolve atividade de ensino e extensão, que tem com função ser instrumento para o processo ensino aprendizagem e extensão, além de um local para realização de oficinas e minicursos e visitação para de membros interno e externos da UFBA; e a Feira Agroecológica da UFBA que se propõe a ser um espaço diferenciado na formação universitária e popular, viabilizar a troca de saberes entre o mundo acadêmico e a sociedade como um todo, articular conhecimentos ancestrais, habilidades, sabedoria tradicional e o conhecimento científico no incentivo do pensar sistêmico, onde as relações humanas se entrelaçam na teia ecológica, motivar afazeres educativos entre a Universidade, os Agricultores/Expositores da Feira e consumidores no incentivo de valores de partilha e solidariedade, refletir a responsabilidade social da UFBA na promoção ampla de discussões e atividades práticas sobre alimentação saudável, princípios agroecológicos e da economia solidária, democratizar as produções acadêmicas, da agricultura agroecológica, de produtos artesanais, gastronômicos, recicláveis, de arte e musicais, favorecer ganhos educacionais, sociais, culturais e econômicos dos seus agricultores e comerciantes e atender à demanda de alimentos com qualidade assegurada e preços justos da comunidade que frequenta assiduamente a feira. Com uma vasta infraestrutura de laboratórios de didáticos que contam com equipamentos novos como microscópios, microscópios estereoscópicos, audiovisuais e de informática, o IBIO oferece um ambiente propício para o ensino, pesquisa e extensão nas áreas de Ciências Naturais, integrando recursos multidisciplinares para realizar pesquisas, através de seus 60 laboratórios nas mais diversas áreas da Biologia, formar recursos humanos e prestar serviços à comunidade. A Coordenação Acadêmica do IBIO está empenhada em fornecer suporte acadêmico e estrutura adequada para garantir uma formação de

qualidade aos estudantes da Licenciatura Intercultural Indígena, promovendo assim a valorização e o conhecimento das diversas culturas e saberes.

O Instituto de Geociências (IGEO) da Universidade Federal da Bahia (IGEO/UFBA), criado formalmente em 1968, é uma instituição de destaque no campo das geociências, desempenhando um papel fundamental na formação profissional e na pesquisa científica. Com quatro cursos de graduação: Geologia, Geografia (Licenciatura e Bacharelado), Geofísica e Oceanografia, além de seis programas de pós-graduação lato sensu, mestrado e doutorado em diversas áreas das geociências, o IGEO/UFBA oferece uma vasta gama de oportunidades educacionais e de pesquisa para mais de 1.400 estudantes. Ao longo dos anos, o Instituto tem contribuído significativamente para o desenvolvimento do setor mineral nacional, o mapeamento geológico da Bahia e do Brasil, o planejamento urbano de cidades baianas e muito mais. Com grupos e linhas de pesquisa consolidadas em áreas como Petróleo, Recursos Minerais, Recursos Hídricos, Planejamento Urbano e Regional e Meio Ambiente, o IGEO/UFBA se destaca como uma das principais instituições de Geociências do Brasil, sendo reconhecido nacionalmente como centro de excelência em ciência e tecnologia. Os cursos de Geografia oferecem uma formação ampla, habilitando profissionais com domínio das grandes áreas da Geografia e preparando-os para enfrentar os desafios sociais e ambientais contemporâneos. A Licenciatura em Geografia, em particular, proporciona uma formação específica em representações cartográficas e ambientais, preparando os estudantes para atuarem como professores e educadores em diversos níveis de ensino. O curso de graduação em Geologia, por sua vez, oferece uma sólida base de conhecimento em matemática, química e física, aliada a atividades práticas de campo que permitem aos estudantes conhecerem os diferentes aspectos geológicos e ambientais da Terra em seu ambiente natural, tanto na Bahia quanto em outras regiões do Brasil. O IGEO/UFBA, ao longo de mais de 50 anos de história, tem sido um agente transformador na formação de profissionais e na produção de conhecimento científico, contribuindo para o avanço das geociências e para o desenvolvimento sustentável do país.

A Escola de Dança da Universidade Federal da Bahia foi fundada em 1956 como parte dos esforços liderados pelo Reitor Edgar Santos durante o movimento

cultural dos anos 1950. Dois anos após os Seminários de Música de 1954, surgiram também a Escola de Teatro e a Escola de Dança. A Escola, reconhecida como pioneira no ensino superior de dança, destacou-se por sua abordagem contemporânea e por promover avanços estéticos e críticos na área. Sob a direção de Yanka Rudzka (1956-1959) e posteriormente de Rolf Gelewsky (1960-1965), a instituição passou a formar gerações de alunos e a liderar pesquisas no campo da dança. Além disso, contribuiu significativamente para a disseminação do conhecimento por meio de cursos preparatórios, livres e de extensão. Ao longo dos anos, expandiu sua atuação com a criação de programas de Licenciatura à Distância em Dança, de pós-graduação (Mestrado Profissional, Acadêmico e Doutorado) e parcerias institucionais, consolidando-se como um centro de excelência na formação de profissionais e na produção de conhecimento em dança. A Escola de Dança da UFBA continua a crescer e a se desenvolver, recentemente inaugurando uma nova área que visa melhorar sua estrutura física e atender às demandas da comunidade interna e externa, reafirmando seu compromisso com uma educação pública, gratuita e de qualidade.

O Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos (IHAC) é uma unidade universitária da Universidade Federal da Bahia (UFBA) estabelecida em 2008, com a missão de produzir, transmitir e disseminar conhecimentos humanísticos, artísticos e científicos. Oferece cursos de graduação na modalidade Bacharelado Interdisciplinar (BI), programas multidisciplinares de pós-graduação, e realiza pesquisas, educação continuada, consultoria e outras atividades de extensão. Sob a gestão do então Reitor Naomar de Almeida Filho, o IHAC foi criado como parte do Programa UFBA-Universidade Nova e do Programa de Apoio a Planos de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais (REUNI), visando à implantação dos Bacharelados Interdisciplinares na UFBA como parte de uma reforma curricular abrangente, em conformidade com o regime de ciclos na educação superior.

A Escola de Música da Universidade Federal da Bahia, fundada durante a gestão do Reitor Edgar Santos, tem 60 anos de história dedicados a canalizar o potencial artístico da região. Reconhecida nacionalmente, sua excelência é evidenciada pelos programas abrangentes e corpo docente de alto nível, colocando-a entre os principais centros de qualificação do país. Além disso, suas atividades, que

incluem eventos de extensão universitária como os Festivais de Arte Bahia e os Seminários Internacionais de Música, têm um impacto significativo na sociedade. Com programas que vão desde a iniciação infanto-juvenil até a pós-graduação, e contando com grupos estáveis como a Orquestra Sinfônica e o Madrigal, a Escola promove uma educação musical abrangente e de qualidade.

O Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (UFBA) possui uma história pioneira. Originado da antiga Faculdade de Filosofia, fundada em 1941, tornou-se o mais antigo curso de Letras do estado, quando foram implantados os cursos de Letras Clássicas, Letras Neolatinas e Letras Anglo-Germânicas na antiga Faculdade de Filosofia da Bahia. Em 1968, com o desmembramento do Departamento de Letras, foi estabelecida uma unidade exclusiva para o estudo da linguagem. Desde então, o Instituto tem sido uma referência, com seu currículo servindo de modelo para outras instituições de ensino superior na Bahia. Sua sede, inicialmente na Praça da Piedade e depois na Avenida Joana Angélica, agora está localizada no Campus Universitário de Ondina, demonstrando seu crescimento e consolidação ao longo dos anos.

O Instituto de Química da UFBA, originado da Faculdade de Filosofia da Bahia e estabelecido em 1958, teve uma trajetória marcada por mudanças administrativas e desenvolvimento acadêmico. Inicialmente focado em Química Analítica e Química Orgânica, expandiu suas atividades com a criação do curso de Pós-Graduação em 1968 e o estabelecimento de outras áreas de concentração. Ao longo dos anos, adaptou-se às exigências do mercado e às diretrizes educacionais, ampliando sua oferta de cursos de graduação e formando um grande número de profissionais da Química. Com uma equipe de docentes qualificados e uma infraestrutura consolidada, o Instituto mantém uma sólida reputação na comunidade científica e educacional, contribuindo significativamente para o avanço da Química no Brasil.

A Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal da Bahia, situada no Vale do Canela, em Salvador, foi fundada em 1968 como parte da UFBA, surgindo dos antecedentes do Departamento de Pedagogia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. A Faculdade de Educação sedia os cursos de Licenciatura em Pedagogia presencial e EaD, Educação Física, Licenciatura em Ciências Naturais e oferta componentes curriculares para todas as licenciaturas da UFBA. Oferta, também,

os cursos de Pós-Graduação *lato sensu* Alfabetização e Letramento, Gestão Escolar e Produção de Mídias para Educação *Online*, e *stricto sensu* acadêmico Pós-Graduação em Educação (PPGEDU), Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências (PPGFHC) e Pós-Graduação em Difusão do Conhecimento (PPGDC), um programa interinstitucional, além do Mestrado Profissional em Educação. Essas informações denotam que a Faced tem relevante compromisso com a formação de diversas gerações de professores e pesquisadores e papel instituinte e histórico na vida pública da educação baiana e brasileira. No universo acadêmico, destaca-se o seu papel na coordenação do Fórum das Licenciaturas e a presença de seus representantes em associações científicas nacionais e internacionais, expressando a diversidade e o dinamismo da Faculdade em atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A Escola Politécnica da Bahia nasceu do sonho de Arlindo Coelho Fragoso, um engenheiro formado no Rio de Janeiro, em 1885. Em meio a um período de mudanças políticas e sociais, no final do século XIX, o Brasil necessitava de profissionais capacitados para impulsionar seu desenvolvimento. Assim, em 1896, o Instituto Politécnico da Bahia foi fundado, culminando, em 1897, na criação da Escola Politécnica. Desde então, a instituição cresceu e diversificou sua oferta educacional, incluindo o curso de Engenharia Ambiental. Esse curso, que tem duração de cinco anos e confere o título de bacharel, prepara profissionais para enfrentar desafios complexos, desde o abastecimento de água até o controle da poluição do solo, promovendo uma atuação ética e engajada na busca por soluções socioambientais. Com uma vasta oferta de cursos de graduação e pós-graduação, além de grupos de pesquisa ativos, a Escola Politécnica se destaca como o maior centro de ensino de engenharia da Bahia, cumprindo o lema "Pela ciência, pela instrução e pela Pátria" e mantendo vivo o legado do sonho de seus fundadores.

A Escola de Belas Artes da Bahia, fundada em 1877 e denominada como tal a partir de 1891, é a segunda instituição de ensino superior e de artes do Brasil. Integrada à Universidade da Bahia, em 1948, atuando nos eixos de Ensino, Pesquisa e Extensão, seguindo as diretrizes da UFBA. Oferece quatro cursos de graduação, incluindo bacharelados em Artes Visuais, Design e Decoração, além de uma licenciatura em Desenho e Plástica. Localizada no Campus do Canela, possui uma

sede histórica, tombada como Patrimônio Cultural da Bahia, e oferece programas de pós-graduação, incluindo mestrado, doutorado e especialização em Arte Educação. Os departamentos de História da Arte e Pintura e de Expressão Gráfica e Tridimensional contribuem também com a Licenciatura Intercultural Indígena.

O Curso de Arquitetura, fundado em 1877 juntamente com a Academia de Belas Artes, enfrentou diversas dificuldades em sua fase inicial. Após sua instalação no Solar Janotas Abato, em 1937, sob a direção do professor Oseas dos Santos, houve uma reorganização do curso, embora sua aceitação profissional ainda fosse questionada. Em 1949, com a federalização da Escola de Belas Artes, o curso de Arquitetura obteve reconhecimento nacional, garantindo aos arquitetos o pleno direito de exercer sua profissão em todo o país. A separação da Faculdade de Arquitetura da Escola de Belas Artes ocorreu em 1959, estabelecendo-se em novo edifício na Avenida Sete de Setembro, e, em 1962, iniciando-se a construção dos pavilhões provisórios na Federação, onde a faculdade se instalou definitivamente em 1963. A década de 1970 foi marcada pela implantação da Reforma Universitária e pela conclusão das obras do pátio e auditório, em 1973, enquanto a década de 1980 emvidou esforços para revitalizar as atividades culturais e melhorar as condições de pesquisa e pós-graduação.

A antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da então Universidade da Bahia, apesar de oferecer um ensino de Matemática tradicional, teve um marco importante com a idealização do I Congresso Nacional de Ensino da Matemática no Curso Secundário, em 1955, por Martha Maria de Souza Dantas. Este evento atraiu professores de renome e influenciou a introdução da Matemática Moderna. Em 1959, a Prof. Arlete Cerqueira Lima propôs ao reitor Edgard Santos a fundação de um Centro de Estudos de Matemática, contribuindo para a modernização da universidade. O IMF foi estabelecido em 1963, liderado por Rubens Gouveia Lintz e Omar Catunda, com esforços conjuntos de Martha Dantas e Ramiro de Porto Alegre Muniz. A reestruturação da universidade, em 1968, levou à criação do IMUFBA e IFUFBA.. O Departamento de Matemática atualmente atende a uma ampla variedade de cursos e desenvolve pesquisas inovadoras, como evidenciado pelo Laboratório de Ensino de Matemática (LEMA).

O Instituto de Física da Universidade Federal da Bahia (IFUFBA) abriga os cursos de Licenciatura e Bacharelado em Física, com atividades nos turnos diurno e noturno, além de oferecer disciplinas semestrais para cursos de graduação em Ciências Exatas e da Terra e Ciências Biológicas. Além dos cursos de graduação, o IFUFBA é sede dos Programas de Pós-Graduação em Física (PPGF), e compartilha o Programa de Pós-Graduação em Geociências (PPGEO) com o Instituto de Geociências da UFBA e o Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências (PPEFHC), com a Faculdade de Educação. O Instituto é dividido em três departamentos: Departamento de Física do Estado Sólido (DFES), Departamento de Física Geral (DFG) e Departamento de Física da Terra e do Meio Ambiente (DFT). O PPGF oferece Mestrado e Doutorado em áreas como Física Atômica e Molecular, Física Estatística e Física de Sólidos, com conceito 3 pela CAPES. Fundado em 1969, o IFUFBA originou-se do antigo Instituto de Matemática e Física (IMF) da Universidade da Bahia e, ao longo dos anos, passou por reformulações estruturais, que incluiu a criação de departamentos e programas de pós-graduação. Atualmente, conta com cerca de 600 estudantes de graduação e 100 de pós-graduação. Além disso, o IFUFBA, além da formação específica em física na habilitação em Matemática e Ciências da Natureza, oferecerá uma disciplina de Introdução à Astronomia no Planetário da UFBA, no núcleo comum de formação da Licenciatura Intercultural Indígena. O Planetário, recém inaugurado, está localizado na entrada principal do Campus Universitário de Ondina, e sua gestão será realizada em parceria com o Instituto de Astronomia Brito Castelo Branco e a Associação de Astrônomos Amadores da Bahia, tendo a direção do IFUFBA demonstrado bastante interesse no acolhimento e uso deste equipamento pelos povos indígenas.

Por fim, a Faculdade de Farmácia da UFBA tem uma rica história de desenvolvimento e contribuição à educação farmacêutica no Brasil. Fundada originalmente como parte da Faculdade de Medicina, em 1891, após se destacar como disciplina acadêmica desde 1816, ela se estabeleceu como uma unidade autônoma em 1949. Este marco foi alcançado graças aos esforços do professor Dr. José Carlos Ferreira Gomes e ao apoio dos representantes parlamentares da Bahia. Hoje, a Faculdade ocupa uma área útil de mais de 3 mil metros quadrados, equipada com

instalações modernas e acessíveis. Sua infraestrutura inclui áreas administrativas, um auditório, núcleos de referência em serviços de saúde, um comitê de ética em pesquisa, diversos departamentos acadêmicos e programas de pós-graduação robustos. A faculdade também conta com 6 salas de aula e 45 laboratórios especializados, facilitando uma aprendizagem prática e interativa. Anualmente, são oferecidas 140 vagas para o curso diurno e 45 para o curso noturno, refletindo o compromisso da faculdade com a formação de profissionais farmacêuticos éticos, responsáveis e altamente qualificados. A faculdade se esforça continuamente para manter seus cursos atualizados com as novas diretrizes curriculares, integrando conhecimento científico e prático para atender às exigências do mercado profissional. Esta abordagem não só prepara os alunos para os desafios contemporâneos da profissão farmacêutica, mas também sublinha o papel da faculdade como uma instituição crucial na promoção da saúde pública e inovação no Brasil.

Toda essa ampla estrutura de departamentos, unidades e institutos representando diversas áreas do conhecimento na UFBA, organizadas coletivamente, trabalha incansavelmente para garantir uma formação de excelência aos professores indígenas do estado da Bahia. Essa dedicação visa assegurar que esses profissionais tenham acesso e portas abertas a uma variedade de campos e competências, contribuindo assim para uma Educação Escolar Indígena ainda mais sólida e de alta qualidade. Com um perfil intercultural e bilíngue, e por meio da conexão entre saberes científicos e tradicionais, a UFBA está comprometida em promover uma educação que respeite e valorize a diversidade cultural e contribua para o fortalecimento das comunidades indígenas e os seus conhecimentos ancestrais.

3.2 REALIDADE REGIONAL

De acordo com os dados do Censo do IBGE de 2022, a população indígena no Brasil atinge um total de 1.693.535, um número equivalente a 0,83% da população do país. Trata-se de um crescimento de 796.618 indígenas, quase o dobro se comparado com o Censo de 2010, quando foram registrados 896.917 indígenas, ou 0,47% da população do país. Esses números mostram o aumento constante das populações indígenas em escala nacional, impondo a necessidade de repensar e ampliar as

oportunidades que têm sido asseguradas aos povos indígenas no Brasil, entre as quais aquelas relacionadas à educação são, sem dúvida, especialmente relevantes para o cumprimento das legítimas demandas de inclusão dos povos indígenas, e para se atingir o objetivo de formar professores indígenas necessários frente a um cenário de aumento de demanda.

Neste novo contexto, o estado da Bahia tem um lugar singular quanto à presença de povos indígenas, o qual nos impele a novas necessidades e desafios. Em termos quantitativos, o estado experimentou um aumento significativo da população indígena que, se no Censo de 2010 ocupava a quarta posição em termos de população indígena, em 2022 ascendeu para a segunda posição, contabilizando 229.103 pessoas, ou 13,5% da população indígena do Brasil, ficando apenas atrás do estado do Amazonas, onde estão os 28,98% da população indígena, com 490.854 pessoas. As unidades federativas em conjunto concentram 42,51% das populações indígenas do país.

Há transformações também qualitativas, visíveis nos percentuais sobre estas populações. Se compararmos os Censos de 2010 e 2022, observa-se como a Bahia passou do décimo-quarto estado com o maior percentual de população indígena ao quinto lugar nesse ranking, evidenciando um momento importante no autorreconhecimento indígena, o qual praticamente dobrou entre os últimos Censos, saltando de 36.3% para 63.6%, e confirmando o que os estudos antropológicos vêm registrando nas últimas décadas no Nordeste Indígena, incluída a Bahia.

Estas mudanças atingem de uma forma importante a capital, Salvador, que já se destacava, em 2010, como o terceiro município urbano com maior população indígena, apenas atrás de São Paulo e São Gabriel da Cachoeira, mantendo a posição no novo Censo como município urbano indígena, mas se tornando a quarta cidade com maior população absoluta indígena no Brasil, registrando uma autodeclaração de 27.740 pessoas.

No que se refere aos municípios também houve uma transformação qualitativa e quantitativa, registrando-se um aumento, entre 2010 e 2022, de 20 municípios, passando de 391 a 411 municípios com pessoas reconhecendo-se indígenas no estado, e atingindo 98,6% do total destas unidades. Mantendo-se a maior proporção de

população indígena na Bahia nos municípios já reconhecidos como sendo de alta presença indígena, tais como Pau Brasil, Banzaê, Rodelas, Santa Cruz de Cabrália, Itaju do Colônia, Abaré, Glória, Prado, Porto Seguro e Camaçari, tem ocorrido transformação nos números onde hoje está localizada a maior população indígena, ou seja, em Salvador, Porto Seguro, Ilhéus, Santa Cruz de Cabrália, Eunápolis, Feira de Santana, Prado, Paulo Afonso, Lauro de Freitas e Camaçari.

São transformações que não terminam aí, já que nos municípios baianos houve também aumento na densidade indígena, onde, novamente, a região metropolitana de Salvador representou uma mudança qualitativa significativa, contando agora com 1,15% de indígenas na população total. Quadruplicou, portanto, essa população em relação a 2010, quando a proporção era da ordem de 0,28%, registrando-se, assim, o segundo maior aumento absoluto e relativo entre as capitais, com o que Salvador fica atrás apenas de Manaus/AM. Também ocorreram mudanças visíveis fora do âmbito estadual, no ranking nacional, posicionando alguns dos municípios baianos com as maiores populações indígenas: Salvador com a 4ª posição, Porto Seguro com a 14ª e Ilhéus com a 21ª.

Nesse sentido, o Censo de 2022, como ferramenta de diagnóstico para promoção de políticas públicas e de entendimento de novas realidades, apresentou um novo desenho da configuração étnica brasileira, agora assentada em uma base demográfica que confere à população indígena sua devida expressão, graças a ajustes feitos na metodologia, tais como: de um lado, a consideração da diversidade de situações geográficas nas quais estão inseridos os povos indígenas no Brasil em áreas urbanas e rurais, tendo havido a identificação de um conjunto significativo de localidades indígenas fora das terras Indígenas oficialmente delimitadas, bem como outras localidades indígenas que constituíram referência para a aplicação dos procedimentos diferenciados de coleta; do outro lado, a abertura da questão de cor ou raça, no questionário aplicado a todo o universo da pesquisa, no censo 2010, aliada à questão “considera-se indígena?”, de abertura controlada, o qual permitiu ao IBGE iniciar uma série histórica de comparação dos dados para a população indígena, “sem restringir a comparabilidade ao quesito de cor ou raça” (Censo Demográfico 2022 Indígenas. Primeiros Resultados do Universo, 2023).

Trata-se de um novo desenho que, ao tempo em que assegura maior visibilidade social aos povos indígenas, obriga a que eles sejam mais equitativamente contemplados pelo conjunto das políticas públicas governamentais, coerente com as velhas demandas de indígenas e especialistas que alertam sobre a necessidade de reformular, ampliar e criar espaços para que essas populações assumam o protagonismo que efetivamente mantêm na vida do país. Políticas públicas nas quais as políticas educacionais sejam fundamentais para alcançar a grande expectativa de inserção dos povos indígenas na Bahia e no nordeste brasileiro, no sistema educacional, seja no ensino fundamental e médio, seja no sistema universitário. O curso de licenciatura Intercultural Indígena destaca-se, nesse cenário, como um canal sumamente relevante para o preenchimento dessas expectativas, criando uma base de professores indígenas que atuará nesse universo, além de criar especialistas na área de educação que poderão ajudar no aperfeiçoamento do sistema de educação indígena nas diversas escalas.

3.3 INFRAESTRUTURA FÍSICA (RECURSOS MATERIAIS)

A Licenciatura Intercultural Indígena da Universidade Federal da Bahia (UFBA) é um curso abrangente que se destaca por sua abordagem interdisciplinar e intercultural. Compreendendo uma colaboração entre diversos departamentos e coordenações acadêmicas, esta iniciativa reúne uma gama de disciplinas para oferecer uma educação inclusiva e contextualizada, dividida em três habilitações. Entre os departamentos e coordenações envolvidos estão: Computação Interdisciplinar, Coordenação Acadêmica/IBIO, História, Dança, Estudos de Gênero e Feminismo, IHAC, Ciência Política, Antropologia e Etnologia, Escola de Música, CAEL/Instituto de Letras, Geografia, Estudos Jurídicos Fundamentais, Geologia, Documentação e Informação, Museologia, Química Geral e Inorgânica, Educação I, Educação II, Educação III (Educação Física), Engenharia Ambiental, Expressão Gráfica e Tridimensional, Faculdade de Arquitetura, Instituto de Física, Matemática e Medicamento. Essa ampla colaboração promete enriquecer a experiência educacional dos estudantes e contribuir para uma compreensão mais profunda e respeitosa das culturas indígenas e suas interações com a sociedade contemporânea.

O curso está sediado na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH), apesar de não restrito à unidade, e desta unidade participam no curso os Departamentos de História, Estudos de Gênero e Feminismo, Ciência Política, Antropologia e Etnologia e Museologia. A FFCH possui uma infraestrutura ampla em seu próprio campus, situado no bairro da Federação (São Lázaro), um ambiente arborizado e agradável que proporciona boas condições para o desenvolvimento acadêmico e cultural. Com um total de 27 salas de aula, a FFCH dispõe de espaços equipados para um aprendizado eficaz. Para utilização em sala de aula, a unidade dispõe de data-show, por exemplo, além de recursos mais tradicionais como a lousa branca.

A FFCH oferece um laboratório de informática de uso comum para estudantes de seus diversos cursos com computadores conectados à internet, além de um Restaurante Universitário recentemente inaugurado e plenamente funcional. A unidade possui uma biblioteca setorial de Ciências Humanas e Sociais, a Isaías Alves, com vários espaços para estudo e acesso à bibliografia. A presença de uma sala dedicada ao audiovisual no prédio da Biblioteca evidencia o compromisso da FFCH com a integração de tecnologias no processo educacional.

O auditório principal da Unidade está ativo e funciona no prédio nomeado Raul Seixas, tem capacidade para acomodar até 100 pessoas, com recursos multimídia, conexão à internet e sistema de áudio que potencializa tanto reuniões mais extensas quanto a realização de conferências. Ele tem sido palco para diversas atividades, a exemplo da Aula Inaugural dos Povos Indígenas organizada pelo PET Comunidades Indígenas para toda a comunidade da UFBA. Neste mesmo prédio a Unidade conta com uma sala de videoconferência com recursos multimídia, conexão com a internet e sistema de som que permite a realização de atividades sendo um espaço excelente para a realização de bancas com membros à distância. Ambos os espaços são climatizados e estão em perfeito estado de funcionamento.

A FFCH também conta com uma sala de congregação, proporcionando um espaço para encontros e discussões acadêmicas, o que tem fortalecido o vínculo entre os membros da comunidade. A sala de extensão reforça o compromisso da Faculdade com a promoção da extensão universitária, integrando o conhecimento acadêmico à

comunidade externa. Ambas as salas possuem recursos técnicos que permitem a conexão com diferentes centros de pesquisa e projeção de imagens e vídeos. Com 54 gabinetes destinados a professores e grupos de pesquisa, a FFCH assegura espaços para o desenvolvimento da produção científica e intelectual.

No contexto do Programa de Educação Tutorial - Conexões de Saberes - Comunidades Indígenas, a FFCH reserva uma sala ampla como epicentro para atividades de ensino, pesquisa e extensão relacionados aos povos indígenas na UFBA. A FFCH vai além ao conceder à comunidade indígena da UFBA um jardim destinado ao cultivo de uma farmácia viva, promovendo o conhecimento e o uso de plantas medicinais tradicionais relevantes para os povos indígenas que acessam a instituição.

A iniciativa do PET Indígena, acolhida na FFCH, conecta a academia ao saber tradicional em um percurso de mão dupla, contribuindo para a promoção das expressões culturais tradicionais acopladas à busca por uma acolhida que garanta aos indígenas a manutenção de seu bem-estar na UFBA. Assim, a interação com os povos indígenas na academia incrementa o espaço universitário, pois agrega conhecimentos tradicionais aos conhecimentos acadêmicos.

Mesmo situado em outro espaço, na Faculdade de Medicina, no bairro Pelourinho, é importante mencionar que a FFCH está associada ao Museu de Antropologia e Arqueologia da UFBA, inaugurado em 27 de setembro de 1983. Este museu, dividido em três alas e um centro administrativo, abriga um relevante acervo totalmente dedicado aos povos indígenas da região nordeste do país, reforçando o compromisso da instituição com a preservação e divulgação da diversidade cultural brasileira. Além disso, a Faculdade está avaliando planos para a construção de um espaço físico dedicado às atividades relacionadas aos povos indígenas e comunidades tradicionais. Este plano será implementado caso o projeto seja aprovado, juntamente com a eventual criação de um curso regular voltado para a formação de professores indígenas na unidade.

O Instituto de Letras (ILUFBA) também abrigará o curso. A infraestrutura do ILUFBA conta com salas de aula confortáveis e amplas, prontas para receber os futuros e futuras estudantes. O ILUFBA conta com laboratórios de pesquisa e

laboratórios com computadores para uso dos(as) estudantes, além das estruturas de apoio e acessibilidade. Abaixo, listamos algumas das estruturas:

1. Centro Acadêmico, com garantido espaço para interação entre os estudantes;
2. Espaços destinados aos grupos integrantes do Programa de Educação Tutorial e do PIBID Letras (duas salas), que podem oportunizar encontros com outros Programas, como o próprio PET Indígena;
3. Uma sala multiuso, o LABIMAGEM, sala ampla que permite a realização de palestras e a realização de eventos de pequeno porte;
4. Auditório multiuso, com capacidade para 120 lugares;
5. Elevador e instalações sanitárias adaptadas para o uso de pessoas com deficiência;
6. Sala de pesquisa exclusiva do NEAI (Núcleo de Estudos das produções autorais dos Povos Indígenas), com computadores, armários e mesa para reuniões ampliadas e encontros de orientação;
7. Cantina;
8. Rede de Internet.

Quanto à acessibilidade, especificamente, o ILUFBA, assim como as demais unidades da federação, é atendido pelo Núcleo de Apoio à Inclusão do Aluno com Necessidades Educacionais Especiais - NAPE, que presta serviços como a interpretação no par Libras – Português e a transcrição de vídeos, por exemplo.

4 BASE LEGAL

O curso visa atender o Decreto nº 6.861 de maio de 2009 que dispõe sobre a educação escolar indígena e sua organização em Territórios Etnoeducacionais (TEE). Conforme o referido decreto, a formação de professores indígenas deve ser desenvolvida em perspectiva territorializada, respeitando-se os tempos de aprendizagem e as especificidades étnicas e culturais de cada região. O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) é construído também com base na Resolução nº 1, de 07 de janeiro de 2015, do CNE/CP, que estabelece as diretrizes para a formação de professores na Educação Escolar Indígena. O Território Etnoeducacional contemplado pela Licenciatura Intercultural Indígena da UFBA é o território Yby Yara, estabelecido na Bahia em 17 de setembro de 2010, e abrange as terras indígenas e comunidades étnicas do Estado, incluindo grupos como Atikun, Catuí Panká, Fulni-ô, Kaimbé,

Kambiwá, Kantaruré, Kariri, Katrimbó, Paneleiros-Mongoió, Kapinawá, Kariri–Xokó, Imboré, Kamakã, Kariri-Sapuyá, Kiriri, Gueiah, Pankararé, Pankararú, Pankarú, Pataxó, Pataxó Hãhãhãe, Payayá, Potiguara, Truká, Tumbalalá, Tupinambá, Tuxá, Tuxí e Xakriabá.

A Licenciatura Intercultural Indígena da UFBA fundamenta-se em normativas e referenciais que regulamentam tanto o curso quanto o exercício da profissão, com ênfase na interculturalidade e nas particularidades dos Povos Indígenas do Estado da Bahia. Dentre as legislações essenciais, destaca-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei 9394/1996, que estabelece as bases da educação nacional. Essa Lei é a principal legislação que orienta a educação no Brasil, estabelecendo diretrizes adotadas no curso. A Lei 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação, também contribui para a estruturação do curso. As Diretrizes Curriculares Nacionais específicas do curso são delineadas por portarias e resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE), considerando carga horária mínima, educação a distância, estágios, temas obrigatórios, entre outros aspectos. No âmbito das Diretrizes Curriculares Nacionais, a Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, define as diretrizes para a formação inicial de professores, instituindo a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). A Resolução nº 1, de 7 de janeiro de 2015, institui diretrizes específicas para a formação de professores indígenas em cursos de educação superior. Além disso, as Resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE) abordam temas como relações étnico-raciais, direitos humanos, educação ambiental e extensão universitária. A Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, estabelece diretrizes para a extensão na educação superior, alinhando-se ao Plano Nacional de Educação (2014-2024) - Lei nº 13.005/2014.

Ademais, o curso considera normativas específicas da UFBA e, para modalidades de Educação a Distância (EaD), atenta à Resolução CAE/UFBA 02/2019. A leitura do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação, fornecido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), é recomendada como suporte à avaliação do curso, a inclusão de temas como extensão universitária, conforme estabelecido pela Resolução CNE/CES nº 7/2018 e Resolução

UFBA/CONSEPE nº 02/2022, alinha-se ao compromisso da UFBA com o desenvolvimento regional e com a promoção de interações significativas com as comunidades indígenas. O INEP e a CONAES fornecem diretrizes para avaliação de cursos, assegurando a qualidade e a eficácia da Licenciatura. O documento referência para avaliação de cursos de graduação do INEP, as normativas da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), e as normas internas da UFBA, incluindo o Estatuto, o Regimento Geral, o Regulamento do Ensino de Graduação e Pós-Graduação, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), e o Projeto Político Pedagógico Institucional (PPI), também desempenham papéis essenciais na consolidação e implementação do curso.

Resoluções específicas do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) e do Conselho Acadêmico de Ensino (CAE) da UFBA, abrangendo temas como Ação Curricular em Comunidade e em Sociedade (ACCS), módulos de componentes curriculares, funcionamento de cursos de Licenciatura, carga horária máxima e implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais, completam o panorama normativo que embasa a Licenciatura Intercultural Indígena da UFBA. O ordenamento administrativo dos processos acadêmicos, conforme estabelecido pela Resolução nº 03/2017, nº 05/2022 e outras normativas, evidencia a atenção da UFBA à dinâmica e à evolução constante dos cursos de graduação, adaptando-se às demandas e regulamentações emergentes.

As normativas internas da UFBA, incluindo os já mencionados Estatuto, Regimento Geral, Regulamento do Ensino de Graduação e Pós-Graduação, PDI, e PPI, consolidam os princípios institucionais e direcionam a implementação de cursos alinhados às demandas contemporâneas e aos desafios específicos das comunidades indígenas. A Resolução nº 04/2011 do CAE, que estabelece normas para o funcionamento dos cursos superiores de Licenciatura, é relevante no contexto do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), enquanto as resoluções de 2022 e 2023 fornecem diretrizes claras para implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais referentes à Educação das Relações Étnico-raciais, Educação em Direitos Humanos e Educação Ambiental. A Resolução nº 09/2020, por sua vez, fixa a carga horária máxima dos cursos de graduação na UFBA, indicando a

preocupação institucional com a qualidade e a efetividade do ensino. As resoluções subsequentes, como a nº 06/2022, regulamentam a oferta de carga horária em componentes curriculares na modalidade Educação a Distância, refletindo a adaptação às novas modalidades de ensino.

A Resolução nº 01/2013 do CONSEPE, que regulamenta o aproveitamento da Ação Curricular em Comunidade e em Sociedade (ACCS) para a integralização curricular, reforça o compromisso da UFBA com a interação entre academia e comunidades, especialmente relevantes para a formação de professores indígenas. As resoluções do CAE, como a nº 02/2008, que estabelece definições, princípios, modalidades, critérios e padrões para a organização dos cursos de graduação na UFBA, e a nº 02/2021, que altera disposições anteriores, evidenciam a constante busca por aprimoramento e adequação às demandas educacionais contemporâneas. A Resolução nº 04/2023 do CAE, estabelecendo normas para a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais referentes à Educação das Relações Étnico-raciais, Educação em Direitos Humanos e Educação Ambiental, demonstra a preocupação em alinhar a formação dos professores indígenas com princípios de inclusão, diversidade e respeito às diferentes culturas.

5 PRINCÍPIOS NORTEADORES DO PPC

5.1 HISTÓRICO E DIAGNÓSTICO

A Licenciatura Intercultural Indígena da UFBA representa um marco significativo na formação de professores voltados para o contexto específico das comunidades indígenas. Este curso emerge em resposta à necessidade premente de uma abordagem intercultural, respeitando e valorizando as tradições, línguas e modos de vida dessas comunidades. A criação e implementação da Licenciatura Intercultural Indígena na UFBA são respaldadas por diversas leis, decretos, pareceres e resoluções, tanto em nível federal quanto estadual. Essa base legal reconhece a diversidade cultural e étnica do Brasil, assegurando a oferta de cursos específicos para a formação de profissionais interculturais indígenas.

No contexto nacional, observamos a emergência de cursos semelhantes, refletindo o reconhecimento das populações indígenas e a valorização de suas

culturas. Na região Nordeste, iniciativas pioneiras contribuíram para a evolução desses cursos ao longo do tempo. Já na Bahia, a UFBA se junta à Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e ao Instituto Federal da Bahia (IFBA), que já implementaram cursos interculturais indígenas, trazendo contribuições significativas para as comunidades locais.

A Licenciatura Intercultural Indígena na UFBA é embasada em fundamentos pedagógicos, culturais e sociais estruturados nessas experiências anteriores, que servem de parâmetro na construção de um curso de excelência. Estes fundamentos buscam atender às demandas específicas das comunidades indígenas do Estado da Bahia, levando-se em consideração a riqueza de saberes tradicionais e a importância da consulta prévia, livre e informada às comunidades. O curso da Licenciatura Intercultural Indígena é resultado de parcerias estratégicas com lideranças indígenas, instituições e órgãos governamentais, evidenciando um compromisso conjunto com o fortalecimento e promoção das culturas indígenas. Essa abordagem colaborativa é essencial para garantir que o curso atenda de maneira eficaz às necessidades educacionais específicas dessas comunidades.

5.2 JUSTIFICATIVA

O curso de Licenciatura Intercultural Indígena se propõe a fortalecer a formação de professores indígenas para a rede de Ensino Fundamental e Médio da Bahia, o Estado com a segunda maior população indígena no Brasil, segundo o IBGE (IBGE, 2023). Neste estado, 229,1 mil indígenas compõem 13,53% da população indígena do Brasil. De acordo com os dados nacionais, a média indígena de alfabetização encontra-se em 76,6%, quase 15 pontos abaixo da média nacional de 90,4%. Nas terras indígenas, a média de alfabetização indígena é ainda mais baixa do que no restante do território nacional. O próprio IBGE afirma “que a expansão das políticas públicas na área da educação indígena constitui um desafio permanente, com destaque para a população que vive nas Terras Indígenas” (IBGE-FUNAI, 2011).

O curso está baseado em uma orientação intercultural, multilíngue, comunitária, específica, diferenciada e inclusiva que busca fortalecer o trabalho em colaboração entre professores da UFBA e alunos da licenciatura, visando à ampliação e renovação

de instrumentos pedagógicos e de pesquisa por parte dos povos indígenas, em permanente diálogo com as ciências da natureza, a linguística e as humanidades. O diálogo e a colaboração epistemológicos entre os povos indígenas e os contextos acadêmicos refletem o princípio da interculturalidade transversal que caracteriza o curso. Além disso, e de acordo com Silva (2007), estaremos diante do começo da criação de outras possibilidades à "questão da presença dos até hoje "estranhos" ao ambiente acadêmico (dentre outros, os índios), indo além do tema do acesso/permanência: que se pense em iniciativas institucionais que assumam como possibilidade o diálogo entre os diferentes saberes. Uma forma de inclusão que acolha "o diferente" deixando-se questionar, permitindo-se transformar." (p. 95).

O respeito à diversidade linguística e cultural, juntamente com o enfoque na história, línguas e culturas indígenas, serão instrumentos fundamentais no curso, que assegurarão o fortalecimento dos conhecimentos indígenas e a aproximação com os conhecimentos chamados "ocidentais". A ênfase na sustentabilidade, na relação harmoniosa com os territórios, seus componentes humanos e não humanos e as epistemologias indígenas, faz parte da orientação pedagógica do curso.

Para articular essas bases, o curso parte de um olhar que busca ultrapassar as estruturas de conhecimento ortodoxas, herdadas de uma história de dominação colonial. Dessa forma, busca flexibilizar o currículo e se voltar para um aprendizado experiencial.

5.3 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

O curso de Licenciatura Intercultural Indígena da UFBA se orienta pela premissa de que a construção do conhecimento, em todas as áreas do saber, opera de modo necessariamente coletivo e dialógico, envolvendo múltiplos sujeitos, experiências, interesses, linguagens e horizontes de expectativas. Isto implicará na confluência de percursos didáticos que proporcionem a "aquisição de saberes comunitários [e] de saberes escolares convencionais" formação na cidade para retornar às comunidades (Abbonizio e Ghanem 2016) e reforçar, assim, seu bem viver com respeito as suas especificidades socioculturais. Os "saberes" indígenas, neste caso em tela, "definem-se por práticas e teorias, especialmente pelo saber fazer" (Góes 2023, p. 25).

A luta indígena pela educação intercultural percebe a educação para além da transmissão de conteúdos. As lutas indígenas percebem a escola como um espaço de negociações das relações entre as sociedades indígenas e as sociedades nacionais que ganha materialidade no aprendizado infantil. A educação indígena na história das lutas indígenas é um instrumento dos povos indígenas para fortalecer as próprias lutas pelos seus direitos. Essa luta toma como base, segundo Tassinari e Cohn (2012) uma “abertura ao outro” que nasce do posicionamento indígena na fronteira da sua ligação com a sociedade brasileira (TASSINARI & COHN 2012). Esse posicionamento chega com desafios que se transformam ao longo do tempo da mesma forma em que a relação entre a sociedade brasileira e as sociedades indígenas transformam as suas relações (BERGAMASCHI & MEDEIROS 2019). Em outras palavras, os povos indígenas constroem uma relação de abertura e diálogo que busca transformar a relação entre eles e a sociedade brasileira por meio de novas formas de educação, que estão se transformando permanentemente.

Alguns autores pensam nessa metodologia de encontro como mais do que uma abertura. Descrevem ela como um processo de construção de novos conhecimentos a partir da “disputa dialética de valores culturais” como uma forma de resistência cultural. Resistência que pode transformar o modelo de uma educação que no passado foi colonizadora, em uma nova forma de ensino e aprendizado (D'Angelis 2012).

Assim, a dinâmica intercultural que acompanha o curso na sua integralidade, e que está conseqüentemente no cerne do presente PPC, constitui a condição elementar da promoção da diversidade de saberes integrados e estratégicos a serviço da reprodução educacional autônoma e ativa das comunidades indígenas conforme suas próprias demandas sociais, amparados por suas lógicas internas de organização, seus mecanismos reprodução material e seus sistemas políticos. Neste sentido, uma das principais premissas da interculturalidade é a de que a educação indígena, para ser implementada, “não se poderia isolar de suas condições de elaboração, mas também não poderia ser a elas reduzido” (Morin 2008 p. 25), por isso, a alternância dos espaços de construção do conhecimento é importante e foram destacados neste PPC.

Atendendo às normativas dispostas na Resolução CNE/SP (MEC) nº 1, de 7 de janeiro de 2015, art. 7º, e os objetivos gerais e específicos deste PPC, os estudantes

da Licenciatura Intercultural Indígena da UFBA sairão do curso habilitados a atuar de modo ativo e criativo nas diferentes esferas da vida cotidiana de suas respectivas comunidades, mobilizando de modo combinado os conhecimentos de origem não indígenas e os saberes específicos de suas sociedades originais. Isto se dará, principalmente, pois buscamos desconstruir uma perspectiva “etnosociocêntrica” (Morion 2008, p. 29) de ensino que tornava o aluno/pesquisador um mero observador e não reconhecia no outro suas potencialidades na produção de uma outra ciência que pode ser construída a partir de bases fortemente freireanas a partir das “artes das relações na educação indígena” (Góes 2023, p. 18).

Além da valorização de saberes indígenas aprendidos a partir de premissas ancestrais o curso de Licenciatura Intercultural, justamente por estar voltado para povos indígenas, será um lócus de valorização de suas habilidades, por isso será implementado, sempre que possível, o uso de idiomas indígenas nos processos de ensino e aprendizagem escolar. Somaremos a isto a formação voltada para as habilidades de pesquisa no que se refere à revitalização de práticas linguísticas e culturais tradicionais. Lembremos que “os aprendizes não apenas retêm conteúdos, como também imitam e aperfeiçoam práticas, manuseio de diferentes tecnologias, observando pais, anciãos, líderes religiosos, professores, etc”. (Góes 2023, p. 21).

Os licenciados egressos do curso estarão aptos ainda a promover, no cotidiano escolar indígena de suas comunidades, a necessária articulação das linguagens orais, escritas, midiáticas, artísticas e corporais que fizerem parte viva de suas culturas. Para isso, contarão com uma formação essencialmente interdisciplinar e transversal que nunca deixa de lado a contextualização precisa dos saberes provenientes de cada povo ou etnia. Tudo isso será atrelado ao desenvolvimento de competências dos estudantes para a elaboração de materiais didáticos e pedagógicos multilíngues, bilíngues e/ou monolíngues, em diferentes formatos, suportes e modalidades.

Os estudantes também estarão aptos a construir metodologias de ensino e aprendizagem que visem à potencialização de práticas pedagógicas próprias de cada contexto escolar indígena singular. O material didático multilíngue além de ser uma exigência da LDB (art. 79) também reflete o desejo de construir material didático que

combinem “saberes indígenas e não indígenas sem sobreposição e com participação ativa de sábios, conhecedores do povo” (Góes 2023, p. 253).

É preciso também reforçar que há, entre os povos indígenas do Nordeste, forte movimento de retomada linguística e de direitos, com iniciativa das próprias comunidades e em alguns casos, com parceria com diferentes universidades. Nesse contexto, a educação escolar indígena tem sido pensada como meio efetivo em projetos de revitalização e retomada linguística e de uma educação em direitos humanos, o que se desdobra em demandas específicas, como a formação de professores e gestores educacionais indígenas, modalidades com oferta reduzida nas universidades brasileiras.

A dinâmica da reivindicação de direitos preenche a educação de sentido ao problematizar realidades, indicando a necessidade de desenvolver múltiplos saberes para atender às necessidades concretas das comunidades envolvidas nos processos de ensino e aprendizagem (p. 24).

A Constituição de 1988 prevê a organização de uma educação escolar “plurilíngue e intercultural, específica e diferenciada, como necessária, indispensável e um Direito”. A partir de 1991, a educação escolar indígena passou a ser responsabilidade do Ministério da Educação (MEC) e os Estados, algumas vezes, em convênio com os municípios, assumiram esta responsabilidade. Nesse contexto, o que tem visto, predominantemente, é a criação de uma educação escolar na qual são mantidos os moldes das escolas rurais brasileiras, sendo adotados, inclusive, os mesmos materiais didáticos e o mesmo currículo, ainda que a Lei de Diretrizes e Bases (LDB – Lei nº 9.394/96), em seu Artigo 79, preveja o fortalecimento das línguas indígenas, bem como a previsão do uso de materiais didáticos específicos e diferenciados:

A União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural às comunidades indígenas, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa. § 1º – Os programas serão planejados com audiência das comunidades indígenas. § 2º – Os programas a que se refere este artigo, incluídos nos Planos Nacionais de Educação, terão os seguintes objetivos: I – *fortalecer as práticas sócio-culturais e a língua materna de cada comunidade indígena*; II – manter programas de formação de pessoal especializado, destinado à educação escolar nas comunidades indígenas; III – desenvolver currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades; IV – *elaborar e publicar sistematicamente material didático específico e diferenciado* [grifos nossos].

Assim, há urgência em se ampliar as questões e propostas relacionadas à formação de professores e professoras indígenas. Para efeito da formação de professores, é importante atentar para a necessidade da pesquisa *in loco*, realizada no cotidiano indígena, “trata-se de uma proposta que pressupõe a escolarização indígena como processo construído a partir dos territórios, gestão e currículos próprios para suas licenciaturas, magistérios e escolas” (Góes 2023, p. 63). Ivo e Silva (2017) refletem sobre a necessidade da formação de educadores indígenas como forma de se garantir, de fato, o funcionamento de uma educação escolar que atenda às demandas de cada povo indígena:

Compreendemos que a participação de educadores indígenas na construção de projetos escolares para as aldeias é fundamental para que haja ajustes entre a proposta educacional da Comissão Nacional de Educação (CNE) e as demandas etnoculturais de cada grupo indígena. (Ivo e Silva, 2017, p. 204).

Além das necessidades relacionadas propriamente às sociedades indígenas, a sociedade brasileira tem pouco conhecimento da riqueza e diversidade linguística e cultural do país, o que se tenta recuperar a partir da Lei 11.645 de 10 de março de 2008, que “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. § 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.” (NR)

Os estudantes indígenas da Licenciatura Intercultural terão desenvolvidas suas capacidades de compreensão, leitura e posicionamento crítico diante dos contextos educativos, políticos e sociais da contemporaneidade, seja em escala local, regional, nacional e/ou internacional. Assim, saberão ler de maneira crítica e circunstanciada as regulações e normas tocantes à política educacional dos sistemas de ensino convenientes, à própria prática educativa cotidiana em si mesma, assim como aos

temas latentes da realidade socioeducacional vivida dentro e fora de suas comunidades de origem. Além disto, ao longo da formação na Licenciatura Intercultural diversas atividades previstas produzirão conhecimento sobre os povos indígenas, pelo protagonismo indígena, e a difusão dos mesmos o que poderá contribuir para a gestão do território e registro da memória dos antigos, por exemplo.

5.4 OBJETIVOS

5.4.1 GERAL

Desenvolver saberes conceituais e procedimentais necessários ao trabalho docente em escolas indígenas. Desempenhar o ensino e a gestão da Educação Escolar Indígena no Território Etnoeducacional Yby Yara (Estado da Bahia) de forma intercultural e interdisciplinar. Promover uma abordagem integrada que adote como princípio pedagógico central o exercício conjunto das funções de ensino, de pesquisa, de extensão, bem como administrativas e culturais-comunitárias. Promover processo autoformativo, garantindo atitudes que levem em consideração a preservação e valorização da ancestralidade e da continuidade histórica de seus povos.

5.4.2 ESPECÍFICOS

1. Compreender e aplicar a legislação pertinente à Educação Escolar Indígena, integrando os princípios da interculturalidade, multilinguismo, inclusão, participação cultural-comunitária, e respeitando as especificidades e diversidade dos povos indígenas;
2. Dominar áreas de conhecimento específicas em Humanidades; Artes, Linguagens e Literaturas; e Matemática e Ciências da Natureza, de maneira ampla e diversificada;
3. Desempenhar papel ativo na transformação da realidade educacional indígena, integrando pesquisa, ensino e extensão;
4. Promover a valorização e integração dos conhecimentos e saberes tradicionais;
5. Conhecer teorias pedagógicas crítico-interculturais para a construção, avaliação e atualização dos Projetos Político-Pedagógicos Escolares Indígenas (PPPEI), bem como currículos, metodologias, processos de avaliação e gestão alinhados

aos interesses educacionais dos diversos povos e comunidades indígenas da Bahia;

6. Elaborar estratégias políticas para incorporar nas escolas indígenas desenhos curriculares e percursos formativos que respeitem particularidades étnicas, culturais e linguísticas;
7. Implementar, em diálogo coletivo e intercultural, a gestão etnoterritorializada nas escolas indígenas;
8. Desenvolver projetos de pesquisa e extensão integrados, alinhados às necessidades e aspirações dos povos indígenas;
9. Produzir materiais didático-pedagógicos que respeitem a realidade sociocultural e linguística específica de cada povo indígena da Bahia, recuperando memórias e fortalecendo a identidade étnica e a revitalização das línguas indígenas.

5.5 PERFIL DO EGRESSO

Os graduados do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena atuam como professores habilitados em **Pensamento Indígena e Humanidades; Pensamento Indígena, Artes, Linguagens e Literaturas e Pensamento Indígena, Matemática e Ciências da Natureza**, desempenhando suas funções em escolas indígenas que abrangem o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Além disso, possuem a capacidade de realizar atividades de gestão e organização no contexto da Educação Escolar Indígena. Desta maneira, o perfil do egresso está em conformidade com os requisitos estabelecidos pela Resolução nº 1, de 07 de janeiro de 2015 CP/CNES:

I - atuação e participação em diferentes dimensões da vida de suas comunidades, de acordo com as especificidades de cada povo indígena; II - conhecimento e utilização da respectiva língua indígena nos processos de ensino e aprendizagem; III - realização de pesquisas com vistas à revitalização das práticas linguísticas e culturais de suas comunidades, de acordo com a situação sociolinguística e sociocultural de cada comunidade e povo indígena; IV - articulação da proposta pedagógica da escola indígena com a formação de professores indígenas, em relação à proposta política mais ampla de sua comunidade e de seu território; V - articulação das linguagens orais, escritas, midiáticas, artísticas e corporais das comunidades e povos indígenas no âmbito da escola indígena; VI - apreensão dos conteúdos das diferentes áreas do conhecimento escolarizado e sua utilização de modo disciplinar, transversal e contextualizado no que se refere à realidade sociocultural, econômica, política e ambiental das comunidades e povos indígenas; VII - construção de materiais didáticos e pedagógicos multilíngues, bilíngues e monolíngues, em diferentes formatos e modalidades; VIII - construção de metodologias de ensino e aprendizagem que

sintetizem e potencializem pedagogias ligadas às especificidades de cada contexto escolar indígena; IX - compreensão das regulações e normas que informam e envolvem a política educacional dos respectivos sistemas de ensino e de suas instituições formadoras; X - compromisso com o desenvolvimento e a aprendizagem do estudante da escola indígena, promovendo e incentivando a qualidade sociocultural da Educação Escolar Indígena; XI - firme posicionamento crítico e reflexivo em relação à sua prática educativa, às problemáticas da realidade socioeducacional de suas comunidades e de outros grupos sociais em interação; XII - vivência de diferentes situações de ensino e aprendizagem a fim de avaliar as repercussões destas no cotidiano da escola e da comunidade indígena; XIII - adoção da pesquisa como base pedagógica essencial da construção do itinerário formativo, com vistas a uma melhor compreensão e avaliação do seu fazer educativo, do papel sociopolítico e cultural da escola, da realidade dos povos indígenas e do contexto sociopolítico e cultural da sociedade brasileira em geral; e XIV - identificação coletiva, permanente e autônoma de processos educacionais em diferentes instituições formadoras, inclusive daquelas pertencentes a cada povo e comunidade indígena.

Assim, os egressos do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena estarão preparados para atuar como professores habilitados em diversas áreas do conhecimento, promovendo a revitalização das práticas linguísticas e culturais de suas comunidades, articulando a proposta pedagógica da escola indígena com a formação de professores, e comprometidos com o desenvolvimento socioeducacional e cultural das comunidades e povos indígenas do estado da Bahia.

5.6 CONHECIMENTOS, COMPETÊNCIAS E HABILIDADES A SEREM DESENVOLVIDOS

Em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 1, datada de 07 de janeiro de 2015, CP/CNES, e em conformidade com os propósitos do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena, e considerando ainda as necessidades específicas das escolas e comunidades indígenas locais e regionais, alinhadas às demandas resultantes da integração dessas populações no cenário nacional, ressaltamos as seguintes competências do graduado na Licenciatura Intercultural Indígena:

1. Demonstração de profundo entendimento da Legislação da Educação Escolar Indígena, considerando a interculturalidade, especificidades e diversidade dos Povos Indígenas do estado da Bahia;
2. Aplicação prática e teórica dos conhecimentos adquiridos no curso na concepção e desenvolvimento de Projetos Políticos Pedagógicos autênticos, que

reflitam a autonomia, particularidades e aspirações das comunidades indígenas, levando em conta suas características étnicas, culturais e linguísticas;

3. Habilidade para integrar os conteúdos das diversas áreas do curso de maneira interdisciplinar, transversal e contextualizada, considerando a realidade sociocultural, econômica, política e ambiental de suas comunidades;
4. Capacidade autônoma para iniciar e conduzir projetos de pesquisa próprios, utilizando-os como alicerce fundamental para a prática pedagógica, reconhecendo a importância da pesquisa para uma abordagem pedagógica diferenciada e alinhada com a realidade de seu povo e comunidade;
5. Competência na elaboração de currículos, metodologias, processos de avaliação e gestão personalizados, assim como na produção de materiais didáticos originados de pesquisas realizadas na e com as comunidades indígenas. Tais materiais têm como objetivo abordar as especificidades culturais e linguísticas das comunidades, incorporando também os conhecimentos e trajetórias históricas específicas de cada povo;
6. Habilidade para envolver ativamente a escola e a comunidade indígena, promovendo uma integração que permita que a escola seja acolhida pela comunidade e atue como parceira na implementação da gestão etnoterritorializada;
7. Engajamento na promoção do desenvolvimento comunitário no âmbito da Educação Escolar Indígena, buscando realizar transformações relevantes e alinhadas com os aspectos históricos, sociais, culturais, linguísticos, econômicos e políticos de sua comunidade;
8. Aptidão para impulsionar iniciativas e criar ambientes que reconheçam e enalteçam os conhecimentos e saberes tradicionais dos povos indígenas.

5.7 METODOLOGIA DE ENSINO E APRENDIZAGEM

O desafio teórico e metodológico de conceber uma Educação Escolar Indígena específica e diferenciada vai além da elaboração de novos conteúdos curriculares, calendários próprios e formas de gestão escolar adequadas. É fundamental fortalecer a relação entre a escola e o povo em que está inserida. No processo de formação do

professor-pesquisador, é fundamental incentivar a criação de novos conceitos e a emergência de ideias próprias desses povos, além de organizar a produção de conhecimento valorizando o saber tradicional dos povos originários. Isso se torna crucial para interromper a continuidade da educação orientada para a integração e a assimilação, que historicamente manteve inalteradas as relações de poder entre sociedades "colonizadas" e "colonizadoras".

Em vez disso, é necessário construir uma educação de matriz intercultural, capaz de produzir um diálogo de saberes entre conhecimentos indígenas e conhecimentos escolares (nos diferentes níveis de ensino), que seja capaz de criar condições favoráveis para que os diferentes povos indígenas valorizem e conheçam suas culturas de origem, assim como as culturas de outros, e, especialmente, desenvolvam habilidades para cruzar fronteiras entre culturas (Banks, 1999). Ou, dito de outra maneira, uma educação capaz de respeitar, se não plenamente, ao menos em grande medida, um dos imperativos de um “diálogo intercultural sobre a dignidade humana”, conforme expresso por Santos (1997) ao afirmar que, uma vez que as pessoas e os grupos tendem a ser distribuídos conforme concepções concorrentes de igualdade e diferença, elas têm o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito a ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza. Ou ainda, como discute Curieux (1999), uma educação capaz de formar sujeitos tanto ligados/as às suas raízes quanto conectados/as ao mundo.

Como discute Freire (2019), através do diálogo as realidades são desveladas e os atores engajados nos processos educativos podem tornar-se críticos, reflexivos e independentes. Na educação de inspiração freiriana, diferenças devem ser expostas, escutadas e respeitadas no diálogo entre educadores e educandos, assim como dos educandos entre si, de modo que ambos, educadores e educandos, aprendam reflexivamente ao longo do processo. Freire nos oferece uma concepção de educação na qual uma visão abrangente da instituição escolar e das práticas pedagógicas, em conexão com a conjuntura social da qual fazem parte, busca favorecer a superação de fronteiras culturais sem negação da diferença. Trata-se de conceber uma “superação dialética na qual os diferentes preservem o que é essencial em suas diferenças e

comunguem do que os aproxima em suas semelhanças” (Peroza, Silva, & Akkari, 2013, p. 479), na busca de uma sociedade “universalmente plural”.

O conteúdo curricular incorpora diversas experiências teóricas e práticas, ajustando-se às especificidades das diferentes áreas de habilitação e componentes curriculares necessários para o desenvolvimento das discussões e atividades relacionadas a um determinado tema. As atividades vivenciais serão executadas como produtos dos componentes curriculares presenciais, no que chamamos de “tempo-comunidade”.

Os temas transversais e específicos abrangem conhecimentos e saberes tradicionais de diversas áreas de conhecimento, tais como cultura, políticas indígenas e indigenistas (territoriais, ambientais, linguísticas, saúde indígena, segurança, etc.), bem viver, biodiversidade e territorialidades, entre outros relevantes à realidade e história dos povos indígenas brasileiros. Essa abordagem está alinhada com o art. 8º da Resolução nº 1, de 7 de janeiro de 2015, que destaca a importância de construir projetos pedagógicos de forma coletiva, envolvendo amplamente os povos indígenas e valorizando seus conhecimentos. Esses temas evoluem ao longo do processo de formação, introduzindo novos conteúdos que não constam no mapa conceitual inicial. Portanto, os docentes do curso precisam estar preparados para atender a essas demandas, provenientes da definição de programas de pesquisa e do desenvolvimento do espírito investigativo dos estudantes.

Além da interdisciplinaridade por meio da transversalidade, a formação de professores-pesquisadores indígenas considera a transdisciplinaridade como uma preocupação constante. Isso visa evitar o tratamento fragmentado das questões que afetam suas comunidades, reconhecendo a importância de uma visão holística e crítica de suas realidades. As tecnologias de informação e comunicação a serem adotadas no ensino da Licenciatura Intercultural Indígena facilitarão, ademais, a execução do Projeto Pedagógico do Curso, garantindo acessibilidade digital e promovendo a interatividade entre docentes e discentes. Essas tecnologias também assegurarão o acesso a materiais ou recursos didáticos que possibilitem experiências de aprendizagem diferenciadas.

A organização dos conteúdos neste PPC leva em consideração todos esses aspectos, além das resoluções mais recentes relacionadas à Educação Escolar Indígena específica e diferenciada. A interação entre conteúdos e práticas pedagógicas permite aos estudantes do curso uma conexão concreta entre teoria e prática, facilitando o planejamento e desenvolvimento de práticas inovadoras nas escolas indígenas. A interdisciplinaridade e a base comum possibilitam que os estudantes adquiram os conhecimentos necessários nos três ciclos formativos do curso, contribuindo para o desenvolvimento de uma prática pedagógica mais abrangente e inovadora.

5.8 INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE

A Universidade Federal da Bahia, em sintonia com os valores consagrados na Constituição Federal de 1988, especialmente no Artigo 3º, inciso IV, que preconiza a promoção do bem comum sem discriminações de origem, raça, cor, idade ou qualquer forma de exclusão, e reafirmando o direito à Educação como responsabilidade do Estado, conforme estabelecido no Artigo 205, capítulo III, destaca-se pela sua abordagem inovadora na Licenciatura Intercultural Indígena no que tange ao respeito à diversidade e ao combate ao capacitismo. A proposta se alinha aos princípios constitucionais que garantem a Educação como um direito universal, proporcionando acesso gratuito e de qualidade a todas e todos, como delineado nos incisos IV e VII do Artigo 206. Essa garantia encontra respaldo em acordos internacionais, a exemplo da Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e da Declaração de Salamanca (Espanha, 1994), os quais ressaltam a importância de erradicar discriminações no acesso às oportunidades educacionais, especialmente para grupos socialmente marginalizados.

Dentro desse contexto, a Universidade Federal da Bahia, por meio da Licenciatura Intercultural Indígena, reitera seu compromisso com a inclusão e a diversidade. O curso, em sintonia com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015), terá como referência o Núcleo de Apoio à Inclusão do Aluno com Necessidades Educacionais Especiais (NAPE), o qual oferece políticas de inclusão para pessoas com deficiência à comunidade acadêmica

da UFBA. Além de aderir à política de inclusão de minorias, a Licenciatura Intercultural Indígena focaliza sua atenção na formação de professores indígenas com capacidade para atuar de forma interdisciplinar, respeitando as diversas especificidades humanas, culturais e linguísticas. O desenho curricular do curso foi estrategicamente concebido para integrar teoria e prática, abordando políticas inclusivas para pessoas com deficiências e necessidades específicas, especialmente para os povos indígenas.

A Licenciatura Intercultural Indígena incorpora o ensino de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como componente curricular obrigatório, em conformidade com a Resolução N° 2/2015 do Ministério da Educação, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior. Essa abordagem prática não se limita a cumprir requisitos curriculares, mas visa também promover a reflexão sobre a LIBRAS como língua materna dos surdos, contribuindo para a acessibilidade de pessoas surdas. Além disso, ao integrar a LIBRAS, o curso proporciona elementos inovadores, permitindo que as discussões sobre a revitalização das línguas indígenas dos povos do estado da Bahia possam ser conduzidas e refletidas também por meio da representação através de sinais específicos. Isso evidencia um compromisso efetivo com a diversidade linguística e cultural, consolidando a Licenciatura Intercultural Indígena como uma iniciativa que visa promover a inclusão em sua forma mais abrangente.

5.9 AVALIAÇÃO

A avaliação contínua do curso e do processo de ensino-aprendizagem, assim como a autoavaliação, será conduzida pelo Colegiado do Curso e pelos Comitês Orientadores. Esses procedimentos são moldados pela atuação dos docentes, discentes e pelas sugestões das comunidades indígenas e suas instituições representativas. No que diz respeito à avaliação dos estudantes, o processo de formação integral permite uma revisão constante dos saberes construídos, identificando áreas que necessitem de aprofundamento e avaliando sua aplicabilidade nas escolas indígenas. Ao longo do curso, são discutidas e propostas formas de avaliação que capacitam os alunos a acompanhar seu progresso e conscientizar-se dos avanços e desafios enfrentados. A avaliação dos componentes curriculares é

conduzida de maneira coletiva e individual, caracterizando-se por uma abordagem reflexiva que fomenta as relações de ensino e aprendizagem, em contraste com modelos uniformes e eliminatórios. No que concerne à avaliação dos docentes, é essencial verificar se estão abertos a ajustar constantemente suas práticas, compartilhar saberes e adaptar o planejamento às necessidades dos estudantes indígenas. Os professores deverão demonstrar competência teórica e prática para criar um ambiente de aprendizagem alinhado às exigências interculturais do curso. Os procedimentos de acompanhamento e avaliação utilizados durante os processos de ensino-aprendizagem estão alinhados com a concepção do curso estabelecida no Projeto Pedagógico do Curso (PPC). Eles buscam promover o desenvolvimento e a autonomia dos estudantes de maneira eficaz, adotando ações concretas para aprimorar a aprendizagem com base nas avaliações realizadas.

5.9.1 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

A avaliação não se restringirá apenas à avaliação externa, mas será realizada internamente de forma interativa, considerando uma combinação dinâmica de elementos, como o desempenho da aprendizagem, conteúdos, professores, colegas, comitês orientadores e as comunidades e povos indígenas envolvidos. Além de interativa, a avaliação será processual, ocorrendo ao longo de toda a trajetória formativa, não se limitando a momentos isolados. Os discentes realizarão três grandes produtos, que também serão analisados para fins de avaliação dos desafios de ensino e aprendizagem na educação intercultural, a saber, no quarto semestre, um material didático-pedagógico voltado para seu povo; no sétimo semestre, o relatório final de estágio; e no oitavo semestre, o Trabalho Final de Graduação, que levará em conta todo o percurso do estudante, incluindo os produtos gerados nas práticas de ensino, componentes ACCS, estágios supervisionados e material didático produzido.

No que tange à Avaliação Externa, essa desempenha um papel crucial no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), voltando-se para o aprimoramento da qualidade do Ensino Superior. Seus objetivos incluem orientar a expansão da oferta educacional, promover o aumento contínuo da eficácia

institucional e da efetividade acadêmica e social, bem como aprofundar os compromissos e responsabilidades sociais das Instituições de Ensino Superior (IES).

Essa avaliação visa valorizar a missão pública das instituições, promover valores democráticos, respeitar a diversidade, afirmar a autonomia e fortalecer a identidade institucional. Nesse curso, a Avaliação Institucional se desdobrará em duas modalidades:

Autoavaliação: Conduzida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UFBA, essa modalidade segue as diretrizes e o roteiro estabelecidos pela CONAES para a autoavaliação institucional.

Avaliação externa: Realizada por comissões designadas pelo INEP, essa modalidade se baseia nos padrões de qualidade para o Ensino Superior expressos nos instrumentos de avaliação, bem como nos relatórios das autoavaliações. O processo de avaliação externa busca uma abordagem multidimensional, integrando as dimensões formativa e regulatória de forma abrangente.

A CPA da UFBA foi instituída através da Portaria 140 - Gabinete da Reitoria em abril de 2004. A CPA é composta por um representante do Reitor, um representante do Corpo Docente, um representante do Corpo Técnico-administrativo, um representante estudantil, um membro do Conselho Estadual de Educação representando a Sociedade Civil, dois membros especialistas em avaliação e/ou gestão da educação superior. O representante estudantil na CPA tem mandato de um ano e os demais membros, mandato de dois anos, todos podendo ser reconduzidos por mais um período.

A Comissão Própria de Avaliação tem como funções:

- coordenar processos internos de avaliação, sistematização e análise, em todos os níveis de atividade e áreas de atuação;
- realizar estudos e pesquisas pertinentes ao desempenho acadêmico, institucional e de gestão da Universidade Federal da Bahia;
- atuar como interface perante o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

A CPA conta com o apoio da Superintendência de Avaliação e Desenvolvimento Institucional (SUPAD), que através da sua Coordenação de Avaliação executa as

políticas de avaliação, realiza estudos, desenvolve metodologias e consolida os processos avaliativos no âmbito da Universidade Federal da Bahia.

Em conjunto, esses processos avaliativos formam um sistema que facilita a integração das diversas dimensões da realidade avaliada. Isso assegura a coesão conceitual, epistemológica e prática, além de garantir o alcance dos objetivos estabelecidos pelos diferentes instrumentos e modalidades de avaliação.

5.9.2 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Se levarmos em conta o disposto nas normas da UFBA, particularmente no Regulamento do Ensino de Graduação e Pós-Graduação (REGPG), contemplando variações quanto aos instrumentos, periodicidade e volume das avaliações de acordo com as especificidades dos componentes curriculares. Atendendo ao que dispõe o REGPG, “entende-se por avaliação da aprendizagem o processo contínuo de apreciação e verificação da construção de conhecimento dos estudantes, bem como acompanhamento, diagnóstico e melhoria do processo de ensino-aprendizagem”.

As principais características do sistema de avaliação na UFBA são as seguintes:

1) Avaliação semestral do desempenho dos alunos, considerando:

a) **Avaliação da participação:** frequência às aulas, realização das atividades propostas dentro e fora da sala de aula, realização dos trabalhos escritos demandados. A esta avaliação pode ser atribuída uma nota de zero a 10 ou um conceito.

b) **Avaliação do desempenho na aprendizagem:** podem-se considerar atividades avaliativas ou práticas, trabalhos acadêmicos escritos (individuais ou em grupos) e outros dispositivos de avaliação compatíveis com os objetivos da disciplina. A esta avaliação pode ser atribuída uma nota de zero a 10, com uma casa decimal.

c) A metodologia de avaliação da aprendizagem é definida pelo professor ou professores responsáveis pelo componente curricular, no respectivo plano de curso, apreciada/aprovada pela plenária do Departamento.

d) Cada componente curricular poderá atribuir ao aluno um mínimo de duas e um máximo de seis notas ao longo do semestre. A decisão cabe ao(s)

professor(es) responsável(eis) no âmbito do plano de curso conforme acima indicado.

e) O sistema considera também a frequência do aluno no componente curricular, com frequência mínima de 75%.

Cabe lembrar que a avaliação no curso de Licenciatura Intercultural Indígena da UFBA ocorrerá de forma interativa e processual, com regime de alternância em cada disciplina, compreendendo três momentos-chave: Tempo-Universidade, Tempo-Comunidade e Tempo-Comunidade-Universidade. No caso de uma disciplina com 60 horas, por exemplo, o regime de alternância implicará em uma carga horária de 22 horas no Tempo-Universidade, quando os estudantes indígenas virão das aldeias para Salvador e participarão de atividades teórico-práticas presenciais ao longo de um mês. No Tempo-Comunidade, com carga horária de 30 horas, os cursistas retornarão às suas comunidades e realizarão atividades teóricas, práticas e de extensão, utilizando o Ambiente Virtual de Aprendizagem e implementando "Trilhas da Aprendizagem"¹. Finalmente, no Tempo-Comunidade-Universidade, com carga horária de 08 horas, docentes e estudantes se deslocarão para uma aldeia indígena para atividades avaliativas. Em caso de disciplinas com carga horária distinta de 60 horas, será respeitada a percentagem prevista acima, de acordo com a carga horária do componente. Desta forma, a avaliação será contínua e formativa, em interação com professores e colegas e com participação ativa dos Comitês Orientadores e das comunidades indígenas.

5.9.3 AVALIAÇÃO E AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO

O processo de avaliação interna do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena será conduzido por meio de um instrumento de avaliação exclusivo elaborado pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) em parceria com os Comitês Orientadores. Neste instrumento, os estudantes terão a oportunidade de avaliar individualmente os componentes curriculares, programas e conteúdos, além de realizar autoavaliações.

¹ Conforme Oliveira, Souza e Rangel (2023), as trilhas da aprendizagem se constituem como uma modalidade pedagógica, particularmente com o uso de tecnologias digitais, que subsidiam com eficiência uma política de formação continuada de professores, ao promoverem um currículo contextualizado focado na autonomia do estudante em seu percurso formativo.

Outro instrumento de avaliação será aplicado a todos os docentes, técnicos administrativos e egressos do curso.

A combinação desses instrumentos de avaliação formará o resultado da autoavaliação do curso, que servirá como referência para a proposição de possíveis alterações. A responsabilidade de desenvolver e monitorar as políticas de avaliação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) ficará a cargo do NDE, que também será encarregado de supervisionar a implementação das atividades planejadas.

É crucial que todo o processo de avaliação transcorra de maneira democrática e transparente, permitindo ajustes sempre que necessário. Reuniões regulares envolvendo a Coordenação, o Colegiado, o NDE e os Comitês Orientadores, serão promovidas para garantir a participação ativa de todas as partes interessadas, inclusive as comunidades indígenas.

Os discentes terão duas principais formas de contribuir para o acompanhamento e avaliação do PPC: a) preenchendo questionários de avaliação; e b) participando como representantes no Colegiado da Licenciatura Intercultural Indígena. Através desses meios, os estudantes poderão identificar, discutir problemas e propor modificações no PPC do Curso.

5.9.4 AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO

Os mecanismos de avaliação empregados neste Projeto Pedagógico do Curso (PPC) têm como finalidade identificar as dificuldades, deficiências e necessidades do curso. Com base nesses instrumentos, a Licenciatura Intercultural Indígena, por meio do NDE e dos Comitês Orientadores, deve propor iniciativas para superar as barreiras identificadas. Além disso, busca-se aprimorar os resultados positivos alcançados durante os processos de ensino e aprendizagem, promovendo um planejamento contínuo do curso. Esses resultados devem ser divulgados de maneira adequada e apropriados pela comunidade acadêmica.

5.10 DA ORIENTAÇÃO ACADÊMICA

O curso de Licenciatura Intercultural Indígena da UFBA adota uma abordagem intercultural e, para tal, instituirá, inspirado pela bem sucedida

orientação acadêmica da Licenciatura Intercultural Indígena da Universidade Federal de Goiás, a ferramenta dos “Comitês Orientadores” (GOIÁS, 2024). Os Comitês Orientadores serão compostos por discentes ativos, professores orientadores das três habilitações do curso, membros das comunidades indígenas, pesquisadores indigenistas e, conforme necessário, membros da comunidade acadêmica. A coordenação dos Comitês Orientadores ficará a cargo dos Coordenadores Locais nos municípios de Banzaê, Santa Cruz de Cabrália, Olivença e Ibotirama.

Os Comitês Orientadores têm como propósito fomentar a interação entre a universidade e as comunidades indígenas. Este vínculo é crucial na formação de docentes indígenas, na produção de conhecimento e na participação em atividades culturais. Além disso, os comitês têm um papel central na supervisão integral do percurso acadêmico dos estudantes das quatro diferentes regiões (Sul, Extremo Sul, Oeste e Norte). Esses comitês visam garantir que todo processo de orientação acadêmica no interior do curso de Licenciatura Intercultural Indígena ocorra de forma a refletir a necessidade de desenvolver novas abordagens teóricas, metodológicas e pedagógicas que promovam a visibilidade e a articulação das epistemologias indígenas, fundamentais para uma educação intercultural específica e diferenciada.

Conforme estabelecido pelo Regulamento de Ensino de Graduação e Pós-Graduação *stricto sensu* (REGPG) da UFBA, no âmbito da orientação acadêmica, o objetivo primordial é integrar os estudantes à vida universitária, abrangendo aspectos pedagógicos, curriculares, políticas e normativas da Universidade, além de fornecer suporte estudantil, orientação em projetos e eventos, estágios e aconselhamento acadêmico-profissional. Os Comitês Orientadores, sob o monitoramento do Colegiado do curso, são os responsáveis por estabelecer os mecanismos de orientação acadêmica, incluindo uma etapa de orientação prévia à inscrição em disciplinas.

Além disso, as atividades de orientação acadêmica são conduzidas por professores orientadores vinculados ao curso, ou que, em algum momento, atuaram como docentes de disciplinas ou atividades ligadas ao curso. Após sete semestres

de aulas teóricas e práticas, atividades complementares e estágios, os alunos submetem relatórios de estágio, documentos comprobatórios de atividades complementares e, no oitavo semestre, a versão final do trabalho de conclusão de curso, os quais são avaliados por uma banca de professores.

No que tange a Orientação Acadêmica, aos estudantes cabe conhecer os regulamentos e documentos institucionais, elaborar planos de estudo em conjunto com os Comitês Orientadores ou com o orientador, cumprir cronogramas de orientação, buscar orientações sobre procedimentos acadêmicos e comunicar eventuais dificuldades ao orientador ou ao Colegiado. O acompanhamento das atividades tanto dos Comitês Orientadores como dos orientadores acadêmicos é realizado pelo Colegiado do curso, sendo que o estudante será, desde o ingresso até a conclusão do curso vinculado a um Comitê Orientador segundo a sua região.

5.11 DO REPERCURSO

Na modalidade PARFOR Equidade, não existe a possibilidade de trancamento de disciplinas, já que essa situação resultaria na perda da matrícula no curso. Em caso de reprovação no componente curricular, por não atingirem a pontuação necessária, os estudantes terão acesso ao Repercurso em dois momentos distintos: ao final de cada semestre e ao término do curso. Para aqueles que participaram das atividades, porém não alcançaram a pontuação mínima exigida, o Repercurso é garantido. Este ocorrerá ao término do semestre letivo, antes do lançamento das notas, durante um período de duas semanas de estudos intensivos, cuja dinâmica será estabelecida pelo docente responsável pela disciplina. Adicionalmente, ao final do curso, os estudantes que dependerem de, no máximo, cinco disciplinas, incluindo o Trabalho de Conclusão de Curso (TFG), e que não tenham voluntariamente deixado de participar das atividades durante a oferta regular do componente, tendo obtido nota inferior a 5,0, têm a oportunidade de realizar o Repercurso mediante inscrição prévia e disponibilidade gerencial para tal.

6 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

6.1 PROPOSTA DE FORMAÇÃO INCLUINDO CONTEÚDOS OBRIGATÓRIOS E OPTATIVOS

O curso está estruturado em sete partes:

1. **Núcleo Comum** em Pensamento Indígena e Educação Escolar Indígena - 13 componentes curriculares, com 735 horas, das quais 30% são horas presenciais teóricas (Tempo-Universidade) e o restante são atividades teórico-metodológicas realizadas nas comunidades (Tempo-Comunidade e Tempo Universidade-Comunidade).
2. **Habilitação** em três áreas possíveis:
 - a. **Humanidades**: 09 componentes curriculares, com 600 horas, as quais 30% são horas presenciais teóricas (Tempo-Universidade) e o restante são atividades teórico-metodológicas realizadas nas comunidades (Tempo-Comunidade e Tempo Universidade-Comunidade).
 - b. **Artes, Linguagens e Literaturas**: 12 componentes curriculares, com 705 horas, as quais 30% são horas presenciais teóricas (Tempo-Universidade) e o restante são atividades teórico-metodológicas realizadas nas comunidades (Tempo-Comunidade e Tempo Universidade-Comunidade).
 - c. **Matemática e Ciências da Natureza**: 11 componentes curriculares, com 630 horas, as quais 30% são horas presenciais teóricas (Tempo-Universidade) e o restante são atividades teórico-metodológicas realizadas nas comunidades (Tempo-Comunidade e Tempo Universidade-Comunidade).
3. **Práticas de Ensino** - 12 componentes curriculares do Núcleo Comum em Pensamento Indígena e Educação Escolar Indígena totalizando 855 horas totais e 405 horas de carga horária PP, das quais 30% são horas presenciais teóricas e o restante de orientação via Ambiente Virtual de Aprendizagem (Tempo-Universidade) e de atividades pedagógicas e de orientação de Práticas de Ensino (PP) realizadas nos espaços escolares e não-escolares das comunidades indígenas (Tempo-Comunidade e Tempo Universidade-Comunidade).
4. **Atividades Curriculares de Extensão** - 06 componentes curriculares de Ação Curricular em Comunidade e em Sociedade (ACCS) com 360 horas e duas disciplinas do Núcleo Comum em Pensamento Indígena e Educação Escolar Indígena, uma com carga horária de 30 horas em extensão e outra com carga horária de 15 horas de extensão, totalizando 405 horas.
5. **Estágio Supervisionado e Prática de Ensino** - 03 componentes curriculares de Estágio Supervisionado e Prática de Ensino com 135 horas cada, totalizando 405 horas.

6. **Trabalho Final de Graduação** - 01 componente curricular de atividade de orientação individual totalizando 60 horas.
7. **Atividades Complementares** - 210 horas para a comprovação da participação individual em atividades de caráter acadêmico-científico (90 horas), atividades de formação ofertadas pela Secretaria Estadual de Educação e outros parceiros reconhecidos pelo movimento de educação escolar indígena da Bahia (60 horas) e atividades de cunho político, comunitário e de interesse de cada povo indígena (60 horas).

O curso de Licenciatura Intercultural Indígena da Universidade Federal da Bahia (UFBA) pauta-se pelos princípios de organização curricular definidos no Regimento Geral da UFBA, destacando a flexibilidade, autonomia, articulação e atualização como fundamentais para a proposta de formação do currículo (Regimento Geral da UFBA, Seção I, Art. 66 - UFBA, 2010). Para assegurar a conformidade com as normativas pertinentes, o curso atende às diretrizes estabelecidas pela legislação nacional. Em consonância com a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamentam a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), o curso oferece a disciplina como componente obrigatório no sétimo semestre letivo. Ademais, o currículo do curso está alinhado com diversas Resoluções do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno, a saber: Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental; Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Ainda, a Resolução CAE 04/2023 da UFBA, que regulamenta a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais referentes à Educação das Relações Étnico-raciais, Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, Educação em Direitos Humanos e Educação Ambiental nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) de graduação da UFBA, está sendo integralmente observada. O curso de Licenciatura Intercultural Indígena da UFBA reafirma seu compromisso em atender e respeitar integralmente as resoluções vigentes, proporcionando uma formação sólida, inclusiva e alinhada com os princípios da diversidade e da educação de qualidade, conforme o quadro abaixo (QUADRO 1), que aponta os componentes do Núcleo Comum em Pensamento Indígena e Educação Escolar Indígena (excetuando-se os componentes das Habilitações) e os subtópicos a seguir.

TABELA 01 – CONTEÚDOS QUE VERSAM SOBRE RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, MEIO AMBIENTE E DIREITOS HUMANOS

Conteúdos	Componente Curricular	Carga Horária
Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana	0000_ Direitos dos Povos Indígenas e Direito Indigenista no Brasil e na Bahia	60
	FCHM36 - ACCS: Memórias da Luta e Resistência dos Povos Indígenas do Nordeste	60
	0000_ Legislação da Educação Escolar Indígena	60
	EDCD59 - Educação, Identidade e Pluralidade Cultural	60
	HACC09 - Culturas Baianas	60
	0000_ Territórios, Territorialidades e Terras Indígenas	60
	0000_ Introdução às Línguas Indígenas Brasileiras	60
	FCHL47 - ACCS: Educação Diferenciada e Revitalização de Línguas Indígenas	60
Educação Ambiental / Meio Ambiente	ARQA94 - ACC: Arquiteturas de Povos e Comunidades Tradicionais	60
	MATF54 - ACCS: Onda Educativa, Digital, Ecologista e Pan-Afro-Indígena	60
	EDC267 - Educação Ambiental	90
Educação em Direitos Humanos	GEOD34 - ACCS: A Terra como Cura - Geologia e os Saberes Tradicionais	60
	EDC324 - TEE Educação Indígena e Direitos Humanos	60
	FCHF54 - Seminário Temático Gênero, Feminismo e Educação	60

	LETE48 - LIBRAS I Língua Brasileira de Sinais Nível I	60
--	---	----

6.2 ATENDIMENTO À RESOLUÇÃO NO 01/2004-CNE/CP, LEI N° 10.639/2003, LEI N° 11.645/2008

A Licenciatura Intercultural Indígena (Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Capítulo II da LDB, Lei n° 9.394 de 1996, modificada pela Lei n° 10.639 e Lei n° 11.645, de 10 de março de 2008), como um curso que surgiu após avanços nas políticas públicas para lidar com a diversidade sociocultural no país, incorpora tanto a LDB quanto as alterações realizadas nas leis. A Lei n° 11.645, de maneira mais específica, complementou as leis anteriores, inserindo de forma obrigatória a cultura e história indígena no ensino da Educação Básica brasileira. Isso permitiu uma abordagem mais complexa das relações étnico-raciais, atendendo à questão indígena que anteriormente era pouco considerada.

Para que os professores da Educação Básica possam abordar adequadamente os estudos sobre história e cultura africana, afro-brasileira e indígena em suas aulas, os cursos de formação de professores no Ensino Superior precisam incluir essas temáticas em seus conteúdos e matrizes curriculares. Os estudantes deste curso terão oportunidade de problematizar as relações étnico-raciais em vários momentos de sua formação superior, considerando suas próprias histórias de vida e os processos de formação sociocultural e histórica nas regiões em que estão inseridos. Estes contextos, marcados pelo colonialismo no trânsito transatlântico entre Europa, América e África, envolvem povos originários, africanos e afro-brasileiros, todos herdeiros de modalidades de colonialismo opressor ao longo de mais de cinco séculos de encontros e desencontros.

A matriz curricular atual do curso inclui três componentes curriculares no Núcleo de Formação Comum que exploram as relações étnico-raciais no país, com ênfase na história e cultura dos povos indígenas, abordando os direitos, as culturas, a diversidade, os territórios e as territorialidades. Esses componentes são: a) Direitos dos Povos Indígenas e Direito Indigenista no Brasil e na Bahia, b) Educação Indígena e Direitos Humanos, c) Territórios, Territorialidades e Terras Indígenas. Além disso, há componentes curriculares que tratam da história e cultura africanas, afro-brasileira e indígena na área de habilitação em Ciências Humanas, discutindo as relações históricas construídas ao longo do processo colonizador nas Américas e no Brasil, como parte essencial dos conteúdos curriculares que promovem discussões sobre essas relações históricas.

6.3 ATENDIMENTO À LEI N° 9.795/1999, DECRETO N° 4.281/2002 E DECRETO N° 7.747/2012

O cumprimento da Lei n° 9.795, de 27 de abril de 1999, e do Decreto n° 4.281, de 25 de junho de 2002, que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental, é incorporado no Núcleo de Formação Comum do Curso por meio dos componentes curriculares: Educação Ambiental; b) Gestão Escolar; e c) Territórios, Territorialidades e Terras Indígenas. Nas três habilitações, a abordagem dessa temática ocorre em vários dos componentes curriculares: a) Biodiversidade e Conservação; b) Busca Racional de Novos Fármacos de Origem Vegetal; c) Estudos de Cultura Material; d) Racionalidades Terapêuticas: saberes e práticas alternativas e tradicionais; e) Introdução à Astronomia; f) Diversidade de Plantas, Algas e Fungos; g) Estudos Socioeconômicos e Ambientais; h) Fundamentos de Ecologia e Ciências Ambientais; i) Fitofármacos e Fitoterapia; dentre outros.

Embora não seja uma exigência da legislação educacional atual, uma abordagem relevante no curso refere-se ao atendimento do Decreto n° 7.747, de 05 de junho de 2012, que estabelece a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) e dá outras providências. Este decreto deve ser discutido no curso, tanto no Núcleo de Formação Comum e de Formação Específica quanto nos Núcleos de Práticas Pedagógicas e Complementar, uma vez que tem como objetivo:

"[...] garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas, assegurando a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações dos povos indígenas, respeitando sua autonomia sociocultural, nos termos da legislação vigente" (Cap. I, Das Disposições Preliminares).

De acordo com as diretrizes da PNGATI, os povos indígenas no Brasil estão elaborando ou já elaboraram Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) para suas Terras Indígenas, visando à gestão sustentável do patrimônio ambiental e territorial, além de proteger o patrimônio material e imaterial dos povos, sociedades, territórios e territorialidades. A PNGATI e os PGTA são abordados nos mesmos componentes curriculares que tratam da Educação Ambiental, destacando o protagonismo, a conquista de autonomia e a necessidade de participação qualificada dos povos indígenas na governança dessa política pública no Brasil.

6.4 ATENDIMENTO À RESOLUÇÃO N° 01/2012-CNE/CP

A Licenciatura Intercultural Indígena, em atendimento a esta Resolução, aborda as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos nos componentes curriculares

Direitos dos Povos Indígenas na Bahia e no Brasil, Educação Indígena e Direitos Humanos e Seminário Temático Gênero, Feminismo e Educação, do Núcleo de Formação Comum.

6.5 ATENDIMENTO AO ESTATUTO DO IDOSO (LEI 14.423/2022) E À LEI MARIA DA PENHA (LEI 11.340/2006)

Na disciplina ACCS "Memórias da Luta e Resistência dos Povos Indígenas do Nordeste Brasileiro", a ementa reflete um princípio fundamental na cultura dos povos indígenas da Bahia e do Brasil: o respeito pelos mais velhos. Destaca-se na ementa a valorização dos idosos indígenas, expressa na frase que busca garantir o reconhecimento do conhecimento desses indivíduos, especialmente por meio do "estudo sistemático das experiências e estratégias dos anciãos e anciãs". Esses agentes sociais, como aponta a ementa, desempenharam, e continuam desempenhando, um papel crucial nas lutas pelo direito à educação, possibilitando que as futuras gerações indígenas contribuam para a sociedade por meio da produção de conhecimento e formação profissional, adicionando às "armas tradicionais" (borduna, arco-e-flecha, etc.) pela promoção de seus direitos humanos e cidadania através da educação. No que diz respeito à Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), diversos componentes do curso abordam as temáticas das "lutas indígenas" e "direitos indígenas". Embora as ementas não mencionem diretamente o conceito de violência, este se evidencia por meio de outras categorias presentes. Por exemplo, no componente "Educação, Identidade e Pluralidade Cultural", são abordados aspectos sociopolíticos e culturais que caracterizam o Brasil como um país pluricultural na contemporaneidade, incluindo estudos sobre identidade, cultura, memória, discriminação/preconceito, saberes e tradições populares. Da mesma forma, no componente "Movimentos sociais, ação coletiva e democracia", são explorados os desafios das relações entre movimentos sociais e Estado, abordando temas como pressão e gestão, autonomia e eficácia política, conflito e consenso, além dos diferentes modelos de democracia resultantes. Adicionalmente, uma parceria foi estabelecida com o Departamento de Estudos de Gênero e Feminismos da UFBA, oferecendo o componente "Seminário Temático Gênero, Feminismo e Educação", cuja ementa discute processos socioeducativos sob a perspectiva dos Estudos Feministas, de Gênero e Multiculturais, analisando casos no contexto da globalização e do regionalismo. Assim, o cumprimento da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) é abordado de forma transversal em todo o Projeto Pedagógico do Curso, priorizando componentes que tratam de temas relacionados à violência, utilizando categorias como gênero, lutas sociais, consciência social, organização social e política nas sociedades indígenas, conflito, discriminação e preconceito. Por fim, há a previsão de cursos livres em nosso PPC, 02 a 04 por

semestre, organizados pelo colegiado de curso, o que garante que áreas que precisem ser densificadas na formação do professor-pesquisador indígena sejam garantidas através de formação extracurricular ao longo de todo o curso.

6.6 ESTRUTURAÇÃO DA MATRIZ CURRICULAR

O Curso de Licenciatura Intercultural Indígena tem a sua organização curricular baseada na legislação que regula as licenciaturas, conforme a Resolução nº 02/2015-CNE/CP. A estrutura dos seus componentes curriculares se insere na estrutura dos componentes curriculares específicos para a formação de professores indígenas, segundo o estabelecido pela Resolução nº 01/2015-CNE/CP e pelas diretrizes gerais para os cursos de licenciatura na UFBA.

O Curso oferece Licenciatura Plena em Educação Intercultural Indígena, com habilitações em: **Humanidades** (Antropologia, Geografia, História, Sociologia), ou **Artes, Linguagens e Literaturas** (Linguística, Línguas Indígenas, Literaturas indígenas, Língua Portuguesa, LIBRAS, Multiletramentos, Comunicação e Artes), ou em **Matemática e Ciências da Natureza** (Matemática, Física, Química e Biologia). A certificação dos egressos corresponderá com a terminalidade escolhida. Cada formação será assim denominada:

- Licenciado em Educação Intercultural com habilitação em Humanidades;
- Licenciado em Educação Intercultural com habilitação em Artes, Linguagens e Literaturas; e
- Licenciado em Educação Intercultural com habilitação em Matemática e Ciências da Natureza.

Por ser um curso oferecido para fortalecer a rede do ensino básico e médio do Estado da Bahia, a Licenciatura Intercultural Indígena se desenvolverá por meio de uma dinâmica de articulação do **Tempo de Formação na Universidade**, **Tempo de Formação Articulada Comunidade-Universidade** e **Tempo de Formação na Comunidade**. Dessa forma, o curso busca fortalecer o desempenho dos discentes que já atuam nas escolas indígenas como professores, ou os seus papéis como lideranças nas suas comunidades, ao mesmo tempo que a sua formação é fortalecida. Para garantir essa dinâmica de formação e ação nas comunidades, a Licenciatura organiza a estrutura de tempo da forma que segue:

1. **Tempo de Formação na Universidade:** Períodos de formação intensivos, coletivos e presenciais nos campi da UFBA. Neles, os conteúdos curriculares serão trabalhados de forma conjunta pelos discentes com acompanhamento presencial dos docentes da

Licenciatura. Esses períodos exigirão encontros presenciais duas vezes por semestre, em locais com infraestrutura de alojamento e aulas. Todos os ciclos (o ciclo básico e os ciclos específicos) terão atividades de Tempo de Formação na Universidade.

2. **Tempo de Formação Articulada Comunidade-Universidade:** Períodos de formação presenciais e EAD, no interior das comunidades e aldeias e nos polos de Banzaê, Olivença, Ibotirama e Santa Cruz de Cabrália com presença de docentes e discentes. Nesta etapa, os cursistas buscarão articular a realidade do trabalho na comunidade com as atividades de ensino e produção acadêmica do curso. Estas aulas presenciais buscam apoiar os cursistas para conhecer as necessidades da aldeia e das escolas indígenas, de forma a sintonizar a formação com as expectativas dos povos indígenas e a formação escolar. Estes encontros presenciais e intercâmbios online buscam garantir um acompanhamento direto para os cursistas, com a possibilidade de esclarecer dúvidas, aprofundar conteúdos, analisar dificuldades, organizar eventos juntamente com os professores e acompanhar atividades dentro dos componentes curriculares. Esses encontros visam aproximar docentes e cursistas das necessidades e realidades de cada escola, aldeia e povo aos quais a Licenciatura busca abarcar. Permitirá também observar tarefas, acompanhar e supervisionar TFGs e estágios.
3. **Tempo de Formação na Comunidade:** Períodos em que os cursistas desenvolvem atividades na comunidade, aldeia, escola ou território indígena, sem presença dos docentes. Estes momentos serão oportunidades para a aplicação e criação do conhecimento nas salas de aula e nas atividades da comunidade. Estas atividades podem acontecer de forma paralela com as atividades em sala de aula por meio de novas práticas, pesquisas e estágios. Estes períodos buscam fortalecer as atividades comunitárias dos cursistas, principalmente no âmbito da escola. Os Estágios Supervisionados, a pesquisa e os TFGs farão parte destes períodos, em cada componente curricular e ciclo. A presença nas comunidades fortalecerá o trabalho de campo dos discentes e as suas práticas pedagógicas.

As bases estruturantes do curso são:

1. Os componentes curriculares da formação com carga horária de **Práticas de Ensino**.
2. O **Núcleo Comum** de Formação, com disciplinas obrigatórias e optativas.
3. Os Ciclos Específicos das áreas de **Habilitação**, com disciplinas obrigatórias e optativas.
4. Os **Estágios Supervisionados** e Práticas de Ensino.

5. **O Trabalho Final de Graduação.**
6. **As Atividades Curriculares de Extensão.**
7. **As Atividades Complementares.**

A organização dos ciclos responde às necessidades pedagógicas e à organização temporal do curso, de quatro períodos por cada ciclo. Essa estrutura busca garantir a permanência dos discentes no processo, de forma paralela ao ritmo de progresso de cada discente ao longo do curso.

A estrutura do currículo da Licenciatura Intercultural Indígena é fundamentada na abordagem teórico-metodológica da interculturalidade, que, por sua vez, se manifesta nos conteúdos curriculares, ementários e bibliografias. Esses elementos são agrupados em dois núcleos distintos: o Núcleo de Formação Comum, que abarca os componentes essenciais para a formação geral, e o Núcleo de Formação Específico, subdividido nos ciclos específicos de Pensamento Indígena e Humanidades; Pensamento Indígena, Línguas, Literaturas e seus Multiletramentos; e Pensamento indígena, Matemática e Ciências da Natureza. A partir do quinto semestre, o estudante opta por um percurso específico, guiando-se pelo Ciclo Específico de acordo com suas preferências e interesses. A descrição detalhada desses componentes curriculares, ementários e bibliografias da Licenciatura Intercultural Indígena está disponível no Ementário. É crucial destacar que essa estrutura curricular foi concebida em conformidade com os objetivos do curso, considerando as demandas temáticas contemporâneas dos povos indígenas e suas comunidades, particularmente no estado da Bahia. Além disso, a organização atende plenamente às legislações vigentes, assegurando a qualidade e a relevância do ensino proporcionado pela Licenciatura Intercultural Indígena.

TABELA 02: Componentes Curriculares, Carga Horária e Créditos do Núcleo Comum

NÚCLEO COMUM			
COMPONENTES CURRICULARES		CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
01	LETF01 – Língua Portuguesa – Leitura e Produção de Textos para Fins Específicos	60	4
02	0000_Direitos dos Povos Indígenas e Direito Indigenista no Brasil e na Bahia	60	4
03	LETA40 - Oficina de Leitura e Produção de Textos Acadêmicos	60	4
04	FCHG06 - História Indígena e do Indigenismo	75	5
05	0000_Introdução às Línguas Indígenas Brasileiras	60	4

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA)
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA
Aprovado em reunião do Conselho Acadêmico de Ensino em 05/06/2024, Parecer no. 070

06	FCHE94 - Metodologia de Projetos de Intervenção Social	60	4
07	FCH317 - Etnologia do Brasil	60	4
08	FCHM87 - Antropologia da Educação	60	4
09	FCHN69 - Movimentos Sociais, Ação Coletiva e Democracia	60	4
10	FCHF54 - Seminário Temático Gênero, Feminismo e Educação	60	4
11	LETE48 - LIBRAS I Língua Brasileira de Sinais Nível I	60	4
12	EDCD59 - Educação, Identidade e Pluralidade Cultural	60	4
Carga Horária Total do Núcleo Comum		735	49

TABELA 03: Rol de Disciplinas Optativas no Núcleo Comum e das Habilitações

NÚCLEO COMUM			
COMPONENTES CURRICULARES		CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
01	EDCD59 - Educação, Identidade e Pluralidade Cultural	60	04
02	BIO124 - Zootoxicologia	60	04
03	EBAA89 - Expressões Estéticas Ameríndias	60	04
04	ICIXXX - Biblioteconomia Social e Povos Tradicionais	60	04
05	HACA03 - Estudos das Humanidades	60	04
06	BIOB30 - Biodiversidade e Conservação	60	04
07	HACC09 - Culturas Baianas	60	04
08	HACB26 - Introdução à História das Ciências	60	04
09	FISA01 - Introdução à Astronomia	60	04
10	EBAA96 - Tópicos Especiais em História da Arte	60	04
11	EBA130 - Técnica de Processos Artísticos	60	04

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA)
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA
Aprovado em reunião do Conselho Acadêmico de Ensino em 05/06/2024, Parecer no. 070

12	EBAA94 - Poéticas Contemporâneas	60	04
13	ARQXXX - Estudos Socioeconômicos e Ambientais	60	04
14	ARQXXX - Expressão Gráfica IA	60	04
15	HACA40 - Campo da Saúde: saberes e práticas	60	04
16	HACB27 - Fundamentos de Ecologia e Ciências Ambientais	60	04
17	ENGXXX - Gestão Ambiental: elementos e procedimentos em áreas de Povos Indígenas	60	04
Carga Horária Total do Núcleo Comum		1020	68

TABELA 04: Carga horária e créditos das Práticas de Ensino como Componentes Curriculares do Núcleo Comum

NÚCLEO COMUM				
COMPONENTES CURRICULARES		CARGA HORÁRIA	CARGA HORÁRIA PP	CRÉDITOS
01	EDCA02 - Organização da Educação Brasileira	60	15	4
02	FCHXXX - Etnomatemática	60	30	4
03	MATA41 - Informática na Educação	60	30	4
04	EDC286 - Avaliação da Aprendizagem	60	15	4
05	0000_Legislação da Educação Escolar Indígena	60	30	4
06	EDC324 - Educação Indígena e Direitos Humanos	60	15	4
07	EDCB91 - Gestão Educacional	60	15	4
08	EDC289 - Pesquisa em Educação	60	15	4
09	EDC267 - Educação Ambiental	90	60	6
10	0000_Territórios, Territorialidades e Terras Indígenas	60	15	4
11	0000_Produção de Material Didático-Pedagógico para a Educação Escolar Indígena	135	90	9

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA)
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA
Aprovado em reunião do Conselho Acadêmico de Ensino em 05/06/2024, Parecer no. 070

12	0000_Seminário Didático de Educação Escolar Indígena	90	75	6
Carga Horária Total do Núcleo Comum		855	405	57

TABELA 05: Carga horária e créditos das Atividades Curriculares de Extensão

NÚCLEO COMUM			
COMPONENTES CURRICULARES		CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
01	FCHM36 - ACCS: Memórias da Luta e Resistência dos Povos Indígenas do Nordeste	60	4
02	MATF54 - ACCS: Onda Educativa, Digital, Ecologista e Pan-Afro-Indígena	60	4
03	FCHL47 - ACCS: Educação Diferenciada e Revitalização de Línguas Indígenas	60	4
04	GEOD34 - ACCS: A Terra como Cura - Geologia e os Saberes Tradicionais	60	4
05	ARQA94 - ACC Arquiteturas de Povos e Comunidades Tradicionais	60	4
06	FAR454 - ACCS: Busca Racional de Novos Fármacos de Origem Vegetal	60	4
Carga Horária Total do Núcleo Comum		360	24

TABELA 06: Disciplinas do Núcleo Comum com Carga Horária de Extensão

NÚCLEO COMUM		
COMPONENTES CURRICULARES		CARGA HORÁRIA EXTENSÃO
01	0000_Direitos dos Povos Indígenas e Direito Indigenista no Brasil e na Bahia	30
02	0000_Introdução às Línguas Indígenas Brasileiras	15
03	FCHG06 - História Indígena e do Indigenismo	15
04	Produção de Material Didático-Pedagógico para a Educação Escolar Indígena	15

Carga Horária Total de Extensão em Componentes do Núcleo Comum de Formação	75
---	----

TABELA 07: Disciplinas das Habilitações com Carga Horária de Extensão

HABILITAÇÕES		
HABILITAÇÃO EM HUMANIDADES		
COMPONENTES CURRICULARES		CARGA HORÁRIA EXTENSÃO
01	FCH440 - História da América I	15
02	FCH441 - História da América II	15
03	FCHK80 - História, Memória e Oralidade	15
Carga Horária Total da Habilitação em Humanidades		45

TABELA 08: Carga horária e créditos dos Estágios Curriculares Obrigatórios

NÚCLEO COMUM			
COMPONENTES CURRICULARES		CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
01	Estágio Supervisionado e Prática de Ensino I	135	9
02	Estágio Supervisionado e Prática de Ensino II	135	9
03	Estágio Supervisionado e Prática de Ensino III	135	9
Carga Horária Total do Núcleo Comum		405	27

TABELA 09: Carga horária e créditos do Trabalho Final de Graduação (TFG)

NÚCLEO COMUM			
COMPONENTES CURRICULARES		CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
01	Trabalho Final de Graduação em Educação Escolar Indígena	60	4
Carga Horária Total do Núcleo Comum		60	4

TABELA 10: Componentes curriculares, carga horária e créditos da Habilitação em Humanidades

HABILITAÇÃO EM HUMANIDADES			
COMPONENTES CURRICULARES		CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
01	FCHG55 - Estudos de Cultura Material	60	4
02	GEOA32 - Geografia da Bahia	60	4
03	FCH440 - História da América I	75	5
04	FCH315 - Antropologia das Sociedades Indígenas	60	4
05	FCHK80 - História, Memória e Oralidade	75	5
06	GEOA17 - Cartografia Temática	75	5
07	FCH441 - História da América II	75	5
08	FCHN01 - Antropologia e Povos Indígenas	60	4
09	FCHN51 - História Oral e História de Vida em Antropologia	60	4
Carga Horária Total da Habilitação em Humanidades		600	40

TABELA 11: Componentes curriculares, carga horária e créditos da Habilitação em Artes, Linguagens e Literaturas

HABILITAÇÃO EM ARTES, LINGUAGENS E LITERATURAS			
COMPONENTES CURRICULARES		CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
01	EDCB85 - Alfabetização e Letramento	60	4
02	0000_Ensino de Língua na Educação Escolar Indígena	60	4
03	0000_Ensino de Literaturas Indígenas	60	4
04	DANB76 - MID: Estudos em Dança e Saberes Indígenas	60	4
05	0000_Literaturas dos Povos Indígenas	60	4
06	0000_ Estudos das Línguas Indígenas Brasileiras	60	4

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA)
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA
Aprovado em reunião do Conselho Acadêmico de Ensino em 05/06/2024, Parecer no. 070

	I – Fonética e Fonologia		
07	0000_As Línguas Indígenas na Formação do Português Brasileiro	60	4
08	LETB96- Criação Literária	60	4
09	0000_Estudos das Línguas Indígenas Brasileiras II – Morfologia e Sintaxe	60	4
10	MUSXXX - Ensino e aprendizagem musical em perspectiva afrodiáspórica e indígena	45	3
11	0000_Multiletramentos e Identidades	60	4
12	0000_Multiletramentos e Artes	60	4
Carga Horária Total da Habilitação em Artes, Linguagens e Literaturas		705	47

TABELA 12: Componentes curriculares, carga horária e créditos da Habilitação em Matemática e Ciências da Natureza

HABILITAÇÃO EM MATEMÁTICA E CIÊNCIAS DA NATUREZA			
	COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
01	MAT019 – Elementos da Matemática	60	4
02	BIO007 - Introdução à Biologia	60	4
03	FISC50 - Conceitos de Física A	60	4
04	MATB72 – Pré-Cálculo	90	6
05	BIO006 - Fundamentos da Zoologia	60	4
06	QUIB13 - Fundamentos de Química	30	2
07	MATC26 – Matemática para o Ensino Fundamental	60	4
08	BIOXXX - Diversidade de Plantas, Algas e Fungos	60	4
09	FARC21 - Racionalidades Terapêuticas: saberes e práticas alternativas e tradicionais	30	2
10	FAR172 - Fitofármacos e Fitoterapia	60	4
11	MATA68 - Computador, Ética e Sociedade	60	4

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA)
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA
Aprovado em reunião do Conselho Acadêmico de Ensino em 05/06/2024, Parecer no. 070

Carga Horária Total da Habilitação em Matemática e Ciências da Natureza	630	42
--	-----	----

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA)
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA
Aprovado em reunião do Conselho Acadêmico de Ensino em 05/06/2024, Parecer no. 070

TABELA 13: Ciclo Específico - Habilitação em Humanidades

1º SEMESTRE			2º SEMESTRE			3º SEMESTRE			4º SEMESTRE			5º SEMESTRE		
CÓDIGO	NOME DO COMPONENTE	CH	CÓDIGO	NOME DO COMPONENTE	CH	CÓDIGO	NOME DO COMPONENTE	CH	CÓDIGO	NOME DO COMPONENTE	CH	CÓDIGO	NOME DO COMPONENTE	CH
EDCA02	Organização da Educação Brasileira	60	EDC286	Avaliação da Aprendizagem	60	EDCB91	Gestão Educacional	60	FCHXXX	Produção de Material Didático-Pedagógico para a Educação Escolar Indígena	135	FCHN69	Movimentos Sociais, Ação Coletiva e Democracia	60
FCHXXX	Etnomatemática	60	EDCXXX	Legislação da Educação Escolar Indígena	60	EDC289	Pesquisa em Educação	60	FCHXXX	Seminário Didático de Educação Escolar Indígena	90	EDCXXX	0000_ Estágio Supervisionado e Prática de Ensino I	135
MATA41	Informática na Educação	60	EDC324	Educação Indígena e Direitos Humanos	60	EDC267	Educação Ambiental	90	FCHM87	Antropologia da Educação	60	GEOD34	A Terra como Cura - Geologia e os Saberes Tradicionais	60
LETF01	Língua Portuguesa – Leitura e Produção de Textos para Fins Específicos	60	LETA40	Oficina de Leitura e Produção de Textos Acadêmicos	60	FCHXXX	Territórios, Territorialidades e Terras Indígenas	60	FCH317	Etnologia do Brasil	60	FCHG55	Estudos de Cultura Material	60
FCHXXX	Direitos dos Povos Indígenas e Direito Indigenista no Brasil e na Bahia	60	EDCD59	Educação, Identidade e Pluralidade Cultural	60	LETXXX	Introdução às Línguas Indígenas Brasileiras	60		Optativa	60	FCH315	Antropologia das Sociedades Indígenas	60
FCHM36	Memórias da Luta e Resistência dos Povos Indígenas do Nordeste	60	FCHG06	História Indígena e do Indigenismo	75	FCHE94	Metodologia de Projetos de Intervenção Social	60		Optativa	60	FCH440	História da América I-A	75
	Optativa	60	MATF54	Onda Educativa, Digital, Ecologista e Pan-Afro-Indígena	60	FCHL47	Educação Diferenciada e Revitalização de Línguas Indígenas	60					Optativa	45
CH TOTAL/SEMESTRE		420	CH TOTAL SEMESTRE		435	CH TOTAL SEMESTRE		450	CH TOTAL SEMESTRE		465	CH TOTAL SEMESTRE		495
CH TOTAL EXTENSÃO/SEMESTRE		60	CH TOTAL EXTENSÃO/SEMESTRE		75	CH TOTAL EXTENSÃO/SEMESTRE		60	CH TOTAL EXTENSÃO/SEMESTRE		0	CH TOTAL EXTENSÃO/SEMESTRE		75
CH TOTAL PP/SEMESTRE*		45	CH TOTAL PP/SEMESTRE		60	CH TOTAL PP/SEMESTRE		105	CH TOTAL PP/SEMESTRE		165	CH TOTAL PP/SEMESTRE		0
6º SEMESTRE			7º SEMESTRE			8º SEMESTRE								
CÓDIGO	NOME DO COMPONENTE	CH	CÓDIGO	NOME DO COMPONENTE	CH	CÓDIGO	NOME DO COMPONENTE	CH						
FCHF54	Seminário Temático Gênero, Feminismo e	60	LETE48	LIBRAS I Língua Brasileira de Sinais	60	FCHXXX	Trabalho Final de Graduação em	60						

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA)
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA
Aprovado em reunião do Conselho Acadêmico de Ensino em 05/06/2024, Parecer no. 070

	Educação			Nível I			Educação Escolar Indígena	
EDCXXX	0000_ Estágio Supervisionado e Prática de Ensino II	135	EDCXXX	Estágio Supervisionado e Prática de Ensino III	135	FCHK80	História, Memória e Oralidade	75
ARQA94	Arquiteturas de Povos e Comunidades Tradicionais	60	FAR454	Busca Racional de Novos Fármacos de Origem Vegetal	60		Optativa	60
GEOA32	Geografia da Bahia	60	FCHN51	História Oral e História de Vida em Antropologia	60			
FCH441	História da América II-A	75	GEOA17	Cartografia Temática	75			
	Optativa	60	FCHN01	Antropologia e Povos Indígenas	60			
	Optativa	60		Optativa	60			
CH TOTAL SEMESTRE		510	CH TOTAL SEMESTRE		510	CH TOTAL SEMESTRE		195
CH TOTAL EXTENSÃO/SEMESTRE		75	CH TOTAL EXTENSÃO/SEMESTRE		60	CH TOTAL EXTENSÃO/SEMESTRE		0
CH TOTAL PP/SEMESTRE*		0	CH TOTAL PP/SEMESTRE		0	CH TOTAL PP/SEMESTRE		0

*PP=Prática Pedagógica, apenas para as licenciaturas

INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR		
1	Atividades Complementares:	210
2	Componentes Curriculares Obrigatórios:	1.725
3	Componentes Curriculares Optativos:	465
4	Carga Horária Total:	3.690
5	Carga Horária de Extensão:	420

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA)
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA
Aprovado em reunião do Conselho Acadêmico de Ensino em 05/06/2024, Parecer no. 070

TABELA 14: Ciclo Específico - Habilitação em Artes, Linguagens e Literaturas

1º SEMESTRE			2º SEMESTRE			3º SEMESTRE			4º SEMESTRE			5º SEMESTRE		
CÓDIGO	NOME DO COMPONENTE	CH	CÓDIGO	NOME DO COMPONENTE	CH	CÓDIGO	NOME DO COMPONENTE	CH	CÓDIGO	NOME DO COMPONENTE	CH	CÓDIGO	NOME DO COMPONENTE	CH
EDCA02	Organização da Educação Brasileira	60	EDC286	Avaliação da Aprendizagem	60	EDCB91	Gestão Educacional	60	FCHXXX	Produção de Material Didático-Pedagógico para a Educação Escolar Indígena	135	FCHN69	Movimentos Sociais, Ação Coletiva e Democracia	60
FCHXXX	Etnomatemática	60	EDCXXX	Legislação da Educação Escolar Indígena	60	EDC289	Pesquisa em Educação	60	FCHXXX	Seminário Didático de Educação Escolar Indígena	90	EDCXXX	0000_ Estágio Supervisionado e Prática de Ensino I	135
MATA41	Informática na Educação	60	EDC324	Educação Indígena e Direitos Humanos	60	EDC267	Educação Ambiental	90		Optativa	60	GEOD34	A Terra como Cura - Geologia e os Saberes Tradicionais	60
LETF01	Língua Portuguesa – Leitura e Produção de Textos para Fins Específicos	60	LETA40	Oficina de Leitura e Produção de Textos Acadêmicos	60	FCHXXX	Territórios, Territorialidades e Terras Indígenas	60	FCH317	Etnologia do Brasil	60	EDCB85	Alfabetização e Letramento	60
FCHXXX	Direitos dos Povos Indígenas e Direito Indigenista no Brasil e na Bahia	60	EDCD59	Educação, Identidade e Pluralidade Cultural	60	LETXXX	Introdução às Línguas Indígenas Brasileiras	60		Optativa	60	LETXXX	0000_Ensino de Língua na Educação Escolar Indígena	60
	Optativa	60	FCHG06	História Indígena e do Indigenismo	75	FCHE94	Metodologia de Projetos de Intervenção Social	60	FCHM87	Antropologia da Educação	60	LETXXX	Ensino de Literaturas Indígenas	60
FCHM36	Memórias da Luta e Resistência dos Povos Indígenas do Nordeste	60	MATF54	Onda Educativa, Digital, Ecologista e Pan-Afro-Indígena	60	FCHL47	Educação Diferenciada e Revitalização de Línguas Indígenas	60					Optativa	60
CH TOTAL/SEMESTRE		420	CH TOTAL SEMESTRE		435	CH TOTAL SEMESTRE		450	CH TOTAL SEMESTRE		465	CH TOTAL SEMESTRE		495
CH TOTAL EXTENSÃO/SEMESTRE		60	CH TOTAL EXTENSÃO/SEMESTRE		75	CH TOTAL EXTENSÃO/SEMESTRE		60	CH TOTAL EXTENSÃO/SEMESTRE		0	CH TOTAL EXTENSÃO/SEMESTRE		60
CH TOTAL PP/SEMESTRE*		45	CH TOTAL PP/SEMESTRE		60	CH TOTAL PP/SEMESTRE		105	CH TOTAL PP/SEMESTRE		165	CH TOTAL PP/SEMESTRE		0
6º SEMESTRE			7º SEMESTRE			8º SEMESTRE								
CÓDIGO	NOME DO COMPONENTE	CH	CÓDIGO	NOME DO COMPONENTE	CH	CÓDIGO	NOME DO COMPONENTE	CH						
FCHF54	Seminário Temático Gênero, Feminismo e Educação	60	LETE48	LIBRAS I Língua Brasileira de Sinais Nível I	60	FCHXXX	Trabalho Final de Graduação em Educação Escolar	60						

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA)
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA
Aprovado em reunião do Conselho Acadêmico de Ensino em 05/06/2024, Parecer no. 070

							Indígena	
EDCXXX	0000_ Estágio Supervisionado e Prática de Ensino II	135	EDCXXX	Estágio Supervisionado e Prática de Ensino III	135	LETXXX	Multiletramentos e Identidades	60
ARQA94	Arquiteturas de Povos e Comunidades Tradicionais	60	FAR454	Busca Racional de Novos Fármacos de Origem Vegetal	60	LETXXX	Multiletramentos e Artes	60
DANB76	Estudos em Dança e Saberes Indígenas	60	LETB96	Criação Literária	60		Optativa	60
LETXXX	0000_ Literaturas dos Povos Indígenas	60	LETXXX	0000_ Estudos das Línguas Indígenas Brasileiras II –Morfologia e Sintaxe	60			
LETXXX	0000_ Estudos das Línguas Indígenas Brasileiras I – Fonética e Fonologia	60	MUSG18	Ensino e aprendizagem musical em perspectiva afrodiáspórica e indígena	45			
LETXXX	0000_ As Línguas Indígenas na Formação do Português Brasileiro	60		Optativa	60			
CH TOTAL SEMESTRE		495	CH TOTAL SEMESTRE		480	CH TOTAL SEMESTRE		240
CH TOTAL EXTENSÃO/SEMESTRE		90	CH TOTAL EXTENSÃO/SEMESTRE		0	CH TOTAL EXTENSÃO/SEMESTRE		0
CH TOTAL PP/SEMESTRE*		0	CH TOTAL PP/SEMESTRE		0	CH TOTAL PP/SEMESTRE		0

*PP=Prática Pedagógica, apenas para as licenciaturas

INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR	
1	Atividades Complementares: 210
2	Componentes Curriculares Obrigatórios: 3060
3	Componentes Curriculares Optativos: 420
4	Carga Horária Total: 3690
5	Carga Horária de Extensão: 420

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA)
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA
Aprovado em reunião do Conselho Acadêmico de Ensino em 05/06/2024, Parecer no. 070

TABELA 15: Ciclo Específico - Habilitação em Matemática e Ciências da Natureza

1º SEMESTRE			2º SEMESTRE			3º SEMESTRE			4º SEMESTRE			5º SEMESTRE		
CÓDIGO	NOME DO COMPONENTE	CH	CÓDIGO	NOME DO COMPONENTE	CH	CÓDIGO	NOME DO COMPONENTE	CH	CÓDIGO	NOME DO COMPONENTE	CH	CÓDIGO	NOME DO COMPONENTE	CH
EDCA02	Organização da Educação Brasileira	60	EDC286	Avaliação da Aprendizagem	60	EDCB91	Gestão Educacional	60	FCHXXX	Produção de Material Didático-Pedagógico para a Educação Escolar Indígena	135	FCHN69	Movimentos Sociais, Ação Coletiva e Democracia	60
FCHXXX	Etnomatemática	60	EDCXXX	Legislação da Educação Escolar Indígena	60	EDC289	Pesquisa em Educação	60	FCHXXX	Seminário Didático de Educação Escolar Indígena		EDCXXX	0000_ Estágio Supervisionado e Prática de Ensino I	135
MATA41	Informática na Educação	60	EDC324	Educação Indígena e Direitos Humanos	60	EDC267	Educação Ambiental	90		Optativa	60	GEOD34	A Terra como Cura - Geologia e os Saberes Tradicionais	60
LETF01	Língua Portuguesa – Leitura e Produção de Textos para Fins Específicos	60	LETA40	Oficina de Leitura e Produção de Textos Acadêmicos	60	FCHXXX	Territórios, Territorialidades e Terras Indígenas	60	FCH317	Etnologia do Brasil		MAT019	Elementos da Matemática	60
FCHXXX	Direitos dos Povos Indígenas e Direito Indigenista no Brasil e na Bahia	60	EDCD59	Educação, Identidade e Pluralidade Cultural	60	LETXXX	Introdução às Línguas Indígenas Brasileiras	60		Optativa	60	BIO007	Introdução à Biologia	60
	Optativa	60	FCHG06	História Indígena e do Indigenismo	75	FCHE94	Metodologia de Projetos de Intervenção Social	60	FCHM87	Antropologia da Educação	60	FISC50	Conceitos de Física A	60
FCHM36	Memórias da Luta e Resistência dos Povos Indígenas do Nordeste	60	MATF54	Onda Educativa, Digital, Ecologista e Pan-Afro-Indígena	60	FCHL47	Educação Diferenciada e Revitalização de Línguas Indígenas	60					Optativa	60
CH TOTAL/SEMESTRE		420	CH TOTAL SEMESTRE		435	CH TOTAL SEMESTRE		450	CH TOTAL SEMESTRE		465	CH TOTAL SEMESTRE		495
CH TOTAL EXTENSÃO/SEMESTRE		60	CH TOTAL EXTENSÃO/SEMESTRE		75	CH TOTAL EXTENSÃO/SEMESTRE		60	CH TOTAL EXTENSÃO/SEMESTRE		0	CH TOTAL EXTENSÃO/SEMESTRE		60
CH TOTAL PP/SEMESTRE*		45	CH TOTAL PP/SEMESTRE		60	CH TOTAL PP/SEMESTRE		105	CH TOTAL PP/SEMESTRE		165	CH TOTAL PP/SEMESTRE		0
6º SEMESTRE			7º SEMESTRE			8º SEMESTRE								
CÓDIGO	NOME DO COMPONENTE	CH	CÓDIGO	NOME DO COMPONENTE	CH	CÓDIGO	NOME DO COMPONENTE	CH						
FCHF54	Seminário Temático	60	LETE48	LIBRAS I Língua	60	FCHXXX	Trabalho Final de	60						

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA)
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA
Aprovado em reunião do Conselho Acadêmico de Ensino em 05/06/2024, Parecer no. 070

	Gênero, Feminismo e Educação			Brasileira de Sinais Nível I			Graduação em Educação Escolar Indígena	
EDCXXX	0000_Estágio Supervisionado e Prática de Ensino II	135	EDCXXX	Estágio Supervisionado e Prática de Ensino III	135	FARC21	Racionalidades Terapêuticas: saberes e práticas alternativas e tradicionais	30
ARQA94	Arquiteturas de Povos e Comunidades Tradicionais	60	FAR454	Busca Racional de Novos Fármacos de Origem Vegetal	60	FAR172	Fitofármacos e Fitoterapia	60
MATB72	Pré-Cálculo	90	MATC26	Matemática para o Ensino Fundamental	60	MATA68	Computador, Ética e Sociedade	30
BIO006	Fundamentos da Zoologia	60	BIOXXX	Diversidade de Plantas, Algas e Fungos	60		Optativa	30
QUIB13	Fundamentos de Química	30		Optativa	60			
	Optativa	60		Optativa	45			
CH TOTAL SEMESTRE		495	CH TOTAL SEMESTRE		480	CH TOTAL SEMESTRE		210
CH TOTAL EXTENSÃO/SEMESTRE		0	CH TOTAL EXTENSÃO/SEMESTRE		0	CH TOTAL EXTENSÃO/SEMESTRE		0
CH TOTAL PP/SEMESTRE*		60	CH TOTAL PP/SEMESTRE		60	CH TOTAL PP/SEMESTRE		0

*PP=Prática Pedagógica, apenas para as licenciaturas

INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR	
1	Atividades Complementares: 210
2	Componentes Curriculares Obrigatórios: 3045
3	Componentes Curriculares Optativos: 435
4	Carga Horária Total: 3.690
5	Carga Horária de Extensão: 420

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA)
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA
 Aprovado em reunião do Conselho Acadêmico de Ensino em 05/06/2024, Parecer no. 070

Para melhor visualização da matriz curricular e percurso ideal formativo, apresentamos do fluxograma de cada Habilitação do curso, conforme tabelas abaixo:

Curso de Licenciatura Intercultural Indígena - Habilitação em Humanidades							
1º Semestre	2º Semestre	3º Semestre	4º Semestre	5º Semestre	6º Semestre	7º Semestre	8º Semestre
Organização da Educação Brasileira	Avaliação da Aprendizagem	Gestão Educacional	Produção de Material Didático-Pedagógico para a Educação Escolar Indígena	Estudos de Cultura Material	Optativa	História Oral e História de Vida em Antropologia	Optativa
Etnomatemática	Legislação da Educação Escolar Indígena	Pesquisa em Educação	Seminário Didático de Educação Escolar Indígena	Antropologia das Sociedades Indígenas	Geografia da Bahia	Cartografia Temática	História, Memória e Oralidade
Informática na Educação	Educação Indígena e Direitos Humanos	Educação Ambiental	Optativa	Optativa	Optativa	Optativa	
Língua Portuguesa – Leitura e Produção de Textos para Fins Específicos	Oficina de Leitura e Produção de Textos Acadêmicos	Territórios, Territorialidades e Terras Indígenas	Etnologia do Brasil	História da América I-A	História da América II-A	Antropologia e Povos Indígenas	
Direitos dos Povos Indígenas e Direito Indigenista no Brasil e na Bahia	Educação, Identidade e Pluralidade Cultural	Introdução às Línguas Indígenas Brasileiras	Optativa	Movimentos Sociais, Ação Coletiva e Democracia	Seminário Temático Gênero, Feminismo e Educação	LIBRAS I Língua Brasileira de Sinais Nível I	
Optativa	História Indígena e do Indigenismo	Metodologia de Projetos de Intervenção Social	Antropologia da Educação	Estágio Supervisionado e Prática de Ensino I	Estágio Supervisionado e Prática de Ensino II	Estágio Supervisionado e Prática de Ensino III	Trabalho Final de Graduação em Educação Escolar Indígena
Memórias da Luta e Resistência dos Povos Indígenas do Nordeste	Onda Educativa, Digital, Ecologista e Pan-Afro-Indígena	Educação Diferenciada e Revitalização de Línguas Indígenas		A Terra como Cura - Geologia e os Saberes Tradicionais	Arquiteturas de Povos e Comunidades Tradicionais	Busca Racional de Novos Fármacos de Origem Vegetal	

Legenda:

- ▶▶ Disciplinas com carga horária de práticas pedagógicas
- ▶▶ Núcleo Comum de Formação
- ▶▶ Disciplinas AACS (Extensão Curricularizada)
- ▶▶ Estágios Supervisionados Obrigatórios
- ▶▶ Componentes da Habilitação
- ▶▶ Trabalho Final de Graduação

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA)
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA
Aprovado em reunião do Conselho Acadêmico de Ensino em 05/06/2024, Parecer no. 070

Curso de Licenciatura Intercultural Indígena - Habilitação em Artes, Linguagens e Literaturas							
1º Semestre	2º Semestre	3º Semestre	4º Semestre	5º Semestre	6º Semestre	7º Semestre	8º Semestre
Organização da Educação Brasileira	Avaliação da Aprendizagem	Gestão Educacional	Produção de Material Didático-Pedagógico para a Educação Escolar Indígena	Optativa	Estudos em Dança e Saberes Indígenas	Optativa	Optativa
Etnomatemática	Legislação da Educação Escolar Indígena	Pesquisa em Educação	Seminário Didático de Educação Escolar Indígena	Alfabetização e Letramento	Literaturas dos Povos Indígenas	Criação Literária	Multiletramentos e Identidades
Informática na Educação	Educação Indígena e Direitos Humanos	Educação Ambiental	Optativa	Ensino de Língua na Educação Escolar Indígena	Estudos das Línguas Indígenas Brasileiras I – Fonética e Fonologia	Estudos das Línguas Indígenas Brasileiras II –Morfologia e Sintaxe	Multiletramentos e Artes
Língua Portuguesa – Leitura e Produção de Textos para Fins Específicos	Oficina de Leitura e Produção de Textos Acadêmicos	Territórios, Territorialidades e Terras Indígenas	Etnologia do Brasil	Ensino de Literaturas Indígenas	As Línguas Indígenas na Formação do Português Brasileiro	Ensino e aprendizagem musical em perspectiva afrodiaspórica e indígena	
Direitos dos Povos Indígenas e Direito Indigenista no Brasil e na Bahia	Educação, Identidade e Pluralidade Cultural	Introdução às Línguas Indígenas Brasileiras	Optativa	Movimentos Sociais, Ação Coletiva e Democracia	Seminário Temático Gênero, Feminismo e Educação	LIBRAS I Língua Brasileira de Sinais Nível I	
Optativa	História Indígena e do Indigenismo	Metodologia de Projetos de Intervenção Social	Antropologia da Educação	Estágio Supervisionado e Prática de Ensino I	Estágio Supervisionado e Prática de Ensino II	Estágio Supervisionado e Prática de Ensino III	Trabalho Final de Graduação em Educação Escolar Indígena
Memórias da Luta e Resistência dos Povos Indígenas do Nordeste	Onda Educativa, Digital, Ecologista e Pan-Afro-Indígena	Educação Diferenciada e Revitalização de Línguas Indígenas		A Terra como Cura - Geologia e os Saberes Tradicionais	Arquiteturas de Povos e Comunidades Tradicionais	Busca Racional de Novos Fármacos de Origem Vegetal	

Legenda:

- ▶ Disciplinas com carga horária de práticas pedagógicas
- ▶ Núcleo Comum de Formação
- ▶ Componentes da Habilitação
- ▶ Disciplinas AACS (Extensão Curricularizada)
- ▶ Trabalho Final de Graduação

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA)
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA
Aprovado em reunião do Conselho Acadêmico de Ensino em 05/06/2024, Parecer no. 070

Curso de Licenciatura Intercultural Indígena - Habilitação em Matemática e Ciências da Natureza							
1º Semestre	2º Semestre	3º Semestre	4º Semestre	5º Semestre	6º Semestre	7º Semestre	8º Semestre
Organização da Educação Brasileira	Avaliação da Aprendizagem	Gestão Educacional	Produção de Material Didático-Pedagógico para a Educação Escolar Indígena	Elementos da Matemática	Pré-Cálculo	Matemática para o Ensino Fundamental	Racionalidades Terapêuticas: saberes e práticas alternativas e tradicionais
Etnomatemática	Legislação da Educação Escolar Indígena	Pesquisa em Educação	Seminário Didático de Educação Escolar Indígena	Introdução à Biologia	Fundamentos da Zoologia	Diversidade de Plantas, Algas e Fungos	Fitofármacos e Fitoterapia
Informática na Educação	Educação Indígena e Direitos Humanos	Educação Ambiental	Optativa	Optativa	Optativa	Optativa	Optativa
Língua Portuguesa – Leitura e Produção de Textos para Fins Específicos	Oficina de Leitura e Produção de Textos Acadêmicos	Territórios, Territorialidades e Terras Indígenas	Etnologia do Brasil	Conceitos de Física A	Fundamentos de Química	Optativa	Computador, Ética e Sociedade
Direitos dos Povos Indígenas e Direito Indigenista no Brasil e na Bahia	Educação, Identidade e Pluralidade Cultural	Introdução às Línguas Indígenas Brasileiras	Optativa	Movimentos Sociais, Ação Coletiva e Democracia	Seminário Temático Gênero, Feminismo e Educação	LIBRAS I Língua Brasileira de Sinais Nível I	
Optativa	História Indígena e do Indigenismo	Metodologia de Projetos de Intervenção Social	Antropologia da Educação	Estágio Supervisionado e Prática de Ensino I	Estágio Supervisionado e Prática de Ensino II	Estágio Supervisionado e Prática de Ensino III	Trabalho Final de Graduação em Educação Escolar Indígena
Memórias da Luta e Resistência dos Povos Indígenas do Nordeste	Onda Educativa, Digital, Ecologista e Pan-Afro-Indígena	Educação Diferenciada e Revitalização de Línguas Indígenas		A Terra como Cura - Geologia e os Saberes Tradicionais	Arquiteturas de Povos e Comunidades Tradicionais	Busca Racional de Novos Fármacos de Origem Vegetal	

Legenda:

- ▶▶ Disciplinas com carga horária de práticas pedagógicas
- ▶▶ Estágios Supervisionados Obrigatórios
- ▶▶ Núcleo Comum de Formação
- ▶▶ Componentes da Habilitação
- ▶▶ Disciplinas AACS (Extensão Curricularizada)
- ▶▶ Trabalho Final de Graduação

6.6.1 ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS

Na Licenciatura Intercultural Indígena, as Práticas de Ensino, como componentes curriculares e atividades ao longo do curso, compreenderão um conjunto de atividades formativas destinadas a proporcionar experiências na aplicação de conhecimentos ou no desenvolvimento de procedimentos específicos relacionados ao exercício da docência. Conforme a legislação vigente, a inclusão obrigatória de 405 horas ao longo do curso torna fundamental a colaboração entre a UFBA e outras instituições parceiras, principalmente as Escolas Indígenas (Municipais e Estaduais) da Bahia, para a efetiva realização das Práticas de Ensino.

De acordo com o Regulamento de Ensino de Graduação e Pós-Graduação da UFBA, a orientação acadêmica dos estágios curriculares, em que se enquadram as Práticas de Ensino, visa integrar os estudantes à vida investigativa, abrangendo aspectos pedagógicos, itinerário curricular, políticas e normas da Universidade, assistência estudantil, participação em projetos, eventos, estágios e aconselhamento acadêmico-profissional. Professores orientadores ligados ao curso/programa serão responsáveis pelas atividades de orientação acadêmica, cuja designação ocorrerá mediante indicação do Colegiado, que contará com a participação docente e estudantil.

No contexto de atendimento às necessidades da Educação Escolar para os Povos Indígenas da Bahia, a implementação das Práticas de Ensino como componente curricular envolve: a) realização de diagnósticos e entrevistas em escolas indígenas; b) descrição do ambiente educacional; c) participação na elaboração e execução do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola indígena; d) condução de estudos de caso; e) criação de materiais didáticos e paradidáticos; f) documentação fotográfica de eventos culturais; g) produção de material audiovisual; h) atividades de campo; i) intercâmbios entre escolas e comunidades indígenas; e, j) outras atividades e/ou metodologias conforme orientação do docente responsável pelas Práticas de Ensino.

É relevante ressaltar que as práticas de ensino não se limitam às disciplinas de Estágio Supervisionado e Práticas de Ensino, mas permeiam o currículo de todas

as disciplinas durante o "Tempo de Formação Articulada Comunidade-Universidade" e "Tempo de Formação na Comunidade".

6.6.2 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Conforme o Regulamento dos cursos de graduação e pós-graduação da UFBA, as normas para as Atividades Complementares deverão seguir diretrizes estabelecidas no Colegiado através de Resolução própria. Assim, após a aprovação do curso, cabe ao colegiado a elaboração de uma normativa para as atividades complementares. Adicionalmente, será incumbência do estudante buscar informações junto ao Colegiado sobre o tema.

Os objetivos das Atividades Complementares na Licenciatura Intercultural Indígena são: contribuir para a formação de docentes pesquisadores, ampliando conhecimentos para além do saber universitário e integrando arranjos sociais próprios. Além disso, busca articular a formação acadêmica com o diálogo entre saberes, práticas da formação e interesses etnopolíticos, culturais, ambientais e linguísticos dos povos e comunidades indígenas da Bahia, abrangendo a formação geral e específica dos discentes.

Seguindo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas (CNE-01/2015), no Parágrafo Único do Art. 16, são consideradas atividades acadêmico-científico-culturais as participações dos cursistas em organizações de professores indígenas, eventos acadêmicos e culturais em diversas áreas do conhecimento, além de ações nas escolas indígenas e não indígenas, em diferentes momentos sociopolíticos de cada comunidade ou dos povos indígenas.

As Atividades Complementares da Licenciatura Cultural Indígena incluem: a) participação em eventos científicos e culturais, contribuindo para a formação etnopolítica, histórica, sociológica e instrumental do professor indígena; b) envolvimento na organização de eventos acadêmicos, científicos e culturais; c) participação efetiva na gestão de associações, caixas escolares, conselhos, assembleias, representação estudantil, comissões e outras formas de organização próprias dos povos, comunidades e escolas indígenas da Bahia; d) outras atividades

não previstas neste PPC, sujeitas à apreciação e deliberação pela futura Comissão de Execução e Avaliação de Atividades Complementares do curso.

As Atividades Complementares, com carga horária total de 210 horas, são oficialmente reconhecidas, o barema preenchido e os documentos comprobatórios deverão ser entregues à Coordenação durante as aulas presenciais, ao longo do curso, até o término da etapa presencial correspondente ao sétimo semestre do discente.

6.6.3 TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO (TFG)

Conforme o Regulamento do Ensino de Graduação e Pós-Graduação (REGPG) da UFBA, o Trabalho de Conclusão de Curso (TFG) é regido por regulamento elaborado pelo Colegiado específico como parte integrante do projeto do curso. Este regulamento deve conter normas de operacionalização, formas de avaliação e tipos de trabalhos aceitos. Durante o desenvolvimento do Trabalho de conclusão de curso (TFG), cada estudante é designado a um professor-orientador, escolhido entre os docentes do curso e aprovado pelo Departamento. O estudante pode, ainda, contar com um coorientador, cujos critérios de formalização serão definidos no regimento do curso.

Na graduação, o TFG pode ser apresentado em diversos formatos, conforme previsto no projeto do curso, e sua conclusão pode ocorrer em qualquer época do semestre letivo. O julgamento do TFG na graduação segue as diretrizes definidas no projeto pedagógico do curso.

No contexto específico do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena, a concepção do TFG é moldada de forma a respeitar as particularidades, diversidades e a interculturalidade, garantindo o protagonismo indígena na autoria. O TFG, neste curso, representa uma expressão da formação voltada para a configuração do perfil do professor pesquisador indígena, buscando desenvolver habilidades e capacidades essenciais. Isso inclui a compreensão teórica sobre pesquisa, autonomia para a concepção de projetos, aplicação de métodos de investigação e participação em Projetos, Núcleos e/ou Grupos de Pesquisa, sob orientação de um docente.

O TFG será oficialmente institucionalizado, com um regimento próprio a ser elaborado no momento da instauração do Colegiado do Curso. Ele abrangerá uma carga horária total de 60 horas destinadas ao componente curricular TFG, ministrado durante o último semestre na etapa presencial do curso (tempo-universidade). O restante da carga horária será dedicado às demais etapas e atividades necessárias para o desenvolvimento do produto final, que será disponibilizado no Repositório Institucional da UFBA, em coleção específica da Licenciatura Intercultural Indígena.

6.6.4 CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

A estruturação da Política de Extensão para o Curso de Licenciatura Intercultural Indígena fundamenta-se na Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, a qual aprova o Plano Nacional de Extensão – PNE 2014-2024 – e define outras providências. Conforme essa Resolução, a Extensão na Educação Superior Brasileira é uma atividade integrada à matriz curricular e à estrutura da pesquisa, configurando-se como um processo interdisciplinar, político-educacional, cultural, científico e tecnológico. Esse processo promove a interação transformadora entre as instituições de Ensino Superior e os demais setores da sociedade, mediante a produção e aplicação do conhecimento, em contínua articulação com o ensino e a pesquisa.

As Atividades de Extensão acompanharão toda a trajetória dos estudantes da Licenciatura Intercultural indígena e serão oferecidas durante disciplinas dos componentes curriculares do curso e através de Ações Curriculares Comunidade-Sociedade (ACCS), particularmente no “Tempo de Formação Articulada Comunidade-Universidade”, visando fomentar a formação crítica e reflexiva de professores-pesquisadores, aprimorar o processo de ensino na Educação Escolar Indígena em diversos espaços escolares, e promover a participação da sociedade nas discussões e busca por soluções para as problemáticas locais. São consideradas Atividades de Extensão as ações que contribuam para a sociedade, seguindo uma metodologia contextualizada e estabelecida com o propósito de obter resultados em curto prazo, alinhados com o

princípio de responsabilidade social. Tais atividades constituem uma prática contínua de interação entre a universidade e a sociedade, com prioridade para iniciativas voltadas à comunidade extra-campus, buscando otimizar as relações entre sociedade e universidade, democratizar o acesso ao conhecimento, articular ensino e pesquisa com as demandas sociais e culturais da população, e preservar e valorizar a diversidade cultural.

A extensão universitária no curso de Licenciatura Intercultural Indígena da UFBA se dá por meio da curricularização através das ACCS, que são componentes curriculares, na forma de disciplinas, presentes nos cursos de Graduação e Pós-Graduação da UFBA, com carga horária mínima de 15 horas semestrais. Nesse tipo de disciplina, estudantes e professores da UFBA, em colaboração com grupos sociais, desenvolverão ações de extensão relacionadas à criação, tecnologia e inovação. Essas ações promovem o intercâmbio, a reelaboração e a produção de conhecimento sobre a realidade, com a perspectiva de transformação, conforme estabelecido na Resolução Nº 01/2013 do CONSEPE.

A ACCS é concebida de forma dialética e dialógica, participativa e compartilhada, através de intervenções em comunidades e sociedades, visando identificar alternativas para enfrentar desafios emergentes na realidade contemporânea. Possui características comuns às demais disciplinas, mas se destaca pela liberdade na escolha de temáticas, na definição de programas e na experimentação de procedimentos metodológicos, assim como pela possibilidade de renovar sua abordagem. Os conteúdos da ACCS abrangem diversas áreas de conhecimento dos cursos de Graduação e Pós-Graduação da UFBA, preferencialmente trabalhados de maneira interdisciplinar e transdisciplinar. Para sua realização plena, é necessário um intenso trabalho colaborativo entre docentes, discentes e grupos da comunidade e da sociedade.

TABELA 16: – CARGA HORÁRIA OBRIGATÓRIA DE EXTENSÃO

Componente Curricular	Carga Horária Total do Componente	Carga Horária de Extensão	Modalidade do Componente	Relação do componente com a estrutura curricular
0000_Direitos dos Povos Indígenas e Direito	60	30	Disciplina	Estudo e análise das transformações dos direitos

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA)
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA
Aprovado em reunião do Conselho Acadêmico de Ensino em 05/06/2024, Parecer no. 070

Componente Curricular	Carga Horária Total do Componente	Carga Horária de Extensão	Modalidade do Componente	Relação do componente com a estrutura curricular
Indigenista no Brasil e na Bahia				dos povos indígenas no Brasil, no seu contexto histórico. Estudo da relação entre lutas indígenas e mudanças nas leis e direitos dos povos indígenas no Brasil e na Bahia. Estudo e análise dos desafios atuais no reconhecimento dos direitos dos povos indígenas.
0000_Introdução às Línguas Indígenas Brasileiras	60	15	Disciplina	Estudo das línguas indígenas brasileiras, considerando-se critérios de classificação, distribuição demográfica, situação sociolinguística e reflexões críticas sobre política e planejamento linguístico. Principais características fonológicas, morfológicas e sintáticas de línguas indígenas selecionadas. Teorias e métodos de trabalho de campo para o estudo das línguas indígenas.
FCHG06 - História Indígena e do Indigenismo	75	15	Disciplina	História indígena e historiografia indigenista nas Américas. História das populações ameríndias na longa duração. Unidade e diversidade cultural e política nas sociedades indígenas. Indivíduos e grupos étnicos indígenas diante da colonização europeia. Indivíduos e grupos étnicos indígenas diante do poder

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA)
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA
Aprovado em reunião do Conselho Acadêmico de Ensino em 05/06/2024, Parecer no. 070

Componente Curricular	Carga Horária Total do Componente	Carga Horária de Extensão	Modalidade do Componente	Relação do componente com a estrutura curricular
				hegemônico dos Estados nacionais americanos. As categorias “agência” e “resistência”. Objetividade e subjetividade das experiências indígenas na História das Américas. Os movimentos indígenas contemporâneos.
FCHM36 - Memórias da Luta e Resistência dos Povos Indígenas do Nordeste	60	60	ACCS	Ampliar a conexão de saberes entre estudantes de graduação e pós-graduação indígenas e não-indígenas, anciãs e anciãos, gestores, pesquisadores e lideranças indígenas, bem como a curricularização da extensão em antropologia, garantindo o conhecimento engajado sobre os povos indígenas da Bahia e do Nordeste.
MATF54 - Onda Educativa, Digital, Ecológica e Pan-Afro-Indígena	60	60	ACCS	Estudo e prática de atividades educativas tradicionais e modernas, no âmbito de fortalecer as diversidades técnicas, ambientais, espirituais e culturais em comunidades da Bahia. Ensino, pesquisa e divulgação de tecnologias livres, tanto tradicionais, atuais e de origem indígenas e africanas, assim como oriundo das mais recentes pesquisas científicas e humanas produzidas pelas academias de civilização

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA)
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA
Aprovado em reunião do Conselho Acadêmico de Ensino em 05/06/2024, Parecer no. 070

Componente Curricular	Carga Horária Total do Componente	Carga Horária de Extensão	Modalidade do Componente	Relação do componente com a estrutura curricular
				<p>judeu cristão. Estudo e aplicação de tecnologias livres ao serviço das comunidades.</p> <p>Desenvolvimento de materiais didáticos e mídias digitais comunitários com uso de tecnologias da informação.</p>
FCHL47 - Educação Diferenciada e Revitalização de Línguas Indígenas	60	60	ACCS	<p>A ACCS, partindo da perspectiva da Antropologia Linguística como um campo transdisciplinar, busca conscientizar os estudantes sobre o enfraquecimento das línguas nacionais dominantes, com foco nas implicações sociopolíticas globais. Envolvendo-se com comunidades indígenas, visa deter a perda cultural, aplicando uma metodologia de assessoria e cooperação entre a universidade pública e as comunidades. O objetivo principal é capacitar professores indígenas para melhorar a qualidade da educação escolar, promovendo políticas linguísticas autóctones e formando especialistas para contribuir criticamente nas políticas públicas educacionais e culturais para os povos indígenas.</p>

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA)
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA
Aprovado em reunião do Conselho Acadêmico de Ensino em 05/06/2024, Parecer no. 070

Componente Curricular	Carga Horária Total do Componente	Carga Horária de Extensão	Modalidade do Componente	Relação do componente com a estrutura curricular
GEOD34 - A Terra como Cura - Geologia e os Saberes Tradicionais	60	60	ACCS	Rochas e minerais empregados para promoção da saúde - ênfase em povos tradicionais indígenas e de matriz africana. A Terra na visão cosmológica dos saberes e fazeres tradicionais. Excursão e visitas de campo obrigatórias.
ARQA94 - Arquiteturas de Povos e Comunidades Tradicionais	60	60	ACCS	Arquiteturas de povos e comunidades tradicionais, incluindo as afro-brasileiras e as remanescentes de quilombos, serão abordadas neste curso. Além disso, serão exploradas organizações de promoção da igualdade racial, legislações e políticas públicas direcionadas aos povos de matrizes africanas. O enfoque se estenderá a programas, projetos e ações voltados não apenas para as comunidades quilombolas, mas também para as comunidades indígenas na Bahia. Durante o curso, os alunos desenvolverão habilidades de análise e proposta de projetos arquitetônicos e urbanísticos, adaptando-se, no caso da Licenciatura Intercultural Indígena, ao contexto específico dos povos indígenas na Bahia,

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA)
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA
Aprovado em reunião do Conselho Acadêmico de Ensino em 05/06/2024, Parecer no. 070

Componente Curricular	Carga Horária Total do Componente	Carga Horária de Extensão	Modalidade do Componente	Relação do componente com a estrutura curricular
				considerando os conceitos-chave de território, cultura e etnicidade.
FAR454 - Busca Racional de Novos Fármacos de Origem Vegetal	60	60	ACCS	Exposição do aluno à situações práticas e cotidianas envolvendo conteúdos sobre os diversos aspectos do uso de plantas medicinais, dentre estes: contato com a informação de fontes científicas e interpretação das mesmas; contato com o trabalho de campo visando a pesquisa dentro da temática plantas medicinais e herança cultural em medicina popular; conceitos de doença e saúde, certificação científica através de bibliografia especializada dos bioativos vegetais.

6.6.5 GRUPOS DE PESQUISA

A pesquisa e a investigação com Povos Indígenas na Universidade Federal da Bahia desempenharam um papel crucial no debate nacional ao destacar a presença diversificada de comunidades indígenas no nordeste do país, em meio a um cenário de negacionismo quanto à resistência indígena na região. A fundação do Programa de Pesquisas sobre Povos Indígenas do Nordeste Brasileiro (PINEB), originado de uma missão liderada pelo antropólogo Pedro Agostinho ao território Pataxó de Barra Velha, em 1971, marcou o início de uma longa tradição de parceria com movimentos e comunidades indígenas. Nesse contexto, a atuação da antropologia na UFBA não se limitou à produção de conhecimento, estendendo-se às lutas dos movimentos indígenas e à participação na elaboração e implementação

de políticas públicas. Isso solidificou o engajamento como um princípio fundante da etnologia produzida pela instituição. Além disso, a etnologia da UFBA caracteriza-se por uma abordagem interdisciplinar, incorporando as áreas de Letras, Saúde, Geografia, Política, Matemática e Estudos de Gênero.

Apesar da longa tradição de pesquisa e investigação com Povos Indígenas, foi com o advento da Lei de Ações Afirmativas (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2012), cuja implementação na Universidade Federal da Bahia (UFBA) precede a promulgação da legislação federal, que cada vez mais estudantes indígenas têm ocupado as cadeiras como discentes em vários cursos de nossa universidade, formando-se como pesquisadoras e pesquisadores. Como destacou Ana Cláudia Gomes de Souza (2016), o ingresso de duas irmãs Pataxó, Anari Braz e Arissana Braz, pelo sistema de cotas em 2005, é considerado pelo seu povo como um "mito fundador", tendo sido elas as primeiras estudantes dessa etnia a ingressar na UFBA. Atualmente, ambas são doutorandas e pesquisadoras de excelência, sendo Arissana Braz também professora do Colégio Estadual Indígena de Coroa Vermelha. Souza (2012) também observa que antes de 2005, a UFBA mantinha uma relação quase exclusiva com os indígenas por meio dos "magistérios [ou licenciaturas] indígenas", especialmente aquele oferecido pela UNEB, que era a primeira porta de entrada para os povos originários no ensino superior. Assim, o acesso dos povos indígenas às universidades públicas da Bahia, em especial à UFBA, pode ser considerado recente, e a criação de uma licenciatura intercultural indígena representa o culminar de décadas de dedicação à formação de pesquisadores indígenas na instituição.

De acordo com o Regimento Geral da UFBA (2009), a pesquisa não apenas pode, mas deve ser considerada uma forma de produção intelectual e cultural aberta à epistemo-diversidade na cena intelectual contemporânea. Além disso, o regimento destaca que é parte da autonomia didático-científica da instituição estabelecer os regimes didático e científico dos diferentes cursos, bem como os programas de pesquisa e extensão. No âmbito desse regimento, cabe à FFCH, como unidade acadêmica, a realização de programas de pesquisa integrados com o ensino, fortalecendo a interconexão entre pesquisa e formação em busca do enriquecimento

do conhecimento e da experiência acadêmica. Por isso que o eixo teórico organizador da Licenciatura Intercultural Indígena na UFBA será construído por meio de um diálogo com as diversas ciências indígenas do estado da Bahia, considerando-se suas próprias cosmologias e modos singulares de compreender e interpretar a realidade.

Conforme a Resolução 01/2015 do Conselho Acadêmico de Ensino da UFBA, a Licenciatura é definida, conforme a Lei No 9.394/96, artigo 62, e o Decreto No 3.276, de 6 de dezembro de 1999, como a formação de docentes destinada a atuar na educação básica em nível superior, por meio de cursos de licenciatura de graduação plena em universidades, centros universitários e demais instituições superiores de educação. Adicionalmente, a mesma resolução estabelece que estudantes participantes de cursos, atividades e programas institucionais da UFBA e de outras unidades/instituições envolvendo pesquisa, ensino e extensão podem ter seus trabalhos convertidos em carga horária curricular, a critério do Colegiado do curso.

Anualmente, a UFBA promove os Congressos da UFBA e Seminários Estudantis, oferecendo a todos os estudantes a oportunidade não apenas de apresentar os resultados de suas pesquisas e atividades de extensão, mas também de propor mesas-redondas e atividades artísticas. Ademais, os vários Grupos de Pesquisa sediados na FFCH e nas outras unidades parceiras, certificados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), mantêm seminários regulares. Nesse dinâmico contexto, os estudantes da Licenciatura Intercultural Indígena serão incentivados a participar ativamente desses congressos e seminários como parte integrante de sua formação investigativa no campo da pesquisa. Além de contribuir para a divulgação do conhecimento produzido no curso, essa participação proporcionará aos estudantes um espaço para a troca de experiências, aprendizado interdisciplinar e fortalecimento das habilidades acadêmicas e culturais. Essa iniciativa reforça o compromisso da UFBA em promover uma plataforma inclusiva e diversificada para o intercâmbio de ideias e a valorização das múltiplas perspectivas e diversidade epistêmica presentes em sua comunidade acadêmica.

Dessa forma, o presente Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena, assim como projetos similares em outras Instituições de Ensino Superior (IES), incorpora a pesquisa como um pilar pedagógico fundamental na formação do graduado, estabelecendo um elo duradouro entre teoria e prática. Essa conexão está intrinsecamente relacionada ao conhecimento historicamente construído pelos Povos Indígenas, buscando aprimorar a compreensão e avaliação do processo educacional, assim como o papel sociopolítico e cultural da escola no contexto específico das comunidades indígenas. Os grupos de pesquisa listados abaixo mostram a pluralidade de oportunidades para participação em pesquisas que os alunos terão.

Grupos de Pesquisa associados à Licenciatura Intercultural Indígena:

- Democracia, Participação e Representação Política (Depare)
- DIFUSAS - Difusão do Conhecimento e Apropriação de Saberes: Acesso e uso da Informação na Sociedade
- Estudos em Antropologia da Política e do Direito - PACTO
- Etnologia e os Povos Originários das Américas
- GIRA: Grupo de Estudos Feministas em Política e Educação
- Grupo de Estudos sobre Teoria da Reprodução Social
- Grupo de Pesquisa Costeiros - Estudos socioespaciais (IGEO)
- Grupo de Pesquisa sobre o Trabalho Indígena nas Américas (LABORÍNDIO)
- Laboratório de Ensino, Filosofia e História da Biologia (LEFHBio)
- Laboratório Farmácia da Terra (FARTERRA)
- LIB - Línguas Indígenas Brasileiras
- NOAP - Núcleo de Ofiologia e Animais Peçonhentos da Bahia
- Núcleo de Estudos das Produções Autorais dos Povos Indígenas (NEAI)
- Onda Digital - Grupo de Pesquisa e Extensão em Informática, Educação e Sociedade (DCI/IC)
- Políticas Públicas, Cultura, Gestão e Bases Históricas e Conceituais da Universidade
- Programa de Educação Tutorial - Conexões de Saberes - Comunidades Indígenas

- Programa de Pesquisas sobre Povos Indígenas do Nordeste Brasileiro (PINEB)

6.6.5.1 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Os Projetos de Pesquisa elaborados pelos professores e alunos do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena podem, se necessário, ser submetidos à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal da Bahia, devidamente certificado pelo Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). É importante ressaltar que os Povos Indígenas da Bahia possuem suas próprias diretrizes e orientações para pesquisas realizadas em suas comunidades. Por esse motivo, a diretriz da Licenciatura Intercultural Indígena é que seus professores interajam de maneira colaborativa com as organizações representativas e adotem os Protocolos de Consulta estabelecidos pelos próprios povos. O curso reconhece o direito dos povos indígenas à consulta prévia, de boa-fé, livre e esclarecida, conforme preconiza a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), incorporando essa prática em suas relações com as comunidades indígenas.

6.6.6 CURSOS LIVRES

Compete ao Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena a responsabilidade de organizar, no mínimo, dois cursos livres por semestre, visando enriquecer o currículo dos discentes e promover a difusão de conhecimentos relevantes à prática docente e ou de pesquisa dos estudantes. Estes cursos podem ser realizados tanto no tempo-universidade, ocorrendo no contraturno das disciplinas do semestre, com carga horária de 4 ou 8 horas, de forma presencial, quanto no tempo-comunidade, em formato remoto, com carga horária variando de 8 a 20 horas, durante os períodos em que os estudantes estiverem nas aldeias. Também é aberta a possibilidade de organização de cursos livres presenciais em uma ou outra comunidade atendida pelo curso durante o tempo-comunidade, desde que haja disponibilidade de recursos. Esta iniciativa busca fortalecer os laços entre a universidade e as comunidades indígenas, promovendo uma educação mais próxima da realidade dos estudantes. As temáticas abordadas devem versar sobre Educação Escolar Indígena, assim como sobre conteúdos relacionados às

disciplinas das três habilitações, que, devido à estrutura curricular, possam ser aprofundados apenas por meio de cursos extracurriculares. O calendário dos cursos livres será divulgado junto com o planejamento semestral, permitindo que todos os estudantes se inscrevam, observando-se o número de vagas previsto para cada curso, variando de 10 a 40 vagas, conforme a demanda e a capacidade de atendimento.

7. INTEGRAÇÃO DA LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA COM AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO

Apesar de não oferecer um curso específico de Licenciatura Intercultural Indígena, a Universidade Federal da Bahia (UFBA) tem desempenhado um papel significativo no apoio e fortalecimento da Educação Escolar Indígena. A instituição mantém uma presença constante nas escolas indígenas do estado por meio de projetos de formação e extensão. Além disso, a UFBA acolhe estudantes indígenas em suas diversas licenciaturas plenas.

A UFBA, em colaboração com o recém empossado Fórum de Educação Superior Indígena da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH), mantém uma relação estreita com as organizações representativas da Educação Escolar Indígena no estado da Bahia. Isso inclui o Fórum de Educação Indígena da Bahia (FORUMEIBA), Professores Indígenas do Estado da Bahia (PIBA) e Associação dos Professores Indígenas do Norte e Oeste da Bahia (APINOBA), além de também manter relação com movimentos sociais e instituições governamentais, a exemplo do Movimento Unido dos Povos e Organizações Indígenas da Bahia (MUPOIBA) e a Superintendência de Políticas para Povos Indígenas/BA.

O PET Comunidades Indígenas, coordenado pela UFBA, realiza anualmente o projeto de extensão “Sábados de Ciência Indígena”, abordando temas relevantes, como Direitos Indígenas, Saúde Indígena e Contextos de Violência e Discriminação, com estudantes do ensino médio. Tanto docentes quanto discentes indígenas têm monitorado de perto as políticas de Educação Escolar Indígena implementadas no estado da Bahia, participando ativamente do Fórum de Gestores da Educação Escolar Indígena do Estado. Durante a elaboração deste projeto pedagógico, estabelecemos diálogo constante com professores, gestores e, inclusive, realizamos visitas a algumas escolas.

8 CORPO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Neste tópico, inicialmente será apresentada a Comissão de Educação Superior Indígena da FFCH, nomeada pela Congregação desta unidade em novembro de 2023 e composta por docentes, membros das comunidades indígenas, indigenistas e pesquisadores, com o propósito de monitorar a implementação e o progresso do curso de Licenciatura Intercultural Indígena da UFBA. Em seguida, será realizada uma análise breve do corpo docente (Equipe Proponente), que não corresponde à totalidade dos docentes que atuarão diretamente no curso, mas sim à equipe mais envolvida na elaboração do Projeto Pedagógico de Curso, possivelmente composta pelos futuros membros do colegiado. Por fim, será apresentado o colegiado, composto por docentes, discentes, servidores e membros da comunidade indígena, e será descrito como será o atendimento aos discentes e o acolhimento semestral dos estudantes.

8.1 COMISSÃO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR INDÍGENA DA FFCH

A Comissão de Ensino Superior Indígena da FFCH promove a integração dos saberes e culturas indígenas no ambiente acadêmico. A comissão envolve lideranças das comunidades e movimentos indígenas em parceria com docentes e indigenistas, assegurando um acompanhamento contínuo da Licenciatura Intercultural Indígena da UFBA. Esta colaboração enriquece o processo educativo e garante que as necessidades e perspectivas indígenas sejam atendidas. A comissão conta com a participação de representantes de diversas etnias e organizações indígenas da Bahia, promovendo uma educação inclusiva e representativa. Segue a comissão nomeada pela FFCH no momento de construção deste Projeto Pedagógico de Curso (PPC):

- **Abias dos Santos Borges** - Professor e Executiva FORUMEIBA. Etnia: Pataxó
- **Agnaldo Pataxó Hãhãhãe** - Coordenador do Movimento Unido dos Povos e Organizações Indígenas da Bahia - MUPOIBA
- **Angelo de Oliveira França** - Coordenador pedagógico e Diretor de educação do MUPOIBA, Etnia: Kaimbé.
- **Amiel Ernenek Mejía Lara** - Antropólogo, Professor Colaborador do Programa de Pós-graduação em Antropologia da UFBA e Professor Visitante no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRB
- **Felipe Bruno Martins Fernandes** - Docente do Departamento de Antropologia e Etnologia

- **Felipe Sotto Maior Cruz** - Primeiro professor indígena da UFBA, tutor do PET Comunidades Indígenas, docente do Departamento de Antropologia e Etnologia. PINEB/UFBA. Etnia: Tuxá
- **Gustavo Velloso** - Professor de História Indígena do Departamento de História da UFBA
- **Jerry Matalawê** - Mestre em Antropologia pela UFBA e gestor de políticas públicas. Etnia: Pataxó.
- **José Carlos Tupinambá** - Mestre e Doutorando em Antropologia Social pela Universidade de Brasília – UnB. Etnia: Tupinambá.
- **Maria Jesuina Barbosa dos Santos** - Subsecretaria do FORUMEIBA Região Sul, Etnia: Tupinambá.
- **Maria Leidiane Marinheiro da Silva** - Professora. Etnia: Tumbalalá
- **Maria Rosário Gonçalves de Carvalho** - Docente Emérita do Departamento de Antropologia e Etnologia e coordenadora do PINEB.
- **Marilene da Conceição Ferreira** - Gestora da Coordenação Estadual de Educação Escolar Indígena - Governo do Estado da Bahia
- **Maurício Caviedes** - Antropólogo e professor visitante/colaborador no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFBA
- **Paula Kiriri** - Diretora do Colégio Estadual Indígena José Zacarias (Banzaê, Bahia)
- **Rafael Xucuru-Kariri** - Servidor cedido pelo Ministério da Educação à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA. Etnia: Xucuru-Kariri.
- **Rosilene Souza de Jesus** - Coordenadora pedagógica, Etnia: Tupinambá.
- **Rutian do Rosário Santos** - Coordenadora do Núcleo de Estudantes Indígenas da UFBA e mestranda no POSAFRO/UFBA, fundadora do PET Comunidades Indígenas. Etnia: Pataxó
- **Sérgio Luis Rodrigues Silva** - Estudante da UFBA. Representante do UPOEI/UFBA. Etnia: Kuhamati Tuxá
- **Shirlei de Aragão Ribeiro Moitinho** - Coordenadora pedagógico. Etnia: Pataxó
- **Tatiane Santos da Silva** - Gestora da Educação Escolar Indígena, Etnia: Kiriri

8.2 CORPO DOCENTE

O corpo docente da Licenciatura Intercultural Indígena da UFBA é composto por profissionais experientes, cujas habilidades e conhecimentos se alinham com o objetivo de formar educadores capazes de desempenhar papéis significativos na Educação Escolar

Indígena da Bahia. Cada membro traz uma bagagem única, promovendo uma abordagem interdisciplinar e intercultural. O curso conta com a colaboração de pelo menos 22 departamentos e coordenações acadêmicas, responsáveis pelo oferecimento dos 82 componentes curriculares previstos, que abrangem o núcleo comum de formação e as três habilitações (com componentes obrigatórios e optativos), os estágios de licenciatura, as atividades ACCS, o Trabalho de Conclusão de Curso e os componentes com carga horária de prática de ensino. Todos os 22 departamentos e coordenações acadêmicas, através de sua anuência, se comprometeram com a oferta dos componentes curriculares e, quando inviável a oferta por seus próprios professores, em nomear representantes para compor a banca de seleção de professores externos à instituição, conforme previsão do PARFOR Equidade. Cabe ressaltar que para a maioria das disciplinas, já foram definidos os docentes que atuarão, refletindo o envolvimento e comprometimento dos departamentos com a construção dos programas dos componentes curriculares previstos no Ementário. O corpo docente inclui professores doutores e mestres especializados em áreas como Antropologia, História, Educação, Linguística, Física, Química, Dança, Belas Artes, Engenharia Sanitária e Ambiental, Biblioteconomia, Computação, Museologia, Ciência Política, Matemática, Arquitetura, Farmácia, dentre outras ciências, fundamentais para uma formação intercultural e interdisciplinar. Há uma integração de professores indígenas e não indígenas, garantindo uma abordagem educativa representativa das diversas culturas e saberes indígenas. A UFBA já possui um conjunto de professores qualificados em seus diversos departamentos, muitos dos quais têm experiência com educação intercultural e com as comunidades indígenas, mas também estão previstas novas contratações para áreas específicas que ainda não estejam totalmente cobertas pelos docentes atuais. Essa diversidade de expertises e a abordagem interdisciplinar e intercultural destacam o corpo docente da Licenciatura Intercultural Indígena da UFBA, comprometido em formar educadores capacitados para enfrentar os desafios da educação intercultural de forma ética e reflexiva.

8.3 COLEGIADO DO CURSO E NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

O Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena será formado pela Coordenação do curso, professores, pessoal técnico-administrativo e representantes estudantis, sendo incumbido de analisar e tomar decisões a respeito de assuntos pertinentes à Licenciatura Intercultural Indígena.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso, de natureza consultiva, terá como objetivo assessorar o Colegiado do Curso em questões acadêmicas, mudanças na matriz

curricular e outros assuntos relacionados à consolidação, contínua avaliação e atualização dessa matriz. O NDE será composto por, no mínimo, cinco professores doutores em regime de dedicação exclusiva pertencentes ao corpo docente do curso. O Coordenador do Colegiado do Curso será o Presidente do NDE, e os demais membros serão indicados pelo Colegiado assim que ocorrer a sua constituição, com mandatos de dois anos, podendo ser reconduzidos. Na ausência ou impedimento eventual do Coordenador do Colegiado, este será substituído pelo Vice-Coordenador. O NDE contará com o apoio dos Comitês Orientadores, conforme o Regulamento de Orientação Acadêmica do curso, para contribuir para a consolidação do perfil do egresso, zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo e garantir o cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Graduação.

8.3.1 ATENDIMENTO AOS DISCENTES

O suporte aos estudantes da Licenciatura Intercultural Indígena incluirá iniciativas de acolhimento promovidas pela Coordenação do Curso e pelos Comitês Orientadores no início de cada fase presencial. Esse acolhimento tem como objetivo orientar os estudantes sobre as atividades do curso para o semestre, os procedimentos administrativos internos relacionados ao acesso à Biblioteca, à rede de internet, à solicitação de bolsas e auxílios disponíveis, bem como ao funcionamento geral do curso. No âmbito dos programas e projetos de apoio pedagógico aos estudantes, a Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT), a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) e a Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PROAE) contribuem para a permanência e integração dos estudantes nas atividades curriculares, participação em eventos científicos e culturais, por meio de editais abertos para auxílios e bolsas. No entanto, o que de fato assegura a permanência dos estudantes indígenas no curso, especialmente aqueles provenientes de comunidades geograficamente distantes da universidade, será a bolsa oferecida pelo programa Parfor Equidade – Edital 23/2023. O suporte aos estudantes da Licenciatura Intercultural Indígena também incluirá atividades de nivelamento conduzidas em projetos de extensão e pesquisa, assim como grupos de estudos sob a coordenação dos professores. Adicionalmente, serão oferecidas atividades tutoriais no âmbito do Programa de Educação Tutorial (PET) - Conexão de Saberes, Comunidades Indígenas, implementado na UFBA em 2010 e que tem realizado diversas atividades de formação para estudantes indígenas da instituição. A Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA atenderá às demandas administrativas da Licenciatura

Intercultural Indígena através da promoção e acompanhamento acadêmico-pedagógico do curso, oferecendo suporte às atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.

8.3.2 FUNCIONAMENTO DO COLEGIADO DE CURSO

O funcionamento do Colegiado de Curso seguirá os mesmos princípios que orientam os documentos institucionais, particularmente o Regulamento do Ensino de Graduação e Pós-Graduação (REGPG) da UFBA. Ele se reunirá regularmente, tendo como responsabilidades: a) avaliar e deliberar sobre as sugestões apresentadas pelos professores e pelos estudantes em relação aos temas de interesse do curso; b) planejar anualmente o provimento de recursos humanos, materiais e equipamentos para o curso; c) decidir sobre as atividades didático-pedagógicas e os componentes curriculares do curso; e d) realizar avaliações periódicas. As reuniões normais do Colegiado do Curso ocorrem mensalmente, enquanto reuniões extraordinárias são convocadas conforme as necessidades do Colegiado. Todas as reuniões serão devidamente registradas em atas, as quais são disponibilizadas na Coordenação do Curso. O Colegiado também será responsável pela manutenção de um sítio eletrônico atualizado com todas as informações pertinentes sobre a Licenciatura Intercultural Indígena.

TABELA 17: – QUADRO DE PESSOAL DOCENTE

Nome	Área de Formação e Atuação (componente curricular)	Titulação	Regime de Trabalho	Vínculo Institucional
Ana Virgínia Alves de Santana	Geologia	Doutora	DE	Ativo
Antônia Santana Braz	Antropologia	Doutora	Profa. Visitante	Ativo
Catherine Prost	Geografia	Doutora	DE	Ativo
Charbel Niño El-Hani	Biologia	Doutor	DE	Ativo
Cíntia Beatriz Müller	Antropologia	Doutora	DE	Ativo
Débora Abdalla Santos	Computação	Doutora	DE	Ativo
Felipe Bruno Martins Fernandes	Antropologia	Doutor	DE	Ativo
Felipe Milanez Pereira	Comunicação	Doutor	DE	Ativo
Felipe Sotto Maior Cruz	Antropologia	Doutor	DE	Ativo
Gabriel Swahili Sales de Almeida	Educação	Doutor	DE	Ativo
Gilsamara Moura	Dança	Doutora	DE	Ativo
Gustavo Velloso	História Social	Doutor	DE	Ativo
Ivan Cláudio Pereira Siqueira	Letras	Doutor	DE	Ativo
Ivana Aparecida Borges Lins	Biblioteconomia	Doutora	DE	Ativo
Ivana Pereira Ivo	Letras	Doutora	DE	Ativo
Márcia de Fátima Rabello Lovisi de Freitas	Educação	Doutora	DE	Ativo
Maria Rosário Gonçalves de Carvalho	Antropologia	Doutora	PROPAP	Aposentada
Mauricio Caviedes	Antropologia/Etnomatemática	Doutor	Prof. Visitante	Ativo
Rafael Xucuru-Kariri	Sociologia	Doutor	DE	Servidor

Nome	Área de Formação e Atuação (componente curricular)	Titulação	Regime de Trabalho	Vínculo Institucional
				Administrativo
Rejâne Maria Lira da Silva	Biologia	Doutora	DE	Ativo
Suzane Lima Costa	Letras	Doutora	DE	Ativo
Ygor Jessé Ramos dos Santos	Farmácia	Doutor	DE	Ativo

TABELA 18: - QUANTITATIVO DE TITULAÇÃO GERAL E REGIME DE TRABALHO

Titulação	Qtde	Regime de Trabalho	Qtde
Pós-Doutores	0	Dedicação Exclusiva (DE)	19
Doutores	22	Tempo Integral (40 horas)	0
Mestres	0	Tempo parcial	3
Especialistas	0		
Graduados	0		
TOTAL	22	TOTAL	22

TABELA 19: - QUADRO DE PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

CargoNome	Cargo	Regime de Trabalho	Vínculo Institucional
Noemi Pereira de Santana	Interlocutora PARFOR Equidade	Dedicação Exclusiva	Docente
Wender Silveira Freitas	Antropólogo - Secretaria de Curso	Dedicação Exclusiva	Técnico Administrativo

REFERÊNCIAS

ABBONIZIO, A.; GHANEM, E.. Educação escolar indígena e projetos comunitários de futuro. **Educação e Pesquisa**, v. 42, n. 4, p. 887–901, out. 2016.

BANKS, James. **An introduction to multicultural science education** (4^a. Ed.). Nova Iorque, NY: Pearson, 1999.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; MEDEIROS, Juliana Schneider. Política educacional para os povos indígenas no sul do Brasil: a implementação de escolas para os Kaingang (1910-1967). **Educació i Història: revista d'història de l'educació**, 2019, p. 93-120, DOI: 10.2436/20.3009.01.231 Disponível em: <https://raco.cat/index.php/EducacioHistoria/article/view/360765> . Acesso em: 31 maio. 2023.

BOMFIM, Anari Braz. Patxohã: a retomada da língua do povo Pataxó. **Revista Linguística**, v. 13, n. 1, 2017.

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Relatório de Avaliação Institucional UFBA 2021**. Salvador, 2022. 75 p. Disponível em:

<https://cpa.ufba.br/sites/cpa.ufba.br/files/Relatorio-AVALIACAO-INSTITUCIONAL-2022%20%281%29.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2024.

CURIEUX, Tulio Rojas. La etnoeducación en Colombia: un trecho andado y un largo camino por recorrer. **Colombia Internacional**, vol. 46, p. 45-59, 1999.

D'ANGELIS, W. D. R. **Aprisionando sonhos: a educação escolar indígena no Brasil**. Campinas: Curt Nimuendajú Editora, 2012.

FREIRE, José Ribamar Bessa. Línguas em contato na Amazônia: as línguas indígenas, o Nheengatu e o Português. In: BARRETO, Mônica; SALGADO, Ana Claudia (orgs.). **Sociolinguística no Brasil**. Uma contribuição dos estudos sobre línguas em/de contato. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2009. pp. 203-218.

FREIRE, Paulo Freire. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

GOIÁS. Licenciatura Intercultural Indígena. Universidade Federal de Goiás (org.). **Comitês Orientadores**. 2024. Disponível em: [https://intercultural.letras.ufg.br/p/24599-comites-orientadores#:~:text=Os%20Comit%C3%AAs%20de%20Orienta%C3%A7%C3%A3o%20\(ou,interesse%2C%20membros%20da%20comunidade%20acad%C3%AAmica..](https://intercultural.letras.ufg.br/p/24599-comites-orientadores#:~:text=Os%20Comit%C3%AAs%20de%20Orienta%C3%A7%C3%A3o%20(ou,interesse%2C%20membros%20da%20comunidade%20acad%C3%AAmica..) Acesso em: 13 abr. 2024.

GÓES Neto, Antônio Fernandes. **Trilhas da educação escolar indígena: invocação em Cabari, São Gabriel da Cachoeira, AM**. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, USP, 2023.

IVO, Ivana Pereira; SILVA, Cíntia dos Santos Pereira da. Educação Escolar Indígena: reflexões sobre língua e cultura nos territórios etnoeducacionais. **Terra Livre**. Ano 30, Vol.2, n. 45. São Paulo, SP: Jul/Dez, 2017, p. 197-224.

MORIN, E. **Ciência com Consciência**. 11ª edição. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2008.

OLIVEIRA, José Renato Gomes de; SOUZA, Lanara Guimarães de; RANGEL, Marcia Tereza Rebouças. Competências Digitais na Educação Superior: diagnóstico e formação docente. **Anais do 20º Congresso Brasileiro de Ensino Superior A Distância e O 9º Congresso Internacional de Educação Superior A Distância**, Campo Grande, v. 9, n. 1, p. 1-15, 2023.

PEROZA, Juliano, SILVA, Camilo Pompeu da, & AKKARI, Abdeljalil. Paulo Freire e a diversidade cultural: um humanismo político-pedagógico para a transculturalidade na educação. **Revista Reflexão e Ação**, vol. 21, n. 2, p. 461-481, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, vol. 48, p. 11-32, 1997.

SILVA, Rosa Helena Dias da. Inclusão e políticas afirmativas em educação para um Brasil pluricultural. **Revista de Educação**. Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 1 (61), p. 93-107, jan./abr. 2007.

TASSINARI, Antonella Maria Imperatriz, & COHN, Clarice. Escolarização indígena entre os Karipuna e Mebengokré-Xikrin: Uma abertura para o outro. In A. M. I. TASSINARI, B. S. GRANDO & ALBUQUERQUE, Marco Alexandre dos Santos (Eds.), **Educação indígena: Noções nativas de infância, aprendizagem e escolarização**. Florianópolis, Brasil: Editorial da UFSC. 1a ed., pp. 247-274. 2012. ISBN 978-85-328-0620-8.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2018-2022)**. Disponível em: <https://proplan.ufba.br/documentacao-legislacao/pdi>. Acesso em: 21 mar. 2024.

APÊNDICE I – CARACTERIZAÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES (EMENTÁRIO)

Componentes com Carga Horária de Práticas de Ensino

EDC286	Avaliação da Aprendizagem
Estudo da avaliação como instrumento indispensável para o planejamento e acompanhamento das ações educativas. As diferentes concepções da avaliação e suas manifestações na prática. Procedimentos e instrumentos da avaliação da aprendizagem.	
EDC267	Educação Ambiental
Desenvolvimento de atividades teórico-práticas para a identificação de problemas ambientais através de contato direto com os mesmos. Análise de questões ambientais no âmbito da escola e outras instituições. O papel do professor na sensibilização da comunidade na discussão do ambiente em seus aspectos sócio-político-culturais.	
EDC324	Educação Indígena e Direitos Humanos
Analisa as diferentes concepções de educação indígena; o processo educativo e a produção e troca de saberes; a escola e a educação diferenciada: o papel do Estado e as políticas públicas; os direitos e deveres indígenas; a bioética e a interculturalidade; o pluriculturalismo e a educação bilingue; a função da escrita e da oralidade na educação indígena; a tradição e os mitos indígenas.	
FCHXXX	Etnomatemática
As dimensões da etnomatemática (dimensão conceitual, dimensão histórica, dimensão cognitiva, dimensão epistemológica, dimensão política e dimensão educacional) correlacionados à Educação Escolar Indígena.	
EDCB91	Gestão Educacional
Estudo das teorias e práticas de organização administrativa e gestão financeira dos sistemas e estabelecimentos de ensino, com ênfase na implementação dos conceitos de autonomia, planejamento, direção, participação, projeto político-pedagógico, avaliação e controle de processos educacionais.	
EDC289	Informática na Educação
O computador como ferramenta de construção do conhecimento. O conhecimento e as mídias oral, escrita, visual e digital. Histórico da informática na educação. Os tipos de ambientes educacionais baseados em computador. As implicações pedagógicas e sociais do uso da informática na educação. Informática na educação especial, na educação à distância e no aprendizado cooperativo.	

EDCXXX	Legislação da Educação Escolar Indígena
<p>Estudo das bases legais e administrativas dos sistemas de educação indígena no Brasil. Introdução à história dos sistemas de educação indígena no Brasil. Introdução à história das lutas indígenas pela educação entre grupos étnicos e povos indígenas no Brasil. Estudo dos desafios para a participação indígena nos sistemas nacionais de educação no Brasil.</p>	
EDCA02	Organização da Educação Brasileira
<p>Análise e estudo do sistema educacional brasileiro, considerando os aspectos legais, sócio-políticos, administrativos e financeiros, enfatizando a organização dos sistemas de ensino nos diversos níveis e modalidades. Análise das políticas públicas de educação no Brasil.</p>	
EDC289	Pesquisa em Educação
<p>Princípios da ciência e do método científico. Abordagem alternativas de pesquisa. Técnicas de levantamento e análise de dados. Delineamento do Projeto de Pesquisa e do Relatório de Pesquisa. Aspectos éticos da pesquisa e a construção de uma postura analítico-crítica.</p>	
FCHXXX	Produção de Material Didático-Pedagógico para a Educação Escolar Indígena
<p>Esta oficina tem como objetivo criar materiais didáticos interculturais para escolas indígenas na Bahia. As etapas incluem Identificação de Objetivos de Aprendizagem, Conhecimento do Público-Alvo, Mapeamento do Conteúdo, Seleção de Recursos, Design Instrucional, Adaptação a Diferentes Estilos de Aprendizagem, Revisão e Produção Final. A atividade abrange a avaliação crítica dos recursos existentes, visando à elaboração de materiais específicos alinhados aos contextos dos Povos Indígenas da Bahia. Abordaremos a filosofia e a didática da Educação Escolar Indígena, com ênfase em estratégias, metodologias e aspectos teóricos. Realizaremos uma análise objetiva da interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e avanços históricos na educação indígena no Brasil e na Bahia, explorando o caráter emancipador do ensino-aprendizagem e o papel de livros didáticos e materiais pedagógicos na Educação Escolar Indígena.</p>	
FCHXXX	Seminário Didático de Educação Escolar Indígena
<p>A atividade de Seminário Didático em Educação Escolar Indígena oferece ao estudante uma nova perspectiva sobre um tema de interesse, permitindo a identificação do papel da didática em educação nos contextos históricos, geográficos, culturais, sociais e ambientais dos Povos Indígenas da Bahia. O Seminário visa estimular o protagonismo dos estudantes, incentivando o aprofundamento de conhecimentos na área de habilitação a ser escolhida, ampliação de redes e contatos com colegas e docentes, além do desenvolvimento</p>	

do pensamento crítico e da resiliência necessária para enfrentar os desafios nas escolas indígenas do estado. Adicionalmente, engloba pesquisa-ação nas escolas, envolvendo o levantamento de bibliografia indígena e não-indígena sobre seu povo e a educação no território. Inclui ainda a análise dos materiais didáticos e para-didáticos utilizados nas escolas indígenas na área escolhida, culminando na apresentação de seminários com esses resultados durante a atividade e nas próprias escolas. Essa abordagem proporciona oportunidade para a troca de experiências e construção coletiva de conhecimento, fortalecendo o comprometimento dos estudantes com a melhoria da educação indígena na Bahia.

FCHXXX	Territórios, Territorialidades e Terras Indígenas
<p>Território, territorialidade, espaço e lugar na concepção indígena e não-indígena. As discussões teóricas, feitas hoje em dia, sobre questões como: identidade, cultura e as diferentes noções de territorialidade indígena no Brasil. Pesquisas sobre Territorialidade e Cultura. Introdução à cartografia dos territórios indígenas ao longo da história dos povos indígenas no Brasil e na Bahia. Estudo dos fatores históricos básicos da espoliação das terras indígenas no Brasil e na Bahia, a partir de 1500. Estudo dos desafios para o reconhecimento dos direitos territoriais dos povos indígenas do Brasil e da Bahia. Estudo da relação entre as formas indígenas de compreensão do território e as formas legais dos Estados.</p>	

Núcleo Comum de Formação

FCHM87	Antropologia da Educação
<p>O caráter uno e plural da experiência humana, as diferentes formas de organização societária, a articulação entre sociedade, cultura e educação com ênfase nas sociedades contemporâneas.</p>	
FCHXXX	Direitos dos Povos Indígenas e Direito Indigenista no Brasil e na Bahia
<p>Estudo e análise das transformações dos direitos dos povos indígenas no Brasil, no seu contexto histórico. Estudo das relações entre lutas indígenas e mudança nas leis e direitos dos povos indígenas no Brasil e na Bahia. Estudo e análise dos desafios atuais no reconhecimento dos direitos dos povos indígenas. Estudo do repertório jurídico normativo que garante direitos aos Povos Indígenas, no Brasil. Discussões acerca dos direitos fundamentais, sociais e indígenas assegurados na Constituição Brasileira. Documentos internacionais de Direitos Humanos, Tratados e Convenções específicas relacionadas aos Povos Indígenas. A análise de questões atuais relacionadas a conquista do reconhecimento dos direitos dos povos indígenas na Bahia e no Brasil.</p>	
EDCD59	Educação, Identidade e Pluralidade Cultural

<p>Aspectos sócio-políticos e culturais que caracterizam o Brasil como país pluricultural na contemporaneidade. Estudo sobre as questões relacionadas aos conceitos de identidade, cultura, memória, discriminação/preconceito, saberes e tradições populares. Manifestações da cultura popular enquanto processos de construção da identidade cultural no âmbito da educação formal e não-formal.</p>	
FCH317	Etnologia do Brasil
<p>Estudos dos grupos sociais e étnicos básicos na formação da sociedade brasileira.</p>	
FCHG06	História Indígena e do Indigenismo
<p>História indígena e historiografia indigenista nas Américas. História das populações ameríndias na longa duração. Unidade e diversidade cultural e política nas sociedades indígenas. Indivíduos e grupos étnicos indígenas diante da colonização europeia. Indivíduos e grupos étnicos indígenas diante do poder hegemônico dos Estados nacionais americanos. As categorias “agência” e “resistência”. Objetividade e subjetividade das experiências indígenas na História das Américas. Os movimentos indígenas contemporâneos.</p>	
LETXXX	Introdução às Línguas Indígenas Brasileiras
<p>Estudo das línguas indígenas brasileiras, considerando-se critérios de classificação, distribuição demográfica, situação sociolinguística e reflexões críticas sobre política e planejamento linguístico. Principais características fonológicas, morfológicas e sintáticas de línguas indígenas selecionadas. Teorias e métodos de trabalho de campo para o estudo das línguas indígenas.</p>	
LETE48	LIBRAS I Língua Brasileira de Sinais Nível I
<p>Breve estudo das características biológicas, socioculturais e linguísticas do surdo. Breve estudo sobre o desenvolvimento linguístico do surdo, da sua inserção na sociedade e dos aspectos educacionais envolvidos em sua formação. Práticas das estruturas básicas da LIBRAS.</p>	
FCHE94	Metodologia de Projetos de Intervenção Social
<p>A disciplina possui dois aspectos: 1) aspecto teórico: discussão sobre relação entre universidade e sociedade a partir de perspectivas decoloniais e antirracistas; concepção de extensão e pesquisa no pensamento crítico latino-americano; discussão sobre projetos sociais, planejamento estratégico, metodologias participativas na área das Ciências Sociais (pesquisa-ação, pesquisa participante, diagnóstico rápido participativo, entre outros); e 2) aspecto prático: elaboração de projeto de intervenção social a partir de diagnósticos da realidade social, tendo como base editais abertos por órgãos públicos, organizações não-governamentais (ONGs) ou movimentos sociais.</p>	

FCHN69	Movimentos Sociais, Ação Coletiva e Democracia
<p>Introdução aos dilemas da ação coletiva. Eixos teóricos de estudos de movimentos sociais: teoria de mobilização de recursos, teoria de processo político, teoria de novos movimentos sociais, redes e virada cultural (emoções e narrativas). Relação entre teorias de movimentos sociais e a teoria crítica. Trajetória da reflexão sobre movimentos sociais no Brasil: os “novos personagens” da redemocratização, a sociedade civil nos anos 1990, o ativismo institucional dos anos 2000 e a volta às ruas dos anos 2010. Desafios da relação entre movimentos sociais e Estado, pressão e gestão, autonomia e eficácia política, conflito e consenso, e modelos de democracia resultantes.</p>	
LETF01	Língua Portuguesa – Leitura e Produção de Textos para Fins Específicos
<p>Desenvolvimento de atividades de leitura e de produção de textos, envolvendo reflexão sobre e compreensão de seus respectivos processos e manifestações sociais, de modo a atender às áreas de interesse do curso em que a disciplina está inserida.</p>	
LETA40	Oficina de Leitura e Produção de Textos Acadêmicos
<p>Estratégias de leitura de textos e domínio de operadores teóricos e linguísticos com vistas à produção de textos acadêmicos.</p>	
FCHF54	Seminário Temático Gênero, Feminismo e Educação
<p>Discussões temáticas sobre processos socioeducativos a partir da perspectiva dos Estudos Feministas, de Gênero e Multiculturais. Estudos de casos analisados no contexto da globalização e do regionalismo.</p>	

Atividades ACCS

GEOD34	A Terra como Cura - Geologia e os Saberes Tradicionais
<p>Rochas e minerais empregados para promoção da saúde – ênfase em povos tradicionais indígenas e de matriz africana. A Terra na visão cosmológica dos saberes e fazeres tradicionais. Excursão e visitas de campo obrigatórias.</p>	
ARQA94	Arquiteturas de Povos e Comunidades Tradicionais
<p>Arquiteturas de povos e comunidades tradicionais, incluindo as afro-brasileiras e as remanescentes de quilombos, serão abordadas neste curso. Além disso, serão exploradas organizações de promoção da igualdade racial, legislações e políticas públicas direcionadas aos povos de matrizes africanas. O enfoque se estenderá a programas, projetos e ações voltados não apenas para as comunidades</p>	

quilombolas, mas também para as comunidades indígenas na Bahia. Durante o curso, os alunos desenvolverão habilidades de análise e proposta de projetos arquitetônicos e urbanísticos, adaptando-se ao contexto específico dos povos indígenas na Bahia, considerando os conceitos-chave de território, cultura e etnicidade.

FAR454

Busca Racional de Novos Fármacos de Origem Vegetal

Exposição do aluno a situações práticas e cotidianas envolvendo conteúdos sobre os diversos aspectos do uso de plantas medicinais, dentre estes: contato com a informação de fontes científicas e interpretação das mesmas; contato com o trabalho de campo visando à pesquisa dentro da temática plantas medicinais e herança cultural em medicina popular; conceitos de doença e saúde, certificação científica através de bibliografia especializada dos bioativos vegetais.

FCHL47

Educação Diferenciada e Revitalização de Línguas Indígenas

Partindo da perspectiva de uma Antropologia Linguística entendida como campo transdisciplinar de estudos, esta ACCS busca levar o estudante a refletir científica e criticamente sobre processos de enfraquecimento do uso das línguas indígenas por seus falantes nativos e sua substituição progressiva pelas línguas nacionais dominantes, chamando sua atenção para as implicações sociopolíticas globais desses eventos. Através do seu envolvimento direto com iniciativas de uma comunidade indígena politicamente empenhada em deter e/ou reverter tais processos de perda cultural e seus desdobramentos identitários e políticos, o estudante participará simultaneamente do desenvolvimento e da aplicação de uma metodologia de assessoria e cooperação entre a universidade pública e comunidades indígenas no campo do estudo e da preservação de seu patrimônio linguístico. Focada sobretudo na melhoria da qualidade da educação escolar oferecida às populações indígenas, tem como objetivo específico a capacitação e qualificação linguística e pedagógica de professores das escolas indígenas da rede pública envolvidos com a pesquisa e o ensino de suas línguas e demais saberes tradicionais a elas relacionados. Entendendo os professores indígenas dessas escolas como os agentes imediatamente responsáveis pela formulação e aplicação dos currículos diferenciados preconizados para a educação escolar indígena pela Lei de Diretrizes Bases da Educação e demais leis e normas vigentes, a ACCS visa, de modo mais amplo, empoderá-los enquanto agentes promotores da formulação e execução de políticas linguísticas autóctones em suas comunidades. Finalmente, ao colocar em contato estudantes universitários e professores indígenas, esta ACCS visa ainda despertar em todos, indistintamente, vocações de especialização e cooperação profissional nessa área transdisciplinar de estudos e intervenções sociais, bem como orientar e facilitar a continuidade de suas respectivas formações acadêmicas nessa direção, seja em nível de graduação ou pós-graduação, contribuindo assim para a formação de quadros especializados capazes de participar criticamente da elaboração e execução de políticas públicas educacionais e culturais voltadas para os povos indígenas.

FCHM36	Memórias da Luta e Resistência dos Povos Indígenas do Nordeste
<p>A presença indígena na Universidade Federal da Bahia é recente, iniciando-se em 2005 com a entrada de duas irmãs, Arissana Braz e Anari Braz, do Povo Pataxó, que foram as primeiras estudantes indígenas beneficiárias do sistema de cotas na UFBA. Desde então, tem havido um aumento no número de estudantes indígenas de diversos povos em vários cursos oferecidos pela instituição, graças às políticas de ações afirmativas. Apesar dos esforços da administração e colegiados da UFBA, a história desses povos ainda não é amplamente reconhecida, e muitos estudantes indígenas não se veem representados nos currículos de seus cursos. Agora, com uma série de políticas de acesso e permanência, busca-se garantir que as histórias e saberes desses estudantes se integrem aos currículos das diversas áreas do saber da UFBA. A ACCS, desenvolvida pelo Departamento de Antropologia e Etnologia da FFCH com o apoio de estudantes e movimentos indígenas, representa uma tentativa de ampliar a conexão de saberes entre estudantes de graduação e pós-graduação indígenas e não indígenas. O objetivo é assegurar que o conhecimento dos povos indígenas da Bahia e Nordeste, especialmente através do estudo sistemático das trajetórias e estratégias dos anciãos e anciãs, seja reconhecido. Estes indivíduos desempenharam um papel crucial na luta pelo direito à educação, permitindo que as futuras gerações indígenas contribuam para a sociedade por meio da produção de conhecimento e formação profissional, substituindo as armas tradicionais pela caneta na promoção de seus direitos humanos e cidadania.</p>	
MATF54	Onda Educativa, Digital, Ecologista e Pan-Afro-Indígena
<p>Estudo e Prática de Atividades Educativas tradicionais e modernas, no âmbito de fortalecer as diversidades técnicas, ambientais, espirituais e culturais em comunidades da Bahia. Ensino, pesquisa e divulgação de tecnologias livres tanto tradicionais, atuais e de origem indígenas e africanas, assim como oriundo das mais recentes pesquisas científicas e humanas produzidas pelas academias da civilização judeu cristão. Estudo e aplicação de tecnologias livres ao serviço das comunidades. Desenvolvimento de materiais didáticos e mídias digitais comunitários com uso de tecnologias da informação.</p>	

Estágios de Licenciatura

EDCXXX	Estágio Supervisionado e Prática de Ensino I
<p>Vivência em ambiente de prática do exercício docente em Escola Indígena, com o desenvolvimento de atividades relacionadas aos diversos campos de atuação, sob supervisão de um professor orientador e de um supervisor legalmente habilitado no local de estágio, conforme as diretrizes estabelecidas no Regulamento do Estágio Supervisionado e Prática de Ensino da Licenciatura Intercultural Indígena</p>	

da UFBA. Elaboração de um Diagnóstico Prévio da Situação da Escola, incluindo a análise da intervenção e/ou prática docente nos processos educativos escolares e não escolares em terras indígenas e/ou em espaços fora das terras indígenas. Estudo da instrumentalização para análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) e demais documentos escolares relacionados à escola indígena.

EDCXXX

Estágio Supervisionado e Prática de Ensino II

Vivência em ambiente de prática do exercício docente em Escola Indígena, com o desenvolvimento de atividades relacionadas aos diversos campos de atuação, sob supervisão de um professor orientador e de um supervisor legalmente habilitado no local de estágio, conforme as diretrizes estabelecidas no Regulamento do Estágio Supervisionado e Prática de Ensino da Licenciatura Intercultural Indígena da UFBA. Elaboração de um Projeto de Intervenção, fundamentado no diagnóstico realizado durante a primeira etapa do estágio. Este projeto englobará tanto o estudo teórico quanto o prático dos conteúdos estratégicos do ensino em ambientes escolares indígenas de nível básico e médio, visando identificar lacunas existentes. Com base nessa análise, será desenvolvido o projeto de intervenção com o propósito de superar tais lacunas. Após a aprovação pela supervisão, o projeto de intervenção será implementado.

EDCXXX

Estágio Supervisionado e Prática de Ensino III

Vivência em ambiente de prática do exercício docente em Escola Indígena, com o desenvolvimento de atividades relacionadas aos diversos campos de atuação, sob supervisão de um professor orientador e de um supervisor legalmente habilitado no local de estágio, conforme as diretrizes estabelecidas no Regulamento do Estágio Supervisionado e Prática de Ensino da Licenciatura Intercultural Indígena da UFBA. Execução do plano de intervenção elaborado na etapa anterior do estágio, incluindo a escrita detalhada do relatório final de estágio que abrange todas as fases do processo. Isso vai desde a realização do diagnóstico prévio até a elaboração do projeto de intervenção e sua efetiva execução. A análise da experiência será conduzida à luz das teorias e práticas de ensino aprendidas ao longo do curso, proporcionando uma abordagem abrangente e reflexiva sobre o desenvolvimento e impacto do projeto.

Trabalho de Conclusão de Curso

FCHXXX

Trabalho Final de Graduação em Educação Escolar Indígena

O Trabalho Final de Graduação (TFG) tem como foco a Educação Escolar Indígena, buscando estimular a formação em pesquisa, desenvolver hábitos de estudo, capacidade crítico-reflexiva e curiosidade investigativa nesse campo. O TFG visa favorecer o aprofundamento de estudos, valorizando a produção científica. A investigação focalizada das temáticas da Educação Escolar Indígena integra aprendizados ao longo do curso, práticas pedagógicas, componentes e

carga horária de extensão e estágio curricular obrigatório. Desenvolvido individualmente, como atividade orientada, o TFG aborda temas relacionados à educação indígena em contextos escolares ou não escolares. O trabalho inicia-se desde o primeiro semestre, incluindo reflexões sobre material didático-pedagógico construído no quarto semestre, conectado à descrição das práticas pedagógicas na escola, atividades de extensão e Estágios Curriculares Obrigatórios.

Habilitação em Humanidades

FCH315	Antropologia das Sociedades Indígenas
A disciplina trata de temas centrais à Etnologia Indígena, tais como: história, diversidade cultural e linguística, noção de pessoa e corporalidade, organização social, cosmologia e política.	
FCHN01	Antropologia e Povos Indígenas
Abordagem da relação de produção de conhecimento travada entre os povos indígenas e a antropologia, desde o desenvolvimento do campo específico da etnologia indígena até as produções mais recentes da disciplina.	
GEOA17	Cartografia Temática
Objetivos da Cartografia Temática e sua evolução. Classificação das cartas temáticas. Planejamento cartográfico. Técnicas de elaboração das cartas qualitativas e quantitativas. Elaboração de mapa temático em meio digital.	
FCHG55	Estudos de Cultura Material
Estudo e interpretação da cultura material presente nos diversos registros constituídos, ou a constituir, em acervos de instituições museológicas ou afins, relacionados a estrutura social e a seu próprio tempo histórico.	
GEOA32	Geografia da Bahia
Aspectos geoambientais do Estado da Bahia. Os grandes contrastes regionais e suas características espaciais. Os diversos critérios de divisão regional aplicados ao Estado. Estudo de caso. Trabalho de campo obrigatório.	
FCH440	História da América I-A
Análise da conquista e resistência dos povos originários. Estudo do processo de colonização espanhola na América e da formação da sociedade colonial, evidenciando as estruturas socioeconômicas e sua relação com a crise do sistema colonial espanhol e as independências na América Latina.	
FCH441	História da América II-A

Estudo da formação do Estado Nacional latino-americano, sua relação com as potências econômicas e os processos históricos revolucionários do século XX, analisando os episódios do populismo e do militarismo na América Latina.	
FCHN51	História Oral e História de Vida em Antropologia
Representatividade e profundidade. Objetividade e subjetividade. Macro e micro perspectiva. Autoridade das fontes. Processualidade e trajetórias. Processos e vidas. História oral e histórias de vida em Antropologia. Leitura de obras clássicas e recentes.	
FCHK80	História, Memória e Oralidade
Estudo das relações entre História, Memória e Historiografia. Memória Social, Memória Política e Memória Cultural em processos de construção de identidades individuais e coletivas. História Oral: teoria, metodologia e prática. Políticas Públicas e Usos de Memórias no Tempo Presente, compreendendo a emergência do testemunho e suas implicações na constituição dos acervos documentais.	

Habilitação em Artes, Linguagens e Literaturas

EDCB85	Alfabetização e Letramento
A concepção de alfabetização e de letramento. As características da linguagem escrita e seu processo de aquisição. O ensino e a aprendizagem da Língua Portuguesa sob a luz da Sociolinguística. Questões implícitas do preconceito e da ideologia. O papel do professor frente a tais questões, sua práxis enquanto ato político-ideológico e os desafios da contemporaneidade.	
LETXXX	As Línguas Indígenas na Formação do Português Brasileiro
História da formação e desenvolvimento do português falado no Brasil à luz do contato com as línguas indígenas.	
LETB96	Criação Literária
Elaboração de textos curtos em poesia e prosa, mediante técnicas com a palavra.	
LETXXX	Ensino de Literaturas Indígenas
Concepções de literaturas de autoria indígena. Concepções de ensino postas em circulação pelas cosmovisões indígenas. Fundamentos para o ensino de literaturas em contextos indígenas. Metodologias para o ensino de literaturas de autoria indígena. Formação de leitores de literaturas indígenas. Usos e seleção crítica de materiais para o ensino de literaturas em contextos indígenas.	
LETXXX	Ensino de Língua na Educação Escolar Indígena

Estudo crítico-reflexivo sobre a implementação e o ensino de línguas na educação escolar indígena. Discussão e análise de políticas linguísticas na educação escolar indígena. Abordagens contemporâneas de ensino, análise de materiais didáticos e formatos de avaliação.	
LETXXX	Estudos das Línguas Indígenas Brasileiras I – Fonética e Fonologia
Compreender princípios básicos da Fonética Articulatória e pressupostos da Fonologia aplicados aos estudos das línguas indígenas brasileiras.	
LETXXX	Estudos das Línguas Indígenas Brasileiras II – Morfologia e Sintaxe
Conhecimento básico, teórico e prático, de aspectos morfológicos e sintáticos das línguas indígenas brasileiras.	
DANB76	Estudos em Dança e Saberes Indígenas
Investigação da dança na sua relação com os saberes e conhecimentos indígenas, considerando diversidade étnica, cultural e territorial. Compreensão das questões identitárias e políticas em seus processos de afirmação. Os fazeres e as criações artísticas como meio de tradução dos conhecimentos indígenas na dança. Prática de extensão universitária.	
LETXXX	Literaturas dos Povos Indígenas
Estudos das literaturas de autoria de povos indígenas. Concepções de literatura, cultura e artes em contextos indígenas. Relações das literaturas de autoria indígena com outras artes. Escritores e artistas indígenas. Oralidade, memórias e as artes do corpo. Autoria individual e coletiva, gêneros multimodais, processos de criação e circulação de literaturas indígenas.	
MUSXXX	Ensino e aprendizagem musical em perspectiva afrodiáspórica e indígena
Cosmovisão afrobrasileira e indígena. Valores civilizatórios afrobrasileiros e indígenas com ênfase na oralidade e na roda na transmissão de saberes musicais. Músicas ancestrais, tradicionais e contemporâneas e seus repertórios oriundos das músicas africanas, afrodiáspóricas e indígenas. Perspectiva intercultural da educação e da educação musical. Educação musical intercultural.	
LETXXX	Multiletramentos e Artes
Estudo da correlação entre os multiletramentos e as artes indígenas com foco nos saberes, cosmopercepções e experiências históricas dos povos originários.	
LETXXX	Multiletramentos e Identidades

Estudo das noções de multiletramentos, multimodalidade e identidades indígenas aplicadas ao contexto linguístico-cultural e práticas dos povos originários brasileiros.

Habilitação em Matemática e Ciências da Natureza

MATA68	Computador, Ética e Sociedade
O papel do computador na sociedade contemporânea: impactos, consequências e tendências. Os novos paradigmas da sociedade da informação e seus aspectos econômicos, sociais, políticos, éticos, culturais e educacionais. Ética e a profissão. Direitos e deveres do profissional. Associações, órgãos de classe e seus objetivos.	
FISC50	Conceitos de Física A
Estudo da gênese do método científico. Conceitos, fenômenos e leis físicas relativas à Mecânica, desde suas origens na Grécia Antiga até a revolução científica do século XVII. Em especial, estudo da Cosmologia e da Física aristotélica; a Astronomia ptolomaica; a transmissão do aristotelismo ao ocidente; a Astronomia e a Física da Idade Média; a revolução copernicana; a obra científica de Kepler; a obra científica de Galileu; o nascimento da Física newtoniana e a modernização da Mecânica newtoniana. O estudo contextualizado do assunto é apoiado por experimentos demonstrativos, quando possível.	
BIOXXX	Diversidade de Plantas, Algas e Fungos
Compreensão dos critérios utilizados na organização e classificação dos sistemas vivos, e da nomenclatura científica. Compreensão e análise do conceito de biodiversidade. Estudo e compreensão dos níveis de organização dos sistemas vivos. Estudo e compreensão da organização morfológica e dos aspectos funcionais dos fungos. Estudo da origem dos eucariotes fotossintetizantes e entendimento da história evolutiva dos plastídios. Estudo e compreensão da origem das plantas terrestres. Estudo e compreensão da organização morfológica e funcional das plantas terrestres. Estudo e entendimento dos ciclos reprodutivos ou história de vida dos principais grupos de plantas terrestres. Reflexões sobre as repercussões dos conhecimentos adquiridos sobre as plantas terrestres e suas aplicações na sociedade humana.	
MAT019	Elementos da Matemática
Estudo geral de funções. Função de 1º e 2º grau. Função exponencial e função logarítmica. Logaritmos decimais. Progressões. Juros. Noções de Matemática Financeira.	
FAR172	Fitofármacos e Fitoterapia

Estudo da matéria-prima de origem vegetal e dos fitomedicamentos, em conteúdos que abrangem o conhecimento químico, farmacológico e toxicológico dos fitofármacos, com ênfase na importância atual da manipulação e produção industrial dos medicamentos desses. No contexto da aprendizagem, valorização do conhecimento popular na busca de novos fitofármacos; preservação dos recursos naturais disponíveis. Importância do estudo das atuais legislações que regulamentam o cultivo das plantas medicinais, a biotecnologia agregada à produção da matéria-prima vegetal e o registro e produção do fitomedicamento; o papel do farmacêutico nesse dinâmico mercado em constante crescimento. Discussão sobre as drogas vegetais usadas na clínica médica, certificadas através da bibliografia especializada em "sites", revistas científicas, farmacopéias e relatórios nacionais e internacionais. Viabilidade do uso de plantas medicinais nos serviços de saúde.

BIO006	Fundamentos da Zoologia
---------------	--------------------------------

Estudo elementar da Zoologia. Identificação e caracterização geral dos diversos agrupamentos zoológicos. Técnicas para obtenção de organismos e montagens de coleções didáticas. Estudo prático de exemplares típicos dos grupos mais representativos.

QUIB13	Fundamentos de Química
---------------	-------------------------------

Estrutura do átomo: modelos de Rutherford–Bohr e atual. Ligação Química: Teoria de ligação de valência; Introdução à teoria de orbital molecular; Modelo simplificado da ligação iônica. Forças Intermoleculares. Soluções e Colóides. Reações Químicas: aspectos qualitativos. Reações Químicas: aspectos quantitativos. Energia de Ativação e Equilíbrio Químico.

BIO007	Introdução à Biologia
---------------	------------------------------

Organização e evolução da célula. A superfície celular. Motilidade e forma da célula. Os componentes do citoesqueleto. Organização do material genético. O ciclo celular. A decodificação da informação genética. Organização e evolução molecular de agentes infecciosos não celulares. A lógica molecular na condição vital. A origem e evolução da vida.

MATC26	Matemática para o Ensino Fundamental
---------------	---

Números naturais: cardinalidade, ordem, propriedades aritméticas; Números inteiros: simetrização dos naturais (utilizando sistema posicional - noção métrica), ordem, divisão euclidiana, propriedades aritméticas, divisibilidade e congruência, números primos; Números racionais: fração, aritmética, ordem, razão, proporção e interpretação geométrica, regra da falsa posição. Conceitos geométricos: simetria, perímetro, área e volume, semelhança e congruência. Combinatória e contagem: conjuntos e operações com conjuntos; princípio multiplicativo da combinatória, princípio da casa dos pombos.

MATB72	Pré-Cálculo
<p>Conjuntos numéricos. Progressões geométricas e somas infinitas. Expansões decimais. Reta real, coordenadas e intervalos. Inequações. Curvas no plano. Equações da reta, inclinação. Trinômio de segundo grau. Cônicas como lugar geométrico. Funções: conceitos básicos, função composta, função inversa. Funções elementares: polinomiais, trigonométricas, exponencial e logarítmica. Funções racionais e sua decomposição.</p>	
FARC21	Racionalidades Terapêuticas: saberes e práticas alternativas e tradicionais
<p>A pluralidade do campo terapêutico. Incomensurabilidade entre conhecimento científico e conhecimento tradicional. Abordagem crítica frente aos dilemas de racionalidade biomédica e seus efeitos na prática clínica. Resgate da natureza social das práticas de saúde. Novos agenciamentos e paradigmas que conduzem o processo terapêutico. Apresentação dos fundamentos epistemológicos de saberes e práticas oriundos de diversos grupos étnicos (povos indígenas, comunidades religiosas, população negra, quilombolas).</p>	

Optativas

ICIXXX	Biblioteconomia Social e Povos Tradicionais
<p>Subsídios teóricos sobre a Biblioteconomia Social. Descrição sobre a estrutura, formação e desenvolvimento de acervos/coleções com características temáticas distintas. Mediação da informação, preservação e difusão cultural. A relação da biblioteca com a comunidade. A ação cultural em bibliotecas. Elaboração e desenvolvimento de projetos de acesso à informação voltados para povos tradicionais.</p>	
HACA40	Campo da Saúde: saberes e práticas
<p>Saberes que interagem no campo da saúde. Situação de saúde da população brasileira: principais problemas, determinantes e políticas. Sistemas e serviços de saúde no Brasil: história, organização atual e perspectivas. Práticas profissionalizantes de saúde e formas de organização do processo de trabalho individual e coletivo. Seleção e debate de temas numa perspectiva interdisciplinar.</p>	
HACC09	Culturas Baianas
<p>Pluralidade de referenciais étnico-culturais constituintes da cultura baiana. A inscrição significativa da Bahia no contexto cultural brasileiro. Panorama cultural da Bahia contemporânea. Cultura baiana e cultura na Bahia.</p>	
HACA03	Estudos das Humanidades

A singularidade da condição humana e a ideia de humanidade nas diversas culturas. A problemática das humanidades na história do pensamento. As humanidades como campo de conhecimento e as "ciências humanas". A redefinição do tema das humanidades no mundo contemporâneo.	
ARQXXX	Estudos Socioeconômicos e Ambientais
Análise dos aspectos vinculados a questões econômicas, sociais e políticas, locais e globais, relacionadas a Arquitetura e Urbanismo e questões ambientais. Estudo analítico do processo de consolidação do sistema-mundo capitalista de poder econômico e político. Direito à cidade, Direito à natureza, Direitos não humanos. Assentamentos humanos, apropriações e desigualdades socioambientais em diferentes escalas. Perfis populacionais, padrões de uso e ocupação, tendências socioespaciais e transformações urbano-territoriais, densidades.	
ARQXXX	Expressão Gráfica IA
Estudo do Desenho Geométrico no contexto do ensino aprendizagem através de experimentações de metodologias lúdicas e tradicionais. Uso de Ferramentas Computacionais aplicadas ao Desenho.	
EBAA89	Expressões Estéticas Ameríndias
Estudo das expressões estéticas dos povos originários das Américas por suas manifestações estéticas e suportes. Produção e agência. Encontros/confrontos com a arte ocidental.	
HACB27	Fundamentos de Ecologia e Ciências Ambientais
Reflexões sobre o meio ambiente, a crise ambiental e o impacto humano no meio ambiente. conceitos básicos em ecologia. A problemática ambiental atual e os padrões de consumo de recursos no mundo; histórico do desenvolvimento da consciência ambiental no mundo e o conceito do desenvolvimento sustentável; padrões de qualidade ambiental e indicadores sobre o estado do meio ambiente. Possíveis soluções para a crise: análise da problemática dos recursos limitados e possíveis soluções através do exemplo dos recursos renováveis.	
ENGXXX	Gestão Ambiental: elementos e procedimentos em áreas de Povos Indígenas
Propiciar conhecimentos básicos para a apropriação dos elementos e procedimentos de gestão ambiental incidentes em áreas de povos indígenas. A questão ambiental: contextualização e bases conceituais. Impactos ambientais: caracterização de impactos em áreas dos povos indígenas- contextualização e dinâmica de discussão. Gestão ambiental: instrumentos aplicáveis às áreas de povos indígenas.	
FISA01	Introdução à Astronomia

Pretende-se traçar as linhas básicas do que é a astronomia, mostrando o que ela já conseguiu decifrar na complexa dinâmica do Universo e do Sistema Solar, delineando também um quadro da evolução das idéias e as técnicas utilizadas neste ramo da pesquisa científica. O curso enfoca a importância da ciência básica, como principal geradora de novas idéias e tecnologias.

HACB26

Introdução à História das Ciências

O módulo terá com eixo temático as transformações conceituais, epistemológicas, profissionais bem como as transformações nas relações entre ciências e a sociedade. Ênfase será posta nas seguintes questões: profissionalização da ciência; ciência e política; ciência e interesses econômicos; ciência, estado e desenvolvimento; ciência e militares; inovações conceituais com teoria da evolução, relatividade e física quântica; ciência e ambiente. O exame desse eixo temático servirá para uma reflexão, em paralelo, sobre a natureza da história da ciência como empreendimento cultural. Nesse sentido, examinaremos a relação da história da ciência com disciplinas vizinhas, além de problemas de métodos e de abordagens. Será enfatizada a apresentação da história da ciência como campo disciplinar autônomo, distinto de uma "história" escrita a serviço do desenvolvimento de disciplinas científicas ou de projetos filosóficos.

EBAA94

Poéticas Contemporâneas

Estudo da pintura como linguagem contemporânea.

EBA130

Técnica de Processos Artísticos

Propõe informar ao aluno as diversas técnicas e processos utilizados nas Artes Plásticas.

EBAA96

Tópicos Especiais em História da Arte

Estudos no campo da História da Arte de conteúdos relacionados a temas específicos, ajustados a novas abordagens.

BIO124

Zootoxicologia

Animais peçonhentos na escala zoológica. Glândulas de veneno. Aparelho inoculador. Biologia das espécies conhecidas. Toxicidade para o ser humano (ênfase para as espécies nativas).



LICENCIATURA INTERCULTURAL
INDÍGENA
UFBA

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

**EMENTÁRIO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM LICENCIATURA
INTERCULTURAL INDÍGENA**

SALVADOR/BA

2024

Trata-se do ementário da Licenciatura Intercultural Indígena da Universidade Federal da Bahia (UFBA), curso composto por um total de 81 disciplinas, distribuídas em diversas áreas do conhecimento e estruturadas para atender aos objetivos específicos delineados pelo Ministério da Educação, conforme estabelecido no Edital PARFOR Equidade de 2023. A referida licenciatura visa primordialmente ao fortalecimento da educação escolar indígena no estado da Bahia e à promoção da participação democrática, profissional, artística e intelectual dos povos indígenas na contemporaneidade. Com habilitação em três áreas distintas, a saber, Humanidades; Artes, Linguagens e Literaturas; e Matemática e Ciências da Natureza, o curso propõe uma formação intercultural e interdisciplinar, visando à capacitação de educadores indígenas aptos a desempenhar papéis de docência e gestão no contexto educacional indígena. As disciplinas aqui elencadas, organizadas em uma sequência meticulosamente estruturada, representam uma ferramenta fundamental para a consecução dos objetivos traçados. Tais disciplinas abrangem desde aspectos teóricos e metodológicos fundamentais até o desenvolvimento de habilidades práticas e a inserção dos estudantes em estágios supervisionados obrigatórios, de modo a lhes ser assegurada uma formação de excelência.

Ordem de Aparição das Disciplinas:

1. Componentes com Carga Horária de Práticas de Ensino
2. Componentes do Núcleo Comum de Formação
3. Atividades ACCS
4. Estágios de Licenciatura
5. Trabalho de Conclusão de Curso
6. Componentes Específicos da Habilitação em Humanidades
7. Componentes Específicos da Habilitação em Artes, Linguagens e Literaturas
8. Componentes Específicos da Habilitação em Matemática e Ciências da Natureza
9. Componentes Optativos

Práticas de Ensino



DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

CÓDIGO	NOME	DEPARTAMENTO OU EQUIVALENTE
EDC286	Avaliação da Aprendizagem	Departamento de Educação I

CARGA HORÁRIA (estudante)							MODALIDADE/ SUBMODALIDADE	PRÉ-REQUISITO (POR CURSO)
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	Disciplina/Teórico-Prática	Sem pré-requisito.
	45		15			60		

CARGA HORÁRIA (docente/turma)							MÓDULO	SEMESTRE DE INÍCIO DA VIGÊNCIA					
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	T	T/P	P	PP	Ext	E	2023.1
	45		15			60		30					

EMENTA

Estudo da avaliação como instrumento indispensável para o planejamento e acompanhamento das ações educativas. As diferentes concepções da avaliação e suas manifestações na prática. Procedimentos e instrumentos da avaliação da aprendizagem.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Compreender a Avaliação da Aprendizagem como ato pedagógico e político que contribui para o processo de ensino e de aprendizagem.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Confrontar as concepções de Avaliação da Aprendizagem segundo alguns dos estudiosos da área, identificando as funções, modalidades, os tipos, níveis e as características das ações avaliativas.
- Analisar criticamente as concepções de Avaliação da Aprendizagem presentes em documentos educacionais como LDB (9394/96), PNE, BNCC e a influência das Diretrizes das Avaliações externas (exames).
- Construir procedimentos/instrumentos e critérios de Avaliação da Aprendizagem com possibilidades de adequação no acompanhamento do processo de ensino/aprendizagem de professores/as e alunos/as.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – Concepções de Avaliação e conceito de Avaliação da Aprendizagem

1.1 Concepções de avaliar e de examinar e contribuições teóricas sobre Avaliação da Aprendizagem.

1.2 Tipos de avaliação, funções, modalidades e características da Avaliação da Aprendizagem.

UNIDADE II – A Avaliação da Aprendizagem nos documentos educacionais brasileiros

2.1 Avaliação segundo: Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB 9394/96; Plano Nacional de Educação – PNE; Base Nacional Comum Curricular – BNCC; Diretrizes das Avaliações Externas (Nacionais e Internacionais) - os exames: Sistema Avaliação da Educação Básica (SAEB); Exame Nacional do ensino Médio (ENEM); Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA); Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE); Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA).

2.2 A prática avaliativa dissociada dos exames escolares e as modalidades formal e informal da avaliação.

UNIDADE III – Práticas avaliativas e ética na avaliação

3.1 Elaboração, utilização, adequação e análise de procedimentos/instrumentos para a Avaliação da Aprendizagem na Educação Básica, atentando-se à ética que fundamenta a prática avaliativa.

3.2 Construção de critérios para diversos instrumentos/procedimentos avaliativos (seminário, produção textual, experimento, resumo/síntese, pesquisa de campo, mapa mental e conceitual, estudo de caso, observação, portfólio, relatório, atividade escrita ou oral intitulada “prova” e outros).

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ESTEBAN, Maria Teresa. Avaliação da aprendizagem. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana Cancelli; VIEIRA, Livia Fraga. **DICIONÁRIO**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM. Disponível em: <https://www.gestrado.net.br/>. Acesso em: 08 fev. 2023.
- FREITAS, Luiz Carlos de; FERNANDES, Cláudia de Oliveira. **Currículo e Avaliação**. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, 2007. (pdf). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag5.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2023.
- SUASSUNA, Livia. **Critérios de avaliação**: elementos imprescindíveis no ensino-aprendizagem da escrita. Na Ponta do Lápis, n. 33, p. 10-23, jul. 2019. Disponível em: <https://www.escrevendoofuturo.org.br/arquivos/8740/napontadolapis33-8ago2019versao-correta.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2023.
- VAZ, Rafael Filipe Novôa; NASSER, Lilian. Um Estudo sobre o Feedback Formativo na Avaliação em Matemática e sua Conexão com a Atribuição de Notas. **Bolema**, Rio Claro (SP), v. 35, n. 69, p. 1-21, abr. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bolema/a/vGGhTsgZLkYGxkDZ48tBvDd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 fev. 2023.
- VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. **Avaliação na escola**. Brasília: Universidade de Brasília, 2007. (pdf). Disponível em: <https://gepauefu.files.wordpress.com/2014/03/a-avaliac2bac3bao-na-escola-benigna.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2023.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- D'AGNOLUZZO, Elisa Amaral de Macedo Molli. **Critérios e instrumentos avaliativos** – reflexo de uma aprendizagem significativa, 2008. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/142-4.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2023.
- FERNANDES, Cláudia. **Avaliação como projeto de aprendizagem** - uma entrevista com Cláudia Fernandes. Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal, [S.l.], v. 8, n. 1, p. 8-11, abr. 2021. Disponível em: <http://www.periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/1133>. Acesso em: 28 fev. 2023.
- LUCKESI, Cipriano. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- MORETTO, Vasco Pedro. **Prova**: Um momento privilegiado de estudo, não um acerto de contas. Rio de Janeiro: Lamparina, 2001.
- SUÑÉ, Leticia Sampaio. **Desafios éticos na avaliação**. Brasília: CONAE, 2010 - Conferência Nacional de Educação. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4339-conae8-08042010&category_slug=abril-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 28 fev. 2023.
-



DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

CÓDIGO	NOME	DEPARTAMENTO OU EQUIVALENTE
EDC267	Educação Ambiental	Departamento de Educação II

CARGA HORÁRIA (estudante)							MODALIDADE/ SUBMODALIDADE	PRÉ-REQUISITO (POR CURSO)
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	Disciplina/Teórico-Prática	Sem pré-requisito.
30			60			90		

CARGA HORÁRIA (docente/turma)							MÓDULO						SEMESTRE DE INÍCIO DA VIGÊNCIA
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	T	T/P	P	PP	Ext	E	2004.1
30			60			90		30					

EMENTA

Desenvolvimento de atividades teórico-práticas para a identificação de problemas ambientais através de contato direto com os mesmos. Análise de questões ambientais no âmbito da escola e outras instituições. O papel do professor na sensibilização da comunidade na discussão do ambiente em seus aspectos sócio-político-culturais.

OBJETIVOS

Capacitar profissionais da educação para identificar e analisar problemas ambientais através de atividades didáticas teórico-práticas, abordando questões ambientais escolares e institucionais, enquanto destacam o papel do professor na sensibilização da comunidade sobre os aspectos sócio-político-culturais do ambiente.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Fundamentos da Educação Ambiental
2. Atividades práticas para identificação de problemas ambientais
3. Análise de questões ambientais no contexto escolar e institucional
4. História, cultura e ciclo de vida dos povos indígenas
5. Interseção entre degradação ambiental, cultural e socioeconômica
6. Saúde das comunidades indígenas
7. Relações de cuidado transcultural
8. Papel do professor na sensibilização da comunidade sobre aspectos sócio-político-culturais do ambiente

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- HECK, Egon Dionísio; SILVA, Renato Santana da; FEITOSA, Saulo Ferreira (Org.). **Povos indígenas**: aqueles que devem viver - manifesto contra os decretos de extermínio. Brasília: Conselho Indigenista Missionário, 2012. 192 p. ISBN 9788587433060.
- STUMPF, B. O. (2021). Por uma Educação Ambiental Decolonial : Aprendendo com licenciaturas indígenas. **Ambiente & Educação**: Revista de Educação Ambiental, 26(1), 28–60.
- BRASIL, Presidente da República do. **Lei 9.795: Política Nacional de Educação Ambiental, 1999**. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm>. Acesso em março. 2021.
- Mendes AM, Leite MS, Langdon EJ, Grisotti M. **O desafio da atenção primária na saúde indígena no Brasil**. Rev Panam Salud Publica. 2018;42:e184.
- FERREIRA LO. **Interculturalidade e saúde indígena no contexto das políticas públicas brasileiras**. Em: Langdon EJ, Cardoso MD. Saúde Indígena: políticas comparadas na América Latina. Florianópolis: Editora da UFSC; 2015. Pp. 217–46.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- GARNELO L, MAQUINÉ A. Financiamento e gestão do subsistema de saúde indígena: considerações à luz dos marcos normativos da administração pública no Brasil. Em: Langdon EJ, Cardoso MD. **Saúde Indígena**: políticas comparadas na América Latina. Florianópolis: Editora

da UFSC; 2015. Pp. 107–144.

ISABHE, Cristina de Moura Carvalho. **A Invenção Ecológica**: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

JULIÃO, Cristiane Gomes. **Os povos indígenas e o Estado brasileiro**: a luta pelo território e meio ambiente ecologicamente equilibrado a partir das leis. 2018. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Orientador: Antonio Carlos de Souza Lima.

LANGDON EJ. Os diálogos da antropologia com a saúde: contribuições para as políticas públicas em saúde indígena. Em: Langdon EJ, Grisotti M. **Políticas públicas**: reflexões antropológicas. Florianópolis: Editora da UFSC; 2016. Pp. 17–41.

MCCALLUM, Cecília. 1998. O corpo que sabe. Da epistemologia kaxinawá para uma antropologia médica das terras baixas sul-americanas. In: P. C. Alves & M. C. Rabelo (orgs.), **Antropologia da saúde, traçando identidade e explorando fronteiras**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/ Editora Relume Dumará. pp. 215-245.

MOREIRA, Eduardo Pianete; MONKEN, Maurício; DANTAS, André Vianna et al. (Org.). **Iniciação científica na educação profissional em saúde**: articulando trabalho, ciência e cultura, vol. 6. Rio de Janeiro: EPSJV, 2011. 195 p. ISBN 9788598768601.

RUFINO, Luiz; CAMARGO, Daniel Renaud; SÁNCHEZ, Celso. Educação Ambiental desde El Sur: A perspectiva da Terexistência como Política e Poética Descolonial. **Revista Sergipana de Educação Ambiental / REVISEA**, São Cristóvão, Sergipe, Brasil, v. 7, Número especial, 2020.

SAUVÉ, Lucie. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. In: SATO, Michéle; CARVALHO, Isabel Cristina Moura. **Educação Ambiental: pesquisa e desafios**. Porto Alegre: artmed, 2005. p. 17-44.



DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

CÓDIGO	NOME	DEPARTAMENTO OU EQUIVALENTE
EDC324	Educação Indígena e Direitos Humanos	Departamento de Educação II

CARGA HORÁRIA (estudante)							MODALIDADE/ SUBMODALIDADE	PRÉ-REQUISITO (POR CURSO)					
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	Disciplina/Teórico-Prática	Sem pré-requisito.					
45			15			60							
CARGA HORÁRIA (docente/turma)							MÓDULO						SEMESTRE DE INÍCIO DA VIGÊNCIA
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	T	T/P	P	PP	Ext	E	2023.1
45			15			60		30					

EMENTA

Analisa as diferentes concepções de educação indígena; o processo educativo e a produção e troca de saberes; a escola e a educação diferenciada; o papel do Estado e as políticas públicas; os direitos e deveres indígenas; a bioética e a interculturalidade; o pluriculturalismo e a educação bilingue; a função da escrita e da oralidade na educação indígena; a tradição e os mitos indígenas.

OBJETIVOS

Capacitar os estudantes a desenvolverem práticas pedagógicas inclusivas e culturalmente sensíveis na educação indígena, integrando métodos de ensino adaptados, valorizando a oralidade e os conhecimentos tradicionais, promovendo a interculturalidade, a sustentabilidade e os direitos humanos, e fortalecendo a identidade cultural dos alunos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Práticas didáticas na educação indígena
2. Métodos de ensino adaptados à realidade indígena
3. Integração de conteúdos culturais e tradicionais no currículo escolar
4. Uso de recursos pedagógicos adequados às comunidades indígenas
5. Abordagens participativas e colaborativas de ensino-aprendizagem
6. Valorização da oralidade e da transmissão de conhecimentos ancestrais
7. Inclusão de práticas de educação ambiental e sustentabilidade
8. Promoção da interculturalidade e do respeito às diferenças
9. Educação em direitos humanos e cidadania indígena
10. Avaliação formativa e processual nas práticas pedagógicas indígenas
11. Desenvolvimento de estratégias de ensino que fortaleçam a identidade cultural dos estudantes.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- LUCIANO, Gersm S.. Educação Indígena. IN: **O Índio Brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: MEC/SECADI, 2006. p.129-169.
- PIAGET, Jean. **O desenvolvimento do pensamento**: equilíbrio das estruturas cognitivas. Lisboa: Dom Quixote, 1977.
- VYGOTSKY, Lev. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PRO-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

FORMULÁRIO PARA CRIAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE COMPONENTE CURRICULAR -
GRADUAÇÃO
(Resolução CAE/UFBA 3/2019)

Código e nome do componente curricular: FCHXXX - Etnomatemática						Instância de alocação: Departamento de Antropologia e Etnologia						Pré-requisito: Sem pré-requisito							
Modalidade: Disciplina						Submodalidade: Teórico-Prática						Sistema de avaliação: Nota							
Carga Horária (estudante)						Carga Horária Docente/Turma						Módulo de estudantes							
T	T/P	P	PP	Ext	E	Total	T	T/P	P	PP	Ext	E	Total	T	T/P	P	PP	Ext	E
30			30			60	30			30			60		30				
Ementa: As dimensões da etnomatemática (dimensão conceitual, dimensão histórica, dimensão cognitiva, dimensão epistemológica, dimensão política e dimensão educacional) correlacionados à Educação Escolar Indígena.																			
Natureza: Obrigatória																			



DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

CÓDIGO		NOME					DEPARTAMENTO OU EQUIVALENTE											
EDCB91		Gestão Educacional					Departamento de Educação I											
CARGA HORÁRIA (estudante)							MODALIDADE/ SUBMODALIDADE						PRÉ-REQUISITO (POR CURSO)					
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	Disciplina/Teórico-Prática						Sem pré-requisito					
45			15			60												
CARGA HORÁRIA (docente/turma)							MÓDULO						SEMESTRE DE INÍCIO DA VIGÊNCIA					
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	T	T/P	P	PP	Ext	E	2023.1					
45			15			60		30										

EMENTA

Estudo das teorias e práticas de organização administrativa e gestão financeira dos sistemas e estabelecimentos de ensino, com ênfase na implementação dos conceitos de autonomia, planejamento, direção, participação, projeto político-pedagógico, avaliação e controle de processos educacionais.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Compreender os fundamentos teórico-metodológicos que permeiam e definem a gestão e organização da educação brasileira e da escola, desenvolvendo competências e habilidades básicas para o gerenciamento pedagógico, social e estruturante de ambientes escolares.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Proporcionar ao aluno uma introdução ao estudo da organização e da gestão escolar;
- Possibilitar ao aluno a compreensão da organização da escola a partir de suas determinações histórico-sociais;
- Subsidiar a reflexão sobre o papel do pedagogo e do gestor na elaboração do projeto político pedagógico, do Plano de desenvolvimento da escola e do seu regimento interno.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Conceituais:

- Princípios da gestão democrática na escola: participação, autonomia, democracia;
- Bases históricas e legais da gestão pública brasileira;
- O colegiado escolar e as funções da equipe gestora: diretores e coordenadores;
- Instrumentos de gestão escolar, Projeto Político Pedagógico -PPP, Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE e Regimento escolar;
- Relações de poder no cotidiano da escola e gestão de projetos;
- Financiamento da educação: planejamento, avaliação e controle social

Procedimentais:

- Leitura, escrita, síntese, análise, redações, elaboração de projetos, apresentações.

Atitudinais:

- Cooperação, integração, investigação e organização.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação Escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2000.

PARO, Vitor Henrique. **Administração Escolar**: Introdução Crítica. São Paulo: Xamã, 2011.

SANDER, Benno. **Administração da Educação no Brasil**: genealogia do conhecimento. Brasília, DF: Liber Livro, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FERREIRA, N.S.C.; AGUIAR, M.A. **Gestão da educação**: impasses, perspectivas e compromissos. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

LUCK, Heloisa et al. **A escola participativa**: o trabalho do gestor escolar. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; ROSAR, Maria de Fátima Felix. **Política e Gestão da Educação**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

PARO, V. H. **Diretor Escolar**: educador ou gerente? São Paulo: Cortez, 2015.

SOUZA, Lanara; ARAGÃO, José Wellington e CORDEIRO, Márcia (Org.). **Entre reflexões e relatos**: vozes de sujeit@s implicad@s com a gestão educacional. Salvador: EDUFBA, 2017.



DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

CÓDIGO		NOME					DEPARTAMENTO OU EQUIVALENTE										
EDC289		Informática na Educação					Departamento de Computação Interdisciplinar										
CARGA HORÁRIA (estudante)							MODALIDADE/ SUBMODALIDADE						PRÉ-REQUISITO (POR CURSO)				
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	Disciplina/Teórico-Prática						Sem pré-requisito				
30		30				60											
CARGA HORÁRIA (docente/turma)							MÓDULO						SEMESTRE DE INÍCIO DA VIGÊNCIA				
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	T	T/P	P	PP	Ext	E	2023.1				
30		30				60		30									

EMENTA

O computador como ferramenta de construção do conhecimento. O conhecimento e as mídias oral, escrita, visual e digital. Histórico da informática na educação. Os tipos de ambientes educacionais baseados em computador. As implicações pedagógicas e sociais do uso da informática na educação. Informática na educação especial, na educação à distância e no aprendizado cooperativo.

OBJETIVOS

Estudar a inserção das tecnologias digitais no processo de ensino-aprendizagem. Reconhecer as tecnologias digitais como recurso desencadeador de novas estratégias de aprendizagem, que contribuem de forma significativa para o processo de construção do conhecimento. Avaliar os desdobramentos da inserção da informática no âmbito educacional em seus aspectos éticos, estéticos, sociais e políticos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Uso da informática no processo ensino/aprendizagem

- Histórico
- Tipos de ambientes educacionais digitais
- Perspectivas futuras no Brasil e no mundo

O conhecimento e as mídias oral, escrita, visual e digital

- A construção do conhecimento e teorias da aprendizagem
- As tecnologias digitais como ferramenta de construção do conhecimento
- Mapas conceituais
- Software educativo e objetos de aprendizagem
- Hipermídias, dispositivos móveis, ferramentas de autoria
- O paradigma colaborativo
- Web 2.0 e educação

Implicações pedagógicas e sociais do uso da informática na educação

- Utilização das redes sociais
- Software livre e acesso aberto à informação
- Recursos Educacionais Abertos (REA)
- Inteligência Artificial

Informática na educação especial

Educação a distância (EaD)

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COLL, César, and Carles Monereo. **Psicologia da Educação Virtual: Aprender e ensinar com as tecnologias da informação e da comunicação.** Artmed Editora, 2010.

LÉVY, Pierre. **As Tecnologias da Inteligência**: o futuro do pensamento na era da informática. São Paulo: Editora 34, 2004, 13ª Edição.
NASCIMENTO, João Kerginaldo Firmino do. **Informática aplicada à educação**. 2016.
TEDESCO, Juan Carlos (org). **Educação e novas tecnologias**: esperança ou incerteza. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2004.
VALENTE, J.A. **Computadores e conhecimento**: repensando a educação. Campinas: Gráfica da UNICAMP, 1998. (online em <http://www.nied.unicamp.br/publicacoes/pub.php?classe=separata>)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

OLIVEIRA, F.K. **Experiências de pesquisas em tecnologia e educação**. Pipa Comunicação, 2015.
PRETTO, Nelson De Luca. **Tecnologia e novas educações**. EDUFBA, 2005.
RBIE – Revista Brasileira de Informática na Educação. Disponível em: www.sbc.org.br/rbie.
Revista Informática e educação: teoria e prática. Disponível em: <http://revista.pgie.ufrgs.br/>.
Renote – Revista Novas Tecnologias na Educação. Disponível em: <http://www.cinted.ufrgs.br/renote/>.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PRO-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

**FORMULÁRIO PARA CRIAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE COMPONENTE CURRICULAR -
GRADUAÇÃO**
(Resolução CAE/UFBA 3/2019)

Código e nome do componente curricular: EDCXXX - Legislação da Educação Escolar Indígena	Instância de alocação: Departamento de Educação I	Pré-requisito: Sem pré-requisito.
Modalidade: Disciplina	Submodalidade: Teórico-Prática	Sistema de avaliação: Nota
Carga Horária (estudante)	Carga Horária Docente/Turma	Módulo de estudantes
T T/P P PP Ext E Total	T T/P P PP Ext E Total	T T/P P PP Ext E
30 30 60	30 30 60	30
Ementa: Estudo das bases legais e administrativas dos sistemas de educação indígena no Brasil. Introdução à história dos sistemas de educação indígena no Brasil. Introdução à história das lutas indígenas pela educação entre grupos étnicos e povos indígenas no Brasil. Estudo dos desafios para a participação indígena nos sistemas nacionais de educação no Brasil.		
Natureza: Obrigatória.		



DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

CARGA HORÁRIA (estudante)							MODALIDADE/ SUBMODALIDADE	PRÉ-REQUISITO (POR CURSO)					
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	Disciplina/Teórico-Prática	Sem pré-requisito					
45			15			60							
CARGA HORÁRIA (docente/turma)							MÓDULO						SEMESTRE DE INÍCIO DA VIGÊNCIA
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	T	T/P	P	PP	Ext	E	2023.1
45			15			60		30					

EMENTA

Análise e estudo do sistema educacional brasileiro, considerando os aspectos legais, sócio-políticos, administrativos e financeiros, enfatizando a organização dos sistemas de ensino nos diversos níveis e modalidades. Análise das políticas públicas de educação no Brasil.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Levar os alunos a compreenderem a organização da educação básica brasileira com o objetivo de ajudá-los elaborarem os conhecimentos necessários à prática docente no sistema de ensino, numa perspectiva crítico-transformadora.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Desenvolver a estrutura e o funcionamento do sistema educacional brasileiro a partir da década de 1980, considerando os aspectos sócio-econômico-políticos e culturais e a relação Estado - Educação - Sociedade.
2. Estudar os princípios e as diretrizes legais que regem a organização do sistema educacional brasileiro, enfocando, sobretudo, a legislação educacional a partir da Constituição de 1988.
3. Aprofundar estudos sobre os diversos níveis e modalidades de ensino, considerando a legislação vigente, as políticas públicas atuais e as práticas pedagógico-administrativas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Unidade I – Estado - Educação – Sociedade

- 1) Papel do Estado
- 2) Função Social da Escola
- 3) Federalismo: centralização versus descentralização
- 4) Direito à Educação; Direito Público Subjetivo
- 5) Público versus Privado

Unidade II – Sistema Nacional de Educação (SNE)

- 1) Estrutura e Funcionamento – Plano Nacional de Educação Lei 13005/2014.
- 2) Gestão da Educação: gestão do sistema educacional
- 3) Financiamento da Educação
- 4) Avaliação da Educação
- 5) Formação de Professores

Unidade III – Níveis e Modalidades de Ensino

- 1) Níveis:
 - a) Educação Básica
 - i - Ensino Fundamental
 - ii - Ensino Médio

-
- b) Educação Superior
2) Modalidades e questões estruturais
a) Educação de Jovens e Adultos (EJA)
b) Educação para relações étnico-raciais
c) Educação, Gênero e Sexualidades
-

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- SAVIANI, Dermeval. Sobre a natureza e especificidade da educação. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 7, n. 1, p. 286-293, jan. 2015. ISSN 2175-5604. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/13575/9519>.
- ADRIÃO, T.; PORTELA DE OLIVEIRA, R.; MOCARZEL, M. O público, o privado e o comunitário: Novas categorias administrativas para as escolas brasileiras e a disputa pelo fundo público na educação. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, [S. l.], v. 30, p. (128), 2022. DOI: 10.14507/epaa.30.7172. Disponível em: <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/7172>.
- OLIVEIRA, João Ferreira de. **A função social da educação e da escola pública**: tensões, desafios e perspectivas. In.: FERREIRA, Eliza Bartolozzi; OLIVEIRA, Dalila Andrade (orgs.). **Crise da escola e políticas educativas**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- PINTO, José Marcelino de Resende. O Fundeb na perspectiva do custo aluno qualidade. **Em Aberto**, Vol. 28, No 93 (2015). Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/3722/2198>.
- STOFFELS, Fábio; CARVALHAES, Wesley Luis. Contornos neoliberais no novo SAEB. **Jornal de Políticas Educacionais**, [S.l.], v. 16, abr. 2022. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/84436/46417>.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do 4o Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2022**. – Brasília, DF : Inep, 2022.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- SANTOS, C. de A.; DA SILVA PEREIRA, R. Militarização e Escola sem Partido: duas faces de um mesmo projeto. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 12, n. 23, p. 255–270, 2018. DOI: 10.22420/rde.v12i23.884. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/884>
- PEREIRA, R. da S.; SANTOS, C. C. de F.; NUNES, R. S. Intensificação do Trabalho dos Diretores Escolares de Salvador e Região Metropolitana. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, [S. l.], v. 38, n. 00, 2022. DOI: 10.21573/vol38n002022.119233. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/119233>.
- BALESTRIN, P. A.; RODRIGUES SOARES, R. de F. Gênero e sexualidade nas práticas educativas. **Retratos da Escola**, [S.l.], v. 9, n. 16, p. 47–61, 2015. DOI: 10.22420/rde.v9i16.483. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/483>
- CURY, Carlos Roberto Jamil. A questão federativa e a educação escolar. pp.149-168. In.: OLIVEIRA e SANTANA(Orgs.) **Educação e federalismo no Brasil**: combater as desigualdades, garantir a diversidade. UNESCO, 2010. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001873/187336por.pdf>.
- BONAMINO, Alicia; SOUSA, Sandra Zákia. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/rtOkYDSjky4mXG9TCrgRSqJ/?format=pdf&lang=pt>.
- GOMES, N. L. (2011). Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. **Revista Brasileira De Política E Administração Da Educação**, 27(1). <https://doi.org/10.21573/vol27n12011.19971>.
- RIBEIRO DA SILVA, M. .; MARCOS LIMA DE ARAÚJO, R. . Educação Na Contramão Da Democracia - A Reforma Do Ensino Médio No Brasil. **Revista Trabalho Necessário**, v. 19, n. 39, p. 6-14, 27 maio 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/50143>.
-



DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

CÓDIGO		NOME					DEPARTAMENTO OU EQUIVALENTE										
EDC289		Pesquisa em Educação					Departamento de Educação I										
CARGA HORÁRIA (estudante)							MODALIDADE/ SUBMODALIDADE					PRÉ-REQUISITO (POR CURSO)					
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	Disciplina/Teórico-Prática					Sem pré-requisito.					
	45		15			60											
CARGA HORÁRIA (docente/turma)							MÓDULO						SEMESTRE DE INÍCIO DA VIGÊNCIA				
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	T	T/P	P	PP	Ext	E	2023.1				
	45		15			60		30									

EMENTA

Princípios da ciência e do método científico. Abordagem alternativas de pesquisa. Técnicas de levantamento e análise de dados. Delineamento do Projeto de Pesquisa e do Relatório de Pesquisa. Aspectos éticos da pesquisa e a construção de uma postura analítico-crítica.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Debater o caráter histórico do conhecimento humano, ou seja, a produção social do conhecimento científico, bem como o critério de verdade na discussão da ciência.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Compreender os processos da pesquisa e suas bases teórico-metodológicas e epistemológicas da pesquisa educacional e na produção do conhecimento em Educação.
- Discutir a produção social do saber e a igualdade entre os seres humanos, no sentido de estimular a problematização da realidade a partir de visões de mundo hegemônica e contra-hegemônica.
- Compreender a realidade como síntese de determinações sociais, políticas, econômicas e culturais.
- Debater a articulação do conhecimento científico e o saber popular para a produção do conhecimento na educação.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- A pesquisa e a produção de conhecimento
- Ciência e Método Científico
- Pesquisa Quantitativa e Pesquisa Qualitativa em Educação
- Projeto de Pesquisa
- Métodos de Procedimento em Pesquisa:
- Ética na Pesquisa
- Análise dos dados da pesquisa
- Relatório de Pesquisa

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ALVES, A.J. O planejamento de pesquisas qualitativas em educação. **Cadernos de Pesquisa**, n.77, p. 53-61, 1991.
- BACHELARD, G. (1996). **A formação do espírito científico**. Rio de Janeiro: Contraponto.
- BELEI, Renata Aparecida et al. O uso de entrevista, observação e videogravação em pesquisa qualitativa. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 30, p.187-199, jan./jun. 2008,
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do Conhecimento**: Pesquisa Qualitativa em Saúde. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec, 1993.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRÉ, Marli. Pesquisa em Educação: buscando rigor e qualidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 113, jul. 2001.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação Qualitativa em Educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.

BUENO, Belmira. O método autobiográfico e os estudos com história de vida de professores: a questão da subjetividade. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 28, n.1 p.11-30, jan/jun. 2002.

CARVALHO, Anésia de Souza. **Metodologia da entrevista**. Rio de Janeiro: Artes Gráficas, 1991.

COSTA, Marco Antônio F. da; COSTA, Maria de Fátima Barrozo da. **Metodologia da Pesquisa**: conceitos e técnicas. Rio de Janeiro: Interciência, 2001.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PRO-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

FORMULÁRIO PARA CRIAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE COMPONENTE CURRICULAR -
GRADUAÇÃO
(Resolução CAE/UFBA 3/2019)

Código e nome do componente curricular: FCHXXX - Produção de Material Didático-Pedagógico para a Educação Escolar Indígena						Instância de alocação: Departamento de Antropologia e Etnologia						Pré-requisito: Sem pré-requisito							
Modalidade: Atividade						Submodalidade: Oficina						Sistema de avaliação: Conceito							
Carga Horária (estudante)						Carga Horária Docente/Turma						Módulo de estudantes							
T	T/P	P	PP	Ext	E	Total	T	T/P	P	PP	Ext	E	Total	T	T/P	P	PP	Ext	E
		30	90	15		135			30	90	15		135			30			
Ementa: Esta oficina tem como objetivo criar materiais didáticos interculturais para escolas indígenas na Bahia. As etapas incluem Identificação de Objetivos de Aprendizagem, Conhecimento do Público-Alvo, Mapeamento do Conteúdo, Seleção de Recursos, Design Instrucional, Adaptação a Diferentes Estilos de Aprendizagem, Revisão e Produção Final. A atividade abrange a avaliação crítica dos recursos existentes, visando à elaboração de materiais específicos alinhados aos contextos dos Povos Indígenas da Bahia. Abordaremos a filosofia e a didática da Educação Escolar Indígena, com ênfase em estratégias, metodologias e aspectos teóricos. Realizaremos uma análise objetiva da interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e avanços históricos na educação indígena no Brasil e na Bahia, explorando o caráter emancipador do ensino-aprendizagem e o papel de livros didáticos e materiais pedagógicos na Educação Escolar Indígena.																			
Natureza: Obrigatória																			



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PRO-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

**FORMULÁRIO PARA CRIAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE COMPONENTE CURRICULAR -
GRADUAÇÃO**
(Resolução CAE/UFBA 3/2019)

Código e nome do componente curricular: FCHXXX - Seminário Didático de Educação Escolar Indígena						Instância de alocação: Departamento de Antropologia e Etnologia						Pré-requisito: Sem pré-requisito							
Modalidade: Atividade						Submodalidade: Seminário						Sistema de avaliação: Conceito							
Carga Horária (estudante)						Carga Horária Docente/Turma						Módulo de estudantes							
T	T/P	P	PP	Ext	E	Total	T	T/P	P	PP	Ext	E	Total	T	T/P	P	PP	Ext	E
	15		75			90		15		75			90			100			
Ementa: A atividade de Seminário Didático em Educação Escolar Indígena oferece ao estudante uma nova perspectiva sobre um tema de interesse, permitindo a identificação do papel da didática em educação nos contextos históricos, geográficos, culturais, sociais e ambientais dos Povos Indígenas da Bahia. O Seminário visa estimular o protagonismo dos estudantes, incentivando o aprofundamento de conhecimentos na área de habilitação a ser escolhida, ampliação de redes e contatos com colegas e docentes, além do desenvolvimento do pensamento crítico e da resiliência necessária para enfrentar os desafios nas escolas indígenas do estado. Adicionalmente, engloba pesquisa-ação nas escolas, envolvendo o levantamento de bibliografia indígena e não-indígena sobre seu povo e a educação no território. Inclui ainda a análise dos materiais didáticos e para-didáticos utilizados nas escolas indígenas na área escolhida, culminando na apresentação de seminários com esses resultados durante a atividade e nas próprias escolas. Essa abordagem proporciona oportunidade para a troca de experiências e construção coletiva de conhecimento, fortalecendo o comprometimento dos estudantes com a melhoria da educação indígena na Bahia.																			
Natureza: Obrigatória																			



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PRO-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

**FORMULÁRIO PARA CRIAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE COMPONENTE CURRICULAR -
GRADUAÇÃO**
(Resolução CAE/UFBA 3/2019)

Código e nome do componente curricular: FCHXXX - Territórios, Territorialidades e Terras Indígenas	Instância de alocação: Departamento de Antropologia e Etnologia	Pré-requisito: Sem pré-requisito																	
Modalidade: Disciplina	Submodalidade: Teórico-Prática	Sistema de avaliação: Nota																	
Carga Horária (estudante)	Carga Horária Docente/Turma										Módulo de estudantes								
T	T/P	P	PP	Ext	E	Total	T	T/P	P	PP	Ext	E	Total	T	T/P	P	PP	Ext	E
45			15			60	45			15			60		30				
Ementa: Território, territorialidade, espaço e lugar na concepção indígena e não-indígena. As discussões teóricas, feitas hoje em dia, sobre questões como: identidade, cultura e as diferentes noções de territorialidade indígena no Brasil. Pesquisas sobre Territorialidade e Cultura. Introdução à cartografia dos territórios indígenas ao longo da história dos povos indígenas no Brasil e na Bahia. Estudo dos fatores históricos básicos da espoliação das terras indígenas no Brasil e na Bahia, a partir de 1500. Estudo dos desafios para o reconhecimento dos direitos territoriais dos povos indígenas do Brasil e da Bahia. Estudo da relação entre as formas indígenas de compreensão do território e as formas legais dos Estados.																			
Natureza: Obrigatória																			

Núcleo Comum de Formação



DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

CARGA HORÁRIA (estudante)							MODALIDADE/ SUBMODALIDADE	PRÉ-REQUISITO (POR CURSO)						
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL								
60						60	Disciplina/Teórica	Sem pré-requisito						
CARGA HORÁRIA (docente/turma)							MÓDULO						SEMESTRE DE INÍCIO DA VIGÊNCIA	
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	T	T/P	P	PP	Ext	E		
60						60	45							2024.2

EMENTA

O caráter uno e plural da experiência humana, as diferentes formas de organização societária, a articulação entre sociedade, cultura e educação com ênfase nas sociedades contemporâneas.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Introduzir os participantes na compreensão das relações entre antropologia e/na/da educação, considerando a especificidades da educação escolar indígena e uma perspectiva alargada dos processos de ensino e aprendizagem.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- 1) Explorar diversas abordagens teóricas da antropologia e/na/da educação.
- 2) Introduzir a pesquisa etnográfica em contextos educacionais e/ou a partir da perspectiva dos processos de ensino e aprendizado.
- 3) Analisar os limites e o alcance de discussões contemporâneas sobre multiculturalismo, interculturalidade, reconhecimento, diferenças e desigualdades nas práticas e nas instituições educativas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

O diálogo entre a antropologia e/na/da educação, com foco no estudo de problemas conceituais e metodológicos de temas como a diversidade e a alteridade e suas repercussões no debate sobre diferenças, desigualdades, multiculturalismo, interculturalidade e políticas de reconhecimento. Tratando-se de uma disciplina eminentemente teórica, os conteúdos propostos visam dar conta de discussões na bibliografia especializada contemporânea sobre os seguintes assuntos:

1. Antropologia, diversidade, alteridade e educação.
2. Abordagens antropológicas dos processos e das instituições educacionais.
3. Pesquisas etnográficas de um ponto de vista educacional e em contextos educacionais.
4. Limites e alcances do multiculturalismo e da interculturalidade.
5. Diferenças e desigualdades em processos de socialização, escola, práticas educativas e temas curriculares.
6. Cultura, multiculturalismo, interculturalidade, alternativas e políticas de reconhecimento na educação.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- COHN, Clarice. 2000. Crescendo como um Xikrin: uma análise da infância e do desenvolvimento infantil entre os Kayapó-Xikrin do Bacajá. **Revista de Antropologia**, vol.43, no 2, p.195-232.
- GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. (1997). Antropologia e educação: Origens de um diálogo. **Caderno CEDES**. Vol. 18, no. 43, pp. 8-25.
- LAVE, Jean. 2015. Aprendizagem como/na prática. **Horizontes Antropológicos**, n. 44, p. 37-47.

MEAD, Margaret. 1999. **Sexo e temperamento**. 4a. edição. São Paulo: Perspectiva.
PIERROT, Alain. 2015. Aprendizagem e representação. Os antropólogos e as aprendizagens. **Horizontes Antropológicos**, n. 44, p. 49- 80.
SILVA, Aracy Lopes da; FERREIRA, Mariana Kawall Leal. (org.) 2001. **Antropologia, história e educação**: a questão indígena e a escola. 2. Ed. São Paulo: Global, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. 2009. “Cultura” e cultura: conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais. In: **Cultura com aspas**. São Paulo: Cosac Naify, 2009, p. 311-373.
ROGOFF, Barbara. 1993. El contexto cultural de la actividad cognitiva. In: **Aprendices del pensamiento**. Barcelona: Paidós, p. 71-93.
BENEDICT, Ruth. 1972. A criança aprende. Em: **O crisântemo e a espada**, São Paulo: Perspectiva, 213-247.
BOURDIEU, Pierre. 2003. Sistemas de ensino e sistemas de pensamento. In: Sergio Miceli (ed.). **A economia das trocas simbólicas**. 5a edição. São Paulo: Perspectiva, p. 203-229.
BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. 2016. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 2a ed. Petrópolis: Vozes.
GEERTZ, Clifford. 2008. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PRO-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

**FORMULÁRIO PARA CRIAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE COMPONENTE CURRICULAR -
GRADUAÇÃO**
(Resolução CAE/UFBA 3/2019)

Código e nome do componente curricular: FCHXXX - Direitos dos Povos Indígenas e Direito Indigenista no Brasil e na Bahia						Instância de alocação: Departamento de Antropologia e Etnologia						Pré-requisito: Sem pré-requisito							
Modalidade: Disciplina						Submodalidade: Teórico-Prática						Sistema de avaliação: Nota							
Carga Horária (estudante)						Carga Horária Docente/Turma						Módulo de estudantes							
T	T/P	P	PP	Ext	E	Total	T	T/P	P	PP	Ext	E	Total	T	T/P	P	PP	Ext	E
30				30		60	30				30		60		30				
Ementa: Estudo e análise das transformações dos direitos dos povos indígenas no Brasil, no seu contexto histórico. Estudo das relações entre lutas indígenas e mudança nas leis e direitos dos povos indígenas no Brasil e na Bahia. Estudo e análise dos desafios atuais no reconhecimento dos direitos dos povos indígenas. Estudo do repertório jurídico normativo que garante direitos aos Povos Indígenas, no Brasil. Discussões acerca dos direitos fundamentais, sociais e indígenas assegurados na Constituição Brasileira. Documentos internacionais de Direitos Humanos, Tratados e Convenções específicas relacionadas aos Povos Indígenas. A análise de questões atuais relacionadas a conquista do reconhecimento dos direitos dos povos indígenas na Bahia e no Brasil.																			
Natureza: Obrigatória																			



DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

CÓDIGO		NOME					DEPARTAMENTO OU EQUIVALENTE										
EDCD59		Educação, Identidade e Pluralidade Cultural					Departamento de Educação III (Educação Física)										
CARGA HORÁRIA (estudante)							MODALIDADE/ SUBMODALIDADE						PRÉ-REQUISITO (POR CURSO)				
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	Disciplina/Teórica						Sem pré-requisito				
60						60											
CARGA HORÁRIA (docente/turma)							MÓDULO						SEMESTRE DE INÍCIO DA VIGÊNCIA				
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	T	T/P	P	PP	Ext	E	2011.1				
60						60	45										

EMENTA

Aspectos sócio-políticos e culturais que caracterizam o Brasil como país pluricultural na contemporaneidade. Estudo sobre as questões relacionadas aos conceitos de identidade, cultura, memória, discriminação/preconceito, saberes e tradições populares. Manifestações da cultura popular enquanto processos de construção da identidade cultural no âmbito da educação formal e não-formal.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Problematicar a produção social das identidades através da cultura corporal do movimento humano no âmbito da escola e do lazer.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Conhecer os aspectos sócio-políticos e culturais que caracterizam o Brasil como país pluricultural na contemporaneidade;
- Relacionar conceitos de identidade, cultura, memória, discriminação/preconceito, saberes e tradições populares a questões do âmbito da educação;
- Compreender a construção social da identidade e diferença no âmbito da Educação e do Lazer;
- Conhecimentos sobre os debates sobre a construção da identidade e diferença no âmbito da Educação e do Lazer;
- Operacionalização dos conceitos para a produção de conhecimentos a partir de fenômenos cotidianos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Aspectos culturais que caracterizam o Brasil como país pluricultural na contemporaneidade.
2. Estudo sobre as questões relacionadas ao conceito: cultura
3. Estudo sobre as questões relacionadas ao conceito: identidade.
4. Estudo sobre as questões relacionadas ao conceito: memória.
5. Estudo sobre as questões relacionadas ao conceito: discriminação/preconceito.
6. Estudo sobre as questões relacionadas ao conceito: discriminação/preconceito no esporte.
7. Estudo sobre as questões relacionadas ao conceito: saberes populares.
8. Estudo sobre as questões relacionadas ao conceito: tradições populares.
9. Manifestações da cultura popular enquanto processos de construção da identidade cultural no âmbito da educação formal.
10. Manifestações da cultura popular enquanto processos de construção da identidade cultural no âmbito da educação não-formal.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- COSTA, Alexandre Emboaba. Da miscigenação ao pluriculturalismo: questões em torno da ideologia pós-racial e a política da diferença no Brasil. **Hendu** 6(2):40-54, 2015.
- DAYRELL, Juez. A escola como espaço sociocultural. In: (org) **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. 2a. reimpressão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

GOMES, Christianne Luce. Lazer: necessidade humana e dimensão da cultura: **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**. Belo Horizonte, v. 1, n.1, p.3-20, jan./abr. 2014.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2011.

Moreira, Antonio Flavio Barbosa, & Candau, Vera Maria. (2003). Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos. **Revista Brasileira de Educação**, (23), 156-168. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000200012>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABIB, Pedro. **Cultura popular e contemporaneidade**. Patrimônio e memória. São Paulo, Unesp, v. 11, n.2, p. 102-122, julho-dezembro, 2015.

NEIRA, Marcos Garcia. O currículo cultural da Educação Física: uma resposta aos dilemas da contemporaneidade. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 16, n. 31, p. 276–304, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723816312015276>. Acesso em: 14 mar. 2024.

PEREIRA, Edimilson de Almeida; White, Steven F. Brasil: panorama de interações e conflitos numa sociedade multicultural. **Afro-Ásia**, 2001, (26)

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jun. 1989. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278>>. Acesso em: 09 Set. 2020.

PEREIRA, Julio Cesar. O conceito de cultura na constituição federal de 1988. **IV ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**. Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador, 2008.

SANTOS, Adalberto Silva. **Tradições populares e resistências culturais: políticas públicas em perspectiva comparada**. Universidade Federal de Brasília: Tese de Doutorado, Programa de pós-Graduação em Sociologia. 2010.

TILIO, Rogério. Reflexões acerca do conceito de identidade. In: **Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades**. Volume VIII Número XXIX Abr-Jun 2009.



DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

CÓDIGO	NOME	DEPARTAMENTO OU EQUIVALENTE											
FCH317	Etnologia do Brasil	Departamento de Antropologia e Etnologia											
CARGA HORÁRIA (estudante)							MODALIDADE/ SUBMODALIDADE	PRÉ-REQUISITO (POR CURSO)					
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	Disciplina/Teórica	Sem pré-requisito					
60						60							
CARGA HORÁRIA (docente/turma)							MÓDULO						SEMESTRE DE INÍCIO DA VIGÊNCIA
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	T	T/P	P	PP	Ext	E	2024.2
60						60	45						

EMENTA

Estudos dos grupos sociais e étnicos básicos na formação da sociedade brasileira.

OBJETIVOS

Rever os conceitos básicos da Antropologia como: cultura, etnia, identidade étnica, etnicidade. Despertar o interesse do aluno para o estudo da problemática indígena e racial do Brasil. Atentar para as tendências da investigação sócio-antropológica nos campos da cultura, economia e estrutura dos grupos sociais, refletir sobre a questão da identidade do brasileiro, considerando as particularidades e especificidades da cultura nacional. Pensar a diversidade da cultura em relação aos povos imigrantes chegados ao Brasil e aqui instalados, convivendo com a sociedade nacional. Estimular o debate sobre as tendências temáticas concernentes ao estudo dos grupos étnicos formadores da cultura brasileira em especial os africanos e afro-descendentes.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Etnologia, âmbito e conceituação. Objetos e abordagens. Etnologia, Etnografia e Antropologia, etapas de uma mesma pesquisa. Cultura, Etnia, Grupo Étnico, Identidade Étnica, Etnicidade. Cultura e Sociedade. Raça, cultura e sociedade. Ideologias e usos dos termos conforme as tendências e as modernas teorias e concepções. Formação sócio-cultural brasileira: os grupos, as sociedades rurais e urbanas. Os estudos recentes das culturas indígenas no Brasil. Aculturações e reações étnicas diferenciais. Africanos e Negros na Sociedade Brasileira. Os Imigrantes no Brasil. Situação regional e social dos Imigrantes. Índios, negros e brancos no Sul do Brasil. Sociedades urbanas. Comunidades urbanas. Mudança social, modernização. Indigenismo e Colonialismo. O Colonialismo Interno. Destruição do ethos tribal, de população e crescimento vegetativo das sociedades indígenas do Brasil. A construção das identidades afro-descendentes na Bahia. Culturas negras e africanas que formam as tendências religiosas e os costumes afro-baianos. Grupos rurais. Capitalismo, colonialismo e mudanças. O fenômeno do Caboclo. O Índio e o Caboclo da Amazônia no século XX. O homem e a terra: demarcação das terras indígenas. Como vivem hoje os índios ocupantes das áreas de reserva. A construção das identidades e a multiplicidade das culturas no Brasil atual.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

- ARAUJO, Joel Zito. **Identidade Racial e os estereótipos... Tirando a máscara ensaios sobre o racismo no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Identidade e Etnia**. Construção da pessoa e resistência cultural. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Identidade Etnia e Estrutura Social**. São Paulo: Pioneira Editora, 1976.
- _____. **A Sociologia no Brasil Indígena**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. Brasília Editora UNB, 1978.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Antropologia do Brasil**. Mito, História e Etnicidade. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- LARAIA, Roque de Barros. **Nossos contemporâneos Indígenas**. A Temática Indígena na Escola. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.
- LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional**. Imigrantes, Minorias e a luta pela Etnicidade no Brasil. São Paulo: UNESCO, 2001.
- MELATTI, Júlio César. **Índios no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1989.
- ORTIZ, Renato. **Da raça à cultura**: mestiçagem nacional. Cultura Brasileira e Identidade Nacional. São Paulo: Brasiliense.
- RAMOS, Jair de Souza. **Dos males que Vêm com o sangue**: as representações raciais e a categoria do imigrante desejável nas concepções sobre imigração da década de 20. **Raça, Ciência e Sociedade**. R. J.FIOCRUZ/CCBB. RIBEIRO Darcy. **O Povo Brasileiro: evolução e o sentido do Brasil**.

São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **Raça e Diversidade**. São Paulo: EDUSP.

_____. **O Espetáculo das Raças**. Cientistas, instituições e a questão racial no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

TOMAS, Louis-Vincent. **A Etnologia, mistificações e desmistificações**. História da Filosofia, Idéias e Doutrinas. François Châtelet. Vol. 7, Rio de Janeiro: Zahar, 1981.



DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

CÓDIGO	NOME	DEPARTAMENTO OU EQUIVALENTE
FCHG06	História Indígena e do Indigenismo	Departamento de História

CARGA HORÁRIA (estudante)							MODALIDADE/ SUBMODALIDADE	PRÉ-REQUISITO (POR CURSO)
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	Disciplina/Teórico-Prática	Sem pré-requisito
60				15		75		

CARGA HORÁRIA (docente/turma)							MÓDULO						SEMESTRE DE INÍCIO DA VIGÊNCIA
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	T	T/P	P	PP	Ext	E	2025.1
60				15		75		30					

EMENTA

História indígena e historiografia indigenista nas Américas. História das populações ameríndias na longa duração. Unidade e diversidade cultural e política nas sociedades indígenas. Indivíduos e grupos étnicos indígenas diante da colonização europeia. Indivíduos e grupos étnicos indígenas diante do poder hegemônico dos Estados nacionais americanos. As categorias “agência” e “resistência”. Objetividade e subjetividade das experiências indígenas na História das Américas. Os movimentos indígenas contemporâneos.

OBJETIVOS

A disciplina tem o objetivo elementar de municiar os estudantes com bases conceituais, bibliográficas, empíricas e metodológicas que os auxiliem nos seus estudos sobre História da América Indígena. Tendo como foco a capacitação simultânea dos alunos para o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas e para o exercício da prática docente no Ensino Básico, será constituída uma abordagem simultaneamente panorâmica e específica. Serão enfatizadas as linhas mestras dos processos que dinamizaram a configuração social das Américas entre as primeiras ocupações humanas do continente e as últimas décadas, colocando peso sobre a multiplicidade de formações políticas, macrorregiões culturais e grupos sociais de cada espaço-tempo da História, assim como sobre as complexas e diversificadas interações e articulações entre eles operadas no interior de cada conjuntura histórica particular. Espera-se, com isso, que os estudantes concluam o semestre aptos a realizar estudos bibliográficos e documentais sobre América Indígena de maneira crítica e autônoma, sendo capazes de ler e interpretar contextualmente evidências de diferentes formatos e conteúdos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- História da História Indígena e do Indigenismo no Brasil e nas Américas
- Fontes e possibilidades na História da América Indígena
- A ocupação humana do continente e sua diversificação societária
- Formação histórica das grandes macrorregiões socioculturais
- As américas às vésperas dos primeiros esforços europeus de colonização
- Encontros societários, enfrentamentos e pactos políticos: a “primeira conquista”
- A conquista espiritual da população ameríndia
- Modalidades, sistemas e regimes de trabalho indígena
- Insurreições ameríndias no século XVII
- Os novos “impérios” indígenas e o reformismo ilustrado (s. XVIII)
- Os índios e os Estados nacionais, “segunda escravidão” e “segunda conquista” (s. XIX)
- As fronteiras indígenas do capital (séculos XX e XXI)

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BERTAZONI, Cristiana; SANTOS, Eduardo Natalino; & FRANÇA, Leila Maria (orgs.). **História e arqueologia da América indígena: tempos pré-colombianos e coloniais**. Florianópolis: Editora UFSC, 2017.
CARNEIRO, Maria Luiza Tucci & ROSSI, Mirian Silva (orgs.). **Índios no Brasil: vida, cultura e morte**. São Paulo: Intermeios, 2018.

-
- CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- GIUDICELLI, Christophe & HAVARD, Gilles (eds.). **Les révoltes indiennes**: Amériques, XVIe -XXIe siècle. Paris: Les Indes Savantes, 2021.
- GIUDICELLI, Christophe (ed.). **Fronteras movedizas**: clasificaciones coloniales y dinámicas socioculturales en las fronteras americanas. Michoacán: El Colegio de Michoacán, 2010.
- JONG, Ingrid de & ESCOBAR OHMSTEDE, Antonio (eds.). **Las poblaciones indígenas en la conformación de las naciones y los Estados de América Latina decimonónica**. Ciudad de México: CIESAS, 2016.
- MACHADO, André Roberto de A. & MACEDO, Valéria (orgs.). **Povos indígenas entre olhares**. São Paulo: SESC e Editora UNIFESP, 2022.
- MATTHEW, Laura E. & OUDIJK, Michel R (eds.). **Indian conquistadors**: indigenous allies in the conquest of Mesoamerica. Norman: University of Oklahoma Press, 2007.
- MATTOS, Izabel Missagia; CHAMAUSSEL, Chantal; MOREIRA, Vânia Maria Losada; & SILVA, Ana Paula da (orgs.). **Histórias indígenas**: memória, interculturalidade e cidadania na América Latina. São Paulo: Humanitas, 2020.
- OBREGÓN ITURRA, Jimena Paz; CAPDEVILA, Luc; & RICHARD, Nicolas (dirs.). **Les indiens des frontières coloniales**: Amérique australe, XVIe siècle/temps présent. Rennes : Presses Universitaires de Rennes, 2011.
- PEREIRA, Amílcar Araújo & MONTEIRO, Ana Maria (orgs.). *Ensino de histórias afro-brasileiras e indígenas*. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.
- PÉREZ CRUZ, Felipe de Jesús (coord). “¿Los indoamericanos en Cuba? Actualicemos el tema”. In: **Los indoamericanos en Cuba**: estudios abiertos al presente. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 2014, pp. 6-30.
- SALOMON & SCHWARTZ, ADAMS & MACLEOD, TRIGGER & WASHBURN. **The Cambridge History of the native peoples of the Americas**, 6 vols. Cambridge University Press, 1996-1999.
- SILVA, Aracy Lopes da Silva & GRUPIONI, Luis Donisete Benzi (orgs.). **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1o e 2o graus**. Brasília: MEC, 1995.
- VENTURI, Gustavo & BOKANY, Vilma (orgs.). **Índigenas no Brasil**: demandas dos povos e percepções da opinião pública. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.
-



DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

CÓDIGO	NOME	DEPARTAMENTO OU EQUIVALENTE
LETE48	LIBRAS I Língua Brasileira de Sinais Nível I	Coordenação Acadêmica de Ensino de Letras (CAEL)

CARGA HORÁRIA (estudante)							MODALIDADE/ SUBMODALIDADE	PRÉ-REQUISITO (POR CURSO)
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	Disciplina/Teórico-Prática	Sem pré-requisito
	60					60		

CARGA HORÁRIA (docente/turma)							MÓDULO	SEMESTRE DE INÍCIO DA VIGÊNCIA					
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	T	T/P	P	PP	Ext	E	2023.1
	60					60		30					

EMENTA

Breve estudo das características biológicas, socioculturais e linguísticas do surdo através do exame de seu desenvolvimento linguístico e sua inserção na sociedade e dos aspectos educacionais envolvidos em sua formação. Tópicos sobre Literatura Surda. Prática das estruturas básicas da Libras.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Compreender os aspectos e implicações históricas, sociais, políticas, linguísticas e pedagógicas relacionados à surdez e seus desdobramentos na vida dos surdos;

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Compreender os diferentes usos da Libras em situações cotidianas
- Conhecer o vocabulário necessário à comunicação básica com o surdo

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Unidade I

1. Breve histórico sobre a educação de surdos;
2. Saudações – Apresentações – Nomes próprios – Soletração/Datilologia;
3. Numerais cardinais, ordinais e de quantidade;
4. Pronomes interrogativos;
5. Pronomes demonstrativos;
6. Pronomes possessivos.

Unidade II

1. Legislação e políticas públicas na área;
2. Aspectos linguísticos das línguas de sinais;
3. Pronomes pessoais.

Unidade III

1. Advérbios de lugar e de tempo;
2. Calendário;
3. Estações do ano;
4. Meios e recursos de comunicação;
5. Transportes;
6. Tópicos em Literatura Surda;
7. Família;
8. Profissões;
9. Verbos.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D.; MAURÍCIO, A. C. L. **NOVO DEIT-LIBRAS**: Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua de Sinais Brasileira (Libras) baseado em Linguística e Neurociências Cognitivas. São Paulo: EDUSP, 2008.
- FELIPE, T. A. **LIBRAS em contexto**: curso básico. Livro do Estudante. Rio de Janeiro: Wallprint Gráfica e Editora, 2007.
- GESSER, A. **LIBRAS?**: Que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. **Língua de Sinais Brasileira**: estudos linguísticos. Porto Alegre: ArtMed, 2004.
- SKLIAR, C. **Atualidade da Educação Bilíngue para Surdos**. Interfaces entre Pedagogia e Linguística. 3 ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BRITO, I. dos A.; MEDEIROS, J. R.; BENTO, N. A.; RODRIGUES, N. Que corpo é esse? Literatura negra surda, interseccionalidades e violências. **ODEERE**, 6(01), p. 209-232, 2021. Disponível em <https://periodicos2.uesb.br/index.php/odeere/article/view/8533>
- FERNANDES, E. (org.). **Surdez e Bilinguismo**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2008.
- FERREIRA-BRITO, L. **Por uma Gramática de Línguas de Sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.
- MACHADO, P. C. **A política educacional de integração/inclusão**: um olhar do egresso surdo. Florianópolis: UFSC, 2008.
- QUADROS, R. M. **Educação de surdos**: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: ArtMed, 1997.
- QUADROS, R. M.; CRUZ, C. R. **Língua de sinais**: instrumentos de avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- TEIXEIRA, Elizabeth; MARINHO, Erivaldo. O letramento de surdos em escolas especiais em Salvador, Bahia. In: MIRANDA, Theresinha (Orgs). **O professor e a educação inclusiva**: formação, práticas e lugares. Salvador: EDUFBA, 2012.
-



DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

CARGA HORÁRIA (estudante)							MODALIDADE/ SUBMODALIDADE	PRÉ-REQUISITO (POR CURSO)				
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL						
60							Disciplina/Teórica	Sem pré-requisito				
CARGA HORÁRIA (docente/turma)							MÓDULO	SEMESTRE DE INÍCIO DA VIGÊNCIA				
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	T	T/P	P	PP	Ext	E
60							45					

EMENTA

A disciplina possui dois aspectos: 1) aspecto teórico: discussão sobre relação entre universidade e sociedade a partir de perspectivas decoloniais e antirracistas; concepção de extensão e pesquisa no pensamento crítico latino-americano; discussão sobre projetos sociais, planejamento estratégico, metodologias participativas na área das Ciências Sociais (pesquisa-ação, pesquisa participante, diagnóstico rápido participativo, entre outros); e 2) aspecto prático: elaboração de projeto de intervenção social a partir de diagnósticos da realidade social, tendo como base editais abertos por órgãos públicos, organizações não-governamentais (ONGs) ou movimentos sociais.

OBJETIVOS

Desenvolver a capacidade dos estudantes para compreender e aplicar teorias decoloniais e antirracistas na relação entre universidade e sociedade, bem como planejar e executar projetos de intervenção social utilizando metodologias participativas nas Ciências Sociais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Relação entre universidade e sociedade a partir de perspectivas decoloniais e antirracistas;
2. Concepção de extensão e pesquisa no pensamento crítico latino-americano;
3. Projetos sociais: aspectos conceituais e metodológicos;
4. Planejamento Estratégico e Situacional;
5. Metodologias Participativas: diagnóstico, marco lógico e gestão participativa;
6. Elaboração de Projeto de Intervenção Social a partir de diagnósticos locais.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ARMANI, D. **Como elaborar projetos? Guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2009.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BROSE, Markus (org.). **Metodologia Participativa: uma introdução a 29 instrumentos**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2010.
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- SANTOS, B. DE S. **A universidade do século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. São Paulo: Cortez, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BACHARACH, S. B. e BARATZ, M. S. Poder e Decisão. Reproduzido de "Decision and Nondecision: An Analytical Framework". **American Political Science Review**. V. 58, n.3, pp.632-642, 1963.
- BECKER, Dennis R., HARRIS, Charles C.; NIELSEN, Erik A.; MCLAUGHLIN, William J. A comparison of a technical and a participatory application of social impact assessment, **Impact Assessment and Project Appraisal**, 22:3, 177-189, 2004 DOI: 10.3152/147154604781765932
- COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de Projetos Sociais**. Petrópolis, RJ, 1993.
- COLLINS, P. H. **Aprendendo com a outsider within***: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, no. 1, 2016. P. 99-127.

-
- CRENSHAW, K. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Rev. Estudos Feministas**, v. 10, p. 171–188, 2002.
- DINIZ, D. Ética na Pesquisa em Ciências Humanas - Novos Desafios. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 13, n. 2, p. 417–426, 2008.
- LANDER, E. “Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos”. In: **A colonialidade do saber**. Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005.
- LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- LINDBLOM, C. E. **O processo de Decisão Política**. Brasília: UnB, 1980.
- RAHMEN, M. A.; FALS BORDA, O. "Romper el monopolio del conocimiento. Situación actual y perspectivas de la Investigación-Acción Participativa en el mundo". **Análisis Político**, No. 5, septiembre a diciembre de 1988.
- SANTOS, B. DE S. Para além do Pensamento Abissal. **Novos Estudos - CEBRAP**, n. 79, p. 71–94, 2007.
- SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de. A utilização de metodologias de diagnóstico e planejamento participativo em assentamentos rurais: o diagnóstico rural/rápido participativo (DRP). In: **Em Extensão**, Uberlândia, v. 8, n. 1, p. 34 - 47, jan./jul. 2009.
- THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 13. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2005.
- TOURAINE, Alain. O método da sociologia da ação: a Intervenção Sociológica. In: **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, V. 1, n. 3, P. 38-45, Julho de 1982.
-



DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

CÓDIGO	NOME	DEPARTAMENTO OU EQUIVALENTE
FCHN69	Movimentos Sociais, Ação Coletiva e Democracia	Departamento de Ciência Política

CARGA HORÁRIA (estudante)							MODALIDADE/ SUBMODALIDADE	PRÉ-REQUISITO (POR CURSO)
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	Disciplina/Teórica	Sem pré-requisito.
60						60		

CARGA HORÁRIA (docente/turma)							MÓDULO						SEMESTRE DE INÍCIO DA VIGÊNCIA
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	T	T/P	P	PP	Ext	E	2024.1
60						60	45						

EMENTA

Introdução aos dilemas da ação coletiva. Eixos teóricos de estudos de movimentos sociais: teoria de mobilização de recursos, teoria de processo político, teoria de novos movimentos sociais, redes e virada cultural (emoções e narrativas). Relação entre teorias de movimentos sociais e a teoria crítica. Trajetória da reflexão sobre movimentos sociais no Brasil: os "novos personagens" da redemocratização, a sociedade civil nos anos 1990, o ativismo institucional dos anos 2000 e a volta às ruas dos anos 2010. Desafios da relação entre movimentos sociais e Estado, pressão e gestão, autonomia e eficácia política, conflito e consenso, e modelos de democracia resultantes.

OBJETIVOS

Analisar os dilemas da ação coletiva e as principais teorias sobre movimentos sociais, explorando sua evolução no Brasil e os desafios contemporâneos na relação entre movimentos sociais e Estado, visando compreender os modelos de democracia resultantes e a eficácia política dos diferentes tipos de ativismo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Dilemas da ação coletiva e teorias de movimentos sociais

- O paradoxo de Olson
- Teoria de mobilização de recursos
- Teoria de processo político
- Novos movimentos sociais
- Redes e globalização
- Virada cultural (frames interpretativos, emoções e narrativas)
- Movimentos sociais e teoria social crítica

2. Interpretações sobre movimentos sociais no Brasil

- Os "novos personagens" da redemocratização
- A sociedade civil nos anos 1990
- O ativismo institucional dos anos 2000
- A volta às ruas dos anos 2010

3. Desafios na relação entre movimentos sociais e Estado

- Pressão e gestão
- Autonomia e eficácia política
- Conflito e consenso
- Modelos de democracia

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Abers, R., Serafim, L., & Tatagiba, L. (2014). "Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: A Experiência na Era Lula". *Dados*, 57(2), 325–357.

-
- Alonso, A. (2009). "As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate". **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, (76), 49–86.
- Gohn, M. da G. (1997). **Teorias dos movimentos sociais**. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola.*
- Gurza Lavalle, A. (2003). "Sem pena nem glória. O debate sobre a sociedade civil nos anos 1990". **Novos Estudos**, 91–109.
- Olson, M. (1999). **A lógica da ação coletiva**. São Paulo: Edusp.
- Sader, E. (1995). **Quando novos personagens entraram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Tarrow, S. (2009). **O poder em movimento**. Petrópolis: Vozes.
- Touraine, A. (1989). "Os novos conflitos sociais. Para evitar mal-entendidos". **Lua Nova**, 17, 5–18.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- Alonso, A., & Mische, A. (2016). "Changing Repertoires and Partisan Ambivalence in the New Brazilian Protests". **Bulletin of Latin American Research**, 1–16.
- Alvarez, S. E., Dagnino, E., & Escobar, A. (2000). **Cultura e política nos movimentos sociais latino- americanos**: novas leituras. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Ballestrin, L. (2010). "Associativismo transnacional: uma proposta analítico-conceitual". **Revista de Sociologia e Política**, 18(35), 41–54.
- Bringel, B., & Domingues, J. M. (2012). "Teoria crítica e movimentos sociais: intersecções, impasses e alternativas". In B. Bringel & M. da G. Gohn (Eds.), **Movimentos Sociais na Era Global** (pp. 57–76). Petrópolis: Vozes.
- Bringel, B. (2013). "Sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013". In B. Bringel, G. Benzaquen, L. Alcântara, & S. Gomes (Orgs.), **As Jornadas de Junho em perspectiva global**. Dossiê temático no. 3 (p. 16–29). Rio de Janeiro: NETSAL - IESP/UERJ.
- Carlos, E. (2011). "Contribuições da análise de redes sociais às teorias de movimentos sociais". **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba.
- Costa, S. (1994). "Esfera pública, redescoberta da sociedade civil e movimentos sociais no Brasil". **Novos Estudos**, 38, 38–52.
- Espiñeira, M. V., & Teixeira, H. (2008). "Democracia, movimentos sociais e nivelamento intelectual: considerações sobre a ampliação da participação política". **Caderno CRH**, 21(54), 477–492.
- Fraser, N. (2007). "Reconhecimento sem ética?". **Lua Nova**, no. 70, 101-138.
- Honneth, A. (1992). **A luta pelo reconhecimento**. A gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34.
- Jasper, J. M. (2013). "Las emociones y los movimientos sociales: veinte años de teoría e investigación". **Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos**, Emociones y Sociedad. No 10. Año 4. PP. 48-68.
- Mouffe, C. (2003). "Democracia, cidadania e a questão do pluralismo". **Política & Sociedade**. No. 3, P. 11-26.
- Pateman, C. (1992). **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Tatagiba, L. (2009). **Relação entre movimentos sociais e instituições políticas no cenário brasileiro recente**. Reflexões em torno de uma agenda preliminar de pesquisa.
-



DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

CÓDIGO	NOME	DEPARTAMENTO OU EQUIVALENTE													
LETF01	Língua Portuguesa – Leitura e Produção de Textos para Fins Específicos	Coordenação Acadêmica de Ensino de Letras (CAEL)													
CARGA HORÁRIA (estudante)															
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	MODALIDADE/ SUBMODALIDADE			PRÉ-REQUISITO (POR CURSO)					
		60				60	Disciplina/Teórico-Prática			Sem pré-requisito					
CARGA HORÁRIA (docente/turma)							MÓDULO						SEMESTRE DE INÍCIO DA VIGÊNCIA		
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	T	T/P	P	PP	Ext	E	2023.2		
		60				60		30							

EMENTA

Desenvolvimento de atividades de leitura e de produção de textos, envolvendo reflexão sobre e compreensão de seus respectivos processos e manifestações sociais, de modo a atender às áreas de interesse do curso em que a disciplina está inserida.

OBJETIVOS

1. Refletir criticamente sobre o fenômeno da variação linguística e suas implicações para as práticas de letramentos.
2. Apresentar a noção de texto como palco da interação social, histórica e ideológica entre sujeitos eticamente responsáveis.
3. Refletir sobre as atividades de leitura e escrita implicadas nos cursos de graduação a que a disciplina se destina e às atividades profissionais ligadas a esses cursos.
4. Discutir a questão da autoria e as formas de inserção de discursos alheios.
5. Enfatizar a leitura e a produção de textos pertencentes aos gêneros identificados como necessários ao fazer profissional e social dos alunos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 Língua e relações de poder

- 1.1 Concepções de língua
- 1.2 Gramática(s), norma(s) e processos de (des)legitimação
- 1.3 Argumentação e manipulação

2 Noção de texto

- 2.1. O texto como produto da interação verbal
- 2.2. O texto como construção de sentido social, histórico e ideológico

3 Leitura e produção de textos de variados gêneros

- 3.1 Levantamento das necessidades de cada grupo e práticas de leitura
- 3.2 Levantamento das necessidades de produção textual de cada grupo e práticas de produção escrita dos gêneros textuais identificados

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BAGNO, M. **A língua de Eulália**. São Paulo: Contexto, 1997. Disponível em: <https://docente.ifrn.edu.br/paulomartins/linguistica/a-lingua-de-eulalia-novela-sociolinguistica-de-marcos-bagno/view>. Acesso em: 20 ago. 2020.
- BAZERMANN, Charles. **Escrita, gênero e interação social**. São Paulo: Cortez, 2007.
- BAZERMANN, Charles. **Gêneros Textuais** / Charles Bazerman, Carolyn Miller; orgs. Angela Paiva Dionísio, Carolyn Miller, Charles Bazerman, Judith Hoffnagel; tradução Benedito Gomes Bezerra, Fabiele Stockmans De Nardi, Dario Gómez Sánchez. – 1. ed. – Recife: [s.n.], 2011. Disponível em: https://www.academia.edu/41867151/Bate_Papo_Acad%C3%AAmico_G%C3%AAneros_Charles_Bazerman_e_Carolyn_Miller. Acesso em: 20 ago. 2020.
- GOLDSTEIN, N.; LOUZADA, M. S.; IVAMOTO, R. **O texto sem mistério**: leitura e escrita na universidade. São Paulo: Ática, 2009.
- MARINHO, M. A escrita nas práticas de letramento acadêmico. **RBLA**, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, p. 363-386, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbla/v10n2/05.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANTUNES, Irlandé. **Lutar com palavras**: coesão e coerência. São Paulo: Parábola, 2005.

LEITE, Marli Quadros. **Resumo**. São Paulo: Paulistana, 2009. Disponível em: https://www.academia.edu/8941875/RESUMO_Marli_Quadros. Acesso em: 2 ago. 2022.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção de texto, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela R. **Produção textual na Universidade**. São Paulo: Parábola, 2009.

OLIVEIRA, Luciano A. (org). **Estudos do discurso**: perspectivas teóricas. São Paulo: Parábola, 2013.



DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

CÓDIGO	NOME	DEPARTAMENTO OU EQUIVALENTE
LETA40	Oficina de Leitura e Produção de Textos Acadêmicos	Coordenação Acadêmica de Ensino de Letras (CAEL)

CARGA HORÁRIA (estudante)							MODALIDADE/ SUBMODALIDADE	PRÉ-REQUISITO (POR CURSO)
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	Disciplina/Teórico-prática	Sem pré-requisito
		60				60		

CARGA HORÁRIA (docente/turma)							MÓDULO						SEMESTRE DE INÍCIO DA VIGÊNCIA
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	T	T/P	P	PP	Ext	E	2023.1
		60				60		30					

EMENTA

Estratégias de leitura de textos e domínio de operadores teóricos e linguísticos com vistas à produção de textos acadêmicos.

OBJETIVOS

1. Apresentar e discutir concepções de senso comum, teoria, ciência, letramento acadêmico e noções afins;
2. Apresentar e discutir características da produção textual em gêneros acadêmicos, enfatizando a participação dos gêneros textuais na construção das relações sociais na academia;
3. Trabalhar com exercícios voltados para o incremento da autoconsciência e para o uso adequado de recursos materiais, sociais e culturais buscando o desenvolvimento da proficiência na produção textual acadêmica;
4. Fomentar o desenvolvimento de habilidades retóricas e composicionais que conduzam à participação em atividades acadêmicas através da compreensão do trabalho com gêneros acadêmicos – como o fichamento, o resumo, a resenha, o relatório, o artigo de opinião, o ensaio, a revisão de literatura, o artigo científico, etc.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

PRÁTICAS DE LETRAMENTO ACADÊMICO

- Concepções de senso comum, ciência, teoria
- Leitura e produção de textos; Leitura e produção de textos acadêmicos
- Letramento e produção de textos acadêmicos
- As práticas acadêmicas através de seus gêneros textuais

HISTÓRIA E FLUXO DA INFORMAÇÃO NA UNIVERSIDADE

- História e sociologia dos textos acadêmicos
- O fluxo da comunicação acadêmica
- A produção do texto acadêmico em ação

GÊNEROS TEXTUAIS ACADÊMICOS

- Fichamento (e variantes: ficha de leitura, diário de leitura)
- Resumo e resenha
- Relatório
- Ensaio e artigo

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- CASSANY, D. **Oficina de textos**: compreensão leitora e expressão escrita em todas as disciplinas e profissões. Porto Alegre: ArtMed, 2008.
- LATOUR, Bruno. **Ciência em ação**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.
- MARINHO, M.; CARVALHO, G. (Orgs.). **Cultura escrita e letramento**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. **Produção textual na Universidade**. São Paulo: Parábola, 2009.
- SILVA, Obdália Santana Ferraz. **Entre o plágio e a autoria**: qual o papel da universidade? *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 13, n.

38, p. 357- 414, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MACHADO, A. R., LOUSADA, E.; ABREU-TARDELLI, L. S. **Planejar gêneros acadêmicos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

MARCONI, M. ; LAKATOS, E. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2006.

MARINHO, M. A escrita nas práticas de letramento acadêmico. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, p.363-385, 2010.

OLIVEIRA, L. A. **Manual de sobrevivência universitária**. 3a ed. Anajé, BA: Casarão do Verbo, 2015.

SOARES, M. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 81, p.143-160, dez. 2002.



DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

CÓDIGO	NOME	DEPARTAMENTO OU EQUIVALENTE
FCHF54	Seminário Temático Gênero, Feminismo e Educação	Departamento de Estudos de Gênero e Feminismos

CARGA HORÁRIA (estudante)							MODALIDADE/ SUBMODALIDADE	PRÉ-REQUISITO (POR CURSO)
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL		
60						60	Disciplina/Teórica	Sem pré-requisito.

CARGA HORÁRIA (docente/turma)							MÓDULO	SEMESTRE DE INÍCIO DA VIGÊNCIA						
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	T	T/P	P	PP	Ext	E		
60						60	45							2024.2

EMENTA

Discussões temáticas sobre processos socioeducativos a partir da perspectiva dos Estudos Feministas, de Gênero e Multiculturais. Estudos de casos analisados no contexto da globalização e do regionalismo.

OBJETIVOS

Discutir as relações de gênero como fenômeno social e histórico, estruturado, entre outros, por meio de processos socioeducativos. Compreender o papel da educação na construção dos papéis sociais de gênero.

OBJETIVO GERAL

Fornecer instrumentais teórico-analíticos que possibilitem, ao corpo discente, uma leitura crítica sobre o fenômeno das relações sociais de gênero como sócio-históricas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Compreensão do conceito de gênero. Problematizar os processos educacionais e apresentar métodos de ensino alternativos e dialógicos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Gênero e sexualidade como fenômenos sociais
2. Gênero e educação
3. Práticas educativas

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

hooks, bell. A teoria como prática libertadora. In **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. – São Paulo: Editora WMF, 2013.

Louro, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Guacira Lopes Louro - Petrópolis, RJ. Uma perspectiva pós-estruturalista: Vozes, 1997.

SACCHI, Ângela; GRAMKOW, Márcia Maria (orgs). **Gênero e Povos Indígenas**. Brasília/Rio de Janeiro: Museu do Índio/FUNAI, 2012.

SCOTT, Joan. (1990). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, n° 2, vol. 15. Porto Alegre. [5 -22]

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BUTLER, Judith. **Corpos Que Importam: os Limites Discursivos do Sexo**. Editora, N -1 Edição, 2023.

FOUCAULT, Michel. (1988). **A História da sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

LOURO, Guacira. "Corpo, escola e identidade". **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 25, p. 59 -76, jul./dez. 2000.

LOYOLA, Maria Andréa. (1999). A sexualidade como objeto de estudo das ciências humanas. In: Heilborn, Maria

Luiza. **Sexualidade: o olhar das ciências sociais**. Rio de Janeiro: Jorg e Zahar Editor.

Atividades ACCS



DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

CÓDIGO	NOME	DEPARTAMENTO OU EQUIVALENTE
GEOD34	A Terra como Cura - Geologia e os Saberes Tradicionais	Instituto de Geociências Departamento de Geologia

CARGA HORÁRIA (estudante)						
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL
				60		60

MODALIDADE/ SUBMODALIDADE
Atividade/ACCS

PRÉ-REQUISITO (POR CURSO)
Sem pré-requisito

CARGA HORÁRIA (docente/turma)						
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL
				60		60

MÓDULO					
T	T/P	P	PP	Ext	E
		14			

SEMESTRE DE INÍCIO DA VIGÊNCIA
2024.2

EMENTA

Rochas e minerais empregados para promoção da saúde – ênfase em povos tradicionais indígenas e de matriz africana. A Terra na visão cosmológica dos saberes e fazeres tradicionais. Excursão e visitas de campo obrigatórias.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Identificar diálogos que permitam a construção de uma articulação entre o conhecimento técnico e científico – calcado nas Ciências da Terra – e os saberes e fazeres, associados às rochas e minerais amplamente utilizados para promoção de saúde em povos tradicionais indígenas e de matriz africana.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Propiciar o reconhecimento de rochas e minerais;

Estabelecer relações entre os conhecimentos acadêmicos sobre rochas e minerais e os saberes sobre esses materiais, com seus diferentes usos, nas comunidades tradicionais;

Refletir sobre cura e espiritualidade a partir de minerais e rochas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 – Introdução: Importância do estudo. Conceitos gerais do Sistema Terra – à luz do conhecimento acadêmico.

2 – A Terra à luz dos saberes e fazeres tradicionais: Visão cosmológica e cura.

3 – Rochas e minerais empregados para promoção da saúde: Ênfase em povos tradicionais indígenas e de matriz africana.

4 – Conceitos basilares para a construção do processo universidade – comunidades: Etnogeologia, etnomedicina e decolonialismo.

5 – Estudos de casos e construções de pontes: Estratégias para consolidar o indissociável e necessário, a partir das relações étnico-raciais.

A atividade permite a aprendizagem de métodos e técnicas para reconhecimento dos principais grupos de rochas e minerais, além de promover a discussão sobre estratégias para promoção de diálogos interculturais, com ênfase em rochas e minerais utilizados para promoção de saúde em diferentes comunidades tradicionais. Quanto às habilidades cognitivas, serão requeridas a observação atenta, análise de dados e memorização. Deve repercutir em curiosidade, criatividade, espiritualidade, respeito ao próximo e em práticas antirracistas.

BIBLIOGRAFIA

BASTOS, Jorge Henrique. *A criação do mundo segundo os índios Ianomami*. Lisboa: Hiena, 1994.

PÉREZ-GIL, Laura. *O sistema médico Yawanáwa e seus especialistas: cura, poder e iniciação xamânica*. Cadernos de Saúde Pública, v. 17, p. 333-344, 2001.

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. Vozes, 1982.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Editora Companhia das Letras, 2007.



DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

CÓDIGO	NOME	DEPARTAMENTO OU EQUIVALENTE
ARQA94	Arquiteturas de Povos e Comunidades Tradicionais	Coordenação Acadêmica FAUFBA (Arquitetura)

CARGA HORÁRIA (estudante)							MODALIDADE/ SUBMODALIDADE	PRÉ-REQUISITO (POR CURSO)
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	Atividade/ACCS	Sem pré-requisito.
				60		60		

CARGA HORÁRIA (docente/turma)							MÓDULO						SEMESTRE DE INÍCIO DA VIGÊNCIA
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	T	T/P	P	PP	Ext	E	2024.2
				60		60			14				

EMENTA

Arquiteturas de povos e comunidades tradicionais, incluindo as afro-brasileiras e as remanescentes de quilombos, serão abordadas neste curso. Além disso, serão exploradas organizações de promoção da igualdade racial, legislações e políticas públicas direcionadas aos povos de matrizes africanas. O enfoque se estenderá a programas, projetos e ações voltados não apenas para as comunidades quilombolas, mas também para as comunidades indígenas na Bahia. Durante o curso, os alunos desenvolverão habilidades de análise e proposta de projetos arquitetônicos e urbanísticos, adaptando-se ao contexto específico dos povos indígenas na Bahia, considerando os conceitos-chave de território, cultura e etnicidade.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Promover o entendimento e a capacidade de análise das arquiteturas de povos e comunidades tradicionais, com um foco especial nos povos indígenas na Bahia. O curso visa também a proposição de um projeto arquitetônico e urbanístico para a aldeia do estudante, que seja sensível à diversidade cultural e étnica, especialmente no contexto da Licenciatura Intercultural Indígena.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Analisar as características das arquiteturas tradicionais dos povos indígenas, considerando seus aspectos culturais, sociais e ambientais.
2. Investigar as organizações e iniciativas de promoção da igualdade étnica e sua relação com o ambiente construído e o planejamento urbano, com ênfase na Bahia.
3. Examinar as legislações e políticas públicas que impactam as comunidades tradicionais, com foco nas questões territoriais, culturais e étnicas.
4. Desenvolver habilidades de análise e proposição de projetos arquitetônicos e urbanísticos adaptados às necessidades e valores das comunidades indígenas, afro-brasileiras e quilombolas na Bahia.
5. Integrar os conceitos-chave de território, cultura e etnicidade nos projetos desenvolvidos ao longo do curso, visando à promoção da diversidade e da inclusão nos espaços construídos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Módulo 1: Introdução às Arquiteturas Tradicionais

Módulo 2: Contexto Histórico e Cultural dos Povos Indígenas na Bahia

Módulo 3: Legislação e Políticas Públicas para Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais

Módulo 4: Metodologias de Projetos Arquitetônicos Sensíveis à Diversidade Étnico-Racial

Módulo 5: Projeto Arquitetônico e Urbanístico para Comunidades Indígenas

Módulo 6: Integração dos conceitos de território, cultura e etnicidade nos projetos

Módulo 7: Construção de uma proposição arquitetônica e urbanística e avaliação crítica dos projetos da turma à luz dos objetivos do curso

BIBLIOGRAFIA

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. Cartografia e Quilombos: territórios étnicos africanos no Brasil. *Africana Studia*, n. 9, p. 337-355, 2006.

ARANTES, O. *Urbanismo em Fim de Linha*. São Paulo: Edusp, 1998.

BRASILEIRO, Sheila. *Algumas Considerações sobre o processo de regularização da Terra Indígena Barra Velha – Porto Seguro*. Salvador,

Bahia, 1998.

OLIVEIRA, L. de C.; RAMOS, J. M.; VELAME, F. M. PROJETO SEMENTE: PROPOSTA PARA O CENTRO COMUNITÁRIO DO QUILOMBO RIO DOS MACACOS. **Revista Projetar - Projeto e Percepção do Ambiente**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 118–124, 2018. DOI: 10.21680/2448-296X.2018v3n1ID16640. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/revprojetar/article/view/16640>. Acesso em: 24 abr. 2024.

VELAME, F. M. (2010). KIJEMES: Arquiteturas Indígenas Pataxós da Resistência ao Espetáculo. In: **Anais do VI Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (ENECULT)**, 25 a 27 de maio de 2010, Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil.



DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

CÓDIGO	NOME	DEPARTAMENTO OU EQUIVALENTE
FAR454	Busca Racional de Novos Fármacos de Origem Vegetal	Departamento de Medicamento

CARGA HORÁRIA (estudante)							MODALIDADE/ SUBMODALIDADE	PRÉ-REQUISITO (POR CURSO)
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	Atividade/ACCS	Sem pré-requisito
				60		60		

CARGA HORÁRIA (docente/turma)							MÓDULO						SEMESTRE DE INÍCIO DA VIGÊNCIA
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	T	T/P	P	PP	Ext	E	2024.2
				60		60			14				

EMENTA

Exposição do aluno a situações práticas e cotidianas envolvendo conteúdos sobre os diversos aspectos do uso de plantas medicinais, dentre estes: contato com a informação de fontes científicas e interpretação das mesmas; contato com o trabalho de campo visando à pesquisa dentro da temática plantas medicinais e herança cultural em medicina popular; conceitos de doença e saúde, certificação científica através de bibliografia especializada dos bioativos vegetais.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Destacar a importância dos conhecimentos tradicionais na busca por novos fármacos de interesse farmacêutico.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Ressaltar a importância das comunidades tradicionais na busca de novos fármacos.
- Estabelecer os conceitos que regem as definições de doença e saúde no contexto do cuidado farmacêutico.
- Vivenciar situações práticas sobre os aspectos do uso de plantas medicinais em comunidades tradicionais.
- Integrar os conhecimentos populares ao conhecimento científico acerca de plantas medicinais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Técnicas de abordagem ao paciente, entrevista clínica, aplicação da metodologia SNAPPS na avaliação clínica, promoção da adesão ao tratamento; aspectos a serem monitorados e avaliados quanto à resposta terapêutica; cuidados relativos ao uso racional dos produtos naturais, estabelecimento do papel do farmacêutico, simulação realística e Projeto de intervenção - ação em comunidade carente.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ALBUQUERQUE, P. U. e col. **Métodos e técnicas na pesquisa etnobotânica**. Recife: NUPEEA - Sociedade Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia, 2. ed., 2007. 189p.
- ALBUQUERQUE, P. U. **Tópicos em conservação etnobotânica e etnofarmacologia de plantas medicinais e mágicas**. Recife: NUPEEA - Sociedade Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia, 2005. 286p.
- ALMEIDA, M. Z., GUTTIEREZ, I., REIS FILHO, A., SILVA, N. C. B. **Plantas Medicinais no Semi-Árido Brasileiro**: Conhecimentos Acadêmicos e Populares. 2010. 250p.
- ALMEIDA, M. Z. **Plantas Medicinais**. 3. ed., EDUFBA, 2012. 280p.
- ALMEIDA, M. Z., SILVA, M. Q. O. R., GUEDES, M. L., LISBOA, M., LÉDA, P. H. O., PEIXOTO, A. L. Etnopesquisa como estratégia na seleção de plantas medicinais nativas para compor os mementos estadual e municipais: contribuição para a implantação da fitoterapia no SUS no Estado da Bahia. **III Congresso Iberoamericano de Fitoterapia**, 3 a 5 de maio de 2012, Foz do Iguaçu, Paraná. 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Aprova a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e dá outras providências. Decreto nº 5813, de 22 de junho de 2006.

Publicado no D.O.U. de 23 de junho de 2006. Brasília, DF, 2006.

BRASIL. Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde. Ministério da Saúde. Portaria 971 de 03 de maio de 2006. Publicado no D.O.U. de 04 de maio de 2006. Brasília, DF, 2006.

DIEGUES, A. C., ARRUDA, R. S. V. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001. 176p.

IUCN [The International Union for Conservation of Nature and Natural Resources]. **Guidelines on the conservation of medicinal plants**. Gland: Switzerland, 1993. 50p.

KHAFAGI, I. K., DEWEDAR, A. The efficiency of random versus ethno-directed research in the evaluation of Sinai medicinal plants for bioactive compounds. **Journal of Ethnopharmacology**, 71: 365-376, 2000.

MING, L. C., et al. **Direitos de recursos tradicionais**: Formas de proteção e repartição dos benefícios. Botucatu: UNESP, 2005. 157p.

PARÉS, L. N. Crioulização no recôncavo baiano. **Revista Afro-Ásia/UFBA**, 2005.



DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

CÓDIGO	NOME	DEPARTAMENTO OU EQUIVALENTE
FCHL47	Educação Diferenciada e Revitalização de Línguas Indígenas	Departamento de Antropologia e Etnologia

CARGA HORÁRIA (estudante)							MODALIDADE/ SUBMODALIDADE	PRÉ-REQUISITO (POR CURSO)
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	Atividade/ACCS	Sem pré-requisito
				60		60		

CARGA HORÁRIA (docente/turma)							MÓDULO						SEMESTRE DE INÍCIO DA VIGÊNCIA
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	T	T/P	P	PP	Ext	E	2024.2
				60		60			14				

EMENTA

Partindo da perspectiva de uma Antropologia Linguística entendida como campo transdisciplinar de estudos, esta ACCS busca levar o estudante a refletir científica e criticamente sobre processos de enfraquecimento do uso das línguas indígenas por seus falantes nativos e sua substituição progressiva pelas línguas nacionais dominantes, chamando sua atenção para as implicações sociopolíticas globais desses eventos. Através do seu envolvimento direto com iniciativas de uma comunidade indígena politicamente empenhada em deter e/ou reverter tais processos de perda cultural e seus desdobramentos identitários e políticos, o estudante participará simultaneamente do desenvolvimento e da aplicação de uma metodologia de assessoria e cooperação entre a universidade pública e comunidades indígenas no campo do estudo e da preservação de seu patrimônio linguístico. Focada sobretudo na melhoria da qualidade da educação escolar oferecida às populações indígenas, tem como objetivo específico a capacitação e qualificação linguística e pedagógica de professores das escolas indígenas da rede pública envolvidos com a pesquisa e o ensino de suas línguas e demais saberes tradicionais a elas relacionados. Entendendo os professores indígenas dessas escolas como os agentes imediatamente responsáveis pela formulação e aplicação dos currículos diferenciados preconizados para a educação escolar indígena pela Lei de Diretrizes Bases da Educação e demais leis e normas vigentes, a ACCS visa, de modo mais amplo, empoderá-los enquanto agentes promotores da formulação e execução de políticas linguísticas autóctones em suas comunidades. Finalmente, ao colocar em contato estudantes universitários e professores indígenas, esta ACCS visa ainda despertar em todos, indistintamente, vocações de especialização e cooperação profissional nessa área transdisciplinar de estudos e intervenções sociais, bem como orientar e facilitar a continuidade de suas respectivas formações acadêmicas nessa direção, seja em nível de graduação ou pós-graduação, contribuindo assim para a formação de quadros especializados capazes de participar criticamente da elaboração e execução de políticas públicas educacionais e culturais voltadas para os povos indígenas.

OBJETIVOS

OBJETIVOS GERAIS

- Promover a preservação e revitalização de línguas indígenas;
- Contribuir com a melhoria da qualidade da educação escolar oferecida às comunidades indígenas nessa área específica;
- Apoiar as comunidades indígenas na formulação e implementação de suas próprias políticas linguísticas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Formular e aplicar “oficinas de formação linguística”, desenvolvidas com a participação dos alunos da ACCS, voltadas a professores indígenas da rede pública de ensino fundamental de uma comunidade indígena particular, com o intuito de facilitar seu acesso à bibliografia científica sobre sua língua, bem como de promover a qualidade do ensino escolar de línguas em geral, seja a sua própria, a portuguesa ou outras línguas estrangeiras que façam parte do currículo escolar;
- Estimular professores indígenas dessa comunidade a se tornarem pesquisadores acadêmicos de sua língua e a buscar sua própria formação superior especializada, seja na UFBA como em outras IES, tanto em nível de graduação como de pós-graduação, conforme o caso;
- Despertar, entre estudantes de graduação dos cursos de Letras, Pedagogia, Ciências Sociais e da Licenciatura Intercultural Indígena, dentre outros, o interesse pela pesquisa das línguas indígenas, bem como pelas ações de extensão voltadas à sua preservação e promoção, estimulando a realização de TCCs e outros trabalhos acadêmicos sobre temas ligados ao conhecimento e preservação das línguas indígenas, inclusive visando futuros projetos de pesquisa em nível de pós-graduação;

- Contribuir, no âmbito da UFBA, para a formação de um campo de interlocução acadêmica e de produção de conhecimento em torno do estudo das línguas indígenas, envolvendo docentes e discentes de diferentes áreas, buscando incorporar ao mesmo cada vez mais os melhores talentos indígenas, seja, inicialmente, como discentes, seja, finalmente, como docentes universitários.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Noções básicas de linguística: fala e língua; fonética e fonologia; léxico e morfologia; sintaxe e semântica;
2. Diferentes critérios de classificação das línguas, especialmente segundo sua vitalidade;
3. Noções básicas de linguística histórica e de sociolinguística;
4. Processos de variação, mudança, contato e perda linguística;
5. Elementos de antropologia linguística;
6. Arte verbal, discurso e performance;
7. Documentação linguística e dicionarização;
8. Técnicas linguísticas de observação, registro, sistematização e análise;
9. Línguas em perigo, patrimônio e políticas linguísticas;
10. Educação e educação escolar indígena: práticas de letramento;
11. Produção bibliográfica sobre história e etnologia do povo indígena considerado;
12. Produção bibliográfica sobre a língua indígena escolhida e/ou sua família linguística;
13. Produção bibliográfica sobre educação/escola do povo indígena considerado e educação indígena em geral.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BOMFIM, Anari Braz. Patxohã: o processo da língua Pataxó no tempo presente. In: **Discutindo Etnicidades: alimentação, afro-religiosidade, percursos intelectuais negros, política linguística e adornos corporais indígenas**, pp. 129-166, 2014.
- FRANCHETTO, B. A comunidade indígena como agente da documentação linguística. **Revista de Estudos e Pesquisas** (Fundação Nacional do Índio), v. 4, p. 11-32, 2008.
- FRANCHETTO, B.; SANTOS, Mara. Construção de bases de dados lexicais: o projeto Kuikuro e o programa DOBES. In: Ana Suelly A. C. Cabral; A. Rodrigues. (Orgs.), **Atas do I Encontro Internacional sobre Línguas Indígenas**, 1ª ed., Belém: EDUFPA, 2002, v. 2, p. 22-36.
- MOORE, Denny. As línguas indígenas brasileiras: situação atual, documentação e revitalização. **Atas do Seminário sobre a Criação do Livro das Línguas**, Brasília: IPHAN (páginas sem números).
- STENZEL, K. S. Novos horizontes da documentação linguística no Brasil. **Revista de Estudos e Pesquisas** (Fundação Nacional do Índio), v. 5, p. 49-99, 2008.
- TASSINARI, Antonella Imperatriz. Escola indígena: novos horizontes teóricos, novas fronteiras de educação. In: **Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola**, pp. 44-70, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- COSTA, Francisco Vanderlei Ferreira da. **Revitalização e ensino de língua indígena: interação entre sociedade e gramática**. (Tese de Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara, 2013.
- HAGÈGE, Claude. **On the death and life of languages**. New Haven, London: Yale University Press, 2009.
- FRANCHETTO, Bruna; MAIA, Marcus. Educação e revitalização linguísticas. **Revista Linguística / Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro**, v. 13, n. 1, jan de 2017, p. 1-10. ISSN 2238-975X. [<https://revistas.ufrj.br/index.php/rl>]
- FRANCHETTO, B. Línguas em perigo e línguas como patrimônio imaterial: duas ideias em discussão. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 32, p. 182-202, 2005.
- FRANCHETTO, B. Línguas indígenas e comprometimento linguístico no Brasil: situação, necessidades e soluções. **Cadernos de Educação Escolar Indígena**, UNEMAT, Barra do Bugres, v. 3, p. 9-26, 2004.
- MOORE, Denny; GALÚCIO, A. V. M. Desafio de documentar e preservar línguas. **Scientific American Brasil**, v. 3, p. 36-43, 2008.
- MOORE, Denny; GALÚCIO, A. V. Línguas indígenas em perigo. **Amazônia**, 2007, v. 1, p. 89-93.
- MOORE, Denny; GABAS, N. O Futuro das Línguas Indígenas Brasileiras. In: Louis Forline; Ima Vieira; Rui Murrieta (Orgs.), **Amazônia além dos 500 Anos**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2006, v., p. 433-454.

OUTRAS INDICAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

- FRANCHETTO, B. A guerra dos alfabetos: Os povos indígenas entre o oral e o escrito. **Mana** (UFRJ. Impresso), v. 14, p. 31-59, 2008.
- FRANCHETTO, B. O Papel da Educação Escolar na Domesticação das Línguas Indígenas pela Escrita. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 75, n. 179, p. 409-421, 1995.
- FRANCHETTO, B.; KAHN, M. Educação Indígena no Brasil: Conquistas e Desafios. **Em Aberto**, Brasília, v. 1, n. 63, p. 5-9, 1994.
- FRANCHETTO, B. Notas em torno de discursos e práticas na educação escolar indígena. In: Luiz Donisete Benzi Grupioni. (Org.). **Formação de professores indígenas: repensando trajetórias**. 1ª ed., Brasília: MEC/SECAD, 2006, p. 191-198.
- FRANCHETTO, B. Sobre discursos e práticas na educação escolar indígena. In: Antonio Carlos de Souza Lima; Maria Barroso Hoffmann (Orgs.). **Estado e Povos Indígenas: bases para uma nova política indigenista I**, 1ª ed., Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/LACED, 2002, v. II, p. 95-100.
- GRUPIONI, Luis Donisete Benzi. **Formação de Professores Indígenas: Repensando Trajetórias**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.
- LADEIRA, Maria. De bilhetes e diários: oralidade e escrita entre os Timbira. In: **Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola**, pp. 303-330, 2001.
- LEITE, Yone; SOARES, M. F.; SOUZA, T. C. O papel do aluno na alfabetização de grupos indígenas: a realidade psicológica das descrições linguísticas. **Boletim do Museu Nacional**, Antropologia Nova Série, n. 53, p. 1-23, 1985.
- REIS, Maria Amélia; SALANOVA, Andrés. A assessoria linguística nos projetos escolares indígenas: o caso da formação de professores

mebêngôkre. In: **Antropologia, história e educação**: a questão indígena e a escola, pp. 331-359, 2001.

SOUZA, E. M. F. Educação Indígena: A lei 11.645/2008 e impactos linguísticos na escola. In: Consuelo de Paiva Godinho Costa (Org.), **Pensando as Línguas Indígenas na Bahia**. Campinas: Editora Curt Nimuendajú, 2011, p. 87-99.

STENZEL, K. S.; TRINDADE, J. G.; OLIVEIRA, L. A. A. Escola Indígena Kotiria Khumuno Wu?u. In: Flora Dias Cabalzar (Org.), **Educação Escolar Indígena do Rio Negro**, 1998-2011. Relatos de Experiências e Lições Aprendidas, 1ª ed., São Paulo/São Gabriel da Cachoeira: Instituto Socioambiental/FOIRN, 2012, v. 1, p. 286-305.



DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

CÓDIGO	NOME	DEPARTAMENTO OU EQUIVALENTE
FCHM36	Memórias da Luta e Resistência dos Povos Indígenas do Nordeste	Departamento de Antropologia e Etnologia

CARGA HORÁRIA (estudante)							MODALIDADE/ SUBMODALIDADE	PRÉ-REQUISITO (POR CURSO)
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	Atividade/ACCS	Sem pré-requisito
				60		60		

CARGA HORÁRIA (docente/turma)							MÓDULO						SEMESTRE DE INÍCIO DA VIGÊNCIA
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	T	T/P	P	PP	Ext	E	2024.2
				60		60			14				

EMENTA

A presença indígena na Universidade Federal da Bahia é recente, iniciando-se em 2005 com a entrada de duas irmãs, Arissana Braz e Anari Braz, do Povo Pataxó, que foram as primeiras estudantes indígenas beneficiárias do sistema de cotas na UFBA. Desde então, tem havido um aumento no número de estudantes indígenas de diversos povos em vários cursos oferecidos pela instituição, graças às políticas de ações afirmativas. Apesar dos esforços da administração e colegiados da UFBA, a história desses povos ainda não é amplamente reconhecida, e muitos estudantes indígenas não se veem representados nos currículos de seus cursos. Agora, com uma série de políticas de acesso e permanência, busca-se garantir que as histórias e saberes desses estudantes se integrem aos currículos das diversas áreas do saber da UFBA. A ACCS, desenvolvida pelo Departamento de Antropologia e Etnologia da FFCH com o apoio de estudantes e movimentos indígenas, representa uma tentativa de ampliar a conexão de saberes entre estudantes de graduação e pós-graduação indígenas e não indígenas. O objetivo é assegurar que o conhecimento dos povos indígenas da Bahia e Nordeste, especialmente através do estudo sistemático das trajetórias e estratégias dos anciãos e anciãs, seja reconhecido. Estes indivíduos desempenharam um papel crucial na luta pelo direito à educação, permitindo que as futuras gerações indígenas contribuam para a sociedade por meio da produção de conhecimento e formação profissional, substituindo as armas tradicionais pela caneta na promoção de seus direitos humanos e cidadania.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

- Promover o reconhecimento e a valorização das memórias, lutas e resistências dos povos indígenas do Nordeste.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Proporcionar aos estudantes uma compreensão aprofundada das trajetórias históricas, culturais e sociais dos povos indígenas do Nordeste.
- Analisar criticamente as políticas de ações afirmativas e de acesso e permanência na universidade, buscando compreender seus impactos e desafios específicos para os estudantes indígenas.
- Estimular a reflexão sobre a importância da inclusão e representatividade nos currículos acadêmicos, explorando estratégias para integrar de forma efetiva as histórias e saberes dos povos indígenas nas diversas áreas do saber.
- Fomentar o diálogo intercultural entre estudantes de graduação e pós-graduação indígenas e não indígenas, promovendo uma troca de conhecimentos e experiências.
- Valorizar o papel fundamental dos anciãos e anciãs na preservação da cultura e na luta pelo direito à educação, incentivando a produção de conhecimento e formação profissional como meios de empoderamento e promoção de direitos humanos e cidadania para as futuras gerações indígenas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Introdução aos Estudos Indígenas no Nordeste
- Trajетórias Históricas e Culturais dos Povos Indígenas do Nordeste
- Políticas de Ações Afirmativas e Acesso à Educação Superior
- Integração dos Saberes Indígenas nos Currículos Acadêmicos
- Diálogo Intercultural e Troca de Experiências

-
6. O Papel dos Anciãos na Luta pelo Direito à Educação
 7. Apresentação dos trabalhos realizados nas comunidades ao longo do semestre
-

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARVALHO, M. R. G.; REESINK, E. Uma Etnologia no Nordeste Brasileiro: balanço parcial sobre territorialidades e identificações. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais - BIB**, v. 87, p. 71-104, 2018.

MEJIA, E. L. (Org.); CARVALHO, M R; ANDRADE, Ugo Maia (Org.). **Por Uma Etnologia Transversa: cosmopolíticas no Nordeste, Leste e Amazônia Indígenas**. 1ª ed. São Cristóvão: Editora UFS, 2021. v. 01. 374p.

PATAXÓ, Japira (Antônia Santana Braz). **Saberes dos Matos Pataxó**. Belo Horizonte: Teia dos Povos/Piseagrama, 2022.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DARIO, F. R. USO DE PLANTAS DA CAATINGA PELO POVO INDÍGENA PANKARARU NO ESTADO DE PERNAMBUCO, BRASIL. **Revista Geotemas**, Pau dos Ferros, v. 8, n. 1, p. 60–76, 2018.

FERREIRA, L. O.. (2012). O desenvolvimento participativo da área de medicina tradicional indígena, Projeto Vigisus II/Funasa. **Saúde e Sociedade**, 21, 265–277.

PATAXÓ, Japira Braz. **Os saberes das terras Pataxó: da beira mar à mata atlântica**. Porto Seguro. 2020. Orgs: Ana Boross Queiroga Belizario e Victor André Martins de Miranda.

PEIXOTO, José Adelson Lopes. **Minha identidade é meu costume: religião e pertencimento entre os indígenas Jiripankó - Alagoas**. 2018. 204 f. Tese (Doutorado) - Universidade Católica de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião. Doutorado em Ciências da Religião, 2018.

OUTRAS INDICAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

Memorial descritivo sobre a vida e obra da mestra Antônia Braz Santana (Mestra Japira). Relatoria: Victor Miranda (UFSB e UNMdP), Rosângela Pereira de Tugny (UFSB, UFMG-PPGMUS) e Vanessa Sena Tomaz (Fae-UFMG) Parecer Conclusivo Fundamentado da Banca de doutorado por notório saber da Mestra Japira: Marina de Lima Tavares (UFMG), Samira Lima da Costa (UFRJ), Gilton Mendes dos Santos (UFAM), Edson Kayapó (IFCT da Bahia) e José R. Bessa Freire (UNIRIO).



DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

CÓDIGO	NOME	DEPARTAMENTO OU EQUIVALENTE
MATF54	Onda Educativa, Digital, Ecologista e Pan-Afro-Indígena	Departamento de Computação Interdisciplinar

CARGA HORÁRIA (estudante)							MODALIDADE/ SUBMODALIDADE	PRÉ-REQUISITO (POR CURSO)
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	Atividade/ACCS	Sem pré-requisito
				60		60		

CARGA HORÁRIA (docente/turma)							MÓDULO						SEMESTRE DE INÍCIO DA VIGÊNCIA
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	T	T/P	P	PP	Ext	E	2024.1
				60		60			14				

EMENTA

Estudo e Prática de Atividades Educativas tradicionais e modernas, no âmbito de fortalecer as diversidades técnicas, ambientais, espirituais e culturais em comunidades da Bahia. Ensino, pesquisa e divulgação de tecnologias livres tanto tradicionais, atuais e de origem indígenas e africanas, assim como oriundo das mais recentes pesquisas científicas e humanas produzidas pelas academias da civilização judeu cristão. Estudo e aplicação de tecnologias livres ao serviço das comunidades. Desenvolvimento de materiais didáticos e mídias digitais comunitários com uso de tecnologias da informação.

OBJETIVOS

- Fortalecer as atividades junto às populações historicamente discriminadas e em situação de vulnerabilidade econômica, propondo atividades de ensino de tecnologias livres, reforço escolar, artes, esportes, educação política e tradições populares.
- Desenvolver a Ecologia Digital Comunitária através do estímulo ao uso e à divulgação de tecnologias livres voltadas para educação, secretariado e produção cultural, melhorando assim os processos de inclusão digital e social no Estado da Bahia.
- Incentivar a interdisciplinaridade e as parcerias universidade/sociedade civil, envolvendo movimentos populares, profissionais de comunicação e produção cultural, e professores/estudantes da UFBA.
- Elaborar material didático e conteúdos voltados para a inclusão digital (apostilas, cartilhas, páginas web, etc.).
- Permitir que os estudantes de graduação sejam instrutores, despertando neles a função de estudantes educadores.
- Fortalecer os princípios da Ecologia Política, explorando as relações dos povos negros e indígenas e suas culturas ancestrais com a natureza e o meio ambiente, afirmando seus direitos à reparação pelos séculos de opressão e extermínio.
- Promover o princípio fundamental da paridade de gênero, garantindo que qualquer atividade ou instância comporte uma maioria de mulheres.
- Disseminar a história dos descendentes de africanos e indígenas, povos historicamente discriminados, assim como as produções culturais da população negra e indígena, fortalecendo as diversidades culturais e raciais por meio da utilização de tecnologias livres.
- Fomentar a cidadania nas comunidades, promovendo o exercício pleno dos direitos civis e políticos e o respeito aos direitos humanos fundamentais.
- Aproximar a sociedade e a universidade, realizando oficinas de inclusão sociodigital em laboratórios do campus universitário.
- Gerar pesquisa em educação digital e tecnologias livres com uso de software livre, aproveitando os conhecimentos oriundos das tradições populares indígenas e afro-brasileiras.
- Disseminar os resultados das atividades educativas e de pesquisas realizadas.
- Experimentar a integração das práticas de ensino, pesquisa e extensão.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Extensão Universitária: Povos Indígenas e Africanos no Brasil
- Ecologia Política
- Tecnologias livres e educação digital.
- Recursos educacionais abertos.
- Teoria e prática educacional em projetos de inclusão sociopolítica e cultural.
- Realização de cursos e oficinas para orientação do uso das tecnologias tradicionais e digitais livres.

ATIVIDADES

1. Reuniões semanais com a equipe do programa para alinhamento das ações.
2. Visitas às comunidades onde serão desenvolvidas as ações do projeto.
3. Adaptação dos planos de aulas para capacitações.
4. Elaboração de materiais didáticos e pedagógicos de divulgação virtual.
5. Realização de atividades educativas em Ecologia Política, Tradições Indígenas e Africanas, e cursos de extensão de tecnologias livres na UFBA ou nas comunidades externas.
6. Acompanhamento das atividades educativas de orientação.
7. Desenvolvimento de mídias digitais comunitárias com ênfase na produção de eventos culturais negros e indígenas.
8. Registro audiovisual das atividades realizadas.
9. Apresentação de artigos por grupo de trabalho.
10. Apresentação de relatório final de cada aluno.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

- CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. EDUFBA, 2008. Publicado nas Édition du Seuil em 1952.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GORZ, André. **Ecology as Politics**. South End Press, 1979, first published, Galilée, 1978.
- HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu** (5). Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/Unicamp, 1995.
- MISKOLCI, Richard. Novas conexões: notas teórico-metodológicas para pesquisas sobre o uso de mídias digitais. **Cronos**, Revista de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFRN, Natal, vol. 12, n. 2, jul/dez, 2011.
- POD. **Informações das oficinas itinerantes**. Disponível em: <http://www.ondadigital.ufba.br>. Acesso em 06 abr 2018.
- SANTOS, J. M. O.; SOUZA, C. M.; SANTOS, T. A.; ALVES, P. M. B. F.; ABDALLA, Débora. Contribuições da extensão universitária na formação social, acadêmica e profissional dos estudantes de computação. In: **XXIV Workshop sobre Educação em Computação**. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2017.
- SANTOS, JM; SANTOS, DA; ANJOS, DA; SANTOS, CELA. Desafios e Potencialidades da Educação Digital em Telecentros Comunitários de Salvador e Região Metropolitana. In: **XIV Escola Regional de Computação Bahia-Alagoas-Sergipe** (SIV ERBASE), 2014, Feira de Santana, BA, Anais da ERBASE, 2014.
- STALLMAN, Richard. **Free Software, Free Society**: selected essays of Richard M. Stallman. GNU Press, 2002.
-

Estágios de Licenciatura



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PRO-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

FORMULÁRIO PARA CRIAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE COMPONENTE CURRICULAR -
GRADUAÇÃO
(Resolução CAE/UFBA 3/2019)

Código e nome do componente curricular: EDCXXX - Estágio Supervisionado e Prática de Ensino I	Instância de alocação: Departamento de Educação II	Pré-requisito: FCHXXX - Produção de Material Didático-Pedagógico para a Educação Escolar Indígena (Licenciatura Intercultural Indígena) FCHXXX - Seminário Didático de Educação Escolar Indígena (Licenciatura Intercultural Indígena)																		
Modalidade: Estágio	Submodalidade: De Licenciatura	Sistema de avaliação: Conceito																		
Carga Horária (estudante)	Carga Horária Docente/Turma												Módulo de estudantes							
T	T/P	P	PP	Ext	E	Total	T	T/P	P	PP	Ext	E	Total	T	T/P	P	PP	Ext	E	
					135	135							135	135						15
Ementa: Vivência em ambiente de prática do exercício docente em Escola Indígena, com o desenvolvimento de atividades relacionadas aos diversos campos de atuação, sob supervisão de um professor orientador e de um supervisor legalmente habilitado no local de estágio, conforme as diretrizes estabelecidas no Regulamento do Estágio Supervisionado e Prática de Ensino da Licenciatura Intercultural Indígena da UFBA. Elaboração de um Diagnóstico Prévio da Situação da Escola, incluindo a análise da intervenção e/ou prática docente nos processos educativos escolares e não escolares em terras indígenas e/ou em espaços fora das terras indígenas. Estudo da instrumentalização para análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) e demais documentos escolares relacionados à escola indígena.																				
Natureza: Obrigatória																				



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PRO-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

**FORMULÁRIO PARA CRIAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE COMPONENTE CURRICULAR -
 GRADUAÇÃO**
 (Resolução CAE/UFBA 3/2019)

Código e nome do componente curricular: EDCXXX - Estágio Supervisionado e Prática de Ensino II						Instância de alocação: Departamento de Educação II						Pré-requisito: EDCXXX - Estágio Supervisionado e Prática de Ensino I (Licenciatura Intercultural Indígena)							
Modalidade: Estágio						Submodalidade: De Licenciatura						Sistema de avaliação: Conceito							
Carga Horária (estudante)						Carga Horária Docente/Turma						Módulo de estudantes							
T	T/P	P	PP	Ext	E	Total	T	T/P	P	PP	Ext	E	Total	T	T/P	P	PP	Ext	E
					135	135						135	135						15
Ementa: Vivência em ambiente de prática do exercício docente em Escola Indígena, com o desenvolvimento de atividades relacionadas aos diversos campos de atuação, sob supervisão de um professor orientador e de um supervisor legalmente habilitado no local de estágio, conforme as diretrizes estabelecidas no Regulamento do Estágio Supervisionado e Prática de Ensino da Licenciatura Intercultural Indígena da UFBA. Elaboração de um Projeto de Intervenção, fundamentado no diagnóstico realizado durante a primeira etapa do estágio. Este projeto englobará tanto o estudo teórico quanto o prático dos conteúdos estratégicos do ensino em ambientes escolares indígenas de nível básico e médio, visando identificar lacunas existentes. Com base nessa análise, será desenvolvido o projeto de intervenção com o propósito de superar tais lacunas. Após a aprovação pela supervisão, o projeto de intervenção será implementado.																			
Natureza: Obrigatória																			



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PRO-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

**FORMULÁRIO PARA CRIAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE COMPONENTE CURRICULAR -
GRADUAÇÃO**
(Resolução CAE/UFBA 3/2019)

Código e nome do componente curricular: EDCXXX - Estágio Supervisionado e Prática de Ensino III	Instância de alocação: Departamento de Educação II	Pré-requisito: EDCXXX - Estágio Supervisionado e Prática de Ensino II (Licenciatura Intercultural Indígena)																		
Modalidade: Estágio	Submodalidade: De Licenciatura	Sistema de avaliação: Conceito																		
Carga Horária (estudante)	Carga Horária Docente/Turma											Módulo de estudantes								
T	T/P	P	PP	Ext	E	Total	T	T/P	P	PP	Ext	E	Total	T	T/P	P	PP	Ext	E	
					135	135							135	135						15
Ementa: Vivência em ambiente de prática do exercício docente em Escola Indígena, com o desenvolvimento de atividades relacionadas aos diversos campos de atuação, sob supervisão de um professor orientador e de um supervisor legalmente habilitado no local de estágio, conforme as diretrizes estabelecidas no Regulamento do Estágio Supervisionado e Prática de Ensino da Licenciatura Intercultural Indígena da UFBA. Execução do plano de intervenção elaborado na etapa anterior do estágio, incluindo a escrita detalhada do relatório final de estágio que abrange todas as fases do processo. Isso vai desde a realização do diagnóstico prévio até a elaboração do projeto de intervenção e sua efetiva execução. A análise da experiência será conduzida à luz das teorias e práticas de ensino aprendidas ao longo do curso, proporcionando uma abordagem abrangente e reflexiva sobre o desenvolvimento e impacto do projeto.																				
Natureza: Obrigatória																				

Trabalho Final de Graduação



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PRO-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

**FORMULÁRIO PARA CRIAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE COMPONENTE CURRICULAR -
 GRADUAÇÃO**
 (Resolução CAE/UFBA 3/2019)

Código e nome do componente curricular: FCHXXX - Trabalho Final de Graduação em Educação Escolar Indígena						Instância de alocação: Departamento de Antropologia e Etnologia						Pré-requisito: EDC289 - Pesquisa em Educação (Licenciatura Intercultural Indígena) FCHE94 - Metodologia de Projetos de Intervenção Social (Licenciatura Intercultural Indígena) FCHXXX - Produção de Material Didático-Pedagógico para a Educação Escolar Indígena (Licenciatura Intercultural Indígena) EDCXXX - Estágio Supervisionado e Prática de Ensino III (Licenciatura Intercultural Indígena)							
Modalidade: Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)						Submodalidade: Orientação Metodológica						Sistema de avaliação: Conceito							
Carga Horária (estudante)						Carga Horária Docente/Turma						Módulo de estudantes							
T	T/P	P	PP	Ext	E	Total	T	T/P	P	PP	Ext	E	Total	T	T/P	P	PP	Ext	E
	60					60		60					60			30			
Ementa: O Trabalho Final de Graduação (TFG) tem como foco a Educação Escolar Indígena, buscando estimular a formação em pesquisa, desenvolver hábitos de estudo, capacidade crítico-reflexiva e curiosidade investigativa nesse campo. O TFG visa favorecer o aprofundamento de estudos, valorizando a produção científica. A investigação focalizada das temáticas da Educação Escolar Indígena integra aprendizados ao longo do curso, práticas pedagógicas, componentes e carga horária de extensão e estágio curricular obrigatório. Desenvolvido individualmente, como atividade orientada, o TFG aborda temas relacionados à educação indígena em contextos escolares ou não escolares. O trabalho inicia-se desde o primeiro semestre, incluindo reflexões sobre material didático-pedagógico construído no quarto semestre, conectado à descrição das práticas pedagógicas na escola, atividades de extensão e Estágios Curriculares Obrigatórios.																			
Natureza: Obrigatória																			

Habilitação em Humanidades



DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

CÓDIGO	NOME	DEPARTAMENTO OU EQUIVALENTE													
FCH315	Antropologia das Sociedades Indígenas	Departamento de Antropologia e Etnologia													
CARGA HORÁRIA (estudante)															
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	MODALIDADE/ SUBMODALIDADE			PRÉ-REQUISITO (POR CURSO)					
60						60	Disciplina/Teórica			Sem pré-requisito.					
CARGA HORÁRIA (docente/turma)							MÓDULO						SEMESTRE DE INÍCIO DA VIGÊNCIA		
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	Número <u>mínimo</u> de vagas por turma (Cf. Resolução CONSEPE/UFBA n. 02/2009)								
60						60	T	T/P	P	PP	Ext	E	2024.2		
45															

EMENTA

A disciplina trata de temas centrais à Etnologia Indígena, tais como: história, diversidade cultural e linguística, noção de pessoa e corporalidade, organização social, cosmologia e política.

OBJETIVOS

Proporcionar aos estudantes uma compreensão abrangente dos povos indígenas no Brasil, abordando sua distribuição geográfica, estrutura social e linguística, além de explorar seus modos de vida contemporâneos, incluindo suas concepções cosmológicas e interações com o Estado brasileiro.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Os Índios antes da formação do Brasil
2. A Origem do Homem Americano
3. Onde estão, quantos são e como estão os povos indígenas no Brasil
4. Nações dentro da Nação
5. As Novas Questões Jurídicas nas Relações dos Estados Nacionais com os Índios
6. A origem dos brancos na mitologia Lévi-Straussiana
7. Recusa dos povos indígenas ao Estado?
8. Modalidades de contato através de doenças infecciosas

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CLASTRES, Pierre. **A Sociedade contra o Estado**. WWW.SABOTAGEM.REVOLT.ORG. p. 1-26.
RAMOS, Alcida Rita. Nações dentro da nação: um desencontro de ideologias. **Série Antropologia** 147. Brasília, 1993. 10 p.
VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Os Termos da Outra História**. Povos Indígenas no Brasil/ISA.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BUCHILLET, Dominique. Contas de vidro, enfeites de branco e "potes de malária" epidemiologia e representações de doenças infecciosas entre os desana. **Série Antropologia** 187, Brasília, 1995.
CLASTRES, Pierre. A questão do poder nas sociedades primitivas. In: **A Arqueologia da Violência**. Editora Cosac & Naify. p. 100-105.
FAUSTO, Carlos. **Os índios antes do Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
LANNA, Marcos. As sociedades contra o Estado existem? Reciprocidade e poder em Pierre Clastres. **MANA** 11(2): 419-448, 2005.
MARÉS, Carlos. **As Novas Questões Jurídicas nas Relações dos Estados Nacionais com os Índios**. Texto especialmente preparado para o seminário Bases para uma nova política indigenista, realizado de 28 a 30 de junho de 1998 no Rio de Janeiro.
MONTEIRO, John. **Tupis, Tapuias e Historiadores Estudos de História Indígena e do Indigenismo**. Tese Apresentada para o Concurso de Livre

Docência, 2001. p. 1-37.

NEVES, Walter A.; BERNARDO, Danilo V.; OKUMURA, Maria Mercedes. **A origem do homem americano vista a partir da América do Sul: uma ou duas migrações?** Laboratório de Estudos Evolutivos Humanos, Departamento de Genética e Biologia Evolutiva – IB/USP Leverhulme Centre for Human Evolutionary Studies – University of Cambridge.

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL: Textos e Informações Extraídas do Instituto Sócio Ambiental.

STORTO, Luciana; FRANCHETTO, Bruna. Hipóteses linguísticas sobre o povoamento das Américas: é o Ameríndio a língua original do continente sul-americano? In: Hilton P. Silva; Cláudia Rodrigues-Carvalho (Orgs.). **Nossa Origem: o povoamento das Américas: visões multidisciplinares**. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2006. p. 105-122.

SZTUTMAN, Renato. “Meditações Clastrianas”. In: **O profeta e o principal**. A ação política ameríndia e seus personagens. São Paulo: Serviço de Comunicação Social, FFLCH/USP, 2008. p. 17-56.



DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

CÓDIGO	NOME	DEPARTAMENTO OU EQUIVALENTE											
FCHN01	Antropologia e Povos Indígenas	Departamento de Antropologia e Etnologia											
CARGA HORÁRIA (estudante)							MODALIDADE/ SUBMODALIDADE	PRÉ-REQUISITO (POR CURSO)					
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	Disciplina/Teórica	Sem pré-requisito.					
60						60							
CARGA HORÁRIA (docente/turma)							MÓDULO						SEMESTRE DE INÍCIO DA VIGÊNCIA
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	T	T/P	P	PP	Ext	E	2024.2
60						60	45						

EMENTA

Abordagem da relação de produção de conhecimento travada entre os povos indígenas e a antropologia, desde o desenvolvimento do campo específico da etnologia indígena até as produções mais recentes da disciplina.

OBJETIVOS

Aproximar aos participantes ao papel social e político do conhecimento antropológico no contexto das lutas indígenas, a partir dos momentos importantes da produção do conhecimento antropológico.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Antecedentes do pensamento antropológico.

- 1.1. Expansão comercial da Europa nos séculos XV e XVI e a definição do “humano”.
- 1.2. A economia capitalista e a definição do “humano”.

2. Formalização e profissionalização da disciplina antropológica.

- 2.1. As escolas clássicas do pensamento antropológico e os povos indígenas.
- 2.2. Crise do sistema colonial após a segunda guerra e as escolas evolucionista, funcionalista e estruturalista.

3. Formação das antropologias na América Latina e o Caribe.

- 3.1. Lutas indígenas e construção das nações latinoamericanas e do Caribe.
- 3.4. Apropriação indígena do conhecimento antropológico.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BENEDICT, Ruth. (1972). **O crisantemo e a espada**. Padrões da cultura japonesa. São Paulo. Editora Perspectiva.
- BOAS, F. (2010 [1936]). pp. Raça e progresso. In: **Antropologia Cultural**. Seleção e Tradução de Celso Castro. Rio de Janeiro. Zahar. pp. 60-79. ISBN 978-85-378-0288-5.
- LEVI-STRAUSS, C. (2008) [1962]. **O pensamento selvagem**. Campinas. Papirus. (Caps 8 e 9).
- MALINOWSKI, Bronislaw. (1978). Introdução até cap V. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo, Editora Abril. 1978.
- OLIVEIRA, João Pacheco. (2006). A precursora do indigenismo brasileiro: A Comissão Rondon. In: **A presença indígena na formação do Brasil**. João Pacheco de Oliveira e Carlos Augusto da Rocha Freire. Brasília. UNESCO-FORD FOUNDATION-LACED-Ministério da Educação. ISBN: 85-98171-58-1.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. (1986). **Arawete, os deuses canibais**. Rio de Janeiro. Zahar-Anpocs.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BAPTISTA DA SILVA, S. (2011). COSMOLOGIAS E ONTOLOGIAS AMERÍNDIAS NO SUL DO BRASIL: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O PAPEL DOS CIENTISTAS SOCIAIS FACE AO ESTADO. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 182-192, jan./jun. 2011.
- CLASTRES, P. A. (1978). **A sociedade contra o estado**. Rio de Janeiro. Editorial Francisco Alves.
- COHN, C. (2014). O fim do mundo como o conhecemos: os Xikrin do Bacajá e a barragem de Belo Monte. In: **Belo Monte e a questão indígena**.

Brasília. ABA. 337p. ISBN 978-85-87942-18-0. p. 253-276.

MALINOWSKI, Bronislaw. (1970). **Uma teoria científica da cultura**. Rio de Janeiro. Zahar Editores. (Capítulos IV até XIII).

MARIÁTEGUI, José Carlos. [1925?] 2007. **Siete Ensayos de Interpretación de la realidad peruana**. Caracas. Biblioteca Ayacucho.

ORTNER, Sherry B. (2011) [1984]. “Teoria na antropologia desde os anos 60”. *Documenta • Mana* 17 (2). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-93132011000200007> Tradução do original: ORTNER, Sh. (1984). “Theory in anthropology since the sixties”. Em **Comparative Studies in Society and History**, pp. 126-166 (41 pages) Published By: Cambridge University Press.

RAMOS, Alcida. (2012). A política do perspectivismo I. **Annual Review of Anthropology** 41: 481–94. Original disponível em: <https://www.jstor.org/stable/23270723>

TIBBLE, Jean. (2013). **Marx Selvagem**. São Paulo: Annablume.

VILAÇA, Aparecida. (2000). O que significa tornar-se outro. **RBCS**. Vol 5. No. 44. Outubro 2000.



DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

CÓDIGO	NOME	DEPARTAMENTO OU EQUIVALENTE											
GEOA17	Cartografia Temática	Instituto de Geociências Departamento de Geografia											
CARGA HORÁRIA (estudante)							MODALIDADE/ SUBMODALIDADE	PRÉ-REQUISITO (POR CURSO)					
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	Disciplina/Teórico-Prática	Sem pré-requisito					
	45	15				60							
CARGA HORÁRIA (docente/turma)							MÓDULO						SEMESTRE DE INÍCIO DA VIGÊNCIA
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	T	T/P	P	PP	Ext	E	2024.2
	45	15				60		30					

EMENTA

Objetivos da Cartografia Temática e sua evolução. Classificação das cartas temáticas. Planejamento cartográfico. Técnicas de elaboração das cartas qualitativas e quantitativas. Elaboração de mapa temático em meio digital.

OBJETIVOS

A disciplina visa refletir acerca dos conceitos de cartografia temática assim como estudar métodos e técnicas, no intuito de desenvolver uma visão crítica na busca de soluções de qualidade e adaptadas às pesquisas desenvolvidas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

I – Introdução à cartografia temática

- 1.1 A cartografia e sua contribuição à geografia
- 1.2 Conceitos básicos em cartografia
- 1.3 Caracterização, importância e objetivos da cartografia temática

II – A natureza das informações geográficas e sua simbologia. Proposta de classificação geral das cartas temáticas.

- 2.1 A natureza das informações geográficas e sua simbologia
- 2.2 Linguagem do mapa

III – Técnicas de mapeamento temático quantitativo

- 3.1 Mapa coroplético
- 3.2 Mapa de pontos e mapa de pontos proporcionais
- 3.3 Mapas dinâmicos: de fluxos, no tempo
- 3.4 Avaliação das principais proposições

IV – Elaboração de cartas temáticas

- 4.1 O processo de desenho e os elementos de composição. Organização total do mapa
- 4.2 Tipografia e princípios p mapa de cor
- 4.3 Papel científico e social da cartografia social

V – Impactos das novas tecnologias na cartografia temática

VI – Introdução ao geoprocessamento em softwares livres

BIBLIOGRAFIA

- BRUNET, R. **La carte, mode d'emploi**. Paris: Fayard/Reclus, 1987.
- CAUVIN, C. Transformações cartográficas espaciais e anamorfoses. In: DIAS, M.H. **Os mapas em Portugal**. Lisboa: Edições Cosmos, 1995. p.267-310.
- CUFF, D.J. e MATTSON, M.T. **Thematic maps**. Their design and production. New York: Methuen, 1982.
- GOULD, P. e WHITE, R. **Mental maps**. 2.ed. Winchester: Allen & Unwin, 1986.
- LOCH, R.N. **Cartografia. Representação, comunicação e visualização de dados espaciais**. Florianópolis: EDUSC, 2006.
- MACEACHREN, A. M. e TAYLOR, D.R.F. **Visualization in modern cartography**. Oxford: Pergamon, 1994.
- MARTINELLI, **Mapas da geografia e cartografia temática**, São Paulo: Contexto, 2003.

MENEZES, P.M.L.; FERNANDES, M.C. **Roteiro de cartografia**. São Paulo: Oficina de textos, , 2013.
MONMONIER, M. **How to lie with maps**. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.
RAMOS, C.S. **Visualização cartográfica e cartografia multimídia**. Conceitos e tecnologias. São Paulo: UNESP, 2005.
RIMBERT, S.A. A Cartografia e o computador. In: DIAS, M.H. **Os mapas em Portugal**. Lisboa: Edições Cosmos, 1995. p.311-344.
ROBINSON, A. , MORRISON, J., MUEHRCKE, P., KIMBERLING, A.J., GUPTILL, S. **Elements of cartography**. 6.ed. New York: J.Wiley, 1995.
SLOCUM, T.A., **Thematic cartography and visualization**. New Jersey: Prentice Hall, 1999.
TYNER, J. **Introduction to Thematic Cartography**. Upple Saddle River: Prentice Hall Inc., 1999.



DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

CÓDIGO	NOME	DEPARTAMENTO OU EQUIVALENTE
FCHG55	Estudos de Cultura Material	Departamento de Museologia

CARGA HORÁRIA (estudante)						
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL
45		15				60

MODALIDADE/ SUBMODALIDADE					
Disciplina/Teórico-Prática					

PRÉ-REQUISITO (POR CURSO)
Sem pré-requisito

CARGA HORÁRIA (docente/turma)						
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL
45		15				60

MÓDULO					
T	T/P	P	PP	Ext	E
	30				

SEMESTRE DE INÍCIO DA VIGÊNCIA
2024.2

EMENTA

Estudo e interpretação da cultura material presente nos diversos registros constituídos, ou a constituir, em acervos de instituições museológicas ou afins, relacionados a estrutura social e a seu próprio tempo histórico.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Abordar conceitos relacionados à Cultura Material, destacando a importância central da produção material para a museologia e os processos de musealização decorrentes.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Analisar questões relacionadas à definição de cultura material.
2. Refletir sobre a cultura material como elemento demarcador de raça, gênero, entre outros índices sociais.
3. Discutir o tratamento da cultura material à luz da cadeia operatória da museologia.
4. Refletir sobre as fontes para o estudo da cultura material.
5. Apresentar experiências museológicas destacadas a partir do tratamento da cultura material.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Módulo 1 – Introdução ao tema: O que é cultura material? Aspectos teóricos e conceituais;
Módulo 2 - Objetos materiais e suas relações com os contextos sociais;
Módulo 3 - Cultura material como demarcadora de questões de gênero, classe e raça;
Módulo 4 – Cultura material e museus.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COSTA, Diogo Menezes Costa; VIANA, Sibeli. Materializando a História: O passado humano através da cultura material. Mosaico, **Revista de História**, PUC-Goiás, v.12 (1919). Disponível em <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/7316/pdf>
DOHMANN, Marcus. Cultura material: sobre uma vivência entre tangibilidades e simbolismos. **Revista Diálogo com a Economia Criativa**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 6, p. 41-53, set./dez. 2017. Disponível em: <https://dialogo.espm.br/revistadceec-rj/article/view/113/pdf>
FERREIRA, Natânia Silva. Para a Compreensão de uma História das “Estruturas do Cotidiano”: Fontes para o estudo de Cultura Material. São Paulo: USP. **XI Congresso de História Econômica: Economia de guerra: geopolítica em tempos de pandemia e crise sistêmica.** – 23 a 27/11/2020 – São Paulo/SP. 17p. Disponível em: <https://congressohistoriaeconomica.fflch.usp.br/sites/congressohistoriaeconomica.fflch.usp.br/files/publicacoes/XI-congresso-2020-anais-eletronicos-Natania-Silva-Ferreira.pdf>
LAMBRECHT, Helen Kaufmann; SOUZA, Daniel Mauricio Viana de. "Alma e biografia dos objetos como formas de avivamento de coleções em museus." **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales** (2018). Disponível em

<https://www.eumed.net/rev/cccss/2018/09/alma-biografia-museus.html>

LOUREIRO, José Mauro Matheus Loureiro; LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus. **Documento e musealização**: entretecendo conceitos », MIDAS [Online], 1 | 2013, posto online no dia 01 abril 2013. Disponível em: <https://journals.openedition.org/midas/78>

SANTOS, Marinês Ribeiro dos. Gênero e cultura material: a dimensão política dos artefatos cotidianos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 26(1): e37361. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/FnWRZTFmLGFjPFy6XYPTYPF/?format=pdf&lang=pt>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALESSANDRETTI, Mara Rosana Araujo; LEANDRO, Ramile da Silva; RIBEIRO, Diego Lemos; MARTINS Larissa Tavares; MORAES, Fabiane Rodrigues. A presença na ausência: a performance e a biografia dos objetos como ativadores de memória. **Revista MIDAS** [Online], 8 | 2017, posto online no dia 31 Julho 2017. Disponível em

[https://www.researchgate.net/publication/320412171_A_presenca_na_ausencia_a_performance_e_a_biografia_dos_objetos_como_ativadores_de_m](https://www.researchgate.net/publication/320412171_A_presenca_na_ausencia_a_performance_e_a_biografia_dos_objetos_como_ativadores_de_memoria)

em https://www.researchgate.net/publication/354988036_Um_Curriculo-Museu_com_Genero_experimentacoes_para_produzir_desobjetos

CONDURU, Roberto. Esse “troço” é arte? Religiões afro-brasileiras, cultura material e crítica. **MODOS: Revista de História da Arte**, Campinas, SP, v. 3, n. 3, p. 98–114, 2019. DOI: 10.24978/mod.v3i3.4309. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/mod/article/view/8663182>.

DOHMANN, Marcus. O objeto e a experiência material. **Arte & Ensaios**, n. 20, julho 2010. Disponível em <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/51555/27918>

FABIAN, Johannes. Colecionando Pensamentos: sobre os atos de colecionar. **MANA** 16(1): 59-73, 2010. Disponível em <https://www.scielo.br/j/mana/a/wcvFjyzG4Bt3ScV83zsmDnw/?format=pdf&lang=pt>

GRISALES, Sandra Patrícia Arenas. Fazer visíveis as perdas: Morte, Memória e Cultura Material. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 28, n. 1. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ts/a/3nwyH4sPtPSKdMq5fTQPb7Q/?format=pdf&lang=pt>

OLIVEIRA, Vânia Dolores Estevam de. A carnavalização do museu e as peripécias de Mamãe: considerações em torno de objetos museológicos, de performances culturais e de espaço urbano. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Cienc. Hum., Belém, v. 13, n. 2, p. 429-440, maio-ago. 2018. Disponível em <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/yhJQBh5QJ6BhQTQNNZ8cHpt/?format=pdf&lang=pt>



DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

CÓDIGO	NOME	DEPARTAMENTO OU EQUIVALENTE
GEOA32	Geografia da Bahia	Instituto de Geociências Departamento de Geografia

CARGA HORÁRIA (estudante)							MODALIDADE/ SUBMODALIDADE	PRÉ-REQUISITO (POR CURSO)
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	Disciplina/Teórica	Sem pré-requisito
60						60		

CARGA HORÁRIA (docente/turma)							MÓDULO						SEMESTRE DE INÍCIO DA VIGÊNCIA
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	T	T/P	P	PP	Ext	E	2024.2
60						60	45						

EMENTA

Aspectos geoambientais do Estado da Bahia. Os grandes contrastes regionais e suas características espaciais. Os diversos critérios de divisão regional aplicados ao Estado. Estudo de caso. Trabalho de campo obrigatório.

OBJETIVOS

- Caracterizar aspectos geoambientais da Bahia no contexto da produção e organização do espaço/território baiano;
- Identificar e analisar contrastes regionais/locais do estado da Bahia no contexto da produção e organização do espaço/território baiano;
- Identificar e analisar os critérios de divisão regional aplicados ao estado da Bahia no contexto da produção e organização do espaço/território;
- Identificar e analisar as principais tendências de produção, expansão, organização e gestão do território baiano nos dias atuais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. O que é a Bahia?
 - a. A Bahia: um território particular no contexto nacional
 - b. Caracterização geral
2. Produção e expansão do território baiano
3. A agropecuária e a interiorização do território baiano
4. Industrialização da Bahia e articulação regional
5. Modernização e metropolização na Bahia
6. Novas tendências de produção, expansão, organização e gestão do território baiano nos dias atuais
 - a. Tendências de produção e expansão
 - b. Os novos recortes regionais e suas perspectivas de gestão e desenvolvimento

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ANDRADE, M.C. *Áreas de Domínio da Pecuária Extensiva e Semi-Intensiva na Bahia e Norte de Minas Gerais*. Recife: Sudene, 1982.
AVENA FILHO, A. (Org.). *Bahia: século XXI*. Salvador: SEPLANTEC, 2002.
DEODATO, G. et al. *Bahia de todos os pobres*. Petrópolis: Vozes, 1980.
FREITAS, N. B. *Urbanização em Feira de Santana: influência da industrialização 1970 – 1996*. Salvador, 1998. 189 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia.
PORTO, M. E. *Desenvolvimento e território na Bahia*. Salvador: SEI, 2003.
SAMPAIO, T. *O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina*. Salvador: Livraria Progresso, 1955.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ANDRADE, M.C. *Espaço, polarização e desenvolvimento*. 4ª Edição. São Paulo: Grijalbo, 1977.
AVENA FILHO, A. *Nordeste e Bahia: Os caminhos do desenvolvimento*. Salvador: Universidade Católica do Salvador, 1986.

-
- BECKER, B. K., EGLER, C. A. G. **Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1993.
- CASTRO, I. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CORRÊA, R.L. O espaço geográfico: algumas considerações. In: Santos, M. (org.) **Novos Rumos da Geografia Brasileira**. 3ª edição, p. 25-34. São Paulo: Editora HUCITEC.
- CORRÊA, R.L. **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- CORRÊA, R.L. **A rede urbana**. 2ª edição. São Paulo: Editora Ática, 1994.
- DINIZ, J. A. F.; DUARTE, A. C. **A região cacauceira da Bahia**. Recife: SUDENE/CPR, 1983.
- FAISSOL, S. **Urbanização e regionalização**. Rio de Janeiro: Secretaria de Planejamento da Presidência da República/IBGE, 1975.
- FILHO, M. S. **O processo de urbanização no Oeste Baiano**. Recife: SUDENE/CPR, 1989.
- FONSECA, A. A. M. **Instituição e desenvolvimento territorial: o desempenho municipal após o processo de descentralização**. Feira de Santana: Imprensa Universitária, 2005.
- FONSECA, A. A. M. A geografia política e a valorização das dinâmicas locais. **Revista do Departamento de Ciências Humanas e Filosofia**, Feira de Santana, UEFS (no prelo).
- FONSECA, A. A. M. Localismo e território diante das dinâmicas globais. **RDE - Revista de Desenvolvimento econômico**, Salvador, UNIFACS, n. 10, julho, 2004, p. 15-25.
- FONSECA, A. A. M. **Poder, crise regional e novas estratégias de desenvolvimento: o caso de Jacobina/Bahia**. Salvador, 1995. 206 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia.
- FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 23 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1989.
- JUNIOR, C. P. **História econômica do Brasil**. 33. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- MORAES, W. **Jagunços e heróis: a civilização do diamante nas lavras da Bahia**. 3 ed. Brasília, Câmara dos Deputados, 1984.
- LIMONAD, E; HAESBAERT, R; MOREIRA, R. **Brasil século XXI – Por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas**. São Paulo: Max Limonad, 2004.
- LIPIETZ, A. **O local e o global: personalidade regional ou inter-regionalidade? Espaço & Debates**, No 38, “Nova Dimensão Regional”, p. 10-20. São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, 1994.
- SANTOS, M. **Espaço e Método**. 3ª Edição. São Paulo: Livros Studio Nobel, 1992.
- SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. 3ª edição. São Paulo: Editora HUCITEC, 1994.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SERPA, A. **Periferização e metropolização no Brasil e na Bahia: O exemplo de Salvador**. Geotextos (UFBA), v. 3, p. 31-46, 2007.
- SILVA, S.C.B. de M. **Teorias de localização e de desenvolvimento regional**. Geografia 1(2): 1-23. Rio Claro, 1976.
- SILVA, S. C. B. M; SILVA, B. C. N. **Estudos sobre globalização, território e Bahia**. Salvador: UFBA, Mestrado em Geografia, 2003.
- SILVA, S. C. B. M; LEÃO, S; SILVA, B. C. N. **Urbanização e metropolização no Estado da Bahia: evolução e dinâmica**. Salvador, UFBA, 1989.
- SILVA, S. C. B. M; **O subsistema urbano-regional de Ilhéus-Itabuna**. Recife: SUDENE/PSU/SRE, 1987.
- SILVA, S. C. B. M; **O subsistema urbano-regional de Feira de Santana**. Recife: SUDENE/PSU/SRE, 1985.
- TRICART, J; SANTOS, M. **Estudos de Geografia da Bahia**. Salvador: Universidade da Bahia, 1958.
-



DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

CÓDIGO	NOME	DEPARTAMENTO OU EQUIVALENTE
FCH440	História da América I-A	Departamento de História

CARGA HORÁRIA (estudante)							MODALIDADE/ SUBMODALIDADE	PRÉ-REQUISITO (POR CURSO)
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	Disciplina/Teórico-Prática	Sem pré-requisito
60				15		75		

CARGA HORÁRIA (docente/turma)							MÓDULO						SEMESTRE DE INÍCIO DA VIGÊNCIA
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	T	T/P	P	PP	Ext	E	2024.2
60				15		75		30					

EMENTA

Análise da conquista e resistência dos povos originários. Estudo do processo de colonização espanhola na América e da formação da sociedade colonial, evidenciando as estruturas socioeconômicas e sua relação com a crise do sistema colonial espanhol e as independências na América Latina.

OBJETIVOS

- Compreender o processo de conquista e resistência dos povos originários.
- Traçar um panorama da sociedade colonial na América espanhola e anglo-saxã, evidenciando as atividades produtivas e a configuração das hierarquias sociais.
- Identificar os órgãos, cargos e funções da administração colonial existentes nas colônias e na metrópole.
- Discutir os processos de independência na América espanhola e anglo-saxã.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Conquista e Resistência

- 1.1. A Conquista em várias visões
- 1.2. As distintas formas de Resistência dos Povos Originários

2. Sociedade Colonial

- 2.1. As Espanhas e a América à época da conquista e da colonização
- 2.2. Hierarquias sociais, administração colonial e poderes locais

3. Economia e Trabalho na América Colonial

- 3.1. Economia colonial
- 3.2. Escravidão

4. Colonização, Evangelização e Resistência

- 4.1. Confronto de culturas
- 4.2. Evangelização e resistência

5. Sublevações Coloniais e Processos de Independência

- 5.1. O século XVIII e suas transformações
- 5.2. Sublevações coloniais e processos de independência

BIBLIOGRAFIA

- AMADO, Janaina; FIGUEIREDO, Luís Carlos. **No tempo das caravelas**. São Paulo: Contexto, 1992.
- ASSADOURIAN, Carlos Sempat. **El sistema de la economía colonial**. Lima: IEP, 1982.
- AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de; MONTEIRO, John Manuel (org.). **Confronto de culturas: conquista, resistência e transformação**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1997.
- BELLOTTO, Manoel; CORREA, Ana Maria Martínez (org.). **A América Latina da colonização espanhola: antologia de textos históricos**. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1979.
- BETHELL, Leslie (org.). **História de América Latina**. 16 Volumes. Barcelona: Crítica, 1990-1991.
- BOXER, Charles R. **A Igreja e a expansão ibérica**. Lisboa: Edições 70, 1978.

-
- BRADING, David A. **Orbe indiano**. México: FCE, 1991.
- BRUIT, Hector. **Bartolomé de Las Casas e a simulação dos vencidos**. Campinas: Unicamp; São Paulo: Iluminuras, 1995.
- CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. **O trabalho na América Latina Colonial**. São Paulo: Ática, 1985.
- _____; BRIGNOLI, Hector Pérez. **História Econômica da América Latina**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- CARMAGNANI, Marcello. **Formación y crisis de un sistema feudal**. México: Siglo XXI, 1976.
- CHAUNU, Pierre. **História da América Latina**. 5. ed. São Paulo: DIFEL, 1983.
- COOL, Josefina Oliva de. **A resistência indígena**. Porto Alegre: L&PM, 1986.
- DONGHI, Túlio Halperin. **História da América Latina**. São Paulo: Círculo do Livro, s.d.
- DUVIOLS, Pierre. **La destrucción de la religión andina**. México: UNAM, 1977.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica da América Latina**. Rio de Janeiro: Lia, 1979.
- GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- GALINDO, Alberto Flores. **Buscando un Inca: identidad y utopía en los Andes**. Lima: IAA; Horizonte, 1987.
- GOLTE, Jürgen. **Repartos y rebeliones**. Lima: IEP, 1980.
- GUTIÉRREZ, Gustavo. **En busca de los pobres de Jesucristo: el pensamiento de Bartolomé de Las Casas**. Salamanca: Sígueme, 1992.
- HERNANDEZ, Max. **Memoria del bien perdido**. Lima: IEP; Biblioteca Peruana de Psicoanálisis, 1993.
- LAS CASAS, Frei Bartolomé de. **Brevíssima relação da destruição das Índias**. Porto Alegre: L&PM, 1984.
- LEÓN-PORTILLA, Miguel. **A visão dos vencidos**. Porto Alegre: L & PM, 1985.
- LEWIN, Boleslao. **Tupac Amaru: su época, su lucha, su hado**. Buenos Aires: Siglo Veinte, 1973.
- MAHN-LOT, Marianne. **A conquista da América Espanhola**. Campinas: Papirus, 1990.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Contribuição para uma história da América Latina**. São Paulo: Edições Populares, 1982.
- MAURO, Frederic. **Origens das desigualdades entre os povos da América**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- NOVINSKY, Anita. **A Inquisição**. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- PEREGALLI, Enrique. **A América que os europeus encontraram**. 13. ed. São Paulo: Atual, 2003.
- PINO DÍAZ, Fermín del; LÁZARO, Carlos (org.). **Visión de los otros y visión de si mismos. ¿Descubrimiento o invención entre el Nuevo Mundo y el Viejo?** Madri: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1995.
- PINSKY, Jaime (org.). **História da América através de textos**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- PIVIDAL, Francisco. **Bolívar: pensamento precursor do antimperialismo**. São Paulo: Hucitec, 1983.
- POMER, Leon. **As Independências na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- POZO, José del. **História da América Latina e do Caribe**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- ROWE, John Howland. **Los Incas del Cuzco: siglos XVI, XVII e XVIII**. Cusco: INC, 2003.
- SALE, Kirkpatrick. **A Conquista do Paraíso**. Cristovão Colombo e o seu legado. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.
- SANTIAGO, Theo. **América colonial**. 2. ed. São Paulo: Ícone, 1988.
- SARANYANA, Josep-Ignasi. **Breve história de la teología en América Latina**. Madri: BAC, 2009.
- SCHWARTZ, Stuart; LOCKHART, James. **A América Latina na época colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SEPÚLVEDA, Juan Ginés de. **Tratado sobre las justas causas de la guerra contra los indios**. México: FCE, 1996.
- SILVA, Janice Theodoro da. **América barroca**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Edusp, 1992.
- STEIN, Stanley; STEIN, Bárbara H. **A herança colonial da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América. A questão do outro**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- VAINFAS, Ronaldo (org.). **América em tempo de conquista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.
- VEGA, Inca Garcilaso de la. **Los Comentarios Reales**. Lima: Peisa, 1972.
- VILAR, Pierre. **Ouro e moeda na história: 1450-1920**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- WACHTEL, Nathan. **Sociedad e ideología: ensayos de historia y antropología andinas**. Lima: IEP, 1973.
- WASSERMAN, Claudia (coord.). **História da América Latina: cinco séculos**. Porto Alegre: UFRGS, 1996.
-



DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

CÓDIGO	NOME	DEPARTAMENTO OU EQUIVALENTE
FCH441	História da América II-A	Departamento de História

CARGA HORÁRIA (estudante)							MODALIDADE/ SUBMODALIDADE	PRÉ-REQUISITO (POR CURSO)
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	Disciplina/Teórico-Prática	Sem pré-requisito.
60				15		75		

CARGA HORÁRIA (docente/turma)							MÓDULO						SEMESTRE DE INÍCIO DA VIGÊNCIA
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	T	T/P	P	PP	Ext	E	
60				15		75		30					

EMENTA

Estudo da formação do Estado Nacional latino-americano, sua relação com as potências econômicas e os processos históricos revolucionários do século XX, analisando os episódios do populismo e do militarismo na América Latina.

OBJETIVOS

- Analisar a formação dos Estados Nacionais na América Latina.
- Estudar os processos históricos revolucionários do século XX.
- Compreender os episódios do populismo e do militarismo na América Latina.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Estados Nacionais e Projetos Americanos

- 1.1. Formação dos Estados Nacionais
- 1.2. Projetos americanos

2. Dependência e Desenvolvimento

- 2.1. A América Latina na Era do Capitalismo Financeiro

3. Estado e Lutas Sociais

- 3.1. Regimes Políticos
- 3.2. Movimentos Operários e Camponeses
- 3.3. Movimentos Étnicos e de Gênero

4. Imperialismo e Dominação

- 4.1. Intervenções Imperialistas
- 4.2. Guerras Intracontinentais

5. Resistências e Utopias

- 5.1. Guerrilhas e Revoluções
- 5.2. Cristianismo da Libertação
- 5.3. Experiências Socialistas
- 5.4. Levantamentos Indígenas

BIBLIOGRAFIA

- AYERBE, Luis Fernando. **Estados Unidos e América Latina**. São Paulo: Unesp, 2002.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Brasil, Argentina e Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- BEIRED, José. **Sob o signo da nova ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina, 1914-1945**. São Paulo: Loyola, 1999.
- BETHELL, Leslie (org.). **História de América Latina**. 16 Volumes. Barcelona: Crítica, 1990-1991.
- BRUIT, Hector. **Acumulação capitalista na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- _____. (org.). **Estado e burguesia nacional na América Latina**. Campinas: Ícone; Unicamp, 1985.
- _____. **Revoluções na América Latina**. São Paulo: Atual, 1988.
- CARDOSO, Ciro Flamarion Santana; BRIGNOLI, Hector Pérez. **História Econômica da América Latina**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

-
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- CASANOVA, Pablo (coord.). **Historia del Movimiento Obrero en América Latina**. 4 v. México: Siglo XI, 1984.
- _____. **História Contemporânea da América Latina**. Imperialismo e Libertação. São Paulo: Vértice, 1987.
- CHAUNU, Pierre. **História da América Latina**. 5. ed. São Paulo: DIFEL, 1983.
- CORREA, Anna Maria Martinez. **A revolução mexicana (1910-1917)**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- DONGHI, Túlio Halperin. **História da América Latina**. São Paulo: Círculo do Livro, s.d.
- DORATIOTO, Francisco. **Espaços nacionais na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando. **Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)**. São Paulo: 34, 2004.
- FÉLIX, Gloria Alicia. **El discurso índio en América Latina**. Guadalajara: Universidad de Guadalajara, 2005.
- FERNANDES, Florestan. **Da guerrilha ao socialismo**. A revolução cubana. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.
- FERREIRA, Jorge. **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FURTADO, Celso. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- _____. **Formação econômica da América Latina**. Rio de Janeiro: Lia, 1979.
- GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- GODIO, Julio. **Historia del Movimiento Obrero Latinoamericano**. México: Nueva Sociedad, 1983.
- IANNI, Octávio. **A formação do Estado populista na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- MARTÍ, José. **Nossa América**. São Paulo: Hucitec, s.d.
- MEYER, Jean. **La Revolución Mexicana**. México: Tusquets, 2010.
- MIGNOLO, Walter. **La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial**. Barcelona: Gedisa, 2005.
- MITRE, Antonio. **O dilema do centauro**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- MONTOYA, Rodrigo. **Modernidad, identidad y utopía en América Latina**. Lima: Sociedad y Política, 1986.
- MORSE, Richard. **O espelho de Próspero**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- MURMIS, Miguel; PORTANTIERO, Juan Carlos. **Estudios sobre a origem do Peronismo**. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- PETRAS. James. **Clase, Estado y poder en el Tercer Mundo**. México: FCE, 1986.
- PINSKY, Jaime. **História da América através de textos**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- PIVIDAL, Francisco. **Bolívar: pensamento precursor do antimperialismo**. São Paulo: Hucitec, 1983.
- PIZARRO, Ana (org.). **América Latina: palavra, literatura e cultura**. Campinas: Unicamp; Memorial da América Latina, 1993.
- POZO, José del. **História da América Latina e do Caribe**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- PRADO, Maria Lígia. **O populismo na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- _____. **A formação das nações latino-americanas**. São Paulo: Atual, 1988.
- PREBISCH, Raul. **Transformação e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: FGV, 1973.
- REMOND, René. **História dos Estados Unidos**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- ROUQUIÉ, Alain. **O Estado militar na América Latina**. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.
- SADER, Emir. **Um rumor de botas: a militarização do Estado na América Latina**. São Paulo: Polis, 1982.
- SCHWARTZ, Jorge. **Vanguardas latino-americanas**. São Paulo: Edusp; Iluminuras; Fapesp, 1995.
- SELLERS, Charles et al. **Uma reavaliação da história dos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- SERRA, José (org.). **América Latina: ensaios de interpretação econômica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- STEIN, Stanley; STEIN, Bárbara. **A herança colonial da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- WASSERMAN, Claudia (coord.). **História da América Latina: cinco séculos**. Porto Alegre: UFRGS, 1996.
- WOLF, Eric. **As lutas camponesas do século XX**. São Paulo: Global, 1984.
- ZEA, Leopoldo (org.). **América Latina en sus ideas**. México: Siglo XXI; Unesco, 1986.
-



DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

CÓDIGO	NOME	DEPARTAMENTO OU EQUIVALENTE
FCHN51	História Oral e História de Vida em Antropologia	Departamento de Antropologia e Etnologia

CARGA HORÁRIA (estudante)							MODALIDADE/ SUBMODALIDADE	PRÉ-REQUISITO (POR CURSO)
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	Disciplina/Teórico-Prática	Sem pré-requisito
	60					60		

CARGA HORÁRIA (docente/turma)							MÓDULO	SEMESTRE DE INÍCIO DA VIGÊNCIA					
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	T	T/P	P	PP	Ext	E	2024.2
	60					60		30					

EMENTA

Representatividade e profundidade. Objetividade e subjetividade. Macro e micro perspectiva. Autoridade das fontes. Processualidade e trajetórias. Processos e vidas. História oral e histórias de vida em Antropologia. Leitura de obras clássicas e recentes.

OBJETIVOS

- Apresentar e discutir a questão do retorno do sujeito como chave de compreensão nas ciências sociais.
- Desconstruir o paradigma objetivista e restituir à Antropologia a subjetividade que lhe foi privada.
- Revisitar criticamente a produção de história oral em História e histórias de vida em Antropologia.
- Exercitar a produção de histórias de vida.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. As histórias de vida e sua recepção na comunidade antropológica ao longo dos séculos XX e XXI.
2. Seminários sobre histórias de vida na Antropologia.
3. O atual retorno do sujeito em História e Antropologia.
4. Produção e apresentação de exercícios individuais de produção de histórias de vida.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- KOFES, Suely e MANICA, Daniela (orgs.) **Vida e grafias**. Narrativas antropológicas entre biografias e etnografia. Rio de Janeiro: Lamparina Editora,
- LEWIS, Oscar. **Os filhos de Sánchez**. Lisboa: Moraes Editores, 2a ed., 1979.
- KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BAHADUR, Gaiutra. **Coolie Woman. The Odyssey of Indenture**. Chicago: The University of Chicago Press, 2014.
- ALBERTI, V., FERNANDES, TM., FERREIRA, MM. (orgs.). **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.
- BECKER, Howard. "A história de vida e o mosaico científico". In: _____. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- BERGER, Peter, LUCKMAN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis, RJ : Vozes, 1985.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.
- CATELLI, Nora. **El espacio autobiográfico**. Barcelona: Lumen, 1991.
- CRAMPAZANO, Victor. **Tuhami: portrait of a morocann**, Chicago: The University of Chicago Press, 1980.
- DOSSE, François. **El arte de la biografía**. Ciudad de México: Universidad Iberoamericana, 2007.
- CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica – antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.
- CRAMPAZANO, V. "Life-Histories". **American Anthropologist**, n.86, p.953–965, 1984.
- FERNANDEZ, James D. **Apology to apostrophe: autobiography and the rethoric of self-representation in Spain**. Durham / Londres: Duke

University, 1992

FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

FLORES, Lauro. "Ideologia y cultura en la autobiografía chicana". **Revista de Crítica Literária Latinoamericana**, ano 18, n.36, 1992, p.97-109

FOUCAULT, Michel. "**A escrita de si**", **O que é um autor?** Portugal: Veja & Passagens, 1992.

FRENTES, James & WICKHAM, Chri. **Memória social**: novas perspectivas sobre o passado. Lisboa: Teorema, 1992.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia de bolso, 2006.

_____. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

GOMES, Ângela de Castro (org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

GOMES, Ângela de Castro & SCHMIDT, Benito Bisso (org.). **Memórias e narrativas autobiográficas**. Rio de Janeiro, 2009.

GONÇALVES, Marco Antonio, MARQUES, Roberto & CARDOSO, Vânia Z (org.). **Etnobiografia**: subjetivação e etnografia. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.

GUIMARÃES, Valéria Lima. "Em torno da biografia como um gênero histórico: apontamentos para uma reflexão epistemológica". **Anais Eletrônicos do 10o Encontro Regional de História**, ANPUH-RJ, 2002.

HARAWAY, Donna. "Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial". **Cadernos Pagu**, v.5, 1995, p.7- 41.

KOFES, Suely. **Uma trajetória, em narrativas**. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico**: de Rousseau à internet. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

MORÃO, Paula (org.). **Autobiografia**: autorrepresentação. Lisboa: Edições Colibri, 2003.

_____. (org.). **O pacto autobiográfico**: de Rousseau à internet. Belo Horizonte: UFMG, 2008

NORA, Pierre. **Ensaaios de ego-história**. Lisboa: Edições 70, 1989

_____. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. São Paulo: PUC-SP, n.10, 1997.

RABINOVICH, Elaine Pedreira et.al. **Autoetnografia Colaborativa e Investigação Autobiográfica - A Casa, os Silêncios e os Pertencimentos Familiares**. Juruá, 2016.

RICOEUR, Ricoeur. **Tempo e narrativa**. Campinas: Papyrus Editora, 1994.

SCHMIDT, Benito Bisso. **O biográfico**: perspectivas interdisciplinares. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

VAINFAS, Ronaldo. **Microhistória**: os protagonistas anônimos da história. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

VERSIANI, Daniela Beccaccia. **Autoetnografias**: conceitos alternativos em construção. Rio de Janeiro: 7Letras, 2005.



DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

CÓDIGO	NOME	DEPARTAMENTO OU EQUIVALENTE
FCHK80	História, Memória e Oralidade	Departamento de História

CARGA HORÁRIA (estudante)							MODALIDADE/ SUBMODALIDADE	PRÉ-REQUISITO (POR CURSO)
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	Disciplina/Teórico-Prática	Sem pré-requisito
60				15		75		

CARGA HORÁRIA (docente/turma)							MÓDULO						SEMESTRE DE INÍCIO DA VIGÊNCIA
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	T	T/P	P	PP	Ext	E	
60				15		75		30					

EMENTA

Estudo das relações entre História, Memória e Historiografia. Memória Social, Memória Política e Memória Cultural em processos de construção de identidades individuais e coletivas. História Oral: teoria, metodologia e prática. Políticas Públicas e Usos de Memórias no Tempo Presente, compreendendo a emergência do testemunho e suas implicações na constituição dos acervos documentais.

OBJETIVOS

Entender as principais bases da teoria da memória entrelaçadas com o conhecimento histórico e o tempo presente. Desenvolver o uso e a utilização de procedimentos metodológicos advindos da História Oral, mediante leitura e trabalho com textos nesta área, observando as diversas linguagens. Realizar uma entrevista articulada com um projeto de pesquisa e sua relação com as habilidades de observação, compreensão, interpretação, comparação e levantamento de hipóteses na área de História Oral.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Introdução

1. História, Memória e Historiografia

Unidade I - MEMÓRIA E HISTÓRIA

1.1. Memória Coletiva

1.2. Lugares de Memória;

1.3. Memórias Divididas

1.4. Memória, Esquecimento e Silenciamento;

1.5. Memória, história e sujeito: substratos da identidade

Unidade II - MEMÓRIA E HISTÓRIA ORAL

2.1. Reflexões sobre História Oral e Oralidades.

2.2. História Oral entre o Movimento e as Instituições.

2.3. A pesquisa em história oral: teoria, metodologia e prática.

2.4. História oral e Ética: Entrevistador/entrevistado.

2.5. História oral e história pública e história digital

2.5. História Oral e Pandemia

Unidade III - POLÍTICAS PÚBLICAS E USOS DA MEMÓRIA

3.1. Disputa de Narrativas: Golpe de 1964 e Ditadura

3.2. Memória e Ressentimentos

3.3. Políticas de Memória: Testemunhos, Política e História Oral

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ASSMANN, Jan. Communicative and cultural memory. In: ERLI, Astrid; NÜNNING, Ansgar (Ed.). **Cultural memory studies: an international and interdisciplinary handbook**. Berlin; New York: De Gruyter, 2008. p. 109-118. Memória Comunicativa e Memória Cultural. Tradução: Méri

Frotsche. In *História Oral*, v. 19, n. 1, p. 115-127, jan./jun. 2016.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Capítulo I – Memória Coletiva e Individual. SP: Vértice, Ed. Revista dos Tribunais, 1990.

JOUTARD, Philipp. **História oral**. Balanço e metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e Abusos da História Oral*. RJ: FGV, 1996. p. 43-62.

MEIHY, José Carlos Sebe B. e SEAWRIGTH, Leandro. **Memórias e Narrativas: História Oral Aplicada**. São Paulo: Editora Contexto, 2020. p. 29-57; p. 111-129.

NORA, Pierre. Entre **Memória e História**: A Problemática dos Lugares. In Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-graduandos em História do Departamento de História da PUC/SP, 1981/1993, n. 10. **História e Cultura**. Trad. Yara Aun Khoury.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

POLLACK, Michel. Memória e Identidade Social. **Revista Tempo Social**.

PORTELLI, Alessandro. O Massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e Abusos da História Oral**. RJ: FGV, 1996. p. 103-130.

ROUSSO, Henry. A Memória não é mais o que era. In FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e Abusos da História Oral**. RJ: FGV, 1996. p. 93-101.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALBERTI, Verena. Tradição Oral e história oral: proximidades e fronteiras. **Revista de História Oral**, v. 8, n. 1, p. 11-28, jan-jun 2005.

ALMEIDA, J. R.; RAMÓA, H. N.; ANDRADE, E. P. História pública, corpo e oralidade. **História Oral**, v. 26, n. 1, p. 25-42, jan./abr. 2023.

AMADO, Janaína. **O grande mentiroso**. Nossa História, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, v. 1, n. 2, dez. 2003. p. 28-33.

CARDOSO, Lucileide Costa. Construindo a memória do regime de 64. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v. 14, n. 27, 1994, pp. 179-196.

CARDOSO, Lucileide Costa. **Entre o Movimento Estudantil e a Luta Armada**: EUDALDO GOMES DA SILVA e o Massacre da Chácara São Bento (1960/1970). *História Oral* (Rio de Janeiro), v. 15, p. 193-216, 2012.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. **A Comissão Nacional da Verdade e os Militares Perseguidos**. Desafios de um passado no tempo presente e futuro. *Revista Acervo*. Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 137-155, jan./jun. 2014.

DIAS, Reginaldo Benedito. A CNV, a disputa de memória sobre o período da ditadura e o tempo presente. **Revista Patrimônio e Memória**. São Paulo: UNESP, v. 9, n. 1, p. 71-95, jan./jun. 2013.

GOMES, Angela de Castro. Associação Brasileira de História Oral, 20 anos depois: O que somos? O que queremos ser?. **História Oral**, v. 17, n. 1, p. 163-192, jan./jun. 2014.

GRIN, Monica. Reflexões sobre o direito ao ressentimento. In FICO, Carlos et al (Orgs.). **Violência na História**: memória, trauma e reparação. Ponteio: TJ, 2012.

HERMETO, Mirian e SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.). **Entrevistas Imprevistas**. Surpresa e Criatividade em História Oral. São Paulo: Letra e Voz, 2022. p. 33-74.

LUCCHESI, Anita. **Conversas na antessala da academia**: presente, a oralidade e a história pública digital. *História Oral*, v. 17, n. 1, p. 39-69, jan./jun. 2014.

MARTINS FILHO, João Roberto. **A Guerra da memória**: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. *Varia História*, UFMG, v. 28, dez. 2002, p. 1-18.

OLIVEIRA, C. E. P. **Entrevistas, participantes e Comitês de Ética em Pesquisa**: os desafios na História Pública e na História Oral. *História Oral*, v. 26, n. 1, p. 7-23, jan./abr. 2023.

COSTA, Cléria Botelho da. A escuta do outro: os dilemas da interpretação. **História Oral**, v. 17, n. 2, p. 47-67, jul./dez. 2014.

POZZI, Pablo. La ética, la historia oral y sus consecuencias. **História Oral**, v. 17, n. 2, p. 31-46, jul./dez. 2014.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Um passado imprevisível. A construção da memória da esquerda nos anos 60. In REIS FILHO, Daniel A. et al. **Versões e Ficções**: O Sequestro da História. SO: Perseu Abramo, 1997, p. 31-45.

RODEGHERO, Carla Simone e WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **Pode a História Oral Ajudar a Adiar o Fim do Mundo?** COVID-19: Tempo, Testemunho e História. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 74, p. 472-491, set./dez. 2021.

SCHMIDT, Benito Bisso. **Cicatriz aberta ou página virada?** Lembrar e esquecer o golpe de 1964, quarenta anos depois. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 14, n. 26, dez. 2007, p. 127-156.

Habilitação em Artes, Linguagens e Literaturas



DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

CÓDIGO	NOME	DEPARTAMENTO OU EQUIVALENTE
EDCB85	Alfabetização e Letramento	Departamento de Educação II

CARGA HORÁRIA (estudante)							MODALIDADE/ SUBMODALIDADE	PRÉ-REQUISITO (POR CURSO)
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	Disciplina/Teórico-Prática	Sem pré-requisito
	60					60		

CARGA HORÁRIA (docente/turma)							MÓDULO						SEMESTRE DE INÍCIO DA VIGÊNCIA
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	T	T/P	P	PP	Ext	E	2024.2
	60					60		30					

EMENTA

A concepção de alfabetização e de letramento. As características da linguagem escrita e seu processo de aquisição. O ensino e a aprendizagem da Língua Portuguesa sob a luz da Sociolinguística. Questões implícitas do preconceito e da ideologia. O papel do professor frente a tais questões, sua práxis enquanto ato político-ideológico e os desafios da contemporaneidade.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Compreender o campo histórico, conceitual e político da alfabetização e do letramento e desenvolver saberes didáticos relativos à apropriação da linguagem escrita.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Compreender o campo da alfabetização no Brasil como um campo de conflitos de concepções e algumas implicações políticas e pedagógicas;
2. Compreender o campo da alfabetização para além da questão dos métodos clássicos;
3. Conhecer a concepção de alfabetização em contexto de letramento e as especificidades e inter-relação entre os dois processos;
4. Valorizar as práticas de letramento antes da alfabetização de crianças e adultos para a participação na cultura escrita e para a alfabetização, compreendendo o papel da oralidade no letramento e na alfabetização;
5. Compreender a linguagem escrita como um objeto de conhecimento multifacetado e a articulação de suas facetas e conceber o sistema de escrita como um instrumento cultural que permite a ampliação da participação em práticas letradas;
6. Conhecer o funcionamento do sistema de escrita alfabética, sua base fonológica e natureza ortográfica, apropriando-se das propriedades desse sistema e suas implicações na alfabetização;
7. Conhecer os processos de construção/apropriação da linguagem escrita como prática social e como sistema de notação da língua e o domínio progressivo da leitura no processo de alfabetização;
8. Conceber a apropriação da notação da língua como uma faceta importante, mas não suficiente da alfabetização;
9. Compreender a diferença entre práticas mecânicas de memorização, reprodução e repetição e a reflexão linguística sobre o sistema alfabético;
10. Conhecer o papel da consciência fonológica na alfabetização e sua abordagem em contextos reflexivos, lúdicos e letrados;
11. Discutir sobre questões linguísticas e políticas envolvendo a variação linguística na interface com a alfabetização;
12. Valorizar a oralidade lúdica e os textos poético-musicais da tradição oral como repertório produtivo para a alfabetização e o letramento de crianças no contexto da cultura lúdica e práticas de oralidade;
13. Ampliar os saberes didáticos, incluindo repertórios orais e literários e estratégias e recursos didáticos favoráveis à alfabetização e ao letramento.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Breve histórico dos métodos tradicionais de alfabetização e superação da “querela dos métodos”;
- Campos que contribuíram para as mudanças nas concepções de alfabetização e o campo das diferentes concepções de alfabetização;

-
- Alfabetização e letramento: conceitos, especificidades e relações;
 - Práticas e eventos de letramento: da Educação Infantil à EJA;
 - Psicogênese da língua escrita: alcances e limites;
 - Sistema de escrita alfabética: funcionamento, natureza alfabética e ortográfica;
 - Domínio da leitura: rota lexical, fluência de leitura e compreensão leitora;
 - Consciência fonológica e alfabetização;
 - Variação linguística, preconceito e ensino da língua escrita: alfabetização e sociolinguística;
 - Textos poético-musicais da tradição oral na alfabetização;
 - Repertórios, recursos e estratégias didáticas para a alfabetização em contextos reflexivos, lúdicos e letrados.
-

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ARAUJO, Liane Castro de. **Quem os desmafa faz bom desmafa faz ser**: textos da tradição oral na alfabetização. Salvador: Edufba, 2011. Disponível em: <http://www.slideshare.net/Licaraujo/textos-da-tradio-oral-na-alfabetizao>.
- AZENHA, Maria das Graças. **Construtivismo**: de Piaget a Emilia Ferreiro. 7 ed. São Paulo: Ática, 2001.
- FERREIRO, Emilia. **Reflexões sobre alfabetização**. São Paulo: Cortez, 1985.
- MORAIS, Artur Gomes de; ALBUQUERQUE, Eliana. Borges C. de; LEAL, Telma Ferraz (orgs). **Alfabetização**: apropriação do sistema de escrita alfabética. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. Disponível em: <http://www.serdigital.com.br/gerenciador/clientes/ceel/arquivos/20.pdf>.
- MORAIS, Artur Gomes de. **Ortografia**: Ensinar e Aprender, São Paulo: Ática, 1998. 6. SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico – o que é, como se faz**. Loyola: São Paulo, 2009.
- SANTOS, Carmi Ferraz; MENDONÇA, Márcia (Orgs.). **Alfabetização e letramento**: conceitos e relações. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. Disponível em: <http://www.serdigital.com.br/gerenciador/clientes/ceel/arquivos/22.pdf>
- MORAIS, Artur Gomes de Morais. **Sistema de escrita alfabética**. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 2012. (col. Como eu ensino).
- _____. **Consciência fonológica na educação infantil e no ciclo de alfabetização**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2019.
- MORTATTI, Maria do Rosário Longo. A “**querela dos métodos de alfabetização no Brasil**”: contribuições para metodizar o debate. Acolhendo a alfabetização nos países de língua portuguesa, 3 (5), 91-114, 2009. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/r_eaa/article/view/11509.
- SOARES, Magda. **Alfaletrar**: toda criança pode aprender a ler e escrever. São Paulo: Contexto, 2020.
-



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PRO-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

**FORMULÁRIO PARA CRIAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE COMPONENTE CURRICULAR -
GRADUAÇÃO**
(Resolução CAE/UFBA 3/2019)

Código e nome do componente curricular: LETXXX - As Línguas Indígenas na Formação do Português Brasileiro	Instância de alocação: Coordenação Acadêmica de Ensino de Letras (CAEL)	Pré-requisito: Sem pré-requisito
Modalidade: Disciplina	Submodalidade: Teórico-Prática	Sistema de avaliação: Nota
Carga Horária (estudante)	Carga Horária Docente/Turma	Módulo de estudantes
T T/P P PP Ext E	Total T T/P P PP Ext E	Total T T/P P PP Ext E
45 15	60 45 15	60 30
Ementa: História da formação e desenvolvimento do português falado no Brasil à luz do contato com as línguas indígenas.		
Natureza: Obrigatória para a Habilitação em Artes, Linguagens e Literaturas da Licenciatura Intercultural Indígena		



DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

CÓDIGO	NOME	DEPARTAMENTO OU EQUIVALENTE
LETB96	Criação Literária	Coordenação Acadêmica de Ensino de Letras (CAEL)

CARGA HORÁRIA (estudante)							MODALIDADE/ SUBMODALIDADE	PRÉ-REQUISITO (POR CURSO)					
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	Disciplina/Teórico-Prática	Sem pré-requisito					
	60					60							
CARGA HORÁRIA (docente/turma)							MÓDULO	SEMESTRE DE INÍCIO DA VIGÊNCIA					
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	T	T/P	P	PP	Ext	E	2024.2
	60					60		30					

EMENTA

Elaboração de textos curtos em poesia e prosa, mediante técnicas com a palavra.

OBJETIVOS

1. Contribuir para a construção do percurso formativo de escritoras e escritores de literatura.
2. Discutir um amplo corpus de leituras literárias e teóricas para a formação de escritoras e escritores de literatura.
3. Proporcionar a escrita e reescrita de textos em poesia e prosa.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Como se escreve? Isso se aprende?
2. Ler e pensar o mundo - escrita e interpretação.
3. Oficinas de escrita e interpretação de textos.
4. Palestras de escritoras e escritores convidados.
5. Escrita e reescrita - produção dos alunos.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BARTHES, Roland. **O prazer do texto**. Trad. J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- BRITO, José Domingos de (org.). **Como escrevo?**. São Paulo: Novera Editora, 2007.
- EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento da minha escrita. In: ALEXANDRE, Marcos Antônio (Org.). **Representações Performativas brasileiras: teorias, práticas e interfaces**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2008.
- KOCH, Stephen. **Oficina de escritores: um manual para a arte da ficção**. Trad. Marcelo Dias Almada. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- LORDE, Audre. **Sou sua irmã: escritos reunidos**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BORGES, Jorge Luis. **Este ofício de poeta**. Trad. Telma Costa. São Paulo: Editorial Teorema, 2000.
- FAUSTINO, Mário. **Poesia-experiência**. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- FREUD, Sigmund. Escritores criativos e devaneios. In: FREUD, Sigmund. **Obras completas**. Vol. XI. Rio de Janeiro: Imago, 1970. p. 149-58.
- NIZO, Renata di. **Escrita criativa: o prazer da linguagem**. São Paulo: Summus Editorial, 2008.
- POUND, Ezra. **ABC da literatura**. São Paulo, Cultrix, 1970.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PRO-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

**FORMULÁRIO PARA CRIAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE COMPONENTE CURRICULAR -
GRADUAÇÃO**
(Resolução CAE/UFBA 3/2019)

Código e nome do componente curricular: LETXXX - Ensino de Literaturas Indígenas						Instância de alocação: Coordenação Acadêmica de Ensino de Letras (CAEL)						Pré-requisito: Sem pré-requisito							
Modalidade: Disciplina						Submodalidade: Teórica						Sistema de avaliação: Nota							
Carga Horária (estudante)						Carga Horária Docente/Turma						Módulo de estudantes							
T	T/P	P	PP	Ext	E	Total	T	T/P	P	PP	Ext	E	Total	T	T/P	P	PP	Ext	E
60						60	60						60	45					
Ementa: Concepções de literaturas de autoria indígena. Concepções de ensino postas em circulação pelas cosmovisões indígenas. Fundamentos para o ensino de literaturas em contextos indígenas. Metodologias para o ensino de literaturas de autoria indígena. Formação de leitores de literaturas indígenas. Usos e seleção crítica de materiais para o ensino de literaturas em contextos indígenas.																			
Natureza: Obrigatória para a Habilitação em Artes, Linguagens e Literaturas da Licenciatura Intercultural Indígena																			



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PRO-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

**FORMULÁRIO PARA CRIAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE COMPONENTE CURRICULAR -
GRADUAÇÃO**
(Resolução CAE/UFBA 3/2019)

Código e nome do componente curricular: LETXXX - Ensino de Língua na Educação Escolar Indígena	Instância de alocação: Coordenação Acadêmica de Ensino de Letras (CAEL)	Pré-requisito: Sem pré-requisito
Modalidade: Disciplina	Submodalidade: Teórico-Prática	Sistema de avaliação: Nota
Carga Horária (estudante)	Carga Horária Docente/Turma	Módulo de estudantes
T T/P P PP Ext E	Total T T/P P PP Ext E	Total T T/P P PP Ext E
45	60	60
	45	30
	15	
Ementa: Estudo crítico-reflexivo sobre a implementação e o ensino de línguas na educação escolar indígena. Discussão e análise de políticas linguísticas na educação escolar indígena. Abordagens contemporâneas de ensino, análise de materiais didáticos e formatos de avaliação.		
Natureza: Obrigatória para a Habilitação em Artes, Linguagens e Literaturas da Licenciatura Intercultural Indígena		



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PRO-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

**FORMULÁRIO PARA CRIAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE COMPONENTE CURRICULAR -
GRADUAÇÃO**
(Resolução CAE/UFBA 3/2019)

Código e nome do componente curricular: LETXXX - Estudos das Línguas Indígenas Brasileiras I – Fonética e Fonologia	Instância de alocação: Coordenação Acadêmica de Ensino de Letras (CAEL)	Pré-requisito: Sem pré-requisito																		
Modalidade: Disciplina	Submodalidade: Teórico-Prática	Sistema de avaliação: nota ou conceito																		
Carga Horária (estudante)	Carga Horária Docente/Turma	Módulo de estudantes																		
T T/P P PP Ext E	Total T T/P P PP Ext E	Total T T/P P PP Ext E																		
	60	60		60																
Ementa: Compreender princípios básicos da Fonética Articulatória e pressupostos da Fonologia aplicados aos estudos das línguas indígenas brasileiras.																				
Natureza: Obrigatória para a Habilitação em Artes, Linguagens e Literaturas da Licenciatura Intercultural Indígena																				



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PRO-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

**FORMULÁRIO PARA CRIAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE COMPONENTE CURRICULAR -
GRADUAÇÃO**
(Resolução CAE/UFBA 3/2019)

Código e nome do componente curricular: LETXXX - Estudos das Línguas Indígenas Brasileiras II – Morfologia e Sintaxe	Instância de alocação: Coordenação Acadêmica de Ensino de Letras (CAEL)	Pré-requisito: Sem pré-requisito																		
Modalidade: Disciplina	Submodalidade: Teórico-Prática	Sistema de avaliação: Nota																		
Carga Horária (estudante)	Carga Horária Docente/Turma	Módulo de estudantes																		
T T/P P PP Ext E Total	T T/P P PP Ext E Total	T T/P P PP Ext E																		
	60	60		60		30														
Ementa: Conhecimento básico, teórico e prático, de aspectos morfológicos e sintáticos das línguas indígenas brasileiras.																				
Natureza: Obrigatória para a Habilitação em Artes, Linguagens e Literaturas da Licenciatura Intercultural Indígena																				



DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

CÓDIGO	NOME	DEPARTAMENTO OU EQUIVALENTE
DANB76	Estudos em Dança e Saberes Indígenas	Departamento de Dança

CARGA HORÁRIA (estudante)							MODALIDADE/ SUBMODALIDADE	PRÉ-REQUISITO (POR CURSO)
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	Disciplina/Teórico-Prática	Sem pré-requisito
	45			15		60		

CARGA HORÁRIA (docente/turma)							MÓDULO						SEMESTRE DE INÍCIO DA VIGÊNCIA
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	T	T/P	P	PP	Ext	E	2024.2
	45			15		60		30					

EMENTA

Investigação da dança na sua relação com os saberes e conhecimentos indígenas, considerando diversidade étnica, cultural e territorial. Compreensão das questões identitárias e políticas em seus processos de afirmação. Os fazeres e as criações artísticas como meio de tradução dos conhecimentos indígenas na dança. Prática de extensão universitária.

OBJETIVOS

Investigar a dança em sua relação com os saberes e conhecimentos indígenas, considerando a diversidade étnica, cultural e territorial, com foco nas questões identitárias e políticas e nos processos de afirmação.
Compreender os fazeres e criações artísticas como meio de tradução dos conhecimentos indígenas na dança, por meio da prática de extensão universitária.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Cosmologia das etnias indígenas, as diferenças culturais, territoriais e ritualidades.
Afirmação identitária e política dos povos indígenas no Brasil: o direito à terra, a cidadania, às leis, à educação intercultural.
Manifestações culturais brasileiras e a herança indígena: dança dos caboclinhos, torés, bumba-meu-boi.
Criação em dança a partir dos conhecimentos indígenas: a estética das indumentárias, objetos e adornos, instrumentos musicais e musicalidades, danças, cantos e ritos.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**: Palavras de um xamã Yanomami. Tradução Beatriz Perrone-Moisés; Prefácio de Eduardo Viveiros de Castro. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
CÓRTEZ, Clelia Neri. **Educação escolar indígena**: resistência ativa e diálogos interculturais. Salvador: EDUFBA, 2023.
ACSELRAD, Maria. **Avança caboclo!**: a dança contra o estado dos caboclinhos de Pernambuco. Recife: Ed. UFPE, 2022.
SILVA, Marilza Oliveira. **Danças Indígenas e Afrobrasileiras**. Salvador: UFBA, Escola de Dança; Superintendência de Educação à Distância, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BIANCARDI, Emília. **O som dos esquecidos**: coleção de instrumentos musicais tradicionais indígenas. Salvador: Ideia no Papel, 2017.
KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. Pesquisa e organização Rita Carelli. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
MUNDURUKU, Daniel. **Memórias de índio**: uma quase autobiografia. 1ª ed. Porto Alegre, RS: Edelbra, 2016.

OUTRAS INDICAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

JECUPÉ, Kaka Será. **A terra dos mil povos**: história indígena brasileira contada por um índio. São Paulo: Petrópolis, 1998. (Série educação para a paz).
Nós Tupinambá./Textos e Fotos da comunidade indígena Tupinambá de Olivença; edição Sebastián Gerlic. Maceió, 2008 (Índio na visão dos índios).

PÃRÔKUMU, Umusi (Firmiano Arantes Lana); KEHIRI, Toramu (Luiz Gomes Lana). Antes o mundo não existia: Mitologia Desana-Kêhiripõã. Ilustrações Toramu Kehiri. 3. ed. - Rio de Janeiro: Dantes Ed., 2019.

LINKS

<https://sumauma.com/em-nome-dos-mortos/>

https://youtu.be/j_wBZgh6wcs?si=VUeJ3F75sIOjWFKJ

<https://youtu.be/5byN3rhhZKs?si=apVRrUyNIvDFbsXv>



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PRO-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

**FORMULÁRIO PARA CRIAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE COMPONENTE CURRICULAR -
GRADUAÇÃO**
(Resolução CAE/UFBA 3/2019)

Código e nome do componente curricular: LETXXX - Literaturas dos Povos Indígenas						Instância de alocação: Coordenação Acadêmica de Ensino de Letras (CAEL)						Pré-requisito: Sem pré-requisito							
Modalidade: Disciplina						Submodalidade: Teórico-Prática						Sistema de avaliação: Nota							
Carga Horária (estudante)						Carga Horária Docente/Turma						Módulo de estudantes							
T	T/P	P	PP	Ext	E	Total	T	T/P	P	PP	Ext	E	Total	T	T/P	P	PP	Ext	E
	60					60		60					60		30				
Ementa: Estudos das literaturas de autoria de povos indígenas. Concepções de literatura, cultura e artes em contextos indígenas. Relações das literaturas de autoria indígena com outras artes. Escritores e artistas indígenas. Oralidade, memórias e as artes do corpo. Autoria individual e coletiva, gêneros multimodais, processos de criação e circulação de literaturas indígenas.																			
Natureza: Obrigatória para a Habilitação em Artes, Linguagens e Literaturas da Licenciatura Intercultural Indígena																			



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PRO-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

**FORMULÁRIO PARA CRIAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE COMPONENTE CURRICULAR -
GRADUAÇÃO**
(Resolução CAE/UFBA 3/2019)

Código e nome do componente curricular: MUSXXX - Ensino e aprendizagem musical em perspectiva afrodiáspórica e indígena						Instância de alocação: Departamento de Música						Pré-requisito: Sem pré-requisito							
Modalidade: Disciplina						Submodalidade: Teórico-Prática						Sistema de avaliação: Nota							
Carga Horária (estudante)						Carga Horária Docente/Turma						Módulo de estudantes							
T	T/P	P	PP	Ext	E	Total	T	T/P	P	PP	Ext	E	Total	T	T/P	P	PP	Ext	E
	45					45		45					45		30				
Ementa: Cosmovisão afrobrasileira e indígena. Valores civilizatórios afrobrasileiros e indígenas com ênfase na oralidade e na roda na transmissão de saberes musicais. Músicas ancestrais, tradicionais e contemporâneas e seus repertórios oriundos das músicas africanas, afrodiáspóricas e indígenas. Perspectiva intercultural da educação e da educação musical. Educação musical intercultural.																			
Natureza: Obrigatória para a Habilitação em Artes, Linguagens e Literaturas da Licenciatura Intercultural Indígena																			



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PRO-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

**FORMULÁRIO PARA CRIAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE COMPONENTE CURRICULAR -
GRADUAÇÃO**
(Resolução CAE/UFBA 3/2019)

Código e nome do componente curricular: LETXXX - Multiletramentos e Artes	Instância de alocação: Coordenação Acadêmica de Ensino de Letras (CAEL)	Pré-requisito: Sem pré-requisito
Modalidade: Disciplina	Submodalidade: Teórico-Prática	Sistema de avaliação: Nota
Carga Horária (estudante)	Carga Horária Docente/Turma	Módulo de estudantes
T T/P P PP Ext E Total	T T/P P PP Ext E Total	T T/P P PP Ext E
60	60	30
Ementa: Estudo da correlação entre os multiletramentos e as artes indígenas com foco nos saberes, cosmopercepções e experiências históricas dos povos originários.		
Natureza: Obrigatória para a Habilitação em Artes, Linguagens e Literaturas da Licenciatura Intercultural Indígena		



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PRO-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

**FORMULÁRIO PARA CRIAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE COMPONENTE CURRICULAR -
GRADUAÇÃO**
(Resolução CAE/UFBA 3/2019)

Código e nome do componente curricular: LETXXX - Multiletramentos e Identidades						Instância de alocação: Coordenação Acadêmica de Ensino de Letras (CAEL)						Pré-requisito: Sem pré-requisito							
Modalidade: Disciplina						Submodalidade: Teórico-Prática						Sistema de avaliação: Nota							
Carga Horária (estudante)						Carga Horária Docente/Turma						Módulo de estudantes							
T	T/P	P	PP	Ext	E	Total	T	T/P	P	PP	Ext	E	Total	T	T/P	P	PP	Ext	E
	60					60		60					60		30				
Ementa: Estudo das noções de multiletramentos, multimodalidade e identidades indígenas aplicadas ao contexto linguístico-cultural e práticas dos povos originários brasileiros.																			
Natureza: Obrigatória para a Habilitação em Artes, Linguagens e Literaturas da Licenciatura Intercultural Indígena																			

Habilitação em Matemática e Ciências da Natureza



DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

CÓDIGO	NOME	DEPARTAMENTO OU EQUIVALENTE											
MATA68	Computador, Ética e Sociedade	Departamento de Computação Interdisciplinar											
CARGA HORÁRIA (estudante)							MODALIDADE/ SUBMODALIDADE	PRÉ-REQUISITO (POR CURSO)					
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	Disciplina/Teórico-Prática	Sem pré-requisito					
30		15				45							
CARGA HORÁRIA (docente/turma)							MÓDULO						SEMESTRE DE INÍCIO DA VIGÊNCIA
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	T	T/P	P	PP	Ext	E	2024.2
30		15				45		30					

EMENTA

O papel do computador na sociedade contemporânea: impactos, consequências e tendências. Os novos paradigmas da sociedade da informação e seus aspectos econômicos, sociais, políticos, éticos, culturais e educacionais. Ética e a profissão. Direitos e deveres do profissional. Associações, órgãos de classe e seus objetivos.

OBJETIVOS

1. Informar e despertar uma consciência crítica e responsável sobre os diversos aspectos associados aos impactos da informática na sociedade, analisando as suas influências, positivas e negativas, do ponto de vista socioeconômico, político, ecológico, dentro de dimensões individual, regional, nacional e internacional.
2. Estimular a apropriação didático-pedagógica das tecnologias digitais como ferramentas de construção do conhecimento em atividades de ensino online.
3. Apoiar a estruturação das tecnologias digitais no contexto do conteúdo programático.
4. Reconhecer a computação e as tecnologias digitais como recursos desencadeadores de novas estratégias de ensino e de aprendizagem, que contribuem de forma significativa para o processo de construção do conhecimento.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Sociedade da Informação

- O projeto da Sociedade da Informação no Brasil.
- Inclusão e exclusão digital.
- Tecnologias Digitais e a Educação Ambiental
- Relações entre Cultura Digital, Afro-Brasileira e Indígena.

2. Ética e Computação

- O que é ética?
- Ética da vida.
- Aspectos éticos em computação.

3. Software Livre X Software Proprietário

- O que é software livre? Como surgiu?
- O software proprietário e a licença de software.
- Questões econômicas e sociais.
- As iniciativas do software livre.

4. Segurança e Privacidade da Informação

- Ética Hacker.
- Privacidade e segurança: desafios e soluções.

5. O profissional de Computação

- Regulamentação da Profissão.
- Carreira e Mercado de Trabalho.
- Código de Conduta Profissional.

6. Aplicações da Tecnologia

- Comércio eletrônico.
- Jornalismo digital on-line, fake news.
- Difusão de conhecimento e cultura digital.
- Sistemas Inteligentes.

7. Comportamento Social e Internet

- Redes Sociais, Blogs, Big Data.
- Games
- Crimes virtuais.
- Internet das coisas.

8. Informática na Educação

- Ensino a distância.
- Software educacional e o computador em sala de aula.
- Alfabetização digital X Apropriação tecnológica.

9. Problemas e doenças associadas ao uso do computador

- Ergonomia.
- O stress da informação.

10. Tecnologias assistivas

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COMPUTAÇÃO e Sociedade - v 1, 2 e 3. [e-book] / Organizadores: Cristiano Maciel; José Viterbo. 1ª edição. Cuiabá-MT: EdUFMT Digital, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3jO8DfG>.

MASIEIRO, P. C. **Ética para Computação**. EDUSP, 2000.

PRETTO, N. de L. **Educações, culturas e hackers: escritos e reflexões**. EDUFBA: Salvador, 2017. ISBN: 978-85-232-1654-2. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/25327>.

PRETTO, N. de L.; SILVEIRA, S. A. (organizadores). **Além das redes de colaboração: internet, diversidade cultural e tecnologias do poder**. EDUFBA, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/211/4/Alem%20das%20redes%20de%20colaboracao.pdf>.

SINGER, P. **Ética Prática**. 3ª ed. Cambridge University Press, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CÓDIGO de Ética da ACM (Association for Computer Machinery). Disponível em: <http://www.acm.org/about-acm/acm-code-of-ethics-and-professional-conduct>.

HIMANEN, Pekka. **A ética dos Hackers e o espírito da era da Informação**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2001.

LIVRO Verde (Sociedade da Informação). **Sociedade da informação no Brasil**: livro verde / organizado por Tadao Takahashi. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. ISBN 85-88063-017.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização** (do pensamento único à consciência universal). 13. ed. Rio de Janeiro, RJ, 2008.

SAVATER, Fernando. **Ética para meu filho**. Editora Planeta, 2008.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. **Software Livre: a luta pela liberdade do conhecimento**. Fundação Perseu Abramo, 2004. Disponível em: http://www.sisbin.ufop.br/novoportal/wpcontent/uploads/2015/03/Software_livre.pdf.

SÉRGO Amaral, Nelson Pretto, org. **Ética, hacker e a educação**. 2012. Disponível em: http://www.lantec.fe.unicamp.br/lantec/publicacoes/ly_hacker.pdf.

Artigos em jornais, revistas, Internet e filmes especificamente indicados.



DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

CÓDIGO	NOME	DEPARTAMENTO OU EQUIVALENTE
FISC50	Conceitos de Física A	Departamento de Física Geral

CARGA HORÁRIA (estudante)							MODALIDADE/ SUBMODALIDADE	PRÉ-REQUISITO (POR CURSO)
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	Disciplina/Teórico-Prática	Sem pré-requisito
45		15				60		

CARGA HORÁRIA (docente/turma)							MÓDULO						SEMESTRE DE INÍCIO DA VIGÊNCIA
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	T	T/P	P	PP	Ext	E	2024.2
45		15				60							

EMENTA

Estudo da gênese do método científico. Conceitos, fenômenos e leis físicas relativas à Mecânica, desde suas origens na Grécia Antiga até a revolução científica do século XVII. Em especial, estudo da Cosmologia e da Física aristotélica; a Astronomia ptolomaica; a transmissão do aristotelismo ao ocidente; a Astronomia e a Física da Idade Média; a revolução copernicana; a obra científica de Kepler; a obra científica de Galileu; o nascimento da Física newtoniana e a modernização da Mecânica newtoniana. O estudo contextualizado do assunto é apoiado por experimentos demonstrativos, quando possível.

OBJETIVOS

Investigar a evolução do método científico ao longo da história, desde suas origens na Grécia Antiga até a revolução científica do século XVII, com foco na Mecânica. Esse estudo abordará conceitos, fenômenos e leis físicas, destacando a Cosmologia e a Física aristotélica, a Astronomia ptolomaica, a transmissão do aristotelismo ao ocidente, a Astronomia e a Física da Idade Média, a revolução copernicana, as contribuições de Kepler e Galileu, além do surgimento da Física newtoniana e a modernização da Mecânica newtoniana. Serão utilizados experimentos demonstrativos sempre que possível para enriquecer o contexto histórico e científico do estudo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. De Thales a Ptolomeu
2. A física aristotélica
3. A física da força impressa e do impetus
4. Galileu e a teoria copernicana
5. A física de Galileu
6. As leis de Kepler do movimento planetário
7. Sobre René Descartes e Newton
8. A física e a cosmologia cartesiana
9. A dinâmica das colisões e o surgimento de uma nova física
10. A gravitação newtoniana
11. Das resistências à gravitação ao contexto de sua aceitação

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

HEWITT, Paul G. **Física Conceitual**. 11. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2011.

PEDUZZI, Luiz O. Q. **Evolução dos Conceitos da Física**: força e movimento, de Thales a Galileu. Florianópolis, Departamento de Física, Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

PEDUZZI, Luiz O. Q. **Da física e da cosmologia de Descartes à gravitação newtoniana**. Florianópolis, Departamento de Física, Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

-
- EINSTEIN, Albert & INFELD, Leopold. **A evolução da física**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- FREIRE JR, O. Física Aristotélica, **Física Medieval & Física Galileana**: ruptura e continuidade. O pensamento medieval: anais da II Semana de Filosofia. Ilhéus, 18 a 20 de outubro de 2000.
- FREIRE JR, O., MATOS FILHO M. e do VALLE, A. L. **Uma exposição didática de como Newton apresentou a Força Gravitacional**. Física na Escola, v. 5, n. 1, 2004.
- PEDUZZI, Luiz O. Q. **Física Básica A**. 2. ed. Florianópolis: UFSC/EAD/CED?CFM, 2009.
- PEDUZZI, Luiz O. Q. **Física Básica B**. 2. ed. Florianópolis: UFSC/EAD/CED?CFM, 2010.
- ROCHA, José Fernando. **Origens e evolução das ideias da Física**. Salvador: EDUFBA, 2002.
-



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PRO-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

FORMULÁRIO PARA CRIAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE COMPONENTE CURRICULAR -
GRADUAÇÃO
(Resolução CAE/UFBA 3/2019)

Código e nome do componente curricular: BIOXXX - Diversidade de Plantas, Algas e Fungos						Instância de alocação: Coordenação Acadêmica IBIO						Pré-requisito: Sem pré-requisito							
Modalidade: Disciplina						Submodalidade: Teórico-Prática						Sistema de avaliação: Nota							
Carga Horária (estudante)						Carga Horária Docente/Turma						Módulo de estudantes							
T	T/P	P	PP	Ext	E	Total	T	T/P	P	PP	Ext	E	Total	T	T/P	P	PP	Ext	E
30		30				60	30		30				60		30				
Ementa: Compreensão dos critérios utilizados na organização e classificação dos sistemas vivos, e da nomenclatura científica. Compreensão e análise do conceito de biodiversidade. Estudo e compreensão dos níveis de organização dos sistemas vivos. Estudo e compreensão da organização morfológica e dos aspectos funcionais dos fungos. Estudo da origem dos eucariotes fotossintetizantes e entendimento da história evolutiva dos plastídios. Estudo e compreensão da origem das plantas terrestres. Estudo e compreensão da organização morfológica e funcional das plantas terrestres. Estudo e entendimento dos ciclos reprodutivos ou história de vida dos principais grupos de plantas terrestres. Reflexões sobre as repercussões dos conhecimentos adquiridos sobre as plantas terrestres e suas aplicações na sociedade humana.																			
Natureza: Obrigatória para a Habilitação em Matemática e Ciências da Natureza da Licenciatura Intercultural Indígena																			



DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

CÓDIGO		NOME					DEPARTAMENTO OU EQUIVALENTE											
MATA019		Elementos da Matemática					Departamento de Matemática											
CARGA HORÁRIA (estudante)							MODALIDADE/ SUBMODALIDADE						PRÉ-REQUISITO (POR CURSO)					
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	Disciplina/Teórica						Sem pré-requisito					
60						60												
CARGA HORÁRIA (docente/turma)							MÓDULO						SEMESTRE DE INÍCIO DA VIGÊNCIA					
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	T	T/P	P	PP	Ext	E	2024.2					
60						60	45											

EMENTA

Estudo geral de funções. Função de 1o e 2o grau. Função exponencial e função logarítmica. Logaritmos decimais. Progressões. Juros. Noções de Matemática Financeira.

OBJETIVOS

Compreender e aplicar os conceitos fundamentais de funções e progressões, incluindo funções de primeiro e segundo grau, funções exponenciais e logarítmicas, logaritmos decimais, bem como noções básicas de matemática financeira, como juros simples e compostos. Este objetivo envolve a capacidade de analisar, representar graficamente e resolver problemas relacionados a esses tópicos, demonstrando compreensão dos princípios subjacentes e sua aplicabilidade em situações do mundo real.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Função do 1o grau: estudo da reta
- Função do 2o grau
- Função composta: identidade e função inversa
- Logaritmos
- Função exponencial e função logarítmica
- Logaritmos decimais
- Noções de sequências. Progressão aritmética e geométrica
- Juro, montante, valor atual e nominal
- Taxas proporcionais, equivalentes, implícita efetiva e nominal
- Taxa média e prazo médio
- Descontos
- Regra do juro sobre saldo devedor.

BIBLIOGRAFIA

- CRESPO, A. A. **Estatística Fácil**. Ed. Saraiva, 19 ed., 2009.
- VIEIRA, S. **Introdução a Bioestatística** 4 ed. Editora ele. Rose Gudes, 1998.
- GERDES, Paulus. **Geometria e Cestaria dos Bora na Amazônia Peruana**. Lulu Enterprises, Morrisville, NC 27560, Estados Unidos da América, 2007.



DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

CÓDIGO	NOME	DEPARTAMENTO OU EQUIVALENTE
FAR172	Fitofármacos e Fitoterapia	Departamento de Medicamento

CARGA HORÁRIA (estudante)							MODALIDADE/ SUBMODALIDADE	PRÉ-REQUISITO (POR CURSO)
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	Disciplina/Teórico-Prática	Sem pré-requisito
30		15		15		60		

CARGA HORÁRIA (docente/turma)							MÓDULO						SEMESTRE DE INÍCIO DA VIGÊNCIA
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	T	T/P	P	PP	Ext	E	2024.2
30		15		15		60		30					

EMENTA

Estudo da matéria-prima de origem vegetal e dos fitomedicamentos, em conteúdos que abrangem o conhecimento químico, farmacológico e toxicológico dos fitofármacos, com ênfase na importância atual da manipulação e produção industrial dos medicamentos desses. No contexto da aprendizagem, valorização do conhecimento popular na busca de novos fitofármacos; preservação dos recursos naturais disponíveis. Importância do estudo das atuais legislações que regulamentam o cultivo das plantas medicinais, a biotecnologia agregada à produção da matéria-prima vegetal e o registro e produção do fitomedicamento; o papel do farmacêutico nesse dinâmico mercado em constante crescimento. Discussão sobre as drogas vegetais usadas na clínica médica, certificadas através da bibliografia especializada em "sites", revistas científicas, farmacopéias e relatórios nacionais e internacionais. Viabilidade do uso de plantas medicinais nos serviços de saúde.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

- Apresentar as principais espécies vegetais com emprego em fitoterapia de acordo com a sua indicação clínica.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Discutir a importância do conhecimento popular no emprego de espécies vegetais como recursos terapêuticos.
- Listar as espécies vegetais empregadas na fitoterapia.
- Ressaltar a importância do Memento Fitoterápico na prescrição clínica de insumos farmacêuticos ativos naturais.
- Apresentar as principais legislações que normatizam o uso de espécies medicinais e fitoterápicos no Brasil.
- Avaliar casos para a aplicação de plantas medicinais e fitoterápicos na abordagem clínica ao paciente.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Panorama da Fitoterapia no Brasil
2. Marcos legais em Fitoterapia
3. Busca racional de bioativos vegetais
4. Plantas que podem auxiliar no tratamento da Diabetes e Obesidade
5. Fitoterapia do Sistema Nervoso Central
6. Consulta Pública 14/2013 - "Produtos Tradicionais Fitoterápicos de Registro Simplificado"
7. Técnicas de bioprospecção para plantas medicinais
8. Fitoterapia do Sistema Genito-Urinário
9. Fitoterapia do Sistema Digestório
10. Fitoterapia do Sistema Respiratório
11. Fitoterapia do Sistema Cardiovascular
12. Fitoterápicos Adaptógenos
13. Fitoterápicos Anti-inflamatórios
14. Manipulação de Fitoterápicos

-
15. Programa prático:
 16. Levantamento de chás comercializados em estabelecimentos não Farmacêuticos
 17. Estudo comparativo entre a Legislação de chá (alimentos), RDC 10/10 e o levantamento de chás comercializados em estabelecimentos não
 18. Farmacêuticos.
 19. Estudo de Caso de Diabetes e Obesidade e Sistema Nervoso Central
 20. Contribuições a CP 14
 21. Patentes
 22. Estudos de casos
 23. Seminário – Parte I
 24. Seminário – Parte II
-

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Formulário de Fitoterápicos da Farmacopeia Brasileira**. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília: Anvisa, 2011. 126 p.
- BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Memento Fitoterápico da Farmacopeia Brasileira**. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília, Anvisa, 2016. 113 p.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos**. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Assistência Farmacêutica. Brasília. Ministério da Saúde, 2006 a, 60 p.
- BRASIL. 2006. **Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde**. Ministério da Saúde. Portaria 971 de 03 de Maio de 2006. Publicado no D.O.U. de 04 de Maio de 2006. Brasília, DF.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BARNES, J.; ANDERSON, L. A.; PHILIPSON, J. D. **Fitoterápicos**. 3. Ed. Porto Alegre/RS: Artmed, 2012.
- CECHINEL FILHO, V.; ZANCHETT, C. C. C. **Fitoterapia avançada: uma abordagem química, biológica e nutricional**. Porto Alegre: Artmed, 2020. 150 p.
- MATOS, F. J. A. **Plantas Medicinais: Guia de Seleção e Emprego das Plantas usadas em Fitoterapia no Nordeste do Brasil**. 3. ed. Fortaleza: Imprensa Universitária/UFC, 2007. 394 p.
- PARÉS, L. N. **Crioulização no recôncavo baiano**, 2005, revista Afro-Ásia/UFBA.
- ROBBERS, J. E.; SPEEDIE, M.K.; TYLER, V. E. **Farmacognosia e farmacobiotechnology**. São Paulo: Premier, 1997.
- SAAD, G. A.; LÉDA, P. H. O.; SÁ, I. M.; SEIXLACK, A. C. **Fitoterapia Contemporânea: tradição e ciência na prática clínica**. Ed. Elsevier. 2009.
-



DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

CÓDIGO	NOME	DEPARTAMENTO OU EQUIVALENTE
BIO006	Fundamentos da Zoologia	Coordenação Acadêmica IBIO

CARGA HORÁRIA (estudante)							MODALIDADE/ SUBMODALIDADE	PRÉ-REQUISITO (POR CURSO)
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	Disciplina/Teórico-Prática	Sem pré-requisito
30		30				60		

CARGA HORÁRIA (docente/turma)							MÓDULO						SEMESTRE DE INÍCIO DA VIGÊNCIA
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	T	T/P	P	PP	Ext	E	2024.2
30		30				60		30					

EMENTA

Estudo elementar da Zoologia. Identificação e caracterização geral dos diversos agrupamentos zoológicos. Técnicas para obtenção de organismos e montagens de coleções didáticas. Estudo prático de exemplares típicos dos grupos mais representativos.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Definir, reconhecer, compreender e caracterizar os principais grupos de animais em um contexto evolutivo e aplicar este conhecimento no ensino da Zoologia na Educação Básica.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS (conceituais, procedimentais e atitudinais)

Conceituais

1. Ministrando aulas teóricas e práticas de Zoologia para alunos da Educação Básica.
2. Avaliar criticamente a maneira como a Zoologia é abordada em livros didáticos utilizados na Educação Básica.
3. Elaborar apostilas teórico-práticas sobre os principais grupos de animais a serem utilizadas de forma complementar ao livro didático.

Procedimentais

1. Utilizar técnicas gerais de curadoria de coleções zoológicas.
2. Utilizar técnicas de coleta para alguns dos grupos estudados, visando a montagem de coleções didáticas.
3. Utilizar técnicas de manuseio e montagem de coleções didáticas de alguns dos grupos estudados.
4. Construir estratégias alternativas a serem utilizadas no ensino de zoologia na Educação Básica.
5. Observar e reconhecer alguns grupos estudados em campo, seja em seu ambiente natural ou em cativeiro.

Atitudinais

1. Valorizar as coleções biológicas e dos museus de História Natural e o aproveitamento destas instituições no ensino de Zoologia para a Educação Básica.
2. Utilizar as coleções didáticas em sala de aula como uma forma de despertar a curiosidade e criatividade dos alunos da Educação Básica para a Zoologia.
3. Utilizar espaços públicos (e.g., parques, praias e jardins zoológicos) como ambientes alternativos ao ensino da Zoologia, em especial para os alunos da Educação Básica.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Unidade I

1. Introdução à Zoologia; Coleções, classificação e nomenclatura zoológica.
2. Características gerais, biologia e diversidade de "Protozoa".
3. Origem e evolução de Metazoa.
4. Aspectos gerais de sistemática, morfologia, biologia e diversidade de Porifera.
5. Aspectos gerais de sistemática, morfologia, biologia e diversidade de Cnidaria e Ctenophora.

6. Aspectos gerais de sistemática, morfologia, biologia e diversidade de Platyhelminthes.

7. Aspectos gerais de sistemática, morfologia, biologia e diversidade de Mollusca.

Unidade II

8. Aspectos gerais de sistemática, morfologia, biologia e diversidade de Annelida.

9. Aspectos gerais de sistemática, morfologia, biologia e diversidade de Nematoda e Nematomorpha.

10. Aspectos gerais de sistemática, morfologia, biologia e diversidade de Trilobita, Chelicerata & Myriapoda.

11. Aspectos gerais de sistemática, morfologia, biologia e diversidade de Crustacea.

12. Aspectos gerais de sistemática, morfologia, biologia e diversidade de Insecta.

Unidade III

13. Aspectos gerais de sistemática, morfologia, biologia e diversidade de Echinodermata e introdução a Chordata.

14. Aspectos gerais de sistemática, morfologia, biologia e diversidade de Condriichthyes e Actinopterygii.

15. Aspectos gerais de sistemática, morfologia, biologia e diversidade de Tetrapoda – parte 1 (anfíbios e “répteis”).

16. Aspectos gerais de sistemática, morfologia, biologia e diversidade de Tetrapoda – parte 2 (aves e mamíferos).

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRUSCA, R. & BRUSCA, G.J. 2007. **Invertebrados**. 2a ed. Editora Guanabara Koogan S.A., Rio de Janeiro.

HICKMAN, C.P. ; ROBERTS, L.S. & LARSON, A. 2016. **Princípios Integrados de Zoologia**. 16a ed. Editora Guanabara Koogan S.A., Rio de Janeiro.

KARDONG, K.V. 2011. **Vertebrados - Anatomia Comparada Função e Evolução**. 5a ed. São Paulo, Editora Roca.

POUGH, F.H.; JANIS, C.M.; HEISER, J.B. 2008. **A vida dos vertebrados**. 4a ed. Atheneu, São Paulo.

RUPPERT, E.E.; FOX, R.S. & BARNES, R.D. 2005. **Zoologia dos Invertebrados**. 7a ed. Editora Roca, São Paulo.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Como bibliografia complementar, serão utilizados artigos e textos científicos, de autores variados, em inglês e português, específicos para os diferentes grupos taxonômicos estudados.



DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

CÓDIGO	NOME	DEPARTAMENTO OU EQUIVALENTE											
QUIB13	Fundamentos de Química	Departamento de Química Geral & Inorgânica											
CARGA HORÁRIA (estudante)							MODALIDADE/ SUBMODALIDADE	PRÉ-REQUISITO (POR CURSO)					
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	Disciplina/Teórica	Sem pré-requisito					
30						30							
CARGA HORÁRIA (docente/turma)							MÓDULO	SEMESTRE DE INÍCIO DA VIGÊNCIA					
							Número <u>mínimo</u> de vagas por turma (Cf. Resolução CONSEPE/UFBA n. 02/2009)						
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	T	T/P	P	PP	Ext	E	2024.2
30						30	45						

EMENTA

Estrutura do átomo: modelos de Rutherford–Bohr e atual. Ligação Química: Teoria de ligação de valência; Introdução à teoria de orbital molecular; Modelo simplificado da ligação iônica. Forças Intermoleculares. Soluções e Colóides. Reações Químicas: aspectos qualitativos. Reações Químicas: aspectos quantitativos. Energia de Ativação e Equilíbrio Químico.

OBJETIVOS

- Entender a constituição química da matéria.
- Reconhecer as forças interpartículas como responsáveis pelas propriedades da matéria.
- Entender os estados dispersos da matéria.
- Avaliar aspectos qualitativos e quantitativos das reações químicas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

I - Estrutura atômica

- 1- Modelo de Rutherford
- 2- Modelo de Bohr
- 3- Modelo Atual

II - Forças Interpartículas

- 1- Tipos: ligações químicas e forças intermoleculares
- 2- Ligação Covalente: 1- Teoria da ligação de valência / Teoria do Orbital Molecular: moléculas diatômicas
- 3- Ligação Iônica: energias envolvidas
- 4- Força intermoleculares: dipolo–dipolo; dipolo instantâneo–dipolo induzido; íon–dipolo
- 5- Forças interpartículas e os estados físicos da matéria

III - Estados Dispersos da Matéria

- 1-Soluções e Colóides
- 2-Concentração de soluções: conceito e modos de expressar
- 3-Forças interpartículas e solubilidade
- 4-Sistemas coloidais: propriedades e formação

IV - Reações Químicas

- 1-Definição: reação e equação.
- 2-Mol e massas molares
- 3-Tipos de reações: Ácido–Base; Oxidação–Redução
- 4-Energia: porque as reações ocorrem?
- 5-Energia de Ativação e velocidade das reações.
- 6-Equilíbrio Químico

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ATKINS, P. e JONES, L. **Princípios de química**: questionando a vida moderna e o meio ambiente. Tradução Ignez Caracelli et al. Porto Alegre: Bookman, 2001.
2. BRADY, J. E e HUMISTON, G. E. **Química Geral**. Tradução Cristina M. P. dos Santos e Roberto B. Faria. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2002.
3. BROWN, T. L.; LEMAY Jr, H. E. BURSTEN, R. E. **Química**: a ciência central. 9. ed. New York: Prentice Hall, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. EBBING, D. D. **Química Geral**. Tradução Horácio Macedo. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1998. 2v.
 2. MASTERTON, W.L., SLOWINSKI, E.J. e STANITSKI, C. L. **Princípios de Química**. 6. ed. Tradução Jossyl de S. Peixoto. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1990.
 3. RUSSELL, J. B. **Química Geral**. 2. ed. Tradução Márcia Guekezian et al. São Paulo: Makron Books, 1994.
-



DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

CÓDIGO	NOME	DEPARTAMENTO OU EQUIVALENTE
BIO007	Introdução à Biologia	Coordenação Acadêmica IBIO

CARGA HORÁRIA (estudante)							MODALIDADE/ SUBMODALIDADE	PRÉ-REQUISITO (POR CURSO)
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	Disciplina/Teórica	Sem pré-requisito
60						60		

CARGA HORÁRIA (docente/turma)							MÓDULO						SEMESTRE DE INÍCIO DA VIGÊNCIA
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	T	T/P	P	PP	Ext	E	2024.2
60						60	45						

EMENTA

Organização e evolução da célula. A superfície celular. Motilidade e forma da célula. Os componentes do citoesqueleto. Organização do material genético. O ciclo celular. A decodificação da informação genética. Organização e evolução molecular de agentes infecciosos não celulares. A lógica molecular na condição vital. A origem e evolução da vida.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Analisar a célula como unidade estrutural e funcional do ser vivo, considerando aspectos universais na organização celular, padrões celulares estabelecidos e diversidade celular sob a lógica da evolução.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS (conceituais, procedimentais e atitudinais)

CONCEITUAIS

1. Analisar os princípios da teoria celular e diferentes níveis de organização de um organismo pluricelular.
2. Caracterizar os tipos de moléculas presentes nos sistemas vivos.
3. Analisar comparativamente a morfofisiologia de células procarióticas e eucarióticas.
4. Discutir hipóteses sobre a origem e estabelecimento das células eucarióticas.
5. Analisar a estrutura e propriedades da membrana plasmática.
6. Caracterizar os diferentes tipos de transporte através da membrana.
7. Caracterizar os componentes do citoesqueleto quanto à organização molecular e funções relacionadas com a estruturação, movimentos e processos celulares.
8. Relacionar a estrutura e funcionamento das mitocôndrias com as etapas e o rendimento da respiração celular.
9. Caracterizar as organelas membranosas constituintes do sistema de endomembranas característico de células eucarióticas.
10. Analisar mecanismos de síntese, processamento, direcionamento e transporte de proteínas relacionando-os com a dinâmica do sistema de endomembranas.
11. Caracterizar as vias secretora e endocítica.
12. Caracterizar as principais vias de transdução de sinal.
13. Analisar comparativamente a organização e replicação do material genético em células procarióticas e eucarióticas.
14. Analisar a importância dos mecanismos de reparo.
15. Descrever eventos básicos dos processos de transcrição e processamento de RNAs.
16. Caracterizar o processo de tradução em procariotos e eucariotos, considerando características do código genético.
17. Analisar a dinâmica do ciclo celular, considerando fases e pontos de controle.
18. Discutir temas de Biologia Celular e Molecular, envolvendo conceitos, técnicas, implicações e possibilidades no contexto da prática profissional.

PROCEDIMENTAIS

1. Analisar aspectos gerais de métodos de estudo das células.

-
2. Interpretação de recursos audiovisuais aplicados ao estudo de Biologia Celular.
 3. Formular e integrar estratégias de estudo, estratégias de comunicação.
 4. Desenvolver habilidades mentais/cognitivas como: observação, interpretação, síntese, análise de dados.
 5. Elaborar expressão oral e escrita de conteúdos específicos.

ATITUDINAIS

1. Desenvolver habilidades e atitudes relacionadas com curiosidade, criatividade, compromisso, corresponsabilidade, autonomia, proatividade, planejamento de estratégias de estudo, ação cidadã, crítica, participativa, colaborativa, com ênfase para o processo de formação e a atuação profissional.
-

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Aspectos fundamentais da constituição e do funcionamento dos sistemas vivos.
 2. Moléculas características dos sistemas vivos: propriedades e funções na célula.
 3. Células procarióticas e eucarióticas e Agentes infecciosos não celulares.
 4. Estrutura e propriedades da membrana plasmática.
 5. Permeabilidade Seletiva e Transporte transmembrana.
 6. Citoesqueleto.
 7. Mitocôndrias e Bioenergética.
 8. Compartimentos intracelulares (distribuição de proteínas e tráfego de vesículas).
 9. Sinalização e comunicação celular.
 10. Organização do material genético.
 11. DNA: replicação e reparo.
 12. Decodificação da Informação Genética.
 13. Regulação Ciclo Celular.
 14. Tópicos especiais: SARS-CoV-2 e COVID-19; Ciclo celular e câncer; Organismos transgênicos.
-

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ALBERTS, B.; BRAY, D.; HOPKIN, K.; JOHNSON, A.; LEWIS, J.; RAFF, M.; ROBERTS, K.; WALTER, P. **Fundamentos da biologia celular**. 4.ed. Porto Alegre: Artmed. 2017.
- ALBERTS, B., JOHNSON, A., LEWIS, J., RAFF, M., ROBERTS, K., WALTER, P. **Biologia molecular da célula**. Trad. de Ana Letícia de Souza Vanz et al. 5 ed. Porto Alegre: Artmed. 2010. 1396 p. Il.
- COOPER, G. M. **A Célula: uma abordagem molecular**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed. 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- SADAVA, D., HELLER, H. C., ORIANI, G. H., PURVES, W. K., HILLIS, D. M. **Vida - a Ciência da Biologia - Vol I - Célula e Hereditariedade**. Trad. Carla Denise Bonan et al. 8 Ed. Porto Alegre: Artmed. 2009.
- Julio Tirapegui, **Nutrição Fundamentos e Aspectos Atuais**. Editora: Atheneu 3a Ed. 2013 – ISBN: 8538804057
- Simone Morelo Dal Bosco e Julia Pasqualini Genro. **Nutrigenética e Implicações na Saúde Humana**. 2014. Editora: Atheneu. ISBN: 978-85-388-0519-9
- Cozzolino, Silvia Maria Franciscato - Cominetti, Cristiane. **Bases Bioquímicas e Fisiológicas da Nutrição nas Diferentes Fases da Vida, na Saúde e na Doença**. Editora: Manole. Edição: 1a. 2013 ISBN: 9788520431771
- MULRONEY, S. E.; MYERS, A. K. **Netter, bases da fisiologia**. Rio de Janeiro: Elsevier. 2009.
- WHITNEY, E.; ROLFES, S. R. **Nutrição, vol. 1: entendendo os nutrientes**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.
- LEMONS, Evelyse dos Santos. **A Aprendizagem Significativa: estratégias facilitadoras e avaliação**. Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB, [S.l.], jun. 2013. ISSN 2318-1982. Disponível em: <<http://www.serie-estudos.ucdb.br/index.php/serie-estudos/article/view/291>>. Acesso em: 06 ago. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.20435/serie-estudos.v0i21.291>.
- AUSUBEL, David P., NOVAK, Joseph D., HANESIAN, Helen. **Psicologia educacional**. Tradução Eva Nick. Rio de Janeiro: Interamericana 1980.
- PELLIZZARI, Adriana et al. Teoria da Aprendizagem Significativa Segundo Ausubel. Disponível em: portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000012381.pdf. Acesso em: 06 ago 2019.
-



DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

CÓDIGO	NOME	DEPARTAMENTO OU EQUIVALENTE
MATC26	Matemática para o Ensino Fundamental	Departamento de Matemática

CARGA HORÁRIA (estudante)							MODALIDADE/ SUBMODALIDADE	PRÉ-REQUISITO (POR CURSO)
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	Disciplina/Teórica	Sem pré-requisito
60						60		

CARGA HORÁRIA (docente/turma)							MÓDULO						SEMESTRE DE INÍCIO DA VIGÊNCIA
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	T	T/P	P	PP	Ext	E	2024.2
60						60	45						

EMENTA

Números naturais: cardinalidade, ordem, propriedades aritméticas; Números inteiros: simetrização dos naturais (utilizando sistema posicional - noção métrica), ordem, divisão euclidiana, propriedades aritméticas, divisibilidade e congruência, números primos; Números racionais: fração, aritmética, ordem, razão, proporção e interpretação geométrica, regra da falsa posição. Conceitos geométricos: simetria, perímetro, área e volume, semelhança e congruência. Combinatória e contagem: conjuntos e operações com conjuntos; princípio multiplicativo da combinatória, princípio da casa dos pombos.

OBJETIVOS

Desenvolvimento de práticas pedagógicas voltadas para o ensino fundamental I, evidenciando aspectos históricos, e com inserção de atividades lúdicas e computacionais para elaboração de material didático que poderá ser aplicado em cursos do ensino médio, desenvolvido e apresentado pelos alunos sob a orientação do professor.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Números naturais: cardinalidade, ordem, princípio da indução, Propriedades aritméticas;
2. Números inteiros;
3. Simetrização dos naturais (utilizando sistema posicional - noção métrica);
4. Ordem;
5. Divisão euclidiana;
6. Propriedades aritméticas;
7. Divisibilidade e congruência;
8. Números primos;
9. Números racionais: Fração, Aritmética, Ordem, Razão, proporção e interpretação geométrica, Regra da falsa posição;
10. Conceitos Geométricos: Simetria, Perímetro, área e volume, Semelhança e congruência;
11. Combinatória e contagem: Conjuntos e operações com conjuntos; Princípio multiplicativo da combinatória, Princípio da casa dos pombos.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- Bahiano, Carlos E. N. **Números Racionais e Irracionais**. Apostila da OBMEP. Disponível em: http://miltonborba.org/OBMEP/APOST_3-Racin_Irrac.pdf
- Carvalho, Paulo C. P. **Métodos de Contagem e Probabilidade**. Apostila da OBMEP. Disponível em: http://www.obmep.org.br/export/sites/default/arquivos/apostilas_pic2008/Apostila2contagem.pdf
- DOMINGUES, Hygino. Fundamentos de Aritmética. Editora Atual LTDA.
- HEFEZ, Abramo. **Elementos da Matemática**. Textos Universitários. Sociedade Brasileira de Matemática (SBM).
- HEFEZ, Abramo. **Iniciação à Aritmética**. Apostila da OBMEP. Disponível em: http://www.obmep.org.br/export/sites/default/arquivos/apostilas_pic2008/Apostila1aritmética.pdf
- Banco de Questões da OBMEP (Olimpiada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas). Disponível em: <http://www.obmep.org.br/>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

EUREKA, **Revista da Olimpíada Brasileira de Matemática**. Disponível em: <http://www.obmep.org.br/>

IEZZI, Gelson; MURAKAMI, Carlos. **Fundamentos de Matemática Elementar** - Conjuntos, Funções, Vol. 1. Editora Atual.

RPM, **Revista do Professor de Matemática**.

Livros do Ensino Fundamental em geral.



DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

CÓDIGO	NOME	DEPARTAMENTO OU EQUIVALENTE
MATB72	Pré-Cálculo	Departamento de Matemática

CARGA HORÁRIA (estudante)							MODALIDADE/ SUBMODALIDADE	PRÉ-REQUISITO (POR CURSO)
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	Disciplina/Teórica	Sem pré-requisito
60						60		

CARGA HORÁRIA (docente/turma)							MÓDULO						SEMESTRE DE INÍCIO DA VIGÊNCIA
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	T	T/P	P	PP	Ext	E	2024.2
60						60	45						

EMENTA

Conjuntos numéricos. Progressões geométricas e somas infinitas. Expansões decimais. Reta real, coordenadas e intervalos. Inequações. Curvas no plano. Equações da reta, inclinação. Trinômio de segundo grau. Cônicas como lugar geométrico. Funções: conceitos básicos, função composta, função inversa. Funções elementares: polinomiais, trigonométricas, exponencial e logarítmica. Funções racionais e sua decomposição.

OBJETIVOS

Desenvolver competências na compreensão e manipulação de conjuntos numéricos, progressões geométricas e séries infinitas, expansões decimais, coordenadas e intervalos na reta real, inequações, curvas no plano, equações da reta e sua inclinação, trinômios de segundo grau, bem como o estudo das cônicas como lugares geométricos. Além disso, adquirir habilidades na compreensão dos conceitos básicos de funções, incluindo função composta e inversa, explorando também funções elementares como polinomiais, trigonométricas, exponenciais e logarítmicas, e funções racionais, incluindo sua decomposição. Este objetivo envolve a capacidade de analisar, representar graficamente e resolver problemas relacionados a esses tópicos, demonstrando compreensão dos princípios subjacentes e sua aplicabilidade em contextos matemáticos diversos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Conjuntos Numéricos
2. Progressões Geométricas e Somas Infinitas
3. Expansões Decimais
4. Reta Real, Coordenadas e Intervalos
5. Inequações
6. Curvas no Plano
7. Equações da Reta e Inclinação
8. Trinômio de Segundo Grau
9. Cônicas como Lugar Geométrico
10. Funções: Conceitos Básicos, Função Composta, Função Inversa
11. Funções Elementares
12. Funções Racionais e Sua Decomposição

BIBLIOGRAFIA

- BRASIL, Ministério da Educação. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEEI)**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- COURANT, R.; ROBINS, H. **O que é Matemática?** Rio de Janeiro: Moderna, 2000.
- EVES, H. **Introdução à História da Matemática**. Campinas, SP: UNICAMP, 1995.
- LIMA, E.; CARVALHO, P.; WAGNER, E.; MORGADO, A. **A Matemática do Ensino Médio**. Coleção do Professor de Matemática. Vol. 1. Sociedade Brasileira de Matemática, 2001.
- ROSA, M. S. **Números Complexos: Uma Abordagem Histórica**. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998. Disponível em: http://www.nucsp.br/nos/edmat/ma/dissertacao_mario_servelli_rosa.pdf



DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

CÓDIGO	NOME	DEPARTAMENTO OU EQUIVALENTE
FARC21	Racionalidades Terapêuticas: saberes e práticas alternativas e tradicionais	Departamento de Medicamento

CARGA HORÁRIA (estudante)							MODALIDADE/ SUBMODALIDADE	PRÉ-REQUISITO (POR CURSO)
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	Disciplina/Teórica	Sem pré-requisito
30						30		

CARGA HORÁRIA (docente/turma)							MÓDULO						SEMESTRE DE INÍCIO DA VIGÊNCIA
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	T	T/P	P	PP	Ext	E	2024.2
30						30	45						

EMENTA

A pluralidade do campo terapêutico. Incomensurabilidade entre conhecimento científico e conhecimento tradicional. Abordagem crítica frente aos dilemas de racionalidade biomédica e seus efeitos na prática clínica. Resgate da natureza social das práticas de saúde. Novos agenciamentos e paradigmas que conduzem o processo terapêutico. Apresentação dos fundamentos epistemológicos de saberes e práticas oriundos de diversos grupos étnicos (povos indígenas, comunidades religiosas, população negra, quilombolas).

OBJETIVOS

Conhecer a diversidade de abordagens terapêuticas, considerando a coexistência e interação entre o conhecimento científico e os conhecimentos tradicionais. Analisar criticamente os desafios enfrentados pela racionalidade biomédica na prática clínica, enquanto se resgata a dimensão social das práticas de saúde. Investigar os novos agenciamentos e paradigmas que influenciam o processo terapêutico, destacando os fundamentos epistemológicos dos saberes e práticas de diferentes grupos étnicos, como povos indígenas, comunidades religiosas, população negra e quilombolas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS: natureza, conflitos e construção política.
- Práticas alternativas, tradicionais e complementares – abordagens terapêuticas, institucionalização e legitimação.
- Introdução ao estudo da medicina tradicional indígena, quilombola.
- Práticas mágico-terapêuticas das rezadeiras, benzedeiras e rituais religiosos

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ALVES, P.C.; MINAYO, M.C.S. **Saúde e doença**: um olhar antropológico. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2008.
EVANS-PRITCHARD, E.E. **Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1987.
LOYOLA, M.A. **Médicos e Curandeiros**: conflito social e saúde. São Paulo: Difel, 1984.
MERHY, E.E.; ONOCKO, R. (Orgs.) **Agir em saúde**: um desafio para o público. São Paulo/Buenos Aires: Hucitec/Lugar Editorial, 1997.
OLIVEIRA, E. R. O que é benzeção. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ANDRADE, João T. & FARIAS, Liduina. "Medicina Complementar no SUS: práticas integrativas sob a luz da Antropologia médica". **Saúde e Sociedade**, v.19, p.497-508, 2010.
CAMARGO JR., K. R. A medicina ocidental contemporânea. **Cadernos de Sociologia**, v. 7, p. 129-150, 1995.
CONCEIÇÃO, A.S. "O Santo é quem nos vale, rapaz! Quem quiser acreditar, acredita!": Práticas culturais e religiosas no âmbito das benzeções. Governador Mangabeira – Recôncavo Sul da Bahia (1950 - 1970). Dissertação de Mestrado – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.
GREENE, Shane. "The shaman's needle: development, shamanic agency, and intermediality in Aguaruna lands, Peru". **American Ethnologist**, v.25(4): 634-658, 1998.
LANGDON, E. J. "Saúde Indígena: A Lógica do Processo de Tratamento." **Saúde em Debate**. Centro Bras. de Estudos de Saúde, São Paulo, p.

12-15, 1988.

LANGDON, Esther J. M. (org.). 1996. **Xamanismo no Brasil**: novas perspectivas. Florianópolis-SC: UFSC.

MINAYO, M.C.S. Contribuições da antropologia para pensar e fazer saúde. In: CAMPOS, G.W.S. et al. **Tratado de Saúde Coletiva**. São Paulo: Hucitec, 2006.

PINHEIRO, R.; MATTOS, R. A. **Os sentidos da Integralidade**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2003.

TURNER, T. **Da Cosmologia à História**: Resistência, Adaptação e Consciência Social entre os Kayapó. *Cadernos do Campo*, v.1, p. 68-83, 1991.

TURNER, Victor. **O processo ritual**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1974.

Optativas



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PRO-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

**FORMULÁRIO PARA CRIAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE COMPONENTE CURRICULAR -
GRADUAÇÃO**
(Resolução CAE/UFBA 3/2019)

Código e nome do componente curricular: ICIXXX - Biblioteconomia Social e Povos Tradicionais						Instância de alocação: Departamento de Documentação e Informação						Pré-requisito: Sem pré-requisito							
Modalidade: Disciplina						Submodalidade: Teórico-Prática						Sistema de avaliação: Nota							
Carga Horária (estudante)						Carga Horária Docente/Turma						Módulo de estudantes							
T	T/P	P	PP	Ext	E	Total	T	T/P	P	PP	Ext	E	Total	T	T/P	P	PP	Ext	E
20	40					60	20	40					60		30				
Ementa: Subsídios teóricos sobre a Biblioteconomia Social. Descrição sobre a estrutura, formação e desenvolvimento de acervos/coleções com características temáticas distintas. Mediação da informação, preservação e difusão cultural. A relação da biblioteca com a comunidade. A ação cultural em bibliotecas. Elaboração e desenvolvimento de projetos de acesso à informação voltados para povos tradicionais.																			
Natureza: Optativa																			



DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

CÓDIGO	NOME	DEPARTAMENTO OU EQUIVALENTE
HACA40	Campo da Saúde: saberes e práticas	Instituto de Humanidades, Artes e Ciências - IHAC

CARGA HORÁRIA (estudante)							MODALIDADE/ SUBMODALIDADE	PRÉ-REQUISITO (POR CURSO)
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	Disciplina/Teórico-Prática	Sem pré-requisito
40		20				60		

CARGA HORÁRIA (docente/turma)							MÓDULO						SEMESTRE DE INÍCIO DA VIGÊNCIA
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	T	T/P	P	PP	Ext	E	2024.2
40		20				60		30					

EMENTA

Saberes que interagem no campo da saúde. Situação de saúde da população brasileira: principais problemas, determinantes e políticas. Sistemas e serviços de saúde no Brasil: história, organização atual e perspectivas. Práticas profissionalizantes de saúde e formas de organização do processo de trabalho individual e coletivo. Seleção e debate de temas numa perspectiva interdisciplinar.

OBJETIVOS

1. Analisar políticas públicas de saúde, considerando as práticas de saúde indígena e a situação da saúde coletiva no meio rural e nos territórios indígenas da América Latina.
2. Aprofundar o entendimento da memória coletiva indígena e de sua relação com práticas de saúde na América Latina.
3. Avaliar políticas públicas em saúde, considerando o diálogo de saberes e a multiterritorialidade (ênfase na interface com a Educação Escolar Indígena)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Parte 1. Memória coletiva: práticas de saúde indígena na América Latina

- 1.1. Antigas endemias rurais e plantas medicinais
- 1.2. Saúde e tradições indígenas
- 1.3. Resistência camponesa e patologias do trabalho

Parte 2. Sistemas de saúde e a saúde no campo

- 2.1. Saúde indígena, saúde coletiva e saúde pública
- 2.2. Práticas curativas, preventivas e de promoção da saúde no campo
- 2.3. Investimentos na saúde camponesa e desenvolvimento territorial

Parte 3. Práticas de saúde, cultura e desenvolvimento

- 3.1. Saberes tradicionais, práticas de saúde e educação popular
- 3.2. As escolas rurais como espaço de promoção da saúde
- 3.3. As políticas de saúde pública nas escolas rurais

BIBLIOGRAFIA

- AYRES, José Ricardo de Carvalho Mesquita. **Sujeito, intersubjetividade e práticas de saúde**. Ciências e saúde coletiva. Rio de Janeiro, ABRASCO, v.6, n.1, 2001.
- AUGUSTO, Lia Giraldo da Silva. **O princípio da precaução no uso de indicadores de riscos químicos ambientais em saúde do trabalhador**. Ciências e saúde coletiva. Rio de Janeiro, ABRASCO, , v.3, n.2, pp 72-84, 1998. BAKHTIN, M. Marxismo e filosofia da linguagem. São Paulo: Hucitec, 1995.
- BARTRA, Armando. **Cosechas de la ira**. Economía política de la contrarreforma agraria. México: Editorial Itaca, 2003.
- Armando. **Novos Camponeses**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.
- BASTOS, Francisco I. **Saúde em questão**. São Paulo: Claro Enigma; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011.
- Brasil. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Política nacional de saúde integral da população do campo e da floresta**. Brasília, 2013.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **II Caderno de educação popular em saúde**. Brasília: Ministério da

Saúde, 2014.

BRICENO-LEON, Roberto. Las ciencias sociales y la salud: un diverso y mutante campo teórico. **Ciências e saúde coletiva**. Rio de Janeiro, ABRASCO, v. 8, n.1, pp 33-46, 2003.

CASTRO, Roberto. Ciencias sociales y salud en México: movimientos fundacionales y desarrollos actuales. **Ciências e saúde coletiva**. Rio de Janeiro, ABRASCO, v.8, n.1, p. 47-62, 2003.

COSTA, Felipe dos Santos; SILVA, Jorge Luiz Lima; DINIZ, Márcia Isabel Gentil. A importância da interface educação/saúde no ambiente escolar como prática de promoção da saúde. **Informe-se em promoção da saúde**, v.4, n.2. p.30-33, 2008.

DESMARAIS, Annette. **Via Campesina**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

DUVAL, Guy. Salud y ambiente en el proceso de desarrollo. **Ciências e saúde coletiva**. Rio de Janeiro, ABRASCO, , v. 3, n. 2, pp 7-16, 1998.

ASALARIADAS. **Nuestra Salud**: recuperando saberes de las mujeres para el buen vivir: sistematización de experiencias. Lima: Peru, 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. **Revista NERA** número 6, 2005.

FREIRE, P. **Conscientização**. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, P. **Educação como Prática a Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FREUDENBERG, Nicholas. **Lethal but Legal**: corporations, consumption and protecting public health. New York: Oxford University Press, 2014.

FRIGOTTO, G. & CIAVATTA, M. Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado? **Trabalho, Educação e Saúde**, 1(1): 45-60, 2002.

GUIMARAES, RAUL BORGES. Geografia e saúde: um campo de possibilidades. IN Alessandri Carlos, Ana Fani; Oliveira, Ariovaldo Umbelino. **Reformas no mundo da educação**: parâmetros curriculares e geografia. São Paulo: Contexto, 1999, pp 120-126.

INIGUEZ ROJAS, Luisa. Geografía y salud: temas y perspectivas en América Latina. **Cadernos de Saúde Pública**, 1998, v.14, n.4, p.701-711.

ISTURIZ, Oscar Feo. Reflexiones sobre la globalización y su impacto sobre la salud de los trabajadores y el ambiente. **Ciências e saúde coletiva**. Rio de Janeiro, ABRASCO, v.8, n.4, 887-886, 2003.

KEARNS, Robin A. **Place and health**: toward a reformed medical geography. *The professional geographer*, v.45, pp. 139-47, 1993.

MARTINS, Carla Macedo (org). **Educação e saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV/FIOCRUZ, 2007.

MONKEN M, BARCELLOS C. Vigilância em saúde e território utilizado: possibilidades teóricas e metodológicas. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 21, 2005. pp. 898-906.

MONKEN M, BARCELLOS C. Vigilância em saúde e território utilizado: possibilidades teóricas e metodológicas. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 21, 2005. pp. 898-906.

PAIM, Jairnilson. O que é SUS? Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009. ROCHA, Juan Stuardo Yazlle; LAPREGA, Milton Roberto. Os determinantes sociais da saúde. In: ROCHA, Juan Stuardo Yazlle. **Manual de Saúde Pública & Saúde Coletiva no Brasil**. São Paulo: Editora Atheneu, 2012. (p. 29-42)

ROZEMBERG, Brani. Saneamento rural em áreas endêmicas de esquistossomose: experiência e aprendizagem. **Ciências e saúde coletiva**. Rio de Janeiro, ABRASCO, , v.3, n.2, pp 125-142, 1998.

SABROZA, P. C. e LEAL, M.C. Saúde, ambiente e desenvolvimento: alguns conceitos fundamentais. In: LEAL, M.C. et all (orgs.). **Saúde, ambiente e desenvolvimento**, São Paulo/Rio de Janeiro, Hucitec/ Abrasco, v.1, pp. 45-94, 1992.

SANTOS, Darci Neves; KILLINGER, Cristina Larrea (org.). **Aprender fazendo**: a interdisciplinaridade na formação em saúde coletiva. Salvador: EDUFBA, 2011.

SANTOS, Milton. Saúde e desenvolvimento no processo de desenvolvimento. **Ciências e saúde coletiva**. Rio de Janeiro, ABRASCO, v.8, n.1, pp.309-314, 2003.

SILVA, Aldo Aloísio Dantas da. Complexo geográfico, espaço vivido e saúde. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, AGB, no. 25, 2003, pp. 97-110.

SOARES, Diego. O “sonho de Rose”: políticas de saúde pública em assentamentos rurais. *Saúde e sociedade*, v.15, n. 3, pp. 57-73, set/dez 2006.

TEIXEIRA, Carmem Fontes. A mudança do modelo de atenção à saúde no SUS: desatando nós, criando laços. IN: TEIXEIRA, Carmem Fontes; SOLA, Jorge Pereira. **Modelo de Atenção à Saúde**: promoção, vigilância e saúde da família. Salvador: Edufba, 2006.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Saúde dos Trabalhadores Rurais de Assentamentos e Acampamentos da Reforma Agrária**. Universidade de Brasília, Centro de Estudos de Saúde Pública, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.



DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

CÓDIGO	NOME	DEPARTAMENTO OU EQUIVALENTE
HACC09	Culturas Baianas	Instituto de Humanidades, Artes e Ciências - IHAC

CARGA HORÁRIA (estudante)							MODALIDADE/ SUBMODALIDADE	PRÉ-REQUISITO (POR CURSO)
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	Disciplina/Teórica	Sem pré-requisito
60						60		

CARGA HORÁRIA (docente/turma)							MÓDULO						SEMESTRE DE INÍCIO DA VIGÊNCIA
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	T	T/P	P	PP	Ext	E	2024.2
60						60	45						

EMENTA

Pluralidade de referenciais étnico-culturais constituintes da cultura baiana. A inscrição significativa da Bahia no contexto cultural brasileiro. Panorama cultural da Bahia contemporânea. Cultura baiana e cultura na Bahia.

OBJETIVOS

1. Introduzir o aluno ao campo das humanidades, capacitando-o a compreender criticamente as nuances teóricas e as particularidades históricas das diversas abordagens desta problemática, bem como as possibilidades e os desafios postos para as humanidades na compreensão e na transformação da vida contemporânea;
2. Promover retrospectiva histórica de fatos que marcaram as civilizações antigas e modernas. O conceito de cultura nas ciências sociais; os estudos culturais; imagens e sons que caracteriza as civilizações;
3. Introduzir o aluno aos conceitos de estética, técnicas e tecnologias contemporâneas na produção, distribuição, reprodução e venda dos espetáculos midiáticos que apresentam fatos e tendências atuais, discutir produções espetaculares, analisadas por uma perspectiva multidisciplinar;
4. Promover o estudo interdisciplinar do conceito de humanidades incluindo, além da cultura, história, filosofia e ciências sociais, estudos introdutórios às artes visuais e à música.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. A diversidade étnico-cultural que constitui a Bahia, sua relevância no panorama cultural brasileiro.
2. As relações entre cultura baiana e cultura na Bahia.
3. Bases teóricas e metodológicas para o estudo dos Povos Indígenas da Bahia, incluindo a análise da trajetória desses povos na região.

BIBLIOGRAFIA

- RAMOS, Alcida Rita. 2023. "Intelectuais indígenas abraçam a Antropologia. Ela Ainda Será a Mesma?". *Anuário Antropológico* 48 (1):11-27.
- FERNANDES, Florestan. [1952]. (2006). *A função social da guerra na sociedade Tupinambá*. São Paulo. Globo. (caps: Os mecanismos tribais de controle social e a guerra; Conclusões).
- KOPENAWA, Davi & ALBERT, Bruce. (2015). *A queda do céu*. Palavras de um xamã yanomami. São Paulo. Editora Schwarcz.
- BANIWA, Gersm dos Santos Luciano. (2006). *O índio brasileiro*. O que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília. MEC.
- CRUZ, Felipe Sotto Maior. 2018a. "Entre la academia y la aldea: algunas reflexiones sobre la formación de indígenas antropólogos en Brasil". *Anales de Antropología*, 52 (2):25-33, julio-diciembre.



DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

CÓDIGO	NOME	DEPARTAMENTO OU EQUIVALENTE
HACA03	Estudos das Humanidades	Instituto de Humanidades, Artes e Ciências - IHAC

CARGA HORÁRIA (estudante)							MODALIDADE/ SUBMODALIDADE	PRÉ-REQUISITO (POR CURSO)
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	Disciplina/Teórica	Sem pré-requisito
60						60		

CARGA HORÁRIA (docente/turma)							MÓDULO						SEMESTRE DE INÍCIO DA VIGÊNCIA
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	T	T/P	P	PP	Ext	E	2024.2
60						60	45						

EMENTA

A singularidade da condição humana e a ideia de humanidade nas diversas culturas. A problemática das humanidades na história do pensamento. As humanidades como campo de conhecimento e as "ciências humanas". A redefinição do tema das humanidades no mundo contemporâneo.

OBJETIVOS

Introduzir o aluno ao campo das humanidades, capacitando-o a compreender criticamente as nuances teóricas e as particularidades históricas das diversas abordagens desta problemática, bem como as possibilidades e os desafios postos para as humanidades na compreensão e na transformação da vida contemporânea.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 1- Humanidades
- 2- A noção de cultura
- 3- Mídia e culturas contemporâneas
- 4- História da humanidade
- 5- História social da Arte e da Música
- 6- Filosofia e Arte

BIBLIOGRAFIA

- ADORNO, Theodor W. **Textos Escolhidos**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- ARENDRT, Hanna. **A dignidade da política**. Ensaios e Conferências. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- BOCCIA, Leonardo. A música e suas fábulas. In: LOPES, Cássia & MATOS, Raimundo deLeão (Orgs). **Tempo de dramaturgias**. Salvador: EDUFBA, 2014.
- DELEUSE, Gilles. **O ato de criação**. Palestra de 1987. Edição brasileira: Folha de São Paulo, 27/06/1999.
- CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas**.
- EAGLETON, Terry. **Depois da teoria**.
- ECUS – Cadernos de pesquisa IV. **Mundo virtual - Farsa e distanciamento**.
- FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**.
- HALL, Stuart. **Da diáspora**.
- HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos –O breve século XX**.
- HOBSBAWM, Eric. **Tempos fraturados**.
- HUIZINGA, Johan. **Homo ludens**.
- MARCUSE, Herbert. **Eros e Civilização**.
- NIETZSCHE, Friedrich. **O nascimento da tragédia**.
- POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**.
- RUSSEL, Bertrand. **Nosso conhecimento do mundo exterior**.
- SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo. Globalização e meio técnico-científico informacional**.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PRO-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

**FORMULÁRIO PARA CRIAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE COMPONENTE CURRICULAR -
GRADUAÇÃO**
(Resolução CAE/UFBA 3/2019)

Código e nome do componente curricular: ARQXXX - Estudos Socioeconômicos e Ambientais						Instância de alocação: Coordenação Acadêmica FAUFBA (Arquitetura)						Pré-requisito: Sem pré-requisito							
Modalidade: Disciplina						Submodalidade: Teórico-Prática						Sistema de avaliação: Nota							
Carga Horária (estudante)						Carga Horária Docente/Turma						Módulo de estudantes							
T	T/P	P	PP	Ext	E	Total	T	T/P	P	PP	Ext	E	Total	T	T/P	P	PP	Ext	E
	60					60		60					60		30				
Ementa: Análise dos aspectos vinculados a questões econômicas, sociais e políticas, locais e globais, relacionadas a Arquitetura e Urbanismo e questões ambientais. Estudo analítico do processo de consolidação do sistema-mundo capitalista de poder econômico e político. Direito à cidade, Direito à natureza, Direitos não humanos. Assentamentos humanos, apropriações e desigualdades socioambientais em diferentes escalas. Perfis populacionais, padrões de uso e ocupação, tendências socioespaciais e transformações urbano-territoriais, densidades.																			
Natureza: Optativa																			



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PRO-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

**FORMULÁRIO PARA CRIAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE COMPONENTE CURRICULAR -
GRADUAÇÃO**
(Resolução CAE/UFBA 3/2019)

Código e nome do componente curricular: ARQXXX - Expressão Gráfica IA						Instância de alocação: Coordenação Acadêmica FAUFBA (Arquitetura)						Pré-requisito: Sem pré-requisito							
Modalidade: Disciplina						Submodalidade: Teórico-Prática						Sistema de avaliação: Nota							
Carga Horária (estudante)						Carga Horária Docente/Turma						Módulo de estudantes							
T	T/P	P	PP	Ext	E	Total	T	T/P	P	PP	Ext	E	Total	T	T/P	P	PP	Ext	E
	60					60		60					60		30				
Ementa: Estudo do Desenho Geométrico no contexto do ensino aprendizagem através de experimentações de metodologias lúdicas e tradicionais. Uso de Ferramentas Computacionais aplicadas ao Desenho.																			
Natureza: Optativa																			



DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

CÓDIGO	NOME	DEPARTAMENTO OU EQUIVALENTE
EBAA89	Expressões Estéticas Ameríndias	Departamento de História da Arte e Pintura (EBA)

CARGA HORÁRIA (estudante)							MODALIDADE/ SUBMODALIDADE	PRÉ-REQUISITO (POR CURSO)
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	Disciplina/Teórico-Prática	Sem pré-requisito
	60					60		

CARGA HORÁRIA (docente/turma)							MÓDULO	SEMESTRE DE INÍCIO DA VIGÊNCIA					
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	T	T/P	P	PP	Ext	E	2024.2
	60					60		30					

EMENTA

Estudo das expressões estéticas dos povos originários das Américas por suas manifestações estéticas e suportes. Produção e agência. Encontros/confrontos com a arte ocidental.

OBJETIVOS

Analisar as expressões estéticas dos povos originários das Américas, investigando suas manifestações artísticas e meios de expressão, com foco na produção cultural e na interação com a arte ocidental.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Introdução às expressões estéticas dos povos originários das Américas.
2. Análise das manifestações artísticas e suportes utilizados por esses povos.
3. Exploração da produção cultural e da agência nos contextos indígenas.
4. Estudo dos encontros e confrontos entre as expressões estéticas indígenas e a arte ocidental.

BIBLIOGRAFIA

- ANAQUIRI, Mirna Kambeba Omáguá-Yetê Anaquiri. **Que memórias me atravessam?:** meu percurso de estudante indígena. 2018. Dissertação (Mestrado em arte e cultura visual) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018. Orientador: Raimundo Martins.
- CARDOSO, Ytanaje Coelho. **Os últimos falantes da língua Munduruku do Amazonas:** habitus, dialogismo e invenção cultural no campo discursivo. 2017. Dissertação (Mestrado em letras e artes) - Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2017. Orientadora: Silvana Andrade Martins.
- GUARANI, Almiros [Almiros Martins Machado]. **De direito indigenista a direitos indígenas:** desdobramento da arte do enfrentamento. 2009. Dissertação (Mestrado em direito) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2009. Orientador: José Heder Benatti.
- JESUS, Naine Terena de. Kohixoti-Kipaé, **A Dança da Ema:** memória, resistência e cotidiano Terena. 2007. Dissertação (Mestrado em artes visuais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Orientador: Elyeser Szturm.
- PAYAYA, Ademario [Ademario Souza Ribeiro]. **O ensino das histórias e culturas dos povos indígenas nos anos finais do ensino fundamental nas escolas Mbo'ehao e Kijêtxawê de Simões Filho,** Estado da Bahia. 2019. Tesis (Maestría en Ciencias de la Educación) - Universidad Interamericana, Asunción, 2019. Orientador: Raphael Fontes Cloux.



DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

CÓDIGO	NOME	DEPARTAMENTO OU EQUIVALENTE
HACB27	Fundamentos de Ecologia e Ciências Ambientais	Instituto de Humanidades, Artes e Ciências - IHAC

CARGA HORÁRIA (estudante)							MODALIDADE/ SUBMODALIDADE	PRÉ-REQUISITO (POR CURSO)
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	Disciplina/Teórica	Sem pré-requisito
60						60		

CARGA HORÁRIA (docente/turma)							MÓDULO						SEMESTRE DE INÍCIO DA VIGÊNCIA
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	T	T/P	P	PP	Ext	E	2024.2
60						60	45						

EMENTA

Reflexões sobre o meio ambiente, a crise ambiental e o impacto humano no meio ambiente. conceitos básicos em ecologia. A problemática ambiental atual e os padrões de consumo de recursos no mundo; histórico do desenvolvimento da consciência ambiental no mundo e o conceito do desenvolvimento sustentável; padrões de qualidade ambiental e indicadores sobre o estado do meio ambiente. Possíveis soluções para a crise: análise da problemática dos recursos limitados e possíveis soluções através do exemplo dos recursos renováveis.

OBJETIVOS

Analisar as relações estabelecidas entre os seres vivos e destes com o meio ambiente em que vivem, aprofundando o estudo sobre o meio ambiente e sua qualidade de bem e direito coletivo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE 1 – FUNDAMENTOS DE ECOLOGIA

UNIDADE 2 – ECOLOGIA POLÍTICA, CONFLITOS AMBIENTAIS, JUSTIÇA AMBIENTAL E AGROECOLOGIA

UNIDADE 3 – A ATIVIDADE ECONÔMICA E O MEIO AMBIENTE

UNIDADE 4 – O MEIO AMBIENTE E O ESTADO BRASILEIRO

BIBLIOGRAFIA

ALIER, Joan Martínez. **O ecologismo dos pobres**. São Paulo: Contexto 2009.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é e o que não é**. Petrópolis: Vozes, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. vol. 41 Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: [https:// biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf). Acesso em: 25 mar. 2020.

MILANEZ, Felipe. Fundamentos de Ecologia. Salvador: UFBA, 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

PÁDUA, J. A. A Ocupação do território brasileiro e a conservação dos recursos naturais. In: MILANO, M; TAKAHASHI, L.; NUNES, M. (org.).

Unidades de conservação: atualidades e tendências. Curitiba: Fundação O Boticário, 2004. v.1, p. 12-19.

SILVA, José Afonso da. **Direito ambiental constitucional**. São Paulo: Malheiros, 1995.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PRO-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

**FORMULÁRIO PARA CRIAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE COMPONENTE CURRICULAR -
GRADUAÇÃO**
(Resolução CAE/UFBA 3/2019)

Código e nome do componente curricular: ENGXXX - Gestão Ambiental: elementos e procedimentos em áreas de Povos Indígenas						Instância de alocação: Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental						Pré-requisito: Sem pré-requisito							
Modalidade: Disciplina						Submodalidade: Teórico-Prática						Sistema de avaliação: Nota							
Carga Horária (estudante)						Carga Horária Docente/Turma						Módulo de estudantes							
T	T/P	P	PP	Ext	E	Total	T	T/P	P	PP	Ext	E	Total	T	T/P	P	PP	Ext	E
30	10	20				60	30	10	20				60		30				
Ementa: Propiciar conhecimentos básicos para a apropriação dos elementos e procedimentos de gestão ambiental incidentes em áreas de povos indígenas. A questão ambiental: contextualização e bases conceituais. Impactos ambientais: caracterização de impactos em áreas dos povos indígenas-contextualização e dinâmica de discussão. Gestão ambiental: instrumentos aplicáveis às áreas de povos indígenas.																			
Natureza: Optativa																			



DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

CÓDIGO	NOME	DEPARTAMENTO OU EQUIVALENTE
FISA01	Introdução à Astronomia	DFTMA/IFIS

CARGA HORÁRIA (estudante)							MODALIDADE/ SUBMODALIDADE	PRÉ-REQUISITO (POR CURSO)
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	Disciplina/Teórico-Prática	Sem pré-requisito
	60					60		

CARGA HORÁRIA (docente/turma)							MÓDULO						SEMESTRE DE INÍCIO DA VIGÊNCIA
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	T	T/P	P	PP	Ext	E	2024.2
	60					60		30					

EMENTA

Pretende-se traçar as linhas básicas do que é a astronomia, mostrando o que ela já conseguiu decifrar na complexa dinâmica do Universo e do Sistema Solar, delineando também um quadro da evolução das idéias e as técnicas utilizadas neste ramo da pesquisa científica. O curso enfoca a importância da ciência básica, como principal geradora de novas idéias e tecnologias.

OBJETIVOS

A disciplina oferece aos alunos os fundamentos da Astronomia, mostrando o extraordinário desenvolvimento de novos e modernos telescópios e instrumentos como sondas espaciais para a detecção do espaço profundo, com descobertas de novas luas no Sistema Solar, aspectos inusitados dos planetas e as gigantescas nuvens interestelares com suas formas curiosas e gases fluorescentes, revelando-se como berçários de estrelas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CAPÍTULO 1 – A ASTRONOMIA NO DIA A DIA

- 1.1 – Nascimento da Astronomia
- 1.2 - História dos Calendários
- 1.3 - Ano Solar e Lunar
- 1.4 - O Calendário Vigente
- 1.5 - Dia solar e dia sideral
- 1.6 - A esfera Celeste e os movimentos da Terra
- 1.7 - Hora solar e os fusos horários
- 1.8 - As estações do ano
- 1.9 - Movimento anual e eclíptica, solstícios e equinócios.
- 1.10- Fases da Lua
- 1.11 – Eclipses do Sol e da Lua
- 1.12 – Marés e interação Sol-Terra-Lua.

CAPÍTULO 2 – A RADIAÇÃO E A ASTRONOMIA

- 2.1 – O espectro eletromagnético
- 2.2 - A atmosfera da Terra e o espectro eletromagnético

CAPÍTULO 3 – O SISTEMA SOLAR

- 3.1 – A evolução do conhecimento sobre o Sistema Solar
- 3.2 – Descrição do Sistema solar
 - 3.2.1 – O Sol
 - 3.2.2 - Os planetas, suas atmosferas e seus satélites
 - 3.2.3 - Asteróides
 - 3.2.4 - Cometas
 - 3.2.5 - Meteoros, meteoritos e meteoróides, cinturão de Kuiper e nuvem de Oort.
- 3.3 - O movimento do Sistema Solar
 - 3.3.1 - A lei da Gravitação Universal

-
- 3.3.2 - As leis de Kepler
 - 3.4 - A formação do Sistema Solar
 - 3.5 - Sistemas planetários extra-solares.

CAPÍTULO 4 – O SOL

- 4.1 - A estrutura do Sol
- 4.2 - O interior e a energia solar
- 4.3 - Fusão termonuclear
- 4.4 - A atmosfera do Sol
- 4.5 – Explosões e manchas solares
- 4.6 – O vento solar

CAPÍTULO 5 – ESTRELA - EVOLUÇÃO ESTELAR

- 5.1 - A cor e o brilho das estrelas
- 5.2 - O diagrama H-R - A seqüência principal
- 5.3 - As estrelas variáveis
- 5.4 - O interior das estrelas
- 5.5 - A geração de energia nuclear nas estrelas. A fusão termonuclear
- 5.6 - O nascimento das estrelas
- 5.7 - As nuvens interestelares: berçários de estrelas
- 5.8 - Evolução estelar
- 5.8.1- O esgotamento do reservatório de hidrogênio das estrelas
- 5.8.2 - Gigantes vermelhas e anãs brancas
- 5.8.3 - As supernovas
- 5.8.4 - Estrelas de nêutrons e buracos negros.
- 5.8.5 - Gamma Ray Burster (hipernovas ou colapstar)

CAPÍTULO 6 - AS GALÁXIAS

- 6.1 - A estrutura e formação das galáxias
- 6.2 - A classificação morfológica das galáxias
- 6.2.1 - Espirais
- 6.2.2 - Elípticas
- 6.2.3 - Irregulares
- 6.3 - Nossa galáxia: a Via Láctea
- 6.3.1 - Forma e tamanho da Via Láctea
- 6.3.2 - Distâncias dentro da Galáxia
- 6.3.3 - O movimento das estrelas na Galáxia
- 6.3.5 - Populações estelares
- 6.3.6 - O movimento do Sol na Galáxia.

CAPÍTULO 7 – COSMOLOGIA

- 7.1 - A origem do Universo – O BIG BANG
- 7.2 - A expansão do Universo
- 7.3 - A matéria escura

CAPÍTULO 8 – TELESCÓPIOS

- 8.1 - Tipos de Telescópios
- 8.2 - Radiotelescópios
- 8.3 - Telescópios de nova geração.

BIBLIOGRAFIA

-
- Astronomia e Astrofísica.** Kepler de Souza, O. Filho; Saraiva, Maria de Fátima, O. Editora Livraria da Física, 2a ed. 2004.
 - Uma Visão Geral do Universo.** Amâncio C.S. Friaça; Elisabete Dal Pino; Laerte Sodré Jr. E Vera Jatenco-Pereira – Edusp - Editora da USP – 2003.
 - O Ceu: Projeto Brasileiro para o Ensino de Física.** Caniato, Rodolpho; 3a ed. Campinas Fundação Tropical de Pesquisas e Tecnologia, v.1, 1978.
 - Conceitos de Astronomia** - Boczko, R. Rd. Edgard Blucher Ltda, 1984.
 - Atlas do Universo.** Oscar Matsuuara. Ed. Scipione, SP.
-



DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

CÓDIGO	NOME	DEPARTAMENTO OU EQUIVALENTE
HACB26	Introdução à História das Ciências	Instituto de Humanidades, Artes e Ciências - IHAC

CARGA HORÁRIA (estudante)							MODALIDADE/ SUBMODALIDADE	PRÉ-REQUISITO (POR CURSO)
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	Disciplina/Teórica	Sem pré-requisito
60						60		

CARGA HORÁRIA (docente/turma)							MÓDULO						SEMESTRE DE INÍCIO DA VIGÊNCIA
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	T	T/P	P	PP	Ext	E	2024.2
60						60	45						

EMENTA

O módulo terá com eixo temático as transformações conceituais, epistemológicas, profissionais bem como as transformações nas relações entre ciências e a sociedade. Ênfase será posta nas seguintes questões: profissionalização da ciência; ciência e política; ciência e interesses econômicos; ciência, estado e desenvolvimento; ciência e militares; inovações conceituais com teoria da evolução, relatividade e física quântica; ciência e ambiente. O exame desse eixo temático servirá para uma reflexão, em paralelo, sobre a natureza da história da ciência como empreendimento cultural. Nesse sentido, examinaremos a relação da história da ciência com disciplinas vizinhas, além de problemas de métodos e de abordagens. Será enfatizada a apresentação da história da ciência como campo disciplinar autônomo, distinto de uma "história" escrita a serviço do desenvolvimento de disciplinas científicas ou de projetos filosóficos.

OBJETIVOS

Compreender as transformações conceituais, epistemológicas e profissionais na história da ciência, assim como as mudanças nas relações entre ciência e sociedade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. História das ciências e ciências – a autonomia da disciplina, a institucionalização da profissão, o público da história da ciência. 2. Panorama da historiografia das ciências. 3. História das ciências e filosofia. 4. História das ciências e sociologia. 5. História e História das Ciências 6. Diversidade de perspectivas – o debate contemporâneo e o futuro da disciplina. 7. A diversidade da disciplina: temas e abordagens. 8. A “guerra das ciências” e sua incidência na história das ciências 9. História das ciências no Brasil – temas, literatura e abordagens 10. Um guia de acesso à disciplina - publicações, bibliografias, instituições, bases de dados, arquivos.

BIBLIOGRAFIA

- BROTÕES, V. N. Constructivismo e historia de la ciencia: por qué resistirse al constructivismo? *Cronos*, 2(1), 157-184, 1999.
- BURGUIÈRE, A. (Org.). **Dicionário das ciências históricas**, Rio de Janeiro: Imago, 1993. Consultar os seguintes verbetes: Ciências, pp. 141-149, Anacronismo, pp. 47-48, Koyré, pp. 482-484, Escola dos Anais, pp. 49-54.
- FREIRE, O. Sobre as raízes sociais e econômicas dos „Principia” de Newton, *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*, 9, 51-64, 1993.
- KUHN, T. S. História e história da ciência, in Kuhn – **A tensão essencial**, 1989.
- LATOUR, B. Joliot: a história e a física misturadas, in Serres, Michel - **Elementos para uma história das ciências**, Lisboa, Terramar, 1996, Vol.3, pp. 131-155.
- LATOUR, B. **Ciência em ação**, São Paulo, EDUNESP, 2000.
- SANTOS, B. S. (Org.). **Conhecimento Prudente para uma Vida Decente** – Um discurso sobre as ciências revisitado, Porto: Edições Afrontamento, 2003.
- SCHWARTZMAN, S. **Um espaço para a ciência** – A formação da comunidade científica no Brasil, MCT, CNPq e CEE, 2001.
- VIDEIRA, A. A. P.; BIBILONI, A. G. (Eds.). **Encontro de história da ciência** – Análises comparativas das relações científicas no Século XX entre os países do Mercosul no campo da Física, CBPF, 2001, 146-181.



DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

CÓDIGO	NOME	DEPARTAMENTO OU EQUIVALENTE												
EBAA94	Poéticas Contemporâneas	Departamento de História da Arte e Pintura												
CARGA HORÁRIA (estudante)							MODALIDADE/ SUBMODALIDADE	PRÉ-REQUISITO (POR CURSO)						
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	Disciplina/Teórico-Prática	Sem pré-requisito						
	60					60								
CARGA HORÁRIA (docente/turma)							MÓDULO	SEMESTRE DE INÍCIO DA VIGÊNCIA						
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	T	T/P	P	PP	Ext	E	2024.2	
	60					60		30						

EMENTA

Estudo da pintura como linguagem contemporânea.

OBJETIVOS

- Entender a estrutura da linguagem pictórica.
- Refletir sobre a visualidade pictórica e as modalidades do ver e enxergar.
- Conhecer interfaces entre as linguagens.
- Conhecer modos de construção narrativos.
- Discutir práticas artísticas em desenvolvimento.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. I UNIDADE. Matrizes estruturais da Arte: Animismo, As Semelhanças, Fenomenologia
2. II UNIDADE. Estruturas de Processos Criativos em pintura e outras linguagens
3. III UNIDADE. Interfaces e narrativas contemporâneas na arte.

BIBLIOGRAFIA

- BENJAMIN, Walter. **Imagens de Pensamento**: Obras escolhidas de Walter Benjamin. Lisboa: Assírio & Alvim, 2004. 330 p.
- DAMISCH, Hubert et al. **Hubert Damisch e Stephen Bann**: Uma Conversa. Ars, São Paulo, n. 27, p.17-52, 2014. Semestral.
- DAMISCH, Hubert. O Desaparecimento da Imagem. **Arte & Ensaios**: Revista do Programa de PósGraduação em Artes Visuais / EBA / UFRJ, Rio de Janeiro, n. 31, p.92-107, jun. 2016. Disponível em: . Acesso em: 28 mar. 2016.
- DAMISCH, Hubert. Oito teses a favor (ou contra) uma semiologia da pintura. **Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 24, p.163-173, 2012. Semestral.
- DAMISCH, Hubert; LEAL, Joana Cunha. Entrevista com Hubert Damisch. **Revista do Iha**, Lisboa, n. 3, p.0718, 2007.
- DANTO, Arthur C.. **Após o Fim da Arte**: A Arte Contemporânea e os Limites da História. São Paulo: Odysseus, 2006. 292 p. Tradução de: Saulo Krieger.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. **O Que Vemos, O Que Nos Olha**. São Paulo: 34 Letras, 1998. 264 p. Tradução de Paulo Neves.
- FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas**: Uma arqueologia das ciências humanas. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1990. 407 p.
- GADAMER, Hans-georg. A Imagem Emudecida. **Gávea**: Revista de História da Arte e Arquitetura, Rio de Janeiro, n. 6, p.123-133, dez. 1988.
- GALLE, Helmut. Contemporaneidade: Reflexões Sobre um Conceito da Crítica e Teoria Literária. In: **SIMPÓSIO NACIONAL E INTERNACIONAL DE LETRAS E LINGÜÍSTICA**, 14., 2013, Uberlândia. Anais... . Uberlândia: Edefu, 2013. v. 3, p. 01 - 06.
- LICHTENSTEIN, Jacqueline. **Pintura**: Vol. 9: O desenho e a cor. São Paulo: Ed.34, 2006. 152 p.
- MATISSE, Henri. **Escritos e Reflexões sobre Arte**. Lisboa: Ulisseia, 1972. 367 p.
- WARBURG, Aby. **Histórias de fantasmas para gente grande**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.



DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

CÓDIGO	NOME	DEPARTAMENTO OU EQUIVALENTE											
EBA130	Técnica de Processos Artísticos	Departamento de Expressão Gráfica e Tridimensional											
CARGA HORÁRIA (estudante)							MODALIDADE/ SUBMODALIDADE	PRÉ-REQUISITO (POR CURSO)					
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	Disciplina/Teórico-Prática	Sem pré-requisito					
30		30				60							
CARGA HORÁRIA (docente/turma)							MÓDULO						SEMESTRE DE INÍCIO DA VIGÊNCIA
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	T	T/P	P	PP	Ext	E	2024.2
30		30				60		30					

EMENTA

Propõe informar ao aluno as diversas técnicas e processos utilizados nas Artes Plásticas.

OBJETIVOS

Fornecer conhecimentos básicos dos processos e técnicas utilizados nas Artes Plásticas, visando:

- Capacitar o aluno para entender os fundamentos básicos de identificação das técnicas e dos processos utilizados nas Artes Plásticas, enfatizando o desenvolvimento segundo a história;
- Capacitar o aluno para a habilidade da leitura de textos referentes às técnicas, processos artísticos e principais artistas plásticos que representam as diversas épocas;
- Capacitar o aluno para a elaboração de instrumentos de abordagem a artistas plásticos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Noções básicas da evolução dos materiais, técnicas e processos artísticos, segundo a história;
- Noções básicas dos elementos da composição, proporção, perspectiva, luz, brilho e cor.
- Noções básicas referentes à história, processos e materiais das técnicas de desenho e pintura:
 - Óleo
 - Acrílico
 - Têmpera
 - Colagem e reciclagem de papel
 - Afresco
 - Mural
 - Aquarela
 - Guache
 - Pastel
 - Carvão
 - Lápis
 - Caneta
- Noções básicas referentes à cerâmica e à escultura;
- Noções básicas dos processos e materiais empregados nas diversas técnicas de impressão em relevo e serigrafia;
- Noções básicas de computação gráfica;
- Técnicas de abordagem com artistas plásticos que representam as diversas técnicas.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- RIBEIRO, M. **Planejamento Visual Gráfico**. 9a Ed. Brasília: LEGE ed., 2003.
MOLES, Abraham. **O Cartaz**. Editora Perspectiva. 1974.
MAYER, Ralph. **Manual do artista de técnicas e materiais**. 5a ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BAZIN, Germain. **História da Arte**. Lisboa, editora Martins Fontes, 1976, 450p.
- D'AQUINO, Flávio. **Artes Plásticas. Biblioteca Educação e Cultura** – MEC FENA – ME. Rio de Janeiro, Editora Bloch, vol. 8, 1980.
- DESENHE E PINTE – publicação ilustrada. Curso prático de técnicas e materiais. Rio Gráfica, Editora Globo.
- HAYES, Colin. **Guia Completa de Pintura y Dibujo** – Técnicas e Materiales. H. Blumes Ediciones, 1980, 223 p.
- HAUSER, Arnold. **História Social da Literatura e da Arte**. São Paulo. Editora Jou, 1980. 632 P.
- HISTORIA ILUSTRADA DE LA PINTURA – Tradução de Juan Eduardo Cirlot. Barcelona. G. Gilli.
- MARTINS, Miriam Celeste Dias. **Técnicas em Artes Plásticas**. S. P. Cultura e Espírito, 1979, 262 p. il.
- MOTTA, Edson e Maria Luísa Guimarães Salgado. **Iniciação à Pintura**.
- OLMEDO, S. G. **Como Pintar a Pastel**. Lisboa, Editorial Presença, 1993.
- OSTROWER, Fayga. **Universos da Arte**. Ed. Campos. 1986.
- PARRAMON, José M. **Como Pintar a Óleo**. Lisboa, Editorial Presença, 1994.
- PARRAMON, José M. e FRESQUET, Guillermo. **Como Pintar a Aquarela**, Editorial Presença, 1994.
- READ, Herbert. **Dicionário da Arte e dos Artistas**. Edições 70, Brasil, Ltda.
- SMITH, Ray. **El Manual Del Artista**. H. Blume, Ediciones.
-



DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

CÓDIGO	NOME	DEPARTAMENTO OU EQUIVALENTE											
EBAA96	Tópicos Especiais em História da Arte	Departamento de História da Arte e Pintura											
CARGA HORÁRIA (estudante)							MODALIDADE/ SUBMODALIDADE	PRÉ-REQUISITO (POR CURSO)					
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	Disciplina/Teórico-Prática	Sem pré-requisito					
	60					60							
CARGA HORÁRIA (docente/turma)							MÓDULO						SEMESTRE DE INÍCIO DA VIGÊNCIA
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	T	T/P	P	PP	Ext	E	2024.2
	60					60		30					

EMENTA

Estudos no campo da História da Arte de conteúdos relacionados a temas específicos, ajustados a novas abordagens.

OBJETIVOS

Compreender a história da arte indígena no Brasil e os pressupostos da arte na educação, abordando as linguagens corporal, visual, sonora e cênica, visando compreender a interação entre o lúdico, o estético e o pedagógico.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- História da arte indígena no Brasil.
- Arte na educação: pressupostos.
- Linguagens: corporal, visual, sonora e cênica.
- O lúdico, o estético e o pedagógico.
- Objetivos do ensino da arte nas séries iniciais.
- A arte no currículo escolar.
- Arte aprendizagem.
- A prática artística.

BIBLIOGRAFIA

- JESUS, Naine Terena de. Kohixoti-Kipaé, **A Dança da Ema**: memória, resistência e cotidiano Terena. 2007. Dissertação (Mestrado em artes visuais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Orientador: Elyeser Szturm.
- ANAQUIRI, Mirna Kambéba Omágua-Yetê Anaquiri. **Que memórias me atravessam?**: meu percurso de estudante indígena. 2018. Dissertação (Mestrado em arte e cultura visual)-Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018. Orientador: Raimundo Martins.
- GUARANI, Almiros [Almiros Martins Machado]. **De direito indigenista a direitos indígenas**: desdobramento da arte do enfrentamento. 2009. Dissertação (Mestrado em direito) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2009. Orientador: José Heder Benatti.
- CARDOSO, Ytanaje Coelho. **Os últimos falantes da língua Munduruku do Amazonas**: habitus, dialogismo e invenção cultural no campo discursivo. 2017. Dissertação (Mestrado em letras e artes) - Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2017. Orientadora: Silvana Andrade Martins.
- PAYAYA, Ademario [Ademario Souza Ribeiro]. **O ensino das histórias e culturas dos povos indígenas nos anos finais do ensino fundamental nas escolas Mbo'ehao e Kijêtxawê de Simões Filho**, Estado da Bahia. 2019. Tesis (Maestría en Ciencias de la Educación) - Universidad Interamericana, Asunción, 2019. Orientador: Raphael Fontes Cloux.



DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

CÓDIGO	NOME	DEPARTAMENTO OU EQUIVALENTE
BIO124	Zootoxicologia	Coordenação Acadêmica - IBIO

CARGA HORÁRIA (estudante)							MODALIDADE/ SUBMODALIDADE	PRÉ-REQUISITO (POR CURSO)					
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	Disciplina/Teórico-Prática	Sem pré-requisito					
	60					60							
CARGA HORÁRIA (docente/turma)							MÓDULO	SEMESTRE DE INÍCIO DA VIGÊNCIA					
T	T/P	P	PP	Ext	E	TOTAL	T	T/P	P	PP	Ext	E	2024.2
	60					60		30					

EMENTA

Animais peçonhentos na escala zoológica. Glândulas de veneno. Aparelho inoculador. Biologia das espécies conhecidas. Toxicidade para o ser humano (ênfase para as espécies nativas).

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Complementar a formação dos Profissionais da área de saúde, educação e meio ambiente no que diz respeito à sua atuação na área da Toxinologia.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Desenvolver a habilidade do estudante no reconhecimento das espécies venenosas e/ou peçonhentas para o ser humano e animais domésticos.
- Aprender sobre a valorização da criatividade e do trabalho colaborativo na produção, discussão de artigos, casos clínicos, trabalhos de campo e visitas técnicas e o respeito a todas as formas de vida, o ambiente e a cultura.
- Aprendizagem sobre a ética de uso e divulgação da informação sobre Animais Peçonhentos para ensino, pesquisa e extensão.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Unidade I – Introdução à Zootoxicologia

- Ação fisiopatológica dos venenos animais. Invertebrados aquáticos e terrestres portadores de toxinas. Manejo de aranhas e escorpiões em cativeiro.
- Histórico da Zootoxicologia
- Definição dos termos “veneno”, “peçonha”, “toxina”
- Evolução dos venenos entre os Metazoários
- Ação fisiopatológica dos venenos animais
- Animais venenosos e peçonhentos na escala zoológica
- Aparelho inoculador e função do veneno
- Invertebrados aquáticos e terrestres portadores de toxinas
- Manejo de aranhas, escorpiões e serpentes em cativeiro
- Produção de soro e soroneutralização
- Epidemiologia e prevenção de acidentes
- Invertebrados marinhos portadores de toxinas: Protistas, Esponjas, Cnidários, Anelídeos, Moluscos, Vermes e Equinodermas.
- Invertebrados terrestres: introdução aos artrópodes (venenos, secreções e alérgenos).
- Aranhas e escorpiões de importância médica do Brasil
- Insetos e miriápodos: principais ordens portadoras de toxinas

Unidade II - Vertebrados aquáticos e terrestres portadores de toxinas, Manejo de serpentes em cativeiro, Produção de soro e soroneutralização, Epidemiologia e prevenção de acidentes

- Vertebrados marinhos portadores de toxinas: “Peixes” e “Répteis”
- Significado ecológico das toxinas marinhas

- Anfíbios venenosos e sua significação ecológica
- “Répteis” venenosos: Lagartos e serpentes
- Serpentes perigosas do Brasil: reconhecimento e manejo em cativeiro
- Aves venenosas
- Mamíferos portadores de toxinas
- Soroneutralização, soroterapia e produção de antiveneno
- Epidemiologia dos acidentes por animais peçonhentos no Brasil
- Prevenção de acidentes e vigilância ambiental

Dimensão procedimental (saber fazer)

1. Aprendizagem de conteúdos da biotxicologia, função e ação fisiopatológica dos venenos e caracterização morfológica e etológica dos animais peçonhentos e venenosos na escala zoológica, aparelho inoculador e suas funções, dando ênfase às espécies nativas e sua importância para a saúde pública.
2. Aprendizagem de métodos e técnicas de comunicação oral (Seminário e Prova Oral).
3. Aprendizagem de métodos e técnicas das Redes Sociais, com fins de desenvolver noções básicas de como se configura a divulgação científica nestas redes.
4. Aprendizagem de métodos e técnicas de produção de conteúdo para o Podcast “Língua de Cobra”, Instagram, Facebook, TikTok e Youtube do NOAP/UFBA.

Dimensão atitudinal (saber ser)

1. Aprendizagem sobre a ética de uso de animal para ensino, pesquisa e extensão.
2. Aprendizagem sobre a ética na condução do atendimento, diagnóstico e tratamento dos acidentados, no conceito holístico da saúde, através do Sistema Único de Saúde;
3. Aprendizagem sobre a conservação e preservação dos animais peçonhentos, considerando o limite ético do manejo de espécies consideradas pragas.
4. Aprendizagem sobre a valorização da criatividade e do trabalho colaborativo na produção, discussão de artigos, casos clínicos, trabalhos de campo e visitas técnicas e o respeito a todas as formas de vida, o ambiente e a cultura.
5. Aprendizagem sobre a ética de uso e divulgação da informação sobre Animais Peçonhentos para ensino, pesquisa e extensão.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Guia de vigilância em saúde**. Brasília: Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente, Departamento de Articulação Estratégica de Vigilância em Saúde e Ambiente, 6ª edição, 2023. 1247p. Acesso: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/vigilancia/guia-de-vigilancia-em-saude-5a-edicao-revisada-e-atualizada-2022/view>.
- BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Manual de atenção básica - Vigilância em Saúde - Zoonoses**. Série B. Textos Básicos de Saúde. Brasília: Secretaria de Departamento de Atenção Básica, Vigilância em Saúde, n. 22, 2009. 124p. Acesso: https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/vigilancia_saude_zoonoses_p1.pdf.
- BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Manual de controle de escorpiões**. Brasília: Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância Epidemiológica, 2009. 70p. Acesso: https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/manual_controle_escorpioes.pdf.
- BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Manual de diagnóstico de tratamento de acidentes por animais peçonhentos**. Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 1999. 131p. Acesso: www.saude.gov.br/svs/publicacoes.
- BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Manual de vigilância, prevenção e controle de zoonoses**. Normas técnicas e operacionais. Brasília: Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis, 2016. 121p. Acesso: https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/manual_vigilancia_prevencao_controle_zoonoses.pdf.
- BRAZIL, T.K. (Org.). **Catálogo da fauna terrestre de importância médica da Bahia**. Salvador: EDUFBA, 2011. 202p.
- BRAZIL, T.K.; PORTO, T.J. **Os escorpiões**. Salvador: EDUFBA, 2011. 83p. [http://www.noap.ufba.br/biotabahia/brazil_porto_os_escorpioes\(livro\)_2011.pdf](http://www.noap.ufba.br/biotabahia/brazil_porto_os_escorpioes(livro)_2011.pdf)
- CARDOSO, J.L.C., FRANÇA, F.O.S., WEN, F.H., MÁLAQUE, C.M.S. & HADDAD, V. (Orgs). **Animais Peçonhentos no Brasil**. Biologia, Clínica e Terapêutica dos acidentes. São Paulo: Ed. Sarvier, 2ª Edição, 2009. 540p.
- HADDAD JR, V. **Animais aquáticos potencialmente perigosos do Brasil**. Guia médico e biológico. São Paulo: Roca, 2007. 268p.
- MARQUES, O.A.V., MEDEIROS, C.R. **Serpentes incríveis**. Caracterização, biologia, acidentes e conservação. São Paulo: Ed. Ponto A, 2018. 76p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- FERREIRA JR, R.S., BARRAVIERA, B. **Artrópodes de importância médica**. Rio de Janeiro: EUPUD, 2002. 47p.
- LORINI, L.M. **A taturana**. Aspectos biológicos e morfológicos da Lonomia obliqua. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. 67p.
- MARCUSSI, S.; ARANTES, E.C.; SOARES, A.M. **Escorpiões**. Biologia, envenenamento e mecanismos de ação de suas toxinas. São Paulo: Editora FUNPEC, 2011. 140p.
- RESENDE, F.C. **O fantástico mundo dos animais peçonhentos: aracnídeos - características, história natural e espécies de importância médica do Brasil**. Belo Horizonte: Fundação Ezequiel Dias, 2023. 42p. Acesso: https://www.researchgate.net/publication/374757864_Fasciculo_Aracnideos.
- RESENDE, F.C. **O fantástico mundo dos animais peçonhentos: serpentes - características, história natural e espécies de importância médica do Brasil**. Belo Horizonte: Fundação Ezequiel Dias, 2023. 50p. Acesso: <http://www.funed.mg.gov.br/wp-content/uploads/2023/07/O-Fantastico-Mundo-dos-Animais-Peconhentos-compressed.pdf>.
- SELISTRE-DE-ARAÚJO, H.S.; SOUZA, D.H.F. **Métodos em toxinologia**. Toxinas de serpentes. São Carlos: EDUFSCar, 2007. 258p.
- SILVA JR, N.J. **As cobras corais do Brasil. Biologia, taxonomia, venenos e envenenamentos**. Goiânia: Ed. PUC Goiás, 2016. 414p.
- SOUZA, C.M.V., BOCHNER, R. **Os animais peçonhentos na saúde pública**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2022. 188p.

Universidade Federal da Bahia
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Antropologia e Etnologia
Licenciatura Intercultural Indígena - PARFOR Equidade

REGULAMENTO DE ESTÁGIO

CAPÍTULO I

DA REGULAMENTAÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO E PRÁTICA DE ENSINO

Art. 1º O Regulamento do Estágio Supervisionado e Prática de Ensino da Graduação em Licenciatura Intercultural Indígena da Universidade Federal da Bahia (UFBA) é regido pelo Regulamento de Ensino de Graduação e Pós-Graduação stricto sensu (REGPG/UFBA). Este tem como base o Parecer CNE/CP 28/2001, na RESOLUÇÃO CNE/CP 2 de 19 de fevereiro de 2002, e na Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, que trata do estágio de discentes.

Art. 2º O Estágio Supervisionado e Prática de Ensino da Graduação em Licenciatura Intercultural Indígena da UFBA estipula diretrizes amplas para as ações ligadas ao estágio, as quais ocorrerão tanto em contextos escolares quanto não escolares, englobando territórios indígenas e, quando preciso, em instituições não indígenas (quando as escolas indígenas não oferecerem as modalidades de ensino da Educação Básica para as quais o curso proporciona qualificação).

CAPÍTULO II

DA NATUREZA

Art. 3º O Estágio Supervisionado e Prática de Ensino da Graduação em Licenciatura Intercultural Indígena da UFBA configura-se como uma atividade acadêmica específica, buscando promover a aprendizagem social, profissional, cultural e a prática pedagógica. Essa atividade envolve estudo, pesquisa, análise, problematização, reflexão e a proposição de soluções para as situações de ensino e aprendizagem em escolas indígenas, tanto no Ensino Fundamental (anos finais) quanto no Ensino Médio.

§1º O Estágio tem como objetivo a integralização da formação do educador indígena, englobando atividades pedagógicas que permitam aos estudantes

indígenas entender a complexidade das práticas em instituições escolares e não escolares, assim como as ações realizadas por seus profissionais, como uma preparação alternativa para sua futura atuação profissional.

§2º O Estágio é uma atividade teórica instrumentalizada da práxis docente num espaço de articulação de atividade teórico-prática, tendo como princípios metodológicos a interculturalidade e a transversalidade dos eixos propostos no Projeto Pedagógico do Curso.

§3º O Estágio, como atividade de reflexão da relação dialógica da escola indígena e os diferentes contextos sociais nos quais ela está inserida, torna visível a não neutralidade do ensino sob seus aspectos psicopedagógico e sociopolítico.

Art. 4º - Durante o Estágio o discente deverá realizar uma interpretação da realidade educacional do campo de estágio a partir do desenvolvimento de atividades relativas à docência e à gestão escolar de forma a estabelecer a interação entre os professores, alunos, comunidade indígena e os conteúdos educativos, nos quais se mobilizem, valorizem e articulem os diferentes saberes pedagógicos (escolares e não escolares), procedendo a uma análise crítica fundamentada teoricamente e legitimada no contexto das comunidades indígenas.

CAPÍTULO III DOS OBJETIVOS

Art. 5º São objetivos do Estágio Supervisionado e Prática de Ensino:

I - Refletir sobre a prática docente à luz das teorias estudadas na área de habilitação em que o discente está matriculado, desenvolvendo uma postura crítica e reflexiva sobre a educação indígena e escolar indígena, estabelecendo uma articulação teórica e prática no atual contexto da territorialidade indígena e no contexto sócio-político-econômico geral;

II - Conhecer a realidade educacional da educação escolar indígena nos âmbitos nacional, regional e local, onde se inserem as escolas indígenas enquanto campo de atuação profissional do professor em exercício e do futuro professor indígena;

III – Propiciar a vivência no exercício efetivo da prática de professor nas escolas indígenas ou não indígenas, tanto na sala de aula quanto na gestão escolar;

IV – Desenvolver práticas de registro da memória de suas aulas, com a intenção de fazer desse instrumento uma formação da prática de auto-avaliação e de auto-formação;

V - Refletir sobre a prática pedagógica nas escolas, considerando as diferentes áreas de formação;

VI - Oportunizar situações para que o discente possa demonstrar iniciativa, decisão e criatividade frente à realidade das escolas indígenas no âmbito local, regional e nacional, considerando os aspectos didático-pedagógicos dos componentes curriculares das áreas específicas nas quais o curso habilita: Humanidades, Artes, Linguagens e Literaturas e Matemática e Ciências da Natureza, com ênfase na formação interdisciplinar de cada uma das áreas;

VII - Propiciar aos discentes condições para que estes possam experimentar situações de ensinar, aprender a elaborar, executar e avaliar projetos de ensino nas salas de aula, bem como na comunidade, e aprender a elaborar, executar e avaliar projetos pedagógicos das escolas indígenas.

CAPÍTULO IV

DA COMISSÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 6º A Comissão de Estágio e Supervisão Acadêmica (CESA) do curso de Licenciatura Intercultural Indígena da UFBA terá como objetivo planejar, coordenar e avaliar o Estágio Supervisionado e Prática de Ensino relativo às três áreas de habilitação do curso.

Art. 7º A CESA será constituída pelos seguintes membros:

I – O coordenador do curso de Licenciatura Intercultural Indígena;

II – Um Professor de Estágio Supervisionado e Prática de Ensino das seguintes áreas:

- a) Humanidades;
- b) Artes, Linguagens e Literaturas;
- c) Matemática e Ciências da Natureza.

III – Um representante discente do curso Licenciatura Intercultural Indígena da UFBA que esteja cursando o Estágio Supervisionado e Prática de Ensino;

Parágrafo Único O mandato dos membros da Comissão de Estágio Supervisionado, exceto do Coordenador de Curso, deverá ser três semestres letivos, podendo haver recondução por igual período.

Art. 8º Compete à CESA:

I - Elaborar o Plano de Atividades do Estágio e submetê-lo à aprovação ao Colegiado do Curso;

II - Acompanhar e avaliar o desenvolvimento das atividades relacionadas ao estágio;
III - Elaborar Documento de Apresentação do estagiário à Instituição onde será desenvolvido o estágio, Fichas de Acompanhamento, Controle e Avaliação das atividades de estágio;

IV - Organizar e manter atualizado o cadastro das instituições escolares que servirão como campo de estágio;

V - Manter atualizada a documentação referente ao estágio e à organização do mesmo;

VI - Certificar-se da existência de apólice de seguro válida para os estagiários.

Art. 9º A CESA fará reuniões ordinárias semestralmente para análise e avaliação do estágio.

CAPÍTULO V

DA PRESIDÊNCIA DA COMISSÃO DE ESTÁGIO E SUPERVISÃO ACADÊMICA

Art. 10 A CESA indicará, entre seus membros docentes que atuam diretamente com o Estágio, um presidente, cuja designação ocorrerá mediante Resolução do Colegiado.

Parágrafo Único Não poderá ocupar a função de presidência o Coordenador do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena.

Art. 11 São atribuições do Presidente da CESA:

I - Coordenar as atividades dos recursos humanos envolvidos na atividade de estágio;

II - Solicitar à Coordenação do Curso os recursos necessários à execução do estágio;

III - Coordenar a elaboração do Relatório das atividades desenvolvidas e, após submetê-lo à apreciação da CESA, encaminhá-lo ao Colegiado;

IV - O Colegiado, após consultada a CESA, aprovará a celebração de convênios que viabilizem o desenvolvimento das atividades referentes ao Estágio Supervisionado e Prática de Ensino.

V - Convocar os professores de estágio e áreas afins sempre que necessário ou mediante a solicitação de $\frac{3}{4}$ de seus membros.

VI - Convocar e coordenar as reuniões da CESA.

CAPÍTULO VI

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 12 O Estágio Supervisionado e Prática de Ensino do curso de Licenciatura Intercultural Indígena da UFBA, componente obrigatório do curso, terá sua carga horária prevista no PPC.

Art. 13 As atividades referentes ao Estágio Supervisionado e Prática de Ensino realizar-se-ão em componentes curriculares distribuídos nas áreas de habilitação do Núcleo Específico das áreas de Humanidades, Artes, Linguagens e Literaturas e Matemática e Ciências da Natureza, divididos em:

I - Estágio Supervisionado e Prática de Ensino I, com produto final intitulado Diagnóstico Prévio de Situação de Estágio.

II - Estágio Supervisionado e Prática de Ensino II, com produto final intitulado Projeto de Intervenção.

III - Estágio Supervisionado e Prática de Ensino III, com produto final intitulado Relatório Final de Estágio Supervisionado e Prática de Ensino.

Art. 14 O Estágio Curricular Supervisionado compreenderá, para além dos procedimentos em sala de aula, as seguintes atividades:

I - Monitorias;

II – Projetos de ensino e de intervenção pedagógica, que podem ser desenvolvidos na comunidade com alunos indígenas da Educação Básica nos níveis e modalidades exigidos no componente curricular, incluindo obrigatoriedade de regência;

III – Mini-Cursos;

IV – Oficinas;

V – Projetos voltados à comunidade em espaços não escolares, que envolvam práticas pedagógicas.

Paragrafo Único - A carga horária de cada atividade deverá ser estabelecida pelo orientador.

Art. 15 As atividades dos estagiários deverão ser estabelecidas pelo orientador de estágio e aprovadas pelo Colegiado de Curso.

CAPÍTULO VII

DO CAMPO DE ESTÁGIO E DE SEU REGISTRO

Art. 16 O Estágio Supervisionado e Prática de Ensino deverá pautar-se pela relação de cooperação entre a Universidade e as Instituições escolares e não-escolares.

Art. 17 O estagiário terá como campo de ação as escolas de Educação Básica, preferencialmente, as escolas indígenas, podendo também ser realizado o estágio em outras unidades escolares públicas, quando não houver a modalidade de ensino na aldeia/reserva e os espaços educativos não escolares.

Art. 18 As instituições escolares deverão contar com profissionais experientes que receberão e acompanharão o estagiário durante o desenvolvimento dessa atividade.

CAPÍTULO VIII

DOS PROFESSORES DE ESTÁGIO E SUAS ATRIBUIÇÕES

Art. 19 O Estágio Supervisionado e Prática de Ensino, para a sua regularidade, envolve:

- I - Coordenador de estágio;
- II - Orientador de estágio;
- III - Supervisor de estágio.

Art. 20 Cada área de habilitação terá um coordenador de estágio, professor do quadro efetivo, responsável pela administração dessa atividade e deve ser nomeado pelo Colegiado de Curso.

Art. 21 O orientador do estágio é um professor do curso de Licenciatura Intercultural Indígena responsável pelo acompanhamento didático-pedagógico do aluno durante a realização dessa atividade.

Art. 22 Caberá ao Professor Orientador de Estágio:

- I - Definir a forma de realização do estágio, respeitando-se a carga horária prevista;
- II - Elaborar a proposta de estágio e encaminhar à CESA para apreciação;
- III - Estabelecer os critérios da distribuição dos estagiários no campo de estágio;
- IV - Acompanhar as atividades de estágio através da orientação acadêmica, visitas, reuniões e encontros com os envolvidos.
- V - Decidir sobre a forma de registro das atividades de estágio bem como sobre o tipo de registro final (relatório, artigo, projeto, documentário) a ser encaminhado pelo acadêmico dentro dos prazos estabelecidos.
- VI – Aprovar os produtos finais de cada etapa do Estágio Supervisionado e Prática de Ensino: 1) Diagnóstico Prévio de Situação de Estágio, 2) Projeto de Intervenção, 3) Relatório Final.

Art. 23 O supervisor de estágio é um docente ativo no curso, na área de habilitação do discente.

CAPÍTULO IX

DO ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 24 O acompanhamento das atividades realizadas pelo discente estagiário será de responsabilidade do professor orientador de estágio que procederá à orientação de estágio no curso.

§1º O acompanhamento do estágio, feito dentro de cada habilitação, será realizado durante todo o percurso destinado ao estágio.

§2º Cada orientador deverá manter os registros próprios e o controle de participação dos discentes estagiários nessa atividade, conforme previsto neste regulamento.

Art. 25 A avaliação do Estágio Supervisionado e Prática de Ensino é responsabilidade do professor orientador, sendo solicitada à participação do supervisor de estágio quando necessário.

Art. 26 O estudante tem a obrigação de entregar relatórios parciais e produtos finais na medida em que vai se desenvolvendo o estágio, para o professor orientador.

Parágrafo Único O professor orientador de estágio deverá receber do discente estagiário, a folha de frequência assinada pelo supervisor de estágio ou pelo professor da sala de aula onde o estagiário desenvolveu a atividade.

Art. 27 Na avaliação será considerada frequência de 100% e aproveitamento conforme estabelecido pela CESA.

Parágrafo Único O estágio será considerado cumprido somente quando comprovada a carga horária das atividades propostas.

Art. 28 O não cumprimento das atividades de estágio no prazo acarretará em não conclusão do curso.

Art. 29 O resultado final da avaliação do estágio será registrado com os termos Aprovado e Reprovado.

CAPÍTULO X

DA REDUÇÃO DA CARGA HORÁRIA

Art. 30 O pedido de redução de carga horária do estágio em até 50% poderá ocorrer nos casos de comprovação de experiência superior a 1 (um) ano concomitante ao período de estágio desde que submetido a processo de avaliação pelo professor orientador de estágio, observando o nível de ensino a que se propõe o curso.

Art. 31 Para efeito de comprovação de experiências deverá ser apresentada a Carteira de Trabalho e/ou Declaração de Órgão Público.

CAPÍTULO XI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 32 Os casos omissos serão resolvidos, em primeira instância, pela CESA e em segunda instância pelo Colegiado de Curso.

Art. 33 Este regulamento entra em vigor na data de sua aprovação.

Universidade Federal da Bahia
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Antropologia e Etnologia
Licenciatura Intercultural Indígena - PARFOR Equidade

REGULAMENTO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA)

CAPÍTULO I: DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Regulamento estabelece as diretrizes e normas para a realização das atividades de extensão universitária no âmbito do curso de Licenciatura Intercultural Indígena da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Art. 2º O curso de Licenciatura Intercultural Indígena segue a base legal contida na Política Nacional de Extensão Universitária (2012), no Plano Nacional de Educação ((PNE 2014-2024 - Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014), na Resolução CNE/CES nº 07/2018 (que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira) na Resolução CONSEPE/UFBA nº 02/2022 (que regulamenta a inserção, o desenvolvimento e o registro das atividades de Extensão Universitária nos currículos dos cursos de Graduação da UFBA) e na Resolução 01/2013 (que regulamenta o aproveitamento da Ação Curricular em Comunidade e em Sociedade (ACCS) para integralização curricular dos Cursos de Graduação e Pós Graduação da Universidade Federal da Bahia).

CAPÍTULO II: CONCEITOS E OBJETIVOS

Art. 3º A extensão universitária no curso de Licenciatura Intercultural Indígena é entendida como atividade que se integra à matriz curricular do curso e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo intercultural, interdisciplinar, político-educacional, cultural, científico e tecnológico.

Art. 4º A extensão universitária visa promover a interação transformadora entre a UFBA e as comunidades e organizações indígenas, por meio da produção de conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Art. 5º São objetivos específicos da extensão universitária no curso de Licenciatura Intercultural Indígena:

- I. Fortalecer a formação acadêmica e cidadã dos estudantes, por meio de experiências práticas e vivências comunitárias.
- II. Contribuir para o desenvolvimento social, cultural e econômico das comunidades indígenas e da sociedade em geral.
- III. Promover a valorização e preservação das culturas indígenas, em diálogo com outros saberes e práticas sociais.
- IV. Estimular a pesquisa aplicada e a inovação, com foco nas demandas e realidades das comunidades indígenas.

CAPÍTULO III: ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 6º a A curricularização da extensão universitária na Licenciatura Intercultural Indígena será realizada por meio da integração de seis atividades de Ação Curricular Comunidade e Sociedade (ACCS), obrigatórias na matriz do curso, a saber:

- I. FCHM36 - Memórias da Luta e Resistência dos Povos Indígenas do Nordeste.
- II. MATF54 - Onda Educativa, Digital, Ecologista e Pan-Afro-Indígena.
- III. FCHL47 - Educação Diferenciada e Revitalização de Línguas Indígenas.
- IV. GEOD34 - A Terra como Cura - Geologia e os Saberes Tradicionais.
- V. FAR454 - Busca Racional de Novos Fármacos de Origem Vegetal.
- VI. ARQA94 - Arquiteturas de Povos e Comunidades Tradicionais.

Art. 7º As atividades de extensão devem ser planejadas, executadas e avaliadas de forma integrada ao ensino e à pesquisa, envolvendo docentes, discentes e a comunidade.

Art. 8º Além das ACCSs previstas na matriz curricular, a participação dos discentes em atividades extensionistas ocorrerá, conforme previsto no Regulamento de Atividades Complementares, nas seguintes categorias:

- I. Atividades de caráter acadêmico-científico.

II. Atividades de formação.

III. Atividades de cunho político, comunitário e de interesse de cada povo indígena.

CAPÍTULO IV: CURSOS LIVRES

Art. 10º O Colegiado do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena oferecerá semestralmente Cursos Livres. Compete ao Colegiado do Curso a responsabilidade de organizar, no mínimo, dois cursos livres por semestre, visando enriquecer o currículo dos discentes e promover a difusão de conhecimentos relevantes à prática docente e/ou de pesquisa dos estudantes.

Art. 11º Os Cursos Livres podem ser realizados tanto no tempo-universidade, ocorrendo no contraturno das disciplinas do semestre, com carga horária de 4 a 8 horas, de forma presencial, quanto no tempo-comunidade, em formato remoto, com carga horária variando de 8 a 20 horas, durante os períodos em que os estudantes estiverem nas aldeias.

Art. 12º Também é aberta a possibilidade de organização de cursos livres presenciais em uma ou outra comunidade atendida pelo curso durante o tempo-comunidade, desde que haja disponibilidade de recursos. Esta iniciativa busca fortalecer os laços entre a universidade e as comunidades indígenas, promovendo uma educação mais próxima da realidade dos estudantes.

Art. 13º As temáticas abordadas nos Cursos Livres devem versar sobre Educação Escolar Indígena, assim como sobre conteúdos relacionados às disciplinas das três habilitações, que, devido à estrutura curricular, possam ser aprofundados apenas por meio de cursos extracurriculares.

Art. 14º O calendário dos Cursos Livres será divulgado junto com o planejamento semestral, permitindo que todos os estudantes se inscrevam, observando-se o número de vagas previsto para cada curso, variando de 10 a 40 vagas, conforme a demanda e a capacidade de atendimento.

CAPÍTULO V: AVALIAÇÃO E CERTIFICAÇÃO

Art. 15º A avaliação das atividades de extensão será contínua e deverá considerar os seguintes aspectos:

- I. Relevância social e cultural.
- II. Qualidade técnico-científica.
- III. Impacto e transformação social.
- IV. Participação e engajamento comunitário.
- V. Contribuição para a formação acadêmica dos estudantes.

Art. 16º A certificação das atividades curriculares de extensão será realizada pela UFBA, mediante comprovação da participação e cumprimento dos objetivos estabelecidos nos projetos e programas.

CAPÍTULO VI: DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17º Este Regulamento poderá ser revisado e atualizado, conforme as necessidades e demandas do curso de Licenciatura Intercultural Indígena e da comunidade universitária.

Art. 18º Os casos omissos e as dúvidas de interpretação deste Regulamento serão dirimidos pelo colegiado do curso de Licenciatura Intercultural Indígena, em conformidade com as normativas institucionais e legais vigentes.

Art. 19º Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo colegiado do curso de Licenciatura Intercultural Indígena e pela Pró-Reitoria de Extensão da UFBA.

Universidade Federal da Bahia
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Antropologia e Etnologia
Licenciatura Intercultural Indígena - PARFOR Equidade

REGULAMENTO DE ORIENTAÇÃO ACADÊMICA DA LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA)

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1. Este regulamento estabelece as normas e procedimentos para a orientação acadêmica no curso de Licenciatura Intercultural Indígena da UFBA, em conformidade com o Regulamento de Ensino de Graduação e Pós-Graduação (stricto sensu) da UFBA, visando a integração dos estudantes à vida universitária e à sua formação integral.

PARÁGRAFO ÚNICO. A expressão "vida universitária" refere-se ao conjunto de experiências, atividades e contextos que compõem a rotina e o ambiente de um estudante dentro de uma universidade. Isso inclui aspectos acadêmicos, como aulas, estudos, pesquisas, atividades de extensão e eventos acadêmicos, bem como aspectos sociais e culturais, como participação em clubes estudantis, eventos esportivos, culturais e sociais, interações com colegas e professores, e a vivência no campus universitário e na comunidade (particularmente nas escolas indígenas do estado da Bahia), visto que em um curso em regime de alternância há o "tempo-universidade" e o "tempo-comunidade". Desta forma, no âmbito da Licenciatura Intercultural Indígena, a "vida universitária" engloba todas as atividades e experiências que ocorrem durante o período em que o estudante está matriculado na universidade, contribuindo para seu desenvolvimento acadêmico, pessoal, cidadão e social.

Art. 2. A orientação acadêmica tem como objetivos principais:

- Contribuir para a adaptação e integração dos estudantes à vida universitária;
- Oferecer suporte pedagógico e acadêmico;
- Facilitar o planejamento e acompanhamento do itinerário curricular;
- Informar sobre políticas, normas da Universidade e assistência estudantil;
- Promover a participação em projetos, eventos, estágios e atividades complementares;
- Fornecer aconselhamento acadêmico e profissional.

CAPÍTULO II - COMITÊS ORIENTADORES

Art. 3. O curso de Licenciatura Intercultural Indígena instituirá os Comitês Orientadores, que serão responsáveis pela orientação acadêmica dos estudantes.

Art. 4. Os Comitês Orientadores serão compostos por:

- Professores orientadores das três habilitações do curso;
- Discentes ativos;
- Coordenadores Locais;
- Membros das comunidades indígenas;
- Pesquisadores indigenistas;
- Outros membros da comunidade acadêmica, conforme necessário.

Art. 5. A coordenação dos Comitês Orientadores será realizada pelos Coordenadores Locais nos municípios de Banzaê, Santa Cruz de Cabralia, Olivença e Ibotirama.

Art. 6. As atribuições dos Comitês Orientadores incluem:

- Fomentar a interação entre a universidade e as comunidades indígenas;
- Supervisionar o percurso acadêmico dos estudantes;
- Garantir que a orientação acadêmica reflita as necessidades e especificidades das epistemologias indígenas;
- Desenvolver novas abordagens teóricas, metodológicas e pedagógicas para a educação intercultural e diferenciada;
- Promover a visibilidade e a articulação das culturas indígenas no contexto acadêmico.

CAPÍTULO III - ATIVIDADES DE ORIENTAÇÃO ACADÊMICA

Art. 7. As atividades de orientação acadêmica serão executadas por professores orientadores vinculados ao curso e, quando necessário, por aqueles que tenham atuado em disciplinas ou atividades relacionadas ao curso.

Art. 8. Na graduação, a designação do orientador acadêmico será feita pelo Colegiado do curso, com a participação dos Departamentos, Comissões Acadêmicas ou equivalentes envolvidos.

Art. 9. O registro das atividades de orientação acadêmica será feito no Sistema Acadêmico Docente (SIAC) da Universidade.

Art. 10. O Colegiado de curso deverá definir a relação quantitativa entre número de estudantes por orientador, compatível com as características do curso e a disponibilidade docente.

CAPÍTULO IV - ATRIBUIÇÕES DO ORIENTADOR ACADÊMICO

Art. 11. As responsabilidades dos professores orientadores incluem:

1. Acompanhar o desenvolvimento acadêmico dos estudantes sob sua orientação;
2. Planejar, junto aos estudantes, um fluxo curricular compatível com seus interesses e necessidades;
3. Elaborar, em conjunto com os orientandos, planos de estudo adequados;
4. Orientar os estudantes na tomada de decisões relativas à inscrição semestral, trancamento, aproveitamento de estudos, atividades complementares, intercâmbio e outros atos acadêmicos;
5. Diagnosticar problemas que interferem no desempenho dos estudantes e orientá-los na busca de soluções;
6. Emitir pareceres sobre pleitos dos estudantes quando solicitado pelo Colegiado;
7. Atender regularmente os estudantes, divulgando no início de cada semestre letivo o local, dia e hora para atendimento.

Art. 12. Preferencialmente, o orientador acadêmico deverá ter participado do Comitê Orientador que acompanhou o mesmo grupo de estudantes desde o ingresso até a conclusão do curso.

Art. 13. A pedido do orientador ou do orientando, o Colegiado poderá autorizar a substituição do orientador.

CAPÍTULO V - ATRIBUIÇÕES DOS ESTUDANTES ORIENTANDOS

Art. 14. Aos estudantes orientandos compete:

1. Conhecer os regulamentos e documentos institucionais da UFBA;
2. Conhecer o Projeto Pedagógico de Curso e o Regimento Interno e outras regulamentações da Universidade;
3. Elaborar, em conjunto com o orientador, um plano adequado de estudos;
4. Cumprir o cronograma de orientação estabelecido;
5. Buscar orientações sobre procedimentos acadêmicos com a devida antecedência;
6. Informar o professor orientador sobre dificuldades ou ocorrências que interfiram no seu desempenho acadêmico.

CAPÍTULO VI - AVALIAÇÃO E CONCLUSÃO

Art. 15. Após sete semestres de aulas teóricas e práticas, atividades complementares e estágios, os alunos devem submeter relatórios de estágio e documentos comprobatórios de atividades complementares.

Art. 16. No oitavo semestre, os alunos devem entregar a versão final do trabalho de conclusão de curso, que será avaliado por uma banca de professores em sessão pública de defesa de Trabalho Final de Graduação (TFG).

CAPÍTULO VII - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. As atividades dos orientadores acadêmicos e dos Comitês Orientadores serão acompanhadas pelo Colegiado do curso, que assegurará que os objetivos do curso sejam alcançados e que as necessidades dos estudantes sejam atendidas de maneira eficaz.

Art. 18. Este regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado do curso de Licenciatura Intercultural Indígena da UFBA, sendo revogadas as disposições em contrário.

Universidade Federal da Bahia
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Antropologia e Etnologia
Licenciatura Intercultural Indígena - PARFOR Equidade

REGULAMENTO DE TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO (TFG)

O Trabalho Final de Graduação (TFG) consistirá em um produto de natureza acadêmico-científica, focalizando temáticas relacionadas à Educação Escolar Indígena. Este será o resultado de um longo caminhar dentre as práticas pedagógicas, atividades de extensão, estágio supervisionado e formação teórico-metodológica durante todo o curso. A dinâmica de planejamento, construção do projeto, desenvolvimento e apresentação do TFG seguirá as diretrizes deste regulamento, sendo requisito para obtenção do grau de licenciado.

O TFG tem como objetivo principal estimular a formação em pesquisa, desenvolvendo hábitos de estudos, capacidade crítico-reflexiva e curiosidade investigativa no campo da Educação Escolar Indígena. Busca-se favorecer a focalização e o aprofundamento de estudos, além de valorizar a produção científica.

Desenvolvido individualmente, o TFG abordará temáticas relacionadas à educação indígena em contextos escolares ou não escolares. O trabalho inicia-se no registro em diário de bordo das situações e atividades vivenciadas durante as Práticas de Ensino realizadas desde o primeiro semestre, mas também com a reflexão sobre o material didático-pedagógico construído pelo estudante no quarto semestre, articulado com a descrição das práticas pedagógicas na escola e atividades de extensão curriculares e nos Estágios Curriculares Obrigatórios. Esses aspectos serão analisados à luz das teorias aprendidas ao longo do curso, culminando em um trabalho monográfico ou produto, que se configurará como pesquisa devolutiva. O resultado será um material didático e investigativo destinado às escolas das aldeias.

Os alunos deverão integrar o desenvolvimento do TFG aos seus projetos de pesquisa, contando com uma hora semanal de orientação para cada projeto. As atividades de Práticas de Ensino e Estágios Curriculares, vinculadas às atividades intermediárias, serão planejadas para facilitar a aproximação dos alunos com diversas pesquisas sobre temas emergentes na problemática educacional indígena.

A versão final do TFG seguirá os critérios técnicos estabelecidos no Manual de Estilo Acadêmico mais recente da UFBA, podendo ser bilíngue. O documento será protocolado para entrega à banca examinadora 15 dias antes da data marcada para a apresentação. Durante a submissão, o autor realizará uma apresentação do trabalho em um tempo máximo de 25 minutos, acompanhado de apresentação de slides, seguido pela arguição dos avaliadores em bloco. A banca será constituída por três avaliadores sendo o orientador, um docente do curso e um convidado externo, de preferência indígena.

A avaliação se concentrará no processo de construção do TFG, relatado pelo professor orientador, na desenvoltura da apresentação, na coerência do texto produzido e na relevância da temática para a atuação profissional dos estudantes na educação escolar indígena e suas comunidades.

O resultado será divulgado pelo professor orientador ao final dos trabalhos da banca examinadora. Após 15 dias da apresentação, a versão corrigida do TFG, em uma via encadernada em capa dura, será entregue na secretaria do Departamento de Antropologia e Etnologia da FFCH para depósito na Biblioteca Isaias Alves, e cada estudante é responsável pelo depósito do trabalho na coleção da Licenciatura Intercultural Indígena no Repositório Institucional da UFBA, sendo o link do depósito condicionante para a solicitação de diploma.

No caso de aceitação com reservas, o aluno realizará as correções conforme as orientações da banca examinadora, sendo o orientador responsável por verificar o cumprimento dessas exigências. A inclusão do aluno na pauta de notas finais só ocorrerá após a entrega da versão final do trabalho ao Colegiado do Curso e conclusão do depósito no Repositório Institucional da UFBA em meio on-line.

Todas as divulgações do TFG devem mencionar explicitamente o nome da UFBA, do curso e do(s) orientador(es). A orientação do TFG será realizada por professores e/ou pesquisadores vinculados à UFBA ou docentes externos que tenham atuado junto ao curso. Esta orientação será efetivada no oitavo semestre, com uma carga horária de uma hora semanal por projeto para o orientador. As atividades serão registradas nos instrumentos de controle do professor, e qualquer desistência de orientação deverá ser formalizada ao Colegiado do Curso mediante documento próprio.

Universidade Federal da Bahia
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Antropologia e Etnologia
Licenciatura Intercultural Indígena - PARFOR Equidade

REGULAMENTO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

CAPÍTULO I - DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 1º - As atividades Complementares do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena da Universidade Federal da Bahia estão organizadas em três grupos:

Grupo 1 - Atividades de caráter acadêmico-científico, que são aquelas vivenciadas no âmbito da universidade. Tais como:

- 1.1. Programas de extensão universitária (Programa de Iniciação à Docência – Pibid Diversidade, Programa de Educação Tutorial – PET Indígena e outros de caráter extensionista);
- 1.2. Monitoria;
- 1.3. Pesquisa científica;
- 1.4. Eventos científicos – (fóruns, seminários, colóquios, simpósios, congressos - como ouvinte ou com apresentação de trabalho);
- 1.5. Publicações (anais, revistas científicas, livros e outros).

Grupo 2 - Atividades de Formação ofertadas pela Secretaria Estadual de Educação e outros parceiros reconhecidos pelo movimento de educação escolar indígena no estado.

Grupo 3 - Atividades de cunho político, comunitário e de interesse de cada povo indígena (encontros da FORUMEIBA, FNEEI e das organizações da educação de cada povo, assembléias, ações interculturais dos povos).

CAPÍTULO II - DAS FINALIDADES

Art. 1º - As Atividades Complementares se constituem como parte integrante do currículo do curso de Licenciatura Intercultural Indígena da UFBA.

§1º - As Atividades Complementares deverão ser desenvolvidas dentro do prazo de conclusão do curso, conforme definido no Projeto Pedagógico, intencionando o reconhecimento das vivências de cada povo e o aprofundamento de alternativas diferenciadas de formação e de atuação profissional.

§2º - Caberá ao estudante participar de Atividades Complementares que contribuam com a formação acadêmico-científica, com vistas ao desenvolvimento profissional, contemplando os grupos de atividades descritas neste Regulamento.

Art. 2º - As Atividades Complementares têm por objetivo enriquecer o processo de ensino e aprendizagem privilegiando:

- I. atividades acadêmico-científicas (90 horas);
- II. atividades de formação ofertada pela Secretaria Estadual de Educação e outros parceiros reconhecidos pelo movimento indígena (60 horas);
- III. atividades de cunho comunitário e de interesse de cada povo (60 horas).

CAPITULO III - DAS ATRIBUIÇÕES DO COORDENADOR DO CURSO

Art. 1º - Ao Coordenador do Curso compete:

- I. propiciar condições para o processo de avaliação e de acompanhamento das Atividades Complementares;
- II. definir juntamente com o Colegiado do Curso, para as atividades relacionadas no capítulo 1, procedimentos de avaliação e pontuação para avaliação de Atividades Complementares em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;
- III. validar juntamente com o Colegiado do Curso as Atividades Complementares que poderão ser consideradas em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;
- IV. Julgar a avaliação realizada pelo Núcleo Docente Estruturante sobre as Atividades Complementares previstas e não previstas neste Regulamento.

DO COLEGIADO DO CURSO

Art. 2º - Ao Colegiado do Curso do curso compete:

- I. encaminhar juntamente com o Coordenador do Curso, as atividades relacionadas no capítulo 1, sistematizando o parecer final de avaliação das Atividades Complementares, em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;
- II. propor juntamente com o Coordenador do Curso as atividades acadêmico-científicas, de formação continuada, de cunho comunitário e de interesse

de cada povo que poderão ser consideradas Atividades Complementares, em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;

III. propor juntamente com o Coordenador do Curso a avaliação das Atividades Complementares não previstas neste Regulamento.

IV. avaliar as Atividades Complementares previstas e não previstas neste Regulamento.

DO ESTUDANTE

Art. 3º - Ao estudante da UFBA, matriculado no curso de Licenciatura Intercultural Indígena, compete:

I. informar-se sobre o Regulamento e as atividades oferecidas dentro ou fora da UFBA que propiciem avaliação para Atividades Complementares;

II. inscrever-se e participar efetivamente das atividades;

III. solicitar a avaliação prévia das Atividades Complementares, conforme prevê este regulamento;

IV. providenciar a documentação comprobatória, relativa a sua participação efetiva nas atividades realizadas;

V. entregar a documentação necessária para emissão do parecer avaliativo das Atividades Complementares a partir do penúltimo semestre do curso, não ultrapassando o período de integralização do curso;

VI. arquivar a documentação comprobatória das Atividades Complementares e apresentá-la sempre que solicitada;

VII. retirar a documentação apresentada junto ao professor responsável em até 60 dias corridos após a publicação do parecer avaliativo;

VIII. Apresentar documentação devidamente legitimada pela Instituição emitente, contendo carimbo e assinatura ou outra forma de avaliação, e especificação da carga horária e/ou período de execução e descrição da atividade.

CAPÍTULO IV - DA AVALIAÇÃO

Art. 1º - As atividades de caráter acadêmico-científico, descritas no grupo 1 deste regulamento, deverão integralizar a carga horária de 90 horas total, podendo se referir a qualquer ou quaisquer itens deste grupo.

Art. 2º - As atividades de Formação ofertadas pela Secretaria Estadual de Educação e outros parceiros reconhecidos pelo movimento de educação escolar

indígena no estado, descritas no grupo 2 deste regulamento, deverão integralizar a carga horária de 60 horas total.

Art. 3º - As atividades de cunho político, comunitário e de interesse de cada povo indígena (encontros da FORUMEIBA, PIBA, FNEEI e das organizações da educação de cada povo, assembleias e ações interculturais dos povos), descritas no grupo 3 deste regulamento, deverão integralizar a carga horária de 60 horas total, podendo se referir a qualquer ou quaisquer itens deste grupo.

Art. 4º - Os critérios para o reconhecimento das Atividades Complementares são todos aqueles descritos no Capítulo I e no Capítulo III, Art. 3 - DO ESTUDANTE.

Art. 5º - Os casos omissos serão julgados pela coordenação do curso e pelo Colegiado da Licenciatura Intercultural Indígena da UFBA.



Emitido em 07/06/2024

PROJETO DE CURSO Nº 1/2024 - FFCH (12.01.56)
(Nº do Documento: 46)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado eletronicamente em 07/06/2024 14:01)

FELIPE BRUNO MARTINS FERNANDES

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

DAE/FFCH (12.01.56.15)

Matrícula: ###972#0

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufba.br/public/documentos/> informando seu número: **46**, ano: **2024**, tipo: **PROJETO DE CURSO**, data de emissão: **07/06/2024** e o código de verificação: **da14c302e7**